

# •CAMPO•MINADO•

Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

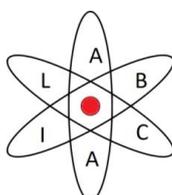
Revista Campo Minado • Edição nº 5 • Niterói  
1º semestre de 2024

ISSN Eletrônico: 2763-5341



Foto: Marcos Verissimo

Apresentação do Dossiê: *"Conflitos Escolares"*



**Comitê Editorial:**

Andrea Soutto Mayor  
Anna Luísa Barbosa  
Betania Almeida  
Bruno Mibielli  
Dylla Neves  
Hully Guedes  
Johana Pardo  
Joice Brum  
Josie Lessa  
Klarissa Almeida Silva Platero  
Marcos Veríssimo  
Monica Garelli Machado

**Foto de capa:** Marcos Veríssimo

**Diagramação:**

Anna Luísa Barbosa  
Dylla Neves

**Revisão ortográfica:**

Alice Marques Nicolao  
Ana Carolina Barros de Souza  
Ana Cecília Serrat Guimarães Antunes  
Brenda Luiza Lopes Salvador  
Bruna Marinho  
Débora Bomfim Barros  
Fernanda de Lima  
Johana Pardo  
Juliana Castro Valentim  
Kelly Menezes Santos  
Larissa Pereira Caetano da Silva  
Larissa Anjos de Oliveira

**Comissão Editorial:**

Ana Paula Mendes de Miranda  
Carlos Victor Nascimento dos Santos  
Daniel Misse  
Danieli Machado  
Douglas Leite  
Edilson Márcio Almeida da Silva  
Érika Guimarães Ferreira  
Fábio Reis Mota  
Fernando de Castro Fontainha  
Flavia Medeiros  
Frederico Policarpo  
Glaucia Mouzinho  
Jacqueline Muniz  
José Colaço Dias Netto  
Juliana Vinuto  
Lenin dos Santos Pires  
Lucia Eilbaum  
Luciane Patrício  
Ludmila Antunes  
Marcial Suarez  
Marco Aurélio Ferreira Gonçalves  
Maria Pita  
Michel Lobo Toledo Lima  
Nalayne Pinto  
Pedro Heitor Barros Geraldo  
Roberto Kant de Lima  
Rodrigo Gheringhelli  
Rolf Malungo de Souza  
Ronaldo Lobão

**E-mail:**

[campominado.revista@gmail.com](mailto:campominado.revista@gmail.com)

REVISTA  
**.CAMPO.MINADO.**  
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

**SUMÁRIO:**

Edição nº5

<b>• Editorial</b>	01
Comitê Editorial	
<b>• Carta aos Leitores</b>	04
Bóris Maia	
<b>DOSSIÊ</b>	
<b>• Apresentação do Dossiê “Conflitos Escolares”</b>	08
Comitê Editorial	
<b>• Da cor ao corpo: estigmas religiosos que atravessam o espaço escolar</b>	10
Camila da Silva	
<b>• @EXPLANA E COMPARTILHA: uma análise sobre processos de intimidação sistemática e produção de notícias falsas entre alunos (as) no espaço escolar.</b>	29
Lucas Ribeiro Da Silva Gabriela Rodrigues de Oliveira Nalayne Mendonça Pinto	
<b>• O que dizem a “régua de pika” e a “porta do assédio”: gênero e sexualidade em grafitos de banheiros escolares</b>	48
Sasha Cruz Alves Pereira	
<b>ARTIGOS</b>	
<b>• A Organização Criminosa e a Transformação da Ordem do Crime na Sociedade Fluminense (décadas de 1970 – 80)</b>	64
Alexandre de Almeida Martins	
<b>• Insurgência terrorista na Província nortenha de Cabo Delgado em Moçambique: uma guerra híbrida?</b>	86
Levi Salomao Matsinhe	
<b>• “Sou seu pesadelo, sou medo, sou vício”: O “Sistema de Justiça Criminal” em Volta Redonda/RJ na perspectiva de pessoas em situação de rua</b>	114
Lucas Senna de Brito Pires	

## REPUBLICAÇÃO

- **Segredos e Mentiras, Confidências e Confissões: Reflexões sobre a representação do antropólogo como inquisidor** 128  
Ana Paula Mendes de Miranda

## MONOGRAFIAS

- **‘Uma luz no fim do túnel’: uma pesquisa sobre o cumprimento da pena no método APAC de gestão carcerária** 146  
João Vitor Freitas Duarte Abreu
- **Quando a piada não tem graça: A prática do *bullying* em ambiente escolar** 187  
Nírive Condeixa Gomes

## RESENHA

- **A herança colonial: O patriarcado em "retorno"** 246  
Beatriz Lima da Silva  
Sabrina Moraes Antonio

## TRADUÇÃO

- **O Duplo Sentido da Pena: Complexos emocionais e concepção de punição no modelo penitenciário da APAC** 251  
Autoras: Johana Pardo e Maria Claudia Coelho  
Tradução: Johana Pardo e Maria Claudia Coelho

## ENTREVISTA

- **Entrevista com Ana Paula Mendes de Miranda** 282

## Editorial # 5

Comitê Editorial

Grande parte da problemática contemporânea do campo da Segurança Pública, no Brasil e no mundo, passa pelo estabelecimento (ou não), nas sociedades, nas comunidades, nas coletividades, de valores cívicos mínimos estruturantes que possam balizar tanto as condutas individuais e coletivas, quanto as práticas policiais e de controle social. Em que medida as futuras gerações estão (ou não) sendo formadas como sujeitos históricos competentes e críticos para vivenciar a cidadania em face de avanços tecnológicos reconfiguradores da experiência humana? Como isso se dará em associação com o contínuo processo de construção da experiência democrática brasileira em meio a conflitos novos, antigos, e às ditas “polarizações”? Qual a relação desta problemática com o campo acadêmico de estudos da Segurança Pública?

Partindo de uma perspectiva antropológica, pesquisadores vinculados ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF), têm investido sistematicamente na produção de etnografias realizadas em escolas da rede pública, buscando aí uma melhor compreensão dos conflitos que ocorrem nestes espaços. A propósito, no corrente ano, de 2024, pesquisadores do INCT-InEAC realizam a terceira edição da Feira de Ciências Simoni Lahud Guedes, cujo principal resultado até o momento é uma lista com 36 episódios do Podcast *Conflitos e Diálogos: Pesquisas Escolares*, um interessante inventário dos conflitos escolares da contemporaneidade, realizado por meio da concepção, montagem e divulgação dos episódios pelos próprios professores e estudantes da rede pública. Para ver a lista completa dos episódios e, eventualmente, ouvi-los: <<https://open.spotify.com/show/14Uf9Rr1SYOktOGnHBwKu>>

Em contextos como o Rio de Janeiro e sua região metropolitana, a maior parte daqueles que nas décadas seguintes comporão os diferenciados mercados de trabalho (formais ou informais), os profissionais liberais, os empreendedores ou trabalhadores tidos como precarizados, os que farão prova para entrar para os quadros da Polícia, aqueles que votarão, serão votados, proporão projetos e reformas, e até mesmo os que

comporão aquilo que se chama “massa carcerária”, terão sido escolarizados, em grande medida, no contexto das redes públicas de ensino (municipais e estaduais, principalmente).

Isso não nos leva a tomar como pressuposto que a socialização escolar é destinada a dar conta, por si só – com suas práticas de ensino, sejam estas antigas ou inovadoras – da formatação cultural dos futuros cidadãos, socialmente solidários, competentes nos mercados de trabalho, e claramente conscientes de seus direitos e deveres (esta abstração). Como a sociologia vem ensinando há muito tempo, nas ditas “sociedades modernas”, as formas de socialização, como a primária (do meio familiar), ou as secundárias (escola, grupo de pares, posteriormente, trabalho), atuam em complementaridade, até o fim da vida individual, ajudando a explicar escolhas, visões de mundo e posicionamentos dos diferentes atores que compartilham os diversificados espaços sociais.

E o que esta forma predominante de escolarização pode nos dizer sobre o aprendizado de valores cívicos na sociedade brasileira? Dirigindo o olhar etnográfico para as formas a partir das quais os conflitos são (ou não) devidamente administrados nos contextos escolares locais contemporâneos, poderíamos compreender as pedagogias que estão sendo ensinados aos jovens, futuros cidadãos? Tal compreensão pode se configurar como subsídio para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e tecnologias sociais de segurança pública em um futuro próximo? Esta quinta edição da Revista *Campo Minado: estudos acadêmicos em Segurança Pública* chega aos leitores bastante influenciada por perguntas como estas.

Daí decorre o dossiê aqui apresentado, não sem razão, com o título de “*Conflitos escolares e o aprendizado dos valores cívicos na sociedade brasileira*”. Para saber com mais detalhe sobre os artigos que o compõem, convidamos as leitoras e os leitores a ler a apresentação do mesmo na seção correspondente, também preparada por este Corpo Editorial.

Gostaríamos também de chamar atenção para a entrevista da presente edição, com a antropóloga Ana Paula Mendes de Miranda, professora do departamento de

Antropologia da Universidade Federal Fluminense e vasta experiência em pesquisa e administração pública no campo das políticas de segurança. Recentemente, foi agraciada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) com o *Prêmio Marielle Franco*, em reconhecimento à sua produção acadêmica. Além disso, temos a alegria de republicar uma importante contribuição da professora para o campo das Ciências Sociais, publicado em 2001 na *Revista Comum*, intitulado “*Segredos e Mentiras, Confidências e Confissões: reflexões sobre a representação do antropólogo como inquisidor*”.

Na seção dedicada à publicação de monografias do Bacharelado em Segurança Pública da UFF, temos dois textos na presente edição. No primeiro, vinculado a este olhar para as instituições escolares e seu funcionamento, que estrutura o já mencionado dossiê, Nínive Condeixa Gomes, bacharela em Segurança Pública, apresenta o TCC intitulado “*Quando a piada não tem graça: a prática do bullying no ambiente escolar*”. A segunda monografia, de autoria de João Vitor Abreu, tem o olhar voltado, não para processos aparentemente formativos como os que ocorrem nas instituições escolares, e sim para processos aparentemente punitivos, para o estudo das instituições penais, sob o título de “*Uma luz no fim do túnel’: uma pesquisa sobre o cumprimento da pena no método APAC de gestão carcerária*”.

Por fim, convidamos os leitores e as leitoras a conhecerem nosso Sumário, e muito boa leitura!

## **Conflitos e violências na escola: um tema de urgência para as pesquisas sobre educação escolar no Brasil**

Boris Maia<sup>1</sup>

O presente dossiê, Administração de conflitos e práticas educativas no Brasil contemporâneo, vem contribuir para um debate urgente que se impôs no campo dos estudos acadêmicos sobre educação no Brasil. Desde o primeiro balanço sobre as pesquisas interessadas na interseção entre violência e escola no país (Sposito, 2001), sabe-se que esse é um campo pouco explorado em relação ao potencial que tem como fonte de explicação da dinâmica escolar e de diversos problemas que afligem o sistema educacional brasileiro, como evasão escolar, absenteísmo escolar, distorção idade-série, baixo nível de aprendizagem, entre outros encontrados em praticamente todos os estados da Federação.

Se podemos dizer que os conflitos e as violências estão presentes desde sempre em instituições escolares (Ariès, 1981), também é importante ressaltar que a conjuntura atual constitui um momento crítico de manifestação do fenômeno no Brasil. Nas últimas duas décadas, a violência escolar foi se intensificando no país com o aumento das agressões físicas e verbais, e nos últimos anos com a ocorrência de episódios de violência extrema, com atentados e ataques armados às escolas que, desde o ano de 2002, já somam ao menos 36 casos, incluindo dezenas de mortos e mais de uma centena de feridos (Santos; Oliveira, 2023). Soma-se ainda a essa conjuntura o contexto de pós-pandemia, no qual a retomada das aulas presenciais a partir do ano de 2022 tem sido acompanhada de uma intensificação dos relatos e registros de violência escolar por todo o país, potencializada também pelos danos à saúde mental de estudantes e profissionais da educação observados durante o período de pandemia. Portanto, se não é novidade que a administração de conflitos escolares é parte da tarefa cotidiana dos profissionais da educação (Maia; Filpo; Veríssimo, 2019; Maia; Filpo; Monteiro; Veríssimo, 2021), as circunstâncias atuais do exercício dessa atividade colocam desafios novos e ainda pouco discutidos entre os próprios profissionais das escolas, pelos formuladores de políticas públicas e mesmo no âmbito dos acadêmicos interessados na temática.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2019)  
Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

No âmbito do Poder Público, algumas iniciativas têm sido implementadas nas últimas décadas para tentar – embora muitas não passem de tentativas frustradas – prevenir, controlar e documentar os casos de violência escolar. Diversos estados e municípios adotaram políticas voltadas para a prevenção da violência escolar influenciadas pelo modelo da UNESCO implementado, inicialmente, no Estado do Rio de Janeiro no início da década de 2000, e centrado na ideia de difundir nas escolas e entre os jovens uma “cultura de paz” (Abramovay, 2001). Esse movimento foi também crescendo em função da aprovação de legislações em âmbito federal, estadual e municipal, sobre questões relacionadas à violência contra crianças e adolescentes, tanto na escola como fora dela. No âmbito federal, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), aprovadas respectivamente em 1990 e em 2015, preveem a adoção de medidas para a contenção da violência escolar. Já em nível estadual, várias unidades federativas, como São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, têm implementado mais recentemente sistemas de registro das ocorrências escolares, embora as informações registradas sejam, em geral, pouco ou nada transparentes, mesmo para os próprios profissionais da educação que poderiam delas tirar proveito para seu planejamento cotidiano. Na mesma direção, em agosto de 2023 foi criado pelo governo federal o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), concebido para operar em articulação com estados e municípios. Ainda que os resultados de tais políticas sejam incertos, abre-se com tais iniciativas um universo de dados potenciais que podem ser úteis para a reflexão sobre conflitos e violências escolares.

Por outro lado, a percepção de um aumento da insegurança na escola deu ensejo a políticas públicas educacionais que apostam na punição e na repressão como soluções para remediar os casos de violência e indisciplina estudantil. Projetos de militarização das escolas públicas e a alocação de policiais e guardas municipais nas escolas têm se tornado cada vez mais comuns, transferindo parte da responsabilidade dos profissionais da educação em administrar os conflitos para agentes de segurança externos que passam a se tornar parte do cotidiano das instituições escolares. Além disso, a estrutura física das escolas passa por transformações, com a instalação de câmeras, a construção de muros, portões dividindo setores da escola, grades nas janelas, entre outros dispositivos de controle que fazem com que essas instituições caminhem no sentido do que Shedd

(2015), pensando no contexto escolar estadunidense, chamou de um *aparato carcerário universal*. Sobre tais políticas, ficam três perguntas: que tipo de socialização sobre a vida em comum essas instituições oferecem aos estudantes? Que subjetividades essas políticas passam a forjar nas crianças e jovens através de uma nova rotina escolar? Como essas práticas de controle impactam os casos de conflitos e violência nas escolas? As pesquisas acadêmicas de cunho mais qualitativo podem responder a essas e outras questões que tratam dos processos e experiências vividas no contexto escolar associados à vitimização de estudantes e profissionais da educação. Como defendem Astor e Benbenishty (2005), a vitimização escolar pode ser entendida como uma forma específica de violência interpessoal, vinculada ao contexto, e que deve ser tratada separadamente da vitimização ocorrida em outros espaços sociais. Isso porque a influência dos contextos externos é mediada e diretamente afetada pelo contexto interno da escola. Assim, por exemplo, determinadas formas de administração dos conflitos podem reforçar a prevalência de violência na escola.

Tal constatação implica na necessidade de que novos e antigos conflitos e violências escolares, e suas formas de administração, sejam objeto de atenção por parte dos pesquisadores interessados em educação no país, considerando que a atual conjuntura parece ter agravado o nível de conflitualidade social nas escolas. Portanto, trata-se não mais de um tema relevante ou importante, mas sim de um tema urgente no campo dos estudos sobre educação no país, que a revista Campo Minado muito acertadamente coloca em evidência com a publicação de seu mais recente volume.

### **Referências bibliográficas**

- ABRAMOVAY, Miriam. *Escolas de paz*. Brasília: UNESCO, 2001.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ASTOR, R.; BENBENISHTY, R. *School violence in context: Culture, neighborhood, family, school, and gender*. Oxford University Press on Demand, 2005.
- MAIA, B.; FILPO, K. P. L.; VERISSIMO, M. (Org.). *Administração de conflitos no espaço escolar: estudos interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- MAIA, B.; FILPO, K. P. L.; MONTEIRO, P.; VERISSIMO, M. (Org.). *Administração de conflitos no espaço escolar: estudos interdisciplinares II*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

SANTOS, C; OLIVEIRA, L. *Mapeamento dos ataques às escolas no Brasil: a questão do ódio e da violência extrema contra as comunidades escolares*. Salvador: El Coyote, 2023.

SHEDD, Carla. *Unequal city: Race, schools, and perceptions of injustice*. Russell Sage Foundation, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e pesquisa*, v. 27, p. 87-103, 2001.

Dossiê

**Apresentação do dossiê “*Conflitos escolares e o aprendizado dos valores cívicos na sociedade brasileira*”**

Comitê Editorial

Entre os dias 1 e 4 de agosto de 2023, a Universidade Federal Fluminense (UFF) sediou a XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (XIV RAM), um dos mais importantes congressos onde antropólogos e outros cientistas sociais têm a oportunidade de se reunirem com seus pares, entre os quais alguns oriundos de outros países da América Latina, para debater sobre as inovações e os resultados contidos em suas respectivas pesquisas. Um dos grupos de trabalho, que tinha por nome “*Educação, juventudes e sociabilidades: experiências conflitivas no ambiente escolar*” e era coordenado por um trio de antropólogos vinculados ao INCT-InEAC – Bóris Maia (UFRJ), Haydée Caruso (UnB), e Nalayne Pinto (UFRRJ) – propiciou um interessante encontro de pessoas para debater pesquisas empíricas realizadas em escolas, em perspectiva comparada.

O presente dossiê é uma das consequências desse encontro, não só pelo fato de os três textos que o compõem terem sido ali apresentados, mas principalmente pelo consenso que se formou, já naquela oportunidade, em torno da ideia de que era necessário registrar de alguma forma aquele debate. Paralelo a isso, como já foi dito no Editorial, pensar os conflitos escolares, com foco na observação sobre como os mesmos são (ou não) administrados, permite compreender a formação (ou não) de valores cívicos na sociedade, e o impacto que isso tem no trabalho e nas políticas da Segurança Pública. Desse modo, a discussão vai ao encontro do escopo desta revista, de promover o debate acadêmico no campo da Segurança Pública, partindo da perspectiva das ciências sociais.

Esta relação entre padrões de cidadania, práticas educacionais e políticas de segurança foi também um dos temas mais debatidos no último semestre nas reuniões dos Grupos de Estudos em Segurança Pública (GESP), organizados por parte do comitê editorial desta revista junto a tutores e estudantes do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social, da UFF, na modalidade EaD, por meio do Consórcio CEDERJ-CECIERJ. Em reuniões regulares do GESP, que são apoiadas pelo CEDERJ por meio de bolsas de tutoria, etnografias de diferentes espaços escolares têm sido lidas e debatidas dentro desta perspectiva de se pensar a reprodução de valores sociais que impactam nos níveis de conflitualidade da sociedade. Assim, por meio da observação sistemática e

coletiva sobre como os futuros cidadãos são habituados a lidar com os conflitos nos pátios e salas de aulas contemporâneas, novas tecnologias sociais podem ser criadas para o uso no campo da administração institucional de conflitos, em uma chave democrática, plural e informada.

Por tudo isso, o Comitê Editorial da Revista Campo Minado aceitou a tarefa de viabilizar a reunião de textos saídos daquela discussão, acreditando no potencial que estas etnografias de pátios, banheiros e salas de aula têm para desencadear um pensamento inovador sobre administração de conflitos e Segurança Pública no Brasil contemporâneo.

Começamos com o texto *“EXPLANA E COMPARTILHA- uma análise sobre processos de intimidação sistemática e produção de notícias falsas entre alunos (as) no espaço escolar”*, trabalho coletivo de autoria da professora Nalayne Pinto, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, juntamente com os estudantes de Ciências Sociais Lucas Ribeiro da Silva e Gabriela Rodrigues de Oliveira, ambos sob sua orientação.

A segunda contribuição, intitulada *“O que dizem a ‘porta do assédio’ e a ‘régua de pika’: gênero e sexualidade em grafitos de banheiros escolares”*, é de autoria de Sasha Cruz Alves Pereira, do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Já o terceiro trabalho, que fecha este dossiê, intitulado *“Da cor ao corpo: estigmas religiosos que atravessam o espaço escolar”*, foi escrito por Camila da Silva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Convidamos as leitoras e os leitores a conferir os respectivos resumos e, eventualmente, travar contato com estes interessantes trabalhos através dos quais esperamos fomentar esta discussão em interface entre os campos disciplinares da Antropologia, da Pedagogia e da Segurança Pública.

## **Da cor ao corpo: estigmas religiosos que atravessam o espaço escolar**

Camila da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho visa compreender como a cor e o corpo negro são atrelados aos estigmas religiosos presentes no espaço escolar e como esses afetam a construção do indivíduo enquanto um sujeito social. O principal objetivo é analisar os estigmas ligados as religiões de matriz africana na escola, ressaltando a importância da participação dos estudantes no debate acerca do racismo religioso no espaço escolar. Dessa forma, se faz necessário examinar como as percepções são definidas através de um estigma religioso pautados em uma histórica única e como isso influencia indiretamente em casos de intolerância religiosa observadas nas escolas do município. Portanto, percebe-se como os casos de racismo religioso são frequentes, acarretando os estigmas narrados e vivenciados dentro do espaço escolar pelos alunos e como a ausência da aplicabilidade assertiva da Lei 10.639/03 impacta nos comportamentos e discursos produzidos disfarçados de desinformação.

**Palavras-chave:** Racismo religioso; Conflito racial; Estigmas religiosos; Espaço escolar.

**Abstract:** The present work aims to understand how the color and the black body are linked to the religious stigmas present in the school space and how these affect the construction of the individual as a social subject. The main objective is to analyze the stigmas linked to religions of African origin in the school environment, emphasizing the importance of student participation in the debate about religious racism in the school space. Thus, it is necessary to examine how perceptions are defined through a religious stigma based on a unique history and how this indirectly influences cases of religious intolerance observed in Seropédica schools. Therefore, it is clear how frequent cases of religious racism are, leading to stigmas narrated and experienced within the school space by students and how the absence of assertive applicability of Law 10.639/03 impacts on behaviors and discourses produced disguised as misinformation.

**Keywords:** Religious racism; Racial conflict; Religious stigmas; School space.

---

<sup>1</sup> Cientista Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Email: [camilaaneto@hotmail.com](mailto:camilaaneto@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O trabalho visa compreender como a cor e o corpo negro estão atrelados a estigmas religiosos no espaço escolar e como essas acusações pejorativas afetam na construção do indivíduo, seja no reconhecimento de si, da cultura, diversidade e sobretudo da sua identidade. Dessa forma, é possível entender quanto o ambiente escolar é um local diverso, com valores e crenças diversificadas, por isso, a diferença e o conflito se tornam explícitos. Por mais que seja um ambiente educacional que visa o desenvolvimento dos estudantes, o racismo religioso, intolerância e estigmas adentram nesse ambiente ocasionando desentendimentos e construções negativas para com o corpo negro e a história e cultura afro-brasileira e africana.

Assim, o primeiro momento do texto será dedicado a uma breve revisão do corpo negro no processo histórico, visto que para entender como a cor e o corpo negro estão atrelados a noções negativas e pejorativas, é preciso compreender como o corpo negro foi visto e colocado na sociedade ao longo dos anos e qual o lugar que esse corpo ocupa na atualidade. Nesse sentido, se faz necessário compreender como a violência racial impactou corpos negros ao longo dos séculos e como a violência se faz presente na atualidade, moldando estruturas sociais, as relações estabelecidas e até mesmo o espaço escolar.

O segundo momento se dedicará a abordar sobre o espaço escolar enquanto um espaço de convivência das diferenças, na medida em que os conflitos se apresentam de diferentes maneiras, mais precisamente sobre os estigmas religiosos relacionando com o racismo e a intolerância manifestados contra religiões afro-brasileiras. Além disso, perceber como a escola falha na aplicabilidade da Lei 10.639/03 com a inclusão de ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana e das relações étnico-raciais, visto que para os alunos dessas escolas, a ausência da Lei é um fator que corrobora para a manifestação desse conflito no ambiente educacional.

Nesse sentido, foram analisados os podcasts realizados pelos alunos de duas escolas no município da baixada fluminense, para entender o contexto em que essas escolas estão inseridas, marcadas por uma conjuntura fortemente evangélica e refletir como o racismo religioso caminha de mãos dadas nas escolas. Atrelado a isso, o estigma produz uma marca social de valorização negativa, que recai por aqueles que professam qualquer religião afro-brasileira, que por vezes essas situações são silenciadas e

naturalizadas no ambiente escolar, ocasionando uma insegurança para alunos denunciarem as experiências negativas que enfrentam devido a fé que professam.

Por fim, o presente trabalho abordará a escola e o corpo negro como principais objetos de pesquisa, para pensar os estigmas religiosos, a violência e o racismo religioso encontrados no ambiente escolar. Para além disso, refletir sobre a construção de um ambiente educacional seguro, justo, igualitário e que tem como finalidade um ensino que respeite a diferença e diversidade manifestada por diversos estudantes dentro desse ambiente. A escola deve ser construída como um local seguro e acolhedor, que ensina a partir das diferenças e não um ambiente que se afasta devido a diversidade.

## **A VIOLÊNCIA DO RACISMO CONTRA CORPOS NEGROS**

Ao refletir sobre o corpo negro na sociedade, percebe-se como a cor e o corpo estão atrelados um ao outro, como um sinônimo, complemento de seu significado e maneira. A cor não se separa do corpo, o corpo não se separa da cor e isso pode ser compreendido através de todo processo histórico acoplados no corpo negro durante o período colonial, na qual corpos negros foram marginalizados, desumanizados e roubados o seu direito e reconhecimento na luta para serem identificados enquanto humanos. Com base nisso, abordar sobre o corpo negro é refletir sobre a temporalidade histórica em que o negro lutou e luta por reconhecimento, direito, e contra o processo de aniquilação por consequência do racismo estrutural e estigmas direcionados a pessoas pretas. Refletir sobre o corpo negro é comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se nas suas potencialidades, pois ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 2021).

Diante disso, a cor e o corpo negro estão presentes durante todo o processo histórico da formação do mundo contemporâneo, sobretudo, na formação do Brasil, na qual seu corpo foi utilizado como uma mão de obra barata através de golpe, chicote, tronco e senzala. O corpo negro esteve presente no navio negreiro, na escravização e genocídio que por séculos os europeus se beneficiavam através da dominação e subalternização desses corpos, utilizando o fanatismo religioso professados por aqueles que entendem que há apenas um único caminho, verdade e a vida. Desse modo, abordar sobre o corpo negro é refletir sobre como os impactos do período colonial geram para esses corpos na atualidade, sobretudo, na cultura afro-brasileira e africana, nas religiões

de matriz africana e todo resgate histórico traçado ao longo do processo. Portanto, relacionado a isso, a colonialidade é o maior vestígio do período colonial que atravessa os corpos negros na sua existência, pois entende-se que o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói, por vezes infecta, e outras vezes sangra (KILOMBA, 2019).

Quando se fala de colonialismo, se fala sobre uma situação colonial que marcou uma experiência histórica no passado e que hoje, a colonialidade traz os vestígios para a sociedade moderna, esses resquícios foram profundos laços coloniais e que não terminaram com o processo de independência, ele se desdobra na modernidade. Assim, a colonialidade é uma face oculta da modernidade (RUBBO, 2019), que caracteriza humanos e não humanos, civilizados e selvagens, estabelecendo o que é bom e ruim imposta pelos povos colonizadores aos colonizados. Esta distinção entre colonialidade e colonialismo explica, assim, a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim da administração colonial, uma vez que estas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas através dos mecanismos do sistema colonial (ASSIS, 2014). Um importante exemplo disso é a catequização que ocorria dos europeus para com os povos originários, pois havia a crença de que os indígenas eram povos sem salvação e apenas o catolicismo seria a cura para a condição que viviam.

A violência racial que atravessa corpos negros de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, acontece através de uma dupla junção: a de encarar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar ou negar e anular a presença do corpo negro (FREIRE, 1983). A primeira, se refere ao corpo negro regulado, colocado em um lugar de não direito e invalidando suas questões étnico-raciais, sua história, cultura e religião, que por muitos anos foi pautada em um local de desumanização. A segunda parte, ao negro emancipado, que ocupa lugares de direito, de poder que reconhece o legado histórico carregado pela África, e sobretudo, a importância de sua cultura e religião como fonte da diversidade norteadas não apenas na sociedade brasileira, como também inseridas dentro do sistema educacional na construção de uma educação emancipadora.

Para abordar a construção do corpo negro, primeiro é preciso falar sobre as condições que esses corpos foram colocados na sociedade ao longo da história. Como apontado por Rediker (2011), o tráfico negreiro foi o estopim central para todas as desproporções que ocorreram com corpos negros, desde a migração forçada de seu continente, a viagem onde corpos negros ficavam enjaulados, na super lotação, condições

desumanas, restrições a alimentação e higiene, a escravização e genocídio até os dias atuais. A partir disso, povos negros, sua história e cultura sofrem um longo processo de silenciamento e apagamento, seja na questão histórica, social, política e sobretudo na questão religiosa, na medida em que são condenados por cultuar religiões que são lidas como demonizadas, devido a todo processo de embranquecimento que opera através do racismo religioso, da eugenia e do mito da democracia racial, que por muito tempo permaneceu como um projeto falso de igualdade.

A teoria da democracia racial surgiu para mascarar todo o racismo penetrado na sociedade, desde o racismo científico, as políticas de embranquecimento baseadas em uma eugenia até os dias atuais. O mito da democracia racial silencia, apaga e afasta qualquer possibilidade de discussão sobre igualdade e direito à diferença que envolvam a questão racial por achar que há um equilíbrio alcançado, principalmente quando se trata do âmbito educacional, na qual casos de racismo religioso se tornam cada vez mais sensíveis dentro do espaço e, conseqüentemente, silenciados, favorecendo a permanência do estigma religioso imputado sobre religiões de matrizes africana e afro-brasileiras.

Desse modo, tendo seu corpo desumanizado, sua cor subjugada, sua religião negada, sua história apagada e sua cultura apropriada, o negro permaneceu condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual” (FERNANDES, 1972). Mas ainda assim, se espera que o corpo negro seja benevolente, grato pela “ascensão” na sociedade, por uma liberdade que a história do Brasil registra com o nome de “Lei Áurea”, o que não passou de uma forma de exoneração de responsabilidades dos senhores, do Estado e da Igreja para ocultar um assassinato em massa e multiplicação de crimes (NASCIMENTO, 2016). Com isso, todo o processo de embranquecimento, imposição e negação da cultura, história e religião do corpo negro foi manifestada para não o integrar na sociedade, pelo contrário, esse caminho de desumanização criou uma desestabilidade cultural, psíquica e moral, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo (MUNANGA, 2020).

Perceber o processo do estigma religioso, da intolerância e racismo que atravessa corpos negros presentes não apenas na sociedade, mas também nos espaços escolares, se faz necessário para compreender como surgiu todo o processo de desumanização e subjugação atreladas ao corpo negro, sua história, cultura e religião e o lugar no qual esses foram colocados no processo histórico. Assim, é imprescindível denunciar os estigmas religiosos que são atribuídos às religiões afro-brasileiras expressados no ambiente

escolar, que por muita das vezes são normalizadas, silenciadas ou até mesmo domesticadas através de uma folclorização por parte de uma ideologia dominante no Brasil (PEREIRA, 1983), com o intuito de tornar uma tarefa mais difícil para denunciar.

Portanto, o trabalho se atentará em como o espaço escolar pode ser um reflexo da sociedade, visto que, o racismo estrutural como apontado por Silvio Almeida (2018), determina as regras a partir de uma ordem social estabelecida. Assim, se o racismo religioso é uma decorrência das estruturas sociais que normaliza e tem como verdade os padrões e regras baseados na discriminação racial e religiosa, nota-se que essa estrutura social adentra no ambiente escolar e que os sujeitos reproduzem esse processo social e histórico, afetando a vida de alunos e da instituição de ensino.

### **ESTIGMAS RELIGIOSOS QUE ATRAVESSAM O ESPAÇO ESCOLAR**

O espaço escolar é um ambiente diverso, na qual os alunos têm acesso a diversas culturas, ensinamentos e experiências através do desenvolvimento cognitivo e educacional na formação do ser. Para além disso, a escola também é um espaço de socialização (BERGER, 1973), na medida em que os estudantes entram em contato com o outro e adquirem outras formas de saber e aprender no convívio social, desse modo, a instituição escolar deve ser uma instituição de respeito a diferença, que promova a igualdade e o direito ao aluno de estudar, para o respeito a cidadania e preservação a laicidade. Contudo, o não acolhimento da diversidade religiosa, faz com que estudantes sejam vítimas de violência, assim como também os produtores delas (ELEOTERIO, 2020).

Na medida em que conflitos religiosos são negligenciados dentro do espaço escolar, devido a todo apagamento histórico, cultural e o silenciamento que ocorre através do racismo religioso contra religiões afro-brasileiras, são motivos para que o preconceito religioso prevaleça dentro dos ambientes educacionais, contribuindo com a intolerância com a fé que o outro professa e no que ela representa na diversidade cultural brasileira. Com isso, a denúncia do racismo religioso manifestada no interior do espaço escolar está relacionada com todo processo histórico vivido por pessoas negras que foram brutalmente escravizadas no período colonial, com os estigmas religiosos pautados nas religiões de matriz africana, que foi iniciado no Brasil colônia, com a omissão da laicidade do Estado, e sobretudo, da ausência da aplicabilidade assertiva da Lei 10.639/03, que tem como

objetivo propagar a obrigatoriedade do conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira nos espaços formais de ensino.

Nesse sentido, quando a escola não cumpre com o direito a uma educação para todos, com respeito a diferença e igualdade, que proporcione um ensino diverso, se torna um espaço vulnerável ao conflito da violência racial e ao racismo religioso, onde o medo e a insegurança prevalecem para estudantes que professam religiões afro-brasileiras, especialmente alunos negros. Os estigmas predominantes que se assentam sobre as religiões afro-brasileiras recaem principalmente para estudantes negros, na medida em que o racismo religioso atravessa de uma forma diferente para os estudantes negros em comparação aos estudantes brancos. Enquanto estudantes brancos que professam a religião afro-brasileira lutam pelo direito de professarem sua fé sem discriminação, em busca pela igualdade e o direito de se expressarem livremente, indo contra os estigmas religiosos, os estudantes negros além de participarem da mesma luta, também precisam lutar para que sua cor seja respeitada e que toda história e cultura que parte dela não recaia sobre o apagamento histórico e cultural.

Quando se trata do racismo religioso, para corpos negros, essa questão tem um significativo diferente, visto que o ódio às religiões afro-brasileiras parte da recusa a tudo que envolve a cultura africana e sua representação para o povo negro. Além disso, o racismo religioso é uma questão diretamente ligada ao racismo estrutural do país, e especialmente ao período colonial e seus impactos gerados nos corpos negros, contra pessoas de terreiro e seus templos religiosos. Nesse sentido, o referencial histórico de violações é interpretado como uma forma de tratamento de negação da dignidade das pessoas, o que afeta diretamente o reconhecimento pleno de direitos de cidadania (MIRANDA, CORRÊA e ALMEIDA, 2017).

Dessa forma, estigma pode ser entendido como uma marca social que recebe uma valoração negativa, ou seja, a sociedade formula métodos para categorizar as pessoas e isso ocorre através dos estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos pela linguagem (GOFFMAN, 1975). Contudo, um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder, distinta do grupo estigmatizado (ELIAS e SCOTSON, 2000). Logo, o estigma religioso sobre as religiões afro-brasileiras surge como uma forma de inferiorização e regulação, que vai ao encontro do ambiente escolar, que é um espaço de aprendizado e construção

para os estudantes, contudo, a não preservação da dentro dos espaços de ensino desencadeia diversas práticas de intolerância religiosa vivenciadas pelos estudantes.

Ainda que esteja definida a laicidade do Estado garantida pela Constituição de 1988, no ambiente escolar o racismo religioso e o preconceito contra práticas religiosas afro-brasileiras marcam presença em diversas maneiras, seja nas falas, olhares, recusa no processo de ensino religioso que não seja do católico ou protestante e uma resistência ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na escola. A produção da intolerância religiosa pode se expressar através do desprezo pelo patrimônio cultural africano e afro-brasileiro, pela negação do status religioso devido à crença na demonização das religiões afro-brasileiras e manifestações inerentes a ela (VIEIRA, 2017). Atrelado a isso, a não resolução ou mediação desses conflitos acerca do racismo religioso presentes na escola, propicia um espaço de ensino na qual o estigma e preconceito se sobrepõem no ambiente escolar em detrimento do respeito e igualdade.

A instituição escolar contribui na formação do ser e sua inserção na sociedade. Desmistificar as noções pejorativas e os estigmas religiosos pautados nas religiões afro-brasileiras é uma obrigatoriedade não apenas na questão da ética, mas sobretudo no cumprimento na educação das relações étnico-raciais, uma educação de igualdade e respeito às diferenças. A ideia de que a cultura africana está diretamente ligada com uma religião que cultua demônio, além de preconceito, é racismo religioso que através dos séculos essa noção foi implementada na sociedade para deslegitimar a cultura africana e demonizar toda diversidade que molda o Brasil até os dias atuais. Assim, se faz necessário refletir sobre o direito à diversidade em um contexto marcado pela disputa entre as maiorias religiosas católica e evangélica (MIRANDA, 2015) e em uma estrutura racista que privilegia grupos em detrimento de outros.

Ademais, quando o racismo estrutural adentra no espaço escolar como um fomentador do racismo religioso, ele abdica de um espaço justo e seguro. É importante analisar que na instituição escolar haverá o conflito oriundo das diferenças, visto que há um encontro de múltiplos saberes, valores, conhecimentos e culturas que por muitas vezes se chocam através da socialização entre os seres (PINTO, 2015). Desse modo, quando se reconhece o conflito dentro da escola, suas causas e movimentações, também se reconhece a maneira de mediar essas situações, para que casos como esses não se tornem comuns ou naturalizados dentro desse ambiente, para que os estudantes tenham coragem

de denunciar o racismo religioso disfarçado de opinião, sem o medo da descredibilização estar acompanhando a situação.

Casos de racismo religioso dentro do espaço escolar não são casos isolados, pelo contrário, são casos corriqueiros que por vezes são abafados pela direção pedagógica e negligenciados pela não mediação conflituosa que surge através da manifestação da fé. De acordo com Neto (2017), a intolerância religiosa ocorre pela perseguição das minorias e pela atividade de vandalismo aos símbolos religiosos, isso pode ser percebido através dos relatos e experiência dos estudantes de Seropédica dentro da instituição escolar. O conflito do racismo religioso pode ser causado por qualquer integrante do espaço escolar, mas que ainda sim, é um assunto pouco tratado dentro desses espaços devido a um tabu que envolve as religiões afro-brasileiras e até mesmo a insegurança dos estudantes de denunciar o racismo religioso sofrido, na medida em que por muitas vezes são minorias dentro desse local.

Sendo assim, construir um ambiente escolar que discuta sobre administração de conflitos através do diálogo com os alunos, não é uma tarefa deslocada da realidade. O projeto da Feira de Ciências Conflitos e Diálogos na Escola<sup>2</sup> carrega o objetivo de trabalhar os diversos conflitos encontrados dentro do ambiente escolar através de um espaço de diálogo, escuta, mediação e construção, para que os alunos se expressem livremente sobre questões que os afligem enquanto estudantes dentro da escola. Ao todo, em duas edições da Feira de Ciências, ocorrendo em 2020 e em 2022, obteve-se trinta e seis trabalhos produzidos sobre diversos temas referentes aos conflitos observados pelos estudantes no ambiente escolar, assim, ela integra um esforço do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC/UFF) e analisa de que maneira os conflitos estão presentes e são administrados no espaço escolar.

Com isso, a Feira de Ciências resultou em grandes trabalhos acerca dos conflitos escolares, mais precisamente acerca do racismo religioso manifestado dentro desse espaço, ocasionando em trabalhos como: “Estigmas religiosos no ambiente escolar: o

---

<sup>2</sup> A feira de ciências teve como objetivo propiciar um espaço de diálogo entre pesquisadores da Universidade pública e professores e alunos do Ensino Médio, de maneira que os alunos possam expressar-se, buscando trabalhar a educação científica a partir de temas relacionados aos processos de administração de conflitos em ambientes escolares. Ela integra um esforço do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC/UFF) em construir uma linha de pesquisa que procure analisar de que maneira os conflitos estão presentes e são administrados no espaço escolar.

caso das religiões de matriz africana” e “A intolerância religiosa e o fanatismo religioso caminhando de mãos dadas na escola”<sup>3</sup>. Esses são trabalhos que abordam diretamente a visão dos próprios estudantes acerca dos estigmas e intolerância religiosa encontrados dentro do espaço educacional, assim, os alunos trazem suas perspectivas sobre o assunto, relacionando com suas experiências e vivências dentro da escola, por isso, esse é um tema extremamente sensível e importante para a construção desse diálogo entre os alunos e o espaço escolar.

Os trabalhos foram desenvolvidos com podcasts que propõem trabalhar a visão dos alunos sobre o espaço escolar, assim, os próprios alunos escolheram trabalhar através do tema racismo religioso, pois esse é um conflito muito sensível dentro de suas respectivas escolas. Com isso, ambos podcasts são de dois colégios do ensino médio, localizados no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, na qual seis estudantes participaram do projeto, onde formaram um grupo de duas pessoas e outro grupo de quatro pessoas, para debaterem suas perspectivas da religiosidade e manifestações da fé que cada estudante professa no espaço escolar.

Para compreender a motivação pelo assunto nos trabalhos propostos dos alunos, é importante conhecer o local e o contexto em que essas escolas estão inseridas. A cidade lidera o ranking contendo 44% da população evangélica, dessa forma, é a cidade da Baixada Fluminense com o maior índice de evangélicos, esses são números expressivos que ajudam a compreender como os alunos observam a questão do racismo religioso dentro do espaço escolar. Marcada em um contexto fortemente evangélico, onde até mesmo feriado municipal intitulado como “Dia do Evangélico” é seguido pelos residentes, é possível perceber como a estrutura social inserida no local adentra no espaço escolar, e por vezes, estabelece as formas de relações, percepções, crenças e socialização entre os alunos que estudam nesse município. Logo, através dos podcasts trabalhados pelos alunos, é possível perceber que há uma diferença na abordagem sobre o assunto em que os grupos irão tratar, visto que ambos grupos trabalham com perspectivas diferentes.

---

<sup>3</sup> Os podcasts foram realizados em duas escolas na Baixada Fluminense, através da parceria da UFRRJ com o InEAC, auxiliado pelo grupo de pesquisa “Administração de Conflitos em Ambientes Escolares” da docente Nalayne Mendonça Pinto, na qual contribuiu na mobilização das escolas com esse projeto.

O primeiro podcast a ser analisado é “Estigmas religiosos no ambiente escolar: o caso das religiões de matriz africana”<sup>4</sup>, que tem como base uma análise crítica do sistema atual de ensino do Brasil em relação ao ensino da cultura afro-brasileira e dos povos originários e a importância desse debate na construção do conhecimento escolar. Os alunos apontam que a catequização de indígenas escravizados na era colonial do Brasil por parte dos portugueses seria o grande fator responsável pela predominância do cristianismo, uma vez que o catolicismo era posto como única religião verdadeira e responsável por cultivar o bem. Além disso, argumentam sobre a existência de outras religiões que cultivam o bem para além das religiões de matriz cristã, e relatam casos de intolerância religiosa que presenciaram dentro das escolas, como por exemplo, a exclusão de duas colegas de turma por não serem cristãs ou professores que professavam religiões de matriz africana não podiam se manifestar religiosamente dentro do espaço escolar.

Nesse sentido, os alunos procedem na discussão sobre como o Estado falha ao não cumprir com a sua laicidade, pelo contrário, contribui com os estigmas impostos às religiões de matriz africana e com o não cumprimento do ensino religioso no seu modo plural e devido. O interesse dos alunos sobre o tema da pesquisa surgiu através de experiências negativas vivenciadas por professores e alunos dentro do ambiente escolar. Essas experiências produziram estigmas e acusações, e, ao perceberem os impactos destes momentos, decidiram refletir sobre as causas da intolerância religiosa, conectando com o racismo observado na sociedade brasileira.

Para esses alunos, o principal objetivo do podcast é analisar e desconstruir estigmas ligados às religiões de matriz africana no ambiente escolar, ressaltando a importância da execução das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que define a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Contribuir para a desconstrução de noções pejorativas relacionadas à cultura negra e dos povos originários e analisar mecanismos para o combate à intolerância religiosa. Desse modo, através do podcast os alunos puderam ressaltar suas perspectivas enquanto estudantes que vivenciaram e observaram diversos casos como esses em sua instituição escolar.

---

<sup>4</sup> Ouvir podcast online: < <https://podcasters.spotify.com/pod/show/pesquisas-escolares/episodes/5--Estigmas-religiosos-no-ambiente-escolar-O-caso-das-Religies-de-Matriz-Africana-en71mv> > Acesso em 19 de junho de 2023.

O segundo podcast a ser analisado é “A intolerância religiosa e o fanatismo religioso caminhando de mãos dadas na escola”<sup>5</sup>, que tem como base uma análise acerca da intolerância e do fanatismo religioso enquanto uma manifestação normalizada entre os alunos do ambiente escolar. Além disso, entende-se que esse é um assunto que ao longo dos anos se tornou sensível para o colégio, um tema que atravessa uma linha tênue entre a divergência de opinião para o racismo religioso, na qual o respeito é deixado de lado e a intransigência caminha de mãos dadas com os estigmas impostos. Com isso, o interesse dos alunos sobre esse tema surgiu através dos riscos prejudiciais e psicológicos que a ausência desse debate representa para o corpo estudantil.

Através das experiências negativas também observadas por esses estudantes de outra escola do mesmo município, os alunos perceberam que a escassez desse debate produz não apenas estigmas e acusações, mas também afeta no convívio social dos estudantes inseridos na escola, trazendo como exemplo, os alunos relatam ter presenciado um estudante ser agredido por ser espírita por um outro colega que eles intitulam como um "cristão fanático". Assim, o principal objetivo proposto por eles é tornar a discussão desse debate visível no espaço escolar, contribuir com discussões ligadas às religiões, estigmas impostos, e principalmente, combater o racismo religioso dentro da instituição escolar, pois esse é um espaço de mútua aprendizagem, desenvolvimento cognitivo e social e que também deve ser um ambiente de respeito e igualdade.

Um outro fator que corrobora para a discussão do debate do racismo religioso nas escolas, é perceber o quanto o assunto é visivelmente sensível para esses estudantes. Em 2022, foi realizado palestras nas escolas em que foram trabalhadas as Feiras de Ciências, através disso, com a semana de prevenção a violência, as palestras funcionaram como uma forma de orientação e mediação dos conflitos ocorridos no espaço escolar, tendo como principal foco os alunos e experiências que eles presenciaram ou viveram nas escolas. Desse modo, trabalhando com os diversos conflitos nas escolas, como bullying, gordofobia, racismo, homofobia e outros, após o surgimento do tema “Intolerância Religiosa”, notou-se uma manifestação por parte dos alunos através dos relatos de outros estudantes que pertencem as religiões afro-brasileiras. De um lado, havia estudantes que professavam as religiões do candomblé e umbanda, relatando que não recebiam o mesmo

---

<sup>5</sup> Ouvir podcast online: < <https://podcasters.spotify.com/pod/show/pesquisas-escolares/episodes/23--A-intolerncia-religiosa-e-o-fanatismo-religioso-caminhando-de-mos-dadas-na-escola-II-Feira-de-Cincias-e-lpj7ng> > Acesso em 19 de junho de 2023.

tratamento ou não eram vistos da mesma forma que os católicos ou evangélicos eram vistos dentro da escola. De outro lado, havia estudantes católicos e evangélicos relatando que não tinham preconceito com religiões consideradas afro-brasileiras, apenas enxergavam essas religiões como erradas por cultuarem um outro Deus que não seja no que eles acreditam.

Através da discussão que se intensificou na palestra e dos relatos das professoras expondo que esse assunto se encontra em um local vulnerável para esses estudantes, percebeu-se que a religião é ao mesmo tempo legitimada e deslegitimada na escola (MIRANDA e MAIA, 2014). Dessa maneira, para esses estudantes o conflito do racismo não pode ser resolvido pelo ensino religioso, visto que o ensino religioso que eles recebem nas escolas privilegia apenas algumas religiões, em contrapartida, outras religiões são negligenciadas e por vezes abordadas erroneamente nos espaços escolares. Consequentemente, isso estabelece uma hierarquia de privilégios de estudantes evangélicos ou católicos para com estudantes que professam uma religião afro-brasileira, na medida em que dependendo da forma como esse assunto é abordado em seu espaço escolar, estudantes católicos ou evangélicos se beneficiam dessa condição e transferem estigmas através do olhar e falas carregadas de racismo religioso.

Nesse sentido, apesar de ambos podcasts abordarem sobre como o fanatismo religioso -termo utilizado pelos próprios alunos do trabalho em questão - traz malefícios para o espaço escolar, afetando a estrutura da escola e os seus estudantes, as perspectivas que ambos grupos passam através do trabalho são opostas e percorrem caminhos diferentes. Enquanto um trabalho foca em um respaldo histórico do período colonial acerca da religião como o fomentador do estigma, trazendo para o debate o racismo religioso, a importância de existir de fato um Estado laico e a aplicabilidade da Lei10.639/03 como uma forma de resolução desse conflito para que o respeito à diversidade e diferença prevaleça na escola, o outro trabalho foca na questão da intolerância e fanatismo caminhando juntos com o extremismo, como um agente responsável pelo conflito religioso. Assim, os alunos evidenciam como os ataques causam riscos para a saúde mental dos alunos e como o não preparo para lidar com o assunto os adoecem e os desmotivam dentro da instituição de ensino.

Dada a quantidade de materiais produzidos acerca do conteúdo, é importante trazer o debate para o ambiente escolar para que as disciplinas também trabalhem com a temática, pois aprender sobre religião é também aprender sobre nossas vidas, nossos

valores, subjetividades e liberdade religiosa, sobretudo, o direito ao livre pensamento e o respeito a diferença, que é o ponto crucial da discussão pública sobre religião (MACHADO, 2022). Assim sendo, os principais pontos abordados em ambos podcasts é a necessidade da inclusão desse tema no espaço educacional, para a promoção de uma educação igualitária com respeito à diferença. Para isso ocorrer, se faz necessário a desconstrução de noções pejorativas e estigmas religiosos que tem como fundamento o racismo impregnado na sociedade brasileira, devido a recusa em reconhecer a história e cultura afro-brasileira e africana como um importante delineador da história do Brasil, seus costumes e diversidade.

Diante do exposto, a construção de noções pejorativas e estigmas religiosos surgem desde cedo com um embasamento eurocêntrico fabricado nas histórias do Brasil nos anos de ensino fundamental, na medida em que por muitos anos, o período colonial e escravagista foi repassado através de uma única história e ponto de vista. Falar sobre uma história única é falar sobre poder (ADICHIE, 2019), quando uma história é contada apenas por uma única perspectiva, o poder oferece a habilidade dessas histórias se tornarem definitivas, enfatizando sempre na diferença, com isso, essa perspectiva pode ser compreendida dentro da instituição de ensino, na medida em que muitas das vezes o currículo escolar não abrange a Lei 10.639/03 em sua prática pedagógica.

O espaço escolar tem um papel imprescindível para eliminação na discriminação racial e emancipação de grupos discriminados, com isso, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças para construção de uma sociedade justa, igual, equânime (BRASIL, 2004). Dessa forma, estudar as relações da educação étnico-raciais dentro do espaço escolar através da Lei 10.639/03 é proporcionar culturas diferenciadas, conhecimentos, um espaço democrático e igualitário para os estudantes, de maneira que eles possam se sentir seguros e acolhidos dentro desse ambiente, sem medo de expressar sua fé.

A Lei 10.639/03 é uma alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tem como objetivo o reconhecimento e valorização da diversidade que compõe a população brasileira. Abordar a Lei 10.639/03 no espaço escolar, é trazer outra perspectiva da história, é trabalhar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em uma perspectiva positiva, evitando distorções, articulando o ensino entre passado, presente e futuro através de experiências, construções e

pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro (BRASIL, 2004).

Contudo, ao analisar os currículos escolares, as opiniões expressadas pelos alunos através dos podcasts, e os diversos casos de racismo religioso contra corpos negros no espaço escolar, percebe-se que há uma negligência da aplicação da Lei 10.639/03 e um descaso para a educação das relações étnico-raciais apontada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Além disso, nota-se uma reprodução de narrativas históricas calcadas no eurocentrismo e informadas pelo racismo que marginaliza, exclui as populações negras (PEREIRA e SILVA, 2021) e inviabiliza a aplicabilidade da lei para além do mês de novembro, assim, se a educação é um direito de todos e para todos, logo a escola não assegura esse direito a educação e como consequência contribui com os casos de racismo religioso expressado dentro desse ambiente.

Dessa maneira, a Lei 10.639/03 juntamente com a educação das relações étnico-raciais tem como fundamento assegurar a igualdade, direito e condições de vida através do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, trabalhando a formação da nação brasileira com diferentes fontes e culturas nacionais. A promoção dessas histórias não é benéfica apenas para corpos negros que poderão se sentir representados e incluídos dentro dos currículos escolares, mas também para pessoas brancas e todo o ambiente escolar, pois promove uma equidade de relações, na qual grupos não se sobreponha aos outros em uma tentativa de serem ou parecerem superiores. Esse reconhecimento implica justiça e direitos sociais:

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana impõe aprendizado, troca de conhecimento, experiências, quebra de desconfiança e propõe um projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igualitária e equânime no espaço escolar (BRASIL, 2004, p.499). Para isso, a escola tem que se desfazer de construções pejorativas, mentalidade racista e superar o etnocentrismo, problemas esses enraizados no processo histórico brasileiro desde o período colonial, que molda

comportamentos, inferioriza, estigmatiza e desumaniza corpos negros para com os corpos brancos, religiões evangélicas ou católicas para com religiões de matriz africana.

Diante disso, o conflito racial e da cor encontrados no ambiente escolar são frutos de um projeto de negligência e descaso perpetuados no Brasil ao longo dos séculos, e que por vezes, adentram no ambiente escolar interferindo na educação e nas relações entre alunos, professores e toda a instituição pedagógica. Os casos de racismo religioso expressados por alunos dentro do espaço escolar são casos que são silenciados e negligenciados pela equipe pedagógica, e conseqüentemente, oferecem um aval de liberação para outros estudantes continuarem propagando estigmas e inverdades baseadas em uma intolerância disfarçada de opinião, que deslegitima religiões afro-brasileiras e recusa culturas e histórias oriundas do continente africano.

Portanto, se a escola é uma instituição de ensino que tem como dever promover uma educação justa e igualitária para todos, sem distinção ou exceção, cabe a instituição escolar desenvolver propostas pedagógicas que visem a um ensino que atenda a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 baseada em uma educação das relações étnico-raciais. Com isso, através da promoção de uma educação que aborde o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de uma maneira positiva, o ambiente escolar caminha na construção de um espaço igualitário, diverso, na qual as diferenças se tornam um caminho de possibilidade de construção e conhecimento para a promoção do respeito, ao invés de ser o motivo de conflito e violência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao tratar do corpo negro, é imprescindível falar sobre o processo histórico de luta por reconhecimento, direitos, contra estigmas, racismo e intolerância causadas ao longo do período de sua existência. O tráfico negreiro foi o ponto central para todas as ações desumanas realizadas contra os corpos negros, tanto na era colonial, quanto atualmente, através disso, os estigmas impostos à sua cor e sua religião, dados pela intolerância e pelo racismo, o corpo negro foi alvo de escravização, genocídio, desumanização e subalternização. Como apontado anteriormente, o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada e que hoje impacta a vida, relações sociais e perspectivas que moldam e se estruturam na sociedade.

O racismo penetrado na sociedade é mascarado através da ideia de democracia racial, que apaga e afasta toda possibilidade de discussão sobre direito à diferença e igualdade racial por vender uma falsa ideia de igualdade já alcançada. O mito da democracia racial se faz presente especialmente no âmbito educacional, espaço onde casos de racismo religioso se mostraram normalizados e silenciados pela equipe pedagógica, fortalecendo os estigmas religiosos imputados sobre religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras, como exposto aqui neste trabalho pelos casos dos estudantes de Seropédica.

Desse modo, compreender o processo histórico do racismo, da intolerância e do estigma religioso, não só na sociedade, mas também no ambiente escolar, é entender como ocorreu todo o processo de desumanização e subjugação do corpo negro. É indispensável denunciar os estigmas religiosos que são relacionados às religiões afro-brasileiras expressados no ambiente escolar, que com uma certa frequência são amenizadas, silenciadas, disfarçadas de opiniões ou até mesmo domesticadas através de uma folclorização por parte de uma ideologia dominante no Brasil, com o intuito de tornar uma tarefa mais difícil para denunciar.

Todo o apagamento histórico, cultural e o silenciamento que acontece a partir do racismo religioso contra religiões de matriz africana, adentram no espaço escolar como uma estrutura social, logo, torna o ambiente educacional um espaço de conflito de racismo religioso, na qual os diversos casos denunciados por estudantes deixam esse tema cada vez mais sensíveis para possíveis mediações e resoluções. Com isso, o reconhecimento da diversidade religiosa faz com que os alunos sejam vítimas de violências, ao mesmo tempo que se tornam reprodutores delas em um espaço educacional.

Dessa maneira, se faz necessário reconhecer a importância dos estudantes como principais agentes do espaço escolar para discutir e debater questões sobre os conflitos, violência, sobretudo, sobre o racismo religioso, pois é somente através das experiências e vivências compartilhadas por esses alunos, de suas perspectivas em debates que a administração e mediação dos conflitos se farão possíveis no ambiente escolar. Para isso, evidenciar a importância dos alunos para o debate através das suas relações sociais estabelecidas nas escolas, de seus conhecimentos produzidos enquanto estudantes, salienta como o trabalho deles são reveladores, seja através das novas metodologias de ensino ou compartilhando saberes.

Portanto, compreender a liberdade religiosa e o respeito à diferença uns pelos outros, pela cultura e história afro-brasileira que moldaram o processo histórico do Brasil é de suma importância para que o debate público sobre a religião se integre dentro do âmbito escolar. Além disso, trabalhar com a educação das relações étnico-raciais juntamente com as experiências individuais e coletivas dos alunos, é oferecer um debate justo, igualitário, que propicie na diversidade e inclusão das etnias, suas religiões e deidades. Através dessa reflexão, se faz necessário repensar sobre como o espaço escolar pode ser um dos agentes que possibilita aos corpos negros uma construção de sua identidade, aceitação e valoração através de um ensino que garanta a liberdade religiosa e de ser.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.

BERGER, Peter & BERGER, Brigitte (1973). **Socialização: como ser um membro da sociedade**. In: FORACCI, Marialice M. & SOUZA MARTINS, José (orgs.). Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. São Paulo/Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, pp. 200-214.

BRASIL. **Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

ELEOTERIO, Josiane Nascimento da Silva. **Intolerância Religiosa e Violência Frente às Práticas Educacionais**. São Leopoldo: Protestantismo em Revista, v. 46, n. 01, p. 64. Jan./jun. 2020.

ELIAS, Norbert [e] SCOTSON, John. L. (2000). **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro, Zahar.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FREIRE, Jurandir Costa. **Da cor ao corpo: a violência do racismo**. In: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Coleção Tendências, v. 4.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

IBGE, Censo. 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/> >. Acesso em 19 de junho de 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Carly. In: **Estigmas religiosos no ambiente escolar: o caso das religiões de matriz africana**. Feira de Ciências Conflitos e Diálogos na Escola, 2020.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; CORRÊA, Roberta de Mello; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. **Intolerância religiosa: a construção de um problema público**. *Intolerância Religiosa* 2(1), jul-dez, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MAIA, Bóris. **Ensinar religião ou falar de religião? Controvérsias em escolas públicas do Rio de Janeiro**. *Revista Teias*, v. 15, n. 36, p. 80-97, 2014.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Motivo presumido: sentimento?: Identidade religiosa e estigmatização escolar no Rio de Janeiro**. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Edição Especial nº 1 - 2015 - pp. 139-164*.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. Ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETO, Alberto Paulo. **A tolerância religiosa como princípio jurídico-político**. In: PERONDI, Ildo; NETO, Alberto Paulo (Orgs.). *Intolerância e tolerância religiosa: análise e perspectiva*. São Paulo: Edições Fons Sapientiae, 2017.

PEREIRA, A. A.; SILVA, J. R. S. da. **Possibilidades na luta pelo ensino de histórias negras na era das bases nacionais curriculares no Brasil e nos Estados Unidos: a Lei 10.639/03 e os National History Standards**. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e76993, 2021.

RUBBO, D. “**Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui**”. *Estudos Avançados*, vol. 32, n. 94, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

**EXPLANA E COMPARTILHA- uma análise sobre processos de intimidação sistemática e produção de notícias falsas entre alunos (as) no espaço escolar.**

Lucas Ribeiro Da Silva<sup>1</sup>  
Gabriela Rodrigues de Oliveira<sup>2</sup>  
Nalayne Mendonça Pinto<sup>3</sup>

**Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar situações de intimidação sistemática em meio virtual ocorridas entre jovens no ambiente escolar. Essas formas de violências e assédios são comumente apontados em documentos internacionais e na legislação nacional como cyberbullying, e, na atualidade tornou-se um fenômeno cada vez mais comum entre adolescentes e jovens; contudo, encobrem violências que devem ser denominadas em suas características como racismo, machismo, LGBTQIA+fobia, discriminação de classe, entre outros. O texto apresenta resultados parciais da pesquisa em curso na UFRRJ e utiliza como metodologia entrevistas realizadas com discentes de escolas públicas e notícias de jornais. Pelo exposto, considera-se a importância da orientação dos jovens para desenvolver a cidadania digital através de uma educação reflexiva e respeitosa, estimulando a participação ativa dos alunos nas discussões e intervenções institucionais, na produção de prevenção, orientação e mediação dos conflitos.

**PALAVRAS CHAVES: Conflito, Internet, Explana, Cyberbullying, Escola.**

**Abstract**

The present work aims to present situations of systematic intimidation in the virtual environment that occur among young individuals in the school setting. These forms of violence and harassment are commonly referred to in international documents and national legislation as cyberbullying, and nowadays, it has become an increasingly common phenomenon among teenagers and young people. However, they conceal forms of violence that should be identified based on their characteristics, such as racism, sexism, LGBTQIA+phobia, class discrimination, among others. The text presents partial results of an ongoing research at UFRRJ and utilizes interviews conducted with students from public schools, as well as news articles. Given the aforementioned, the importance of guiding young individuals towards developing digital citizenship through reflective and respectful education is considered crucial. This involves encouraging active participation of students in discussions and institutional interventions, as well as in the creation of preventive measures, guidance, and conflict mediation.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais - Licenciatura Ou Bacharelado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais - Licenciatura Ou Bacharelado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil(2006). Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro , Brasil

**KEYWORDS: Conflict, Internet, Exposed, Cyberbullying, School.**

### **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos de intimidação sistemática<sup>4</sup> que ocorrem no ambiente escolar e sua relação com a produção de conteúdo na internet, especialmente em plataformas digitais. A ideia é compreender como o meio digital influencia as interações sociais dos jovens, tanto online quanto offline. O termo "explanação" é utilizado pelos criadores das páginas e grupos da internet, sendo utilizado para a divulgação de informações sobre pessoas e situações com diferentes objetivos; todavia, na maioria dos casos a "explanação" é depreciativa e/ou produtora de notícias falsas. São situações que resultam em denúncias e recriminações, principalmente devido à amplitude e o alcance das redes sociais, que transcendem os limites dos espaços de socialização não digitais.

Cabe explicar que este trabalho compõe resultados parciais da pesquisa em curso na UFRRJ que tem como objetivo compreender os processos de construção das sociabilidades juvenis, conflitos e violências em escolas públicas na Baixada Fluminense. Nesse sentido, a proposta é analisar as estratégias coletivas de interação social, socialização (SIMMEL, 1983), disputas conflitivas e administração de conflitos que estão sendo vivenciadas nas escolas de ensino médio na qual estamos realizando a pesquisa.

A metodologia para construção deste texto consiste na pesquisa em jornais de casos que relatam processos acusatórios de "explana" via aplicativos e entrevistas qualitativas - realizadas com jovens de ensino médio das escolas pesquisadas e jovens universitários. Ressaltamos que os perfis de "explana" apareceram recentemente em nossas pesquisas, todavia percebemos que esses perfis e suas "revelações" são produtores e grande interesse e repercussão entre os jovens das escolas e, portanto, tornou-se objeto de interesse da pesquisa.

### **A Internet e a socialização através dos signos.**

O acesso à informação e notícias entre os jovens nos dias de hoje passa pela internet e uso de redes sociais; eles fazem uso contínuo dos celulares e participam de

---

<sup>4</sup> Optamos por utilizar o termo tal como definido na Lei 13.185/2015 que Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

inúmeros grupos de WhatsApp; desse modo, parte significativa da sociabilidade juvenil perpassa pela interação mediada pelo uso desses aplicativos e da sociedade em rede (Castells, 1996). Observa-se também que essa maior circulação de notícias, conversas via internet se torna um meio de intensificar as intimidações sistemáticas no espaço escolar.

As “fofocas” e intimidações sistemáticas também possuem diversas nuances e significados; precisam ser compreendidas e identificadas com seus múltiplos significados. Isto porquê o que comumente é denominado de bullying tende a servir como um guarda-chuva que encobre as formas específicas de violências e preconceitos como o racismo, gordofobia, LGBTQIA+fobia, machismo, discriminação de classe e local de moradia e tantas outras formas de violência e conflitos que ocorrem no espaço escolar (Pinto e Pinheiro, 2021).

A partir também do debate que envolve o uso da internet, é preciso entender que a linguagem utilizada tem variações de acordo com as gerações, de forma que a linguagem pode servir de diferentes metáforas para informar conflitos. Desse modo, os jovens, sejam nos espaços offline ou online, irão usar as linguagens, símbolos, metáforas e diversas formas comunicativas que refletem concretudes da vida social que os permeiam. Como por exemplo, as abreviaturas de palavras que usam ao se comunicarem não necessariamente respeitam as regras gramaticais, todavia são usuais quando teclam e conversam nos chats (por ex: vc -você, tbm- também, mn - mano, slk – você é louco, k7-cacete, pqp -puta que pariu, arr -arrombado).

Como evidenciado por Sueli Silva (2016) ao pensar tecnologias e o ensino médio:

“As escolas se deparam cotidianamente com desafios de dialogar com os jovens cada vez mais conectados e integrados às tecnologias digitais. Os jovens são os “nativos digitais”, enquanto que muitos professores ainda são “imigrantes digitais” (PRENSKY, 2001, pg. 1), o que de algum modo dificulta essa aproximação. Os jovens de hoje, anunciam outras formas de construir relações com o mundo e conseqüentemente com os seus pares, seus professores, com a escola e com o objeto de conhecimento.” (SILVA, 2016, pg.2)

A comunicação é constituinte no processo de formação e socialização desde o nosso nascimento e se dá de forma plural, isso significa que há toda forma de troca de informações e símbolos pautadas por lógicas culturais identificadas e reconhecidas entre os indivíduos que integram grupos na sociedade. Logo, as formas de comunicação não devem ser vistas como rígidas e de significado único, pois as mesmas possuem múltiplos

significados e sentidos de acordo com a realidade que as mesmas refletem. Assim como os indivíduos e grupos da sociedade que são atravessados por toda uma estrutura social que delimitam até certo limite as possibilidades das ações sociais, a comunicação também é atravessada por essas nuances e servem como um microcosmos da própria realidade social. Desse modo, a vida social é formada por símbolos que têm seus significados atrelados ao contexto sociocultural, assim esses símbolos são plurissignificativos.

Entretanto, se faz necessário questionar como essa produção linguística e simbólica se dá através do ambiente virtual e quanto isso impacta na performance social, uma vez que os discursos na internet não necessariamente possuem veracidade, como podemos constatar pelo processo conhecido como disseminação de *Fake News*. Esse conteúdo publicado ganha nuances interpretativas diversas, pois seu consumo não se dá unicamente por um grupo, mas sim, por diversos grupos sociais que possuem variadas construções de discursos e, portanto, atrelam diferentes valores e sentidos para o conteúdo produzido.

Quando analisamos esse tema relacionado ao universo juvenil a pesquisa ganha novos contornos, na medida que o uso das tecnologias e mídias sociais pelos adolescentes e jovens tem se tornado bastante constante. Percebemos como entre os jovens as sociabilidades, interações e construções identitárias são perpassadas pelas redes sociais e constitutivas nas novas formas de produção da vida social. Nesses espaços os jovens podem não apenas dialogar, mas também produzir conteúdo diversos. As novas formas de tecnologia e comunicação geram uma relação alternativa de consumo em relação aos meios tradicionais de comunicação, como TV, rádio e jornais. Pois, as mídias digitais tem um caráter do consumidor ativo, onde é possível participar na própria produção do trabalho de geração de informação e entretenimento; particularmente em ascensão com o público infanto-juvenil.

Segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em 2022, 93% dos jovens brasileiros na faixa etária dos 9 aos 17 anos utilizavam a internet. Deste percentual, 78% estão cadastrados em redes sociais; tornando a internet um campo importante de pesquisa (Texeira, 2022). A sociabilidade virtual conduz novos processos formativos de trocas, construção de gostos, acesso à múltiplos conhecimentos, mas também produção de conteúdo, imagens, memes, discursos e significados. Tudo isso compartilhado para ser consumido rapidamente e garantir engajamento e likes. Nesse sentido, uma vez que esse espaço sociovirtual existe

e possui características de formação dos sujeitos - as trocas, interações e os conflitos e violências também serão observados. Juliano Ferreira e Maria Cristina Gobbi (2014) fazem uma análise sobre esses aspectos em que as tecnologias fornecem novos meios de consumo:

“Se em outro momento, a academia, as escolas e a própria mídia era responsável por legitimar a alta-cultura, em um ambiente de consagração, hoje assistimos ao advento do que Jameson (2006) e Featherstone (1995) tratam como pós-modernismo. São quebradas barreiras conservadoras e as classes médias são aproximadas tanto da instância de produção quanto na de crítica e difusão (que até então eram função do jornalismo especializado tradicional). Prova disso é que o jovem digital pode produzir conteúdo e ser reconhecido por um determinado nicho, sem, necessariamente, passar pelas etapas antigas de consagração” (FERREIRA, GOBBI. 2014, pg.135)

Logo, ao pensar sobre essas produções e interações é importante levar em conta que seus impactos não estão apenas nesses meios online, mas também em espaços sociais como a escola. O processo de explanação não tem o intuito de informar, mas produzir fofocas e valor moral à uma ação, modo de ser e atributos – um insulto moral (Oliveira, 2002). Ganha uma relação de status atribuído ou adquirido, que se relaciona com o lugar que a pessoa ocupa na estrutura social; se caracteriza pela classificação das pessoas e na alternância entre o que pode ser configurado como puro ou profano, popular ou impopular, aceito ou negado.

De tal forma, que essa dinâmica permite a mudança do que é entendido, uma vez que a coesão ou conflito é relacional, o que pode ser entendido como violento para um grupo, para o outro pode ter outras características. A explanação na internet como comunicação pode criar símbolos em que o conflito se torna meio de adquirir status novos - de acordo com o impacto e adesão do conteúdo por meio de *likes*, compartilhamentos e visualizações. Criando então um tipo ideal de performance para conquista ou perdas desses status, desenvolvendo uma espécie de moralidade e relações específicas com as linguagens e performances produzidas de acordo com cada ambiente.

### **@explana e compartilha**

É importante pensar nas dimensões dos conflitos escolares e diferenciar as formas que eles ocorrem. Bernard Charlot (2002) ao pensar sobre e violência escolar, analisa as instâncias múltiplas que permeiam a vida escolar e também discute as situações de

“Intrusões Externas”, como conflitos em bairros que vão parar dentro das escolas, desse modo: “Há aí uma outra fonte de angústia social: a escola não se apresenta mais como um lugar protegido, até mesmo sagrado, mas como um espaço aberto as agressões vindas de fora” (Charlot, 2002, pg.433). Portanto, é necessário pensar na escola como um espaço no qual a socialização não está circunscrita aos seus limites físicos, mas sim, constituída como espaço de extensão e desdobramentos de uma socialização entre outros contextos sociais.

Nesse sentido, observamos que na atualidade as redes sociais constituem-se em espaços de interação, trocas e proliferação rápida de informação entre os jovens. Por isso também se converte em espaços de acusação, “zoeira” e explanação a fim de “causar” polêmica entre os colegas da escola ou mesmo difamar aquele/a que “não vai com a cara”.

Nosso grupo de pesquisa vem realizando entrevistas com discentes de escolas da rede pública de um município da Baixada Fluminense e objetivamos compreender como adolescentes e jovens do ensino médio narram os conflitos e violências em espaços escolares, contudo, perguntamos também a eles sobre o uso das redes sociais para intimidação sistemática, o chamado pela Lei 13.185/2015 de *cyberbullying*. Segundo a lei:

Art. 2º Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (*bullying*) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- IV - social: ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
- VI - físico: socar, chutar, bater;
- VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
- VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

A explanação de situações e acusações na internet relacionadas ao universo escolar tem se tornado mais constante entre os jovens do ensino médio, assim como, para a perseguição sistemática nos ambientes não virtuais. Tais fatores ganharam ainda mais força durante e após a pandemia, em que os jovens utilizaram a internet tanto na forma

de entretenimento como também uma ferramenta de ensino, assim ficando mais expostos e dependentes da internet como meio de socialização, especialmente para o cenário escolar. De modo que as formas de violências ficaram mais ativas nas redes sociais. Assim, vejamos alguns relatos de alunas:

Já teve isso, que eles chamam de... Acho que *exposed* de grupos, assim, a gente faz no Instagram. Já teve aqui, só que ninguém deu muita bola não. Não, o pessoal até que não deu muita bola não. Aí viram que não ia pra frente, cancelaram a conta. (Aluna A de 18 anos)

Que eu saiba não precisou chamar o conselho tutelar. Mas tem brigas que vão para o twitter, a escola pediu para todos os alunos apagarem os vídeos do celular, e confiar que todos fossem apagar” (Aluna B, 17 anos)

Teve sim. Por causa do explana, uma menina parou no explana que é uma página de fofoca. Ai a menina de outra escola veio falar comigo me mandando retirar como se eu fosse o dono dessa conta de fofoca e tal, aí eu falei que não tinha nada a ver com isso, ela disse que iria chamar miliciano para me matar. Eu disse pra ela que não era eu, fui à escola dela pra tentar conversar, mas acabou que ela não estudava mais lá e nunca mais a vi. (Aluna C, 17 anos)

Normalmente a escola não faz nada, dá um sermão e deixa por isso mesmo. Tipo, o pessoal da secretaria e os adultos esquecem, mas continuam revivendo aquilo, ressuscitando a história. (Aluna C, 17 anos).

O fato foi obtido através de um relato de uma aluna da UFRRJ que sabendo da nossa pesquisa desejou contar o caso que ela havia vivenciado na escola que ela frequentou - escola católica de Nova Iguaçu, cidade também pertencente à Baixada Fluminense.

“Eu me formei em uma escola católica bem conhecida em Nova Iguaçu não só por ser “tradicional”, mas por fama de coisas extremas que acontecem. Quando entrei para essa escola no 7º ano do fundamental II no ano de 2017, a média de idade era de 11 anos entre os alunos. Um belo dia criaram um perfil no Instagram chamado TV\*\*\*\* (\* é o nome da escola) onde colocavam as fofocas da escola, e uma amiga tinha enviado nudes dos seios para um menino que ela ficava e ele enviou para esse perfil que vazou as fotos dela.

De início como só tinha a informação de que a pessoa era do sétimo ano, e ela e outra amiga tinham corpos parecidos começaram a dizer que era essa amiga dela, porém como isso estava envolvendo a coordenação e estava tomando uma grande proporção ela assumiu para a mãe e para todos de que o nudes era dela. Consequentemente acabou levando uma surra dos pais e na coordenação chamaram as freiras que moram no colégio para orar ela, e por conta dos seios serem grandes e consequentemente a aréola também era, e a apelidaram de "ovo frito",

e a chamaram assim até o ano letivo acabar, esse caso teve uma proporção tão grande por que ela era a menina popular da escola, principalmente no final de tudo ninguém queria ficar perto dela. No ano seguinte ela trocou de escola e foi estudar em Queimados, ela entrou em depressão profunda e um ano depois largou a escola.” (Estudante da UFRRJ de 3º período)

Os casos de exposição nas redes sociais visam produzir humilhação, “revelação” de algo sobre a vida de alguém, casos amorosos secretos, imagens de nudez postadas de forma íntima, ou seja, são muitas as motivações que produzem a exposição. Todavia, para todas elas o impacto socioemocional é significativo. Importa considerar a rápida repercussão dos casos; em questão de horas as imagens e os prints da tela do celular são compartilhados e, mesmo que por determinação da escola, da família ou judicial as imagens ou relatos sejam retirados das redes sociais, alguma pessoa já “deu print” e compartilhou. Não há controle das informações postadas, ela ganha o mundo e pode tornar-se uma sentença para a vítima.

Grande parte dos relatos que obtivemos e observação das redes sociais indicam que muitos casos se relacionam às situações sexualizadas, como “fulana deu para sicrana” “beltrana foi vista fazendo sexo no banheiro”, vídeos de relações sexuais, nudes de partes íntimas, entre outras. Situações que indicam a necessidade de uma discussão ampliada sobre gênero e sexualidade nas escolas, tema esse interrompido desde 2016 no debate público por causa do discurso conservador que se expandiu na sociedade brasileira após o golpe da Presidenta Dilma e o Governo Bolsonaro.

O assim denominado *cyberbullying* tem se intensificado devido ao avanço das tecnologias de comunicação, como as redes sociais. Essas plataformas proporcionam anonimato e facilidade de disseminação de conteúdo, o que acaba incentivando comportamentos agressivos e prejudiciais. De acordo com a reportagem do jornal O Tempo, o *bullying* digital (termo apontado por eles) afeta principalmente os jovens, que estão mais expostos às tecnologias e passam grande parte do tempo *online*.

Além de mais conhecido, o bullying é também o comportamento mais preocupante. Entre os pais, 81% expressam o receio de que seus filhos sofram bullying ou cyberbullying., para 75% dos entrevistados, não pode ser considerada uma “brincadeira” qualquer atitude que discrimina, humilha ou ridiculariza alguém. (...) “A cor e raça e a orientação sexual se destacam entre as motivações para esse tipo de assédio moral e o ambiente é escolar citado como principal local de ocorrência de bullying”( O Tempo, 2022)

Destacamos ainda uma reportagem do Jornal Extra que relata uma situação de “explana”:

Uma nova modalidade de cyberbullying fez deflagrar grave crise de depressão em X., de 16 anos, no mês passado. Um perfil “explana”, no Instagram, seguido por alunos de uma escola pública no Anil, em Jacarepaguá, onde a adolescente cursa o 9º ano, postou que ela teria traído o namorado e publicado vídeos íntimos na internet. A garota, que havia acabado de terminar um relacionamento, se desesperou e precisou de ajuda médica. A direção do colégio tentou, mas não conseguiu descobrir quem administra o perfil, nem tampouco quem foi o autor da ofensa. Apenas identificou que o IP (endereço de protocolo na internet) é da região de Rio das Pedras” (SCHIMDT, Jornal Extra, 2022).

O “Explana” são perfis feitos por alunos, mas que ultrapassam o limite do ambiente escolar, impactando não só a pessoa, mas também a sua família e a comunidade escolar; o relato acima é apenas um dos diversos que existem, e está acontecendo nas escolas do Rio de Janeiro e do país. Essas redes de comunicação giram em torno de uma necessidade de engajamento e compartilhamento dessas “explanações”. Isabela Rangel Petrosillo (2016) realizou uma pesquisa sobre situações de vazamento de nudes em escolas, analisando como essas redes se alimentam a partir de uma dinâmica de exposição da vida pessoal, sentimentos e relatos que indicam alguma forma de conflito, ao analisar perfis no *Facebook* ela acrescenta:

“A partir da análise de imagens e textos que os estudantes expõem no Facebook percebo a contradição entre suas performances offline e online. Durante o convívio com os jovens e a observação do Facebook dos mesmos, pude notar o processo de retração daquilo que, comumente, se percebe como da ordem do público. O que abre caminho para esse movimento é o protagonismo da vida privada, que ocupa, então, posição central nesse modelo de arranjo social. Não há pudor em relatar sentimentos, pelo contrário, há uma demanda de engajamento ao fazer isso.” (PETROSILLO, 2016, pg.38)

A busca por tal engajamento se interliga até mesmo com postagens falsas ou partindo apenas de boatos, “A circulação de boatos inicia-se, na maioria das vezes, sem que haja provas concretas se realmente alguma coisa “desviante” aconteceu. No caso dos “nudes”, em geral, há a promoção da fofoca antes mesmo que a imagem seja “explanada” (Petrosillo, 2016, pg.50). E como observado no relato feito pela aluna da UFRRJ, as consequências para esses vazamentos e explanações, sendo reais ou não, são agravadas pela falta de medidas de mediação, orientação e aconselhamento para lidar com esses casos por parte das instituições que lidam com crianças, adolescente e jovens.

### ***Cyberbullying* como nomeação do fenômeno**

Os estudos e publicações na atualidade que pesquisam as situações de assédios, intimidações e violências produzidas de forma virtual denominam o fenômeno como *cyberbullying*. O uso da palavra bullying em inglês se popularizou em decorrência do Massacre de Columbine (EUA) onde um atirador entrou na escola e matou e feriu muitos estudantes em 1999. Documentos de organismos internacionais também utilizam o termo para discutir assédio e violência em escolas.

Relatório da UNESCO sobre violência escolar analisa o assédio virtual como:

O cyberbullying inclui ser vítima de bullying através de mensagens, ou seja, alguém que envia mensagens instantâneas, correio eletrônico e mensagens de texto maldosas ou que cria um sítio Web que zomba com um aluno, ou através de fotografias, ou seja, alguém que tira e posta fotografias pouco lisonjeiras ou inadequadas de um aluno sem autorização; refere-se igualmente a ser tratado de forma ofensiva ou desagradável através do uso de celulares (mensagens de texto, chamadas, vídeos) ou na internet (correio eletrônico, mensagens instantâneas, redes sociais, salas de conversação). (UNESCO, 2019, pg 14)

Segundo a legislação brasileira, como já citado acima, existe o cyberbullying quando a intimidação sistemática é realizada na rede mundial de computadores; “quando são usados os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial” (Lei 13.185/2015).

A popularização do uso de celulares entre adolescentes e jovens e a maior facilidade de acesso à internet com a redução dos custos para uso das redes sociais produziu uma significativa ampliação dos casos de intimidação e assédio de modo virtual.

No mesmo relatório da Unesco afirma-se que o *cyberbullying* é um problema crescente no mundo atualmente. Na pesquisa realizada em sete países europeus e apresentada no mesmo relatório a percentagem de crianças com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos que utilizam a Internet e que relataram ter sido vítimas de cyberbullying aumentou de 7% em 2010 para 12% em 2014 (Mascheroni e Cuman, 2014 apud Unesco, 2019 pg. 24). No Brasil, pesquisa realizada ressaltou essa ampliação entre

crianças e adolescentes, conforme um estudo realizado com 1534 estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas de diferentes cidades do país; a pesquisa apontou que 37% dos participantes já haviam se envolvido em situações de violência virtual. Dentre essas, o envio de mensagens ofensivas através de celular e internet foi a que mais predominou seguido por “fingir ser a pessoa”, ameaças, publicação de vídeos em que ridiculariza o outro e que contém xingamentos (Stelko- Pereira et al., 2018).

Esses casos estão sendo estudados em diferentes países, de acordo com Torres et al. (2022) no contexto de violência em que se vive no México, onde jovens enfrentam todo tipo de violências o bullying e cyberbullying ganham cada vez mais espaço entre os problemas vivenciados pelos jovens e adolescentes sendo, portanto, um fenômeno importante a ser investigado.

Dados do Relatório Unesco (2019) sugerem que os alunos mais velhos podem estar mais expostos ao cyberbullying do que os alunos mais novos. “No caso do ciberassédio através de mensagens, as estimativas de prevalência variaram pouco entre os alunos de 11 e 15 anos”, todavia se mostraram mais elevadas entre os alunos com mais idade – maiores de 15 anos (pg. 27). Nas considerações gerais da pesquisa observou-se que as crianças que são consideradas “diferentes” correm maior risco de serem vítimas de bullying e cyberbullying. “Entre os fatores que mais influenciam incluem inconformidade com as normas de gênero, aparência física, raça, nacionalidade ou cor da pele” (2019, pg. 25).

Nesse tipo de violência e intimidação destaca-se o caráter permanente e contínuo das agressões virtuais uma vez que o conteúdo das ofensas pode ser assistido, compartilhado ou arquivado por qualquer outra pessoa, em qualquer período de tempo. Além disso, essas formas de agressão podem ser mais intensas, posto que, os envolvidos nessa dinâmica podem utilizar perfis e contas falsas para praticarem o ato (Azevedo et al 2012; Flôres et al 2022). O ciberespaço é entendido por muitos como um ambiente livre, liberado, onde ninguém será descoberto e que pode ser, portanto, desinibidor das atitudes de violência e assédio. Os agressores se sentem protegidos pelo seu anonimato e desconhecem as reações das vítimas; estar ocultos os protege da reprovação social direta e das consequências do sofrimento da vítima (Tristão et al. 2022; Caetano et al. 2016).

Os processos de intimidação sistemática impactam negativamente na saúde física, mental e na qualidade de vida dos estudantes envolvidos em sua dinâmica. Encontramos relatos que envolvem depressão, tristeza, fobia social, ansiedade e baixa autoestima

como efeitos das violências sofridas. De acordo com pesquisas citadas por Tristão algumas das consequências para as vítimas de bullying são:

“o risco aumentado para desenvolvimento de transtornos emocionais como ansiedade e depressão, ideação suicida e sintomas psicossomáticos expressos, por exemplo, por dores de cabeça, dores de estômago e problemas de sono (Wolke & Lereya, 2015). São identificados também: baixa autoestima, automutilação, solidão, consumo de tabaco, álcool e outras drogas (Malta et al., 2019) (...). Nota-se que as consequências do envolvimento direto ou indireto no bullying podem persistir por toda a vida, direcionando a forma como estes alunos correspondem às relações sociais (Sampaio et al., 2015). (Apud Tristão 2022, pg. 1049)

Um estudo Português sobre Emoções no *cyberbullying* indicou que as vítimas tendem a sentir, com mais frequência, emoções como a tristeza, a vontade de vingança e o medo, enquanto os agressores tendem a sentir satisfação, indiferença, alívio e prazer. Em relação a idade não se percebeu diferenças nas experiências emocionais. Já em relação ao sexo, observaram algumas diferenças, “nomeadamente na maior incidência de emoções como a tristeza, o medo, a insegurança e a vontade de vingança nas vítimas do sexo masculino. No papel de agressoras, as jovens dizem experienciar mais sentimento de insegurança, alívio, confusão e desorientação do que os jovens” (Caetano et al. 2016. Pg.208).

Com relação às escolas, a pesquisa percebeu diferenças significativas associadas à impotência e falta de apoio experimentadas pelos jovens no papel de vítimas, e o modo como o fenômeno é experienciado emocionalmente pelos agressores, nomeadamente emoções de arrependimento e sentimento de culpa, “o que nos leva a questionar o papel das culturas locais”. Desse modo, conclui-se que os resultados indicam diferenças na forma com que as escolas lidam com as situações de *cyberbullying*, e na construção do “ethos escolar na sua dimensão moral, em que o aprender a viver juntos e com os outros se faz importante”; - com ênfase nas escolas onde observa-se o acolhimento e proteção às vítimas e arrependimento e responsabilização dos agressores (Caetano et al, 2016 pg. 208).

### **E a escola o que faz?**

A partir das narrativas anteriormente mencionadas, é possível identificar a presença de uma diversidade de conflitos na instituição escolar, abrangendo diferentes atores e situações de divergência. Esses conflitos englobam desde abusos de autoridade

nas relações hierárquicas entre os funcionários da instituição, disputas de opiniões e acusações entre estudantes e entre estudantes e professores. A falta de mediação por parte da coordenação, gestores e os órgãos responsáveis, resulta em diferentes formas de conflitos dentro da própria instituição, como evidenciado nos relatos. Além disso, medidas inadequadas ou insuficientes para solucionar esses problemas, contribuem para a persistência dos mesmos. Portanto, é fundamental não apenas reconhecer a existência desses conflitos, mas também compreender profundamente suas origens e buscar meios adequados de mediação.

Mesmo sendo utilizado cotidianamente ainda existe uma falta de compreensão por parte dos alunos sobre o funcionamento desses perfis de exposição pública na internet. Diante desse fenômeno em ascensão, é fundamental, além da compreensão dessa nova sociabilidade digital juvenil, a produção de uma orientação sobre os usos responsáveis da internet e redes sociais, uma vez que ele afeta a sociabilidade tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Desse modo, a escola não deve negligenciar tais perfis de exposição pública e tratá-los como um problema separado da instituição, uma vez que não se pode controlar a extensão do impacto ou a reação das vítimas.

Podemos também compreender que muitas dessas situações de conflitos que ocorrem nas escolas, de um certo modo, acaba por produzir violências e crimes que demandam ações judiciais por danos morais, para aqueles que foram prejudicados, já que muitas das vezes a escola não se responsabiliza e também não ocorre as medidas judiciais necessárias. O sentimento de injustiça institucionalizada refere-se às estruturas e práticas sociais que perpetuam desigualdades e violações de direitos de forma sistemática. No contexto escolar, a injustiça institucionalizada pode se manifestar de diversas maneiras na ausência de medidas efetivas para combater o bullying e a violência entre estudantes – como por exemplo discriminação racial, de gênero ou de orientação sexual, entre outros aspectos.

Ao reconhecermos a existência da injustiça institucionalizada, abrimos espaço para a reflexão e ações que visam a transformação dessas estruturas. No texto “Injustiça, conflito e violência: um estudo de caso em escola pública de Recife” Alice Botler (2016), pensa sobre uma concepção de justiça racional que não se relaciona com a realidade escolar, isto porque, ao pensar que os indivíduos buscam no âmbito pessoal produzir as justizas acabam por desconsiderar que no geral suas condições estão permeadas por injustiças e falta de estrutura para tal, nesse sentido o esforço individual não consegue

superar as concretudes gerais que promovem ou estabelecem uma série de injustiças e conflitos.

“Essa lógica, no entanto, é dissonante da realidade experimentada no cotidiano de alunos e professores das escolas, as quais se defrontam com o desafio de materializar práticas sociais democráticas em seu interior, mas são reiteradamente alvo de todo tipo de desigualdade e injustiça social” (BOTLER, 2016, p.719)

Botler também parte de Nancy Fraser, uma importante filósofa política e teórica crítica, que destaca a necessidade de superar a injustiça institucionalizada para alcançar uma realidade baseada em virtudes sociais e individuais, para então pensar sobre os aspectos de justiça e injustiça. Assim, no âmbito escolar o mesmo se daria; produzindo a necessidade de questionar o quanto as controvérsias e conflitos escolares passam por uma ordem normativa que na realidade se transcreve em injustiças. Levando-os a uma reflexão coletiva sobre quais os sentidos de justiça e injustiças sentidos e vivenciados pelos alunos/as? Então: “As pessoas teriam, assim, seu referencial moral e normativo pautado em sua experiência real. As concepções de justiça, nesses termos, são relacionadas às injustiças vividas” (Botler, 2016, p.719)

A reportagem do jornal O Extra menciona o termo "Só eu que me dei mal" para ilustrar a situação em que a vítima de violência ou conflito na escola acaba não recebendo a justiça que merece. Esse termo sugere que a pessoa agredida ou prejudicada é deixada de lado, sem receber o apoio necessário para lidar com a situação, o que acaba também levantando uma perspectiva de culpabilização do sujeito, ao invés do entendimento desse problema de forma coletiva.

“Os administradores não são identificados nunca. Fazem isso o tempo todo, parece que se viciaram. A web é uma grande praça pública. E o que fazem é linchamento moderno em praça pública. Expõem a reputação de adolescentes o tempo todo — alerta Z., pai de uma adolescente que já sofreu cyberbullying no passado e tio de uma aluna de um colégio da Zona Sul que foi insultada num “explana”.” (SCHIMIDT, Jornal O extra, 2022)

Nesse sentido, observamos pelas entrevistas realizadas com alunos e alunas a dificuldade da gestão escolar em identificar esses conflitos, violências e intimidações sistemáticas que estão ocorrendo entre os discentes no ambiente virtual e a pouca capacidade de reação/ mediação e administração dessas situações.

Kant de Lima (1996, 2000) em suas pesquisas analisa nossa estrutura judiciária em perspectiva comparada; pautando tratamento aos e entre indivíduos no sistema de

justiça e no espaço público - em comparação com outras tradições jurídicas; assim, discute no Brasil os processos de compartimentalização e constituição de várias justiças, todas incapazes de universalizarem-se, porque funcionam legítima e oficialmente com distintos princípios. Seus trabalhos analisam a convivência paradoxal de dois modelos de ordem pública e social no Brasil; as hierarquias excludentes e hierarquias inclusivas. No modelo de hierarquias includentes tem-se uma sociedade individualista e igualitária, semelhante a um paralelepípedo. A sociedade se imagina como constituída de elementos substancialmente diferentes, mas formalmente iguais e, portanto, opostos, móveis e intercambiáveis em inúmeras combinações possíveis: os chamados indivíduos. De outro lado, nas hierarquias excludentes, a sociedade compara-se a uma pirâmide, ela é feita de segmentos diferentes e desiguais, mas fixos e complementares. As posições são naturais e inevitavelmente desiguais, e para a estrutura ser mantida depende da manutenção de tal desigualdade, da mesma relação de elementos diferentes e desiguais.

Pensando os processos de administração de conflitos nesses dois modelos aponta que nas sociedades mais igualitárias os conflitos são representados como resultado de choques entre pontos de vistas diferentes de indivíduos iguais, ao contrário de sociedades menos igualitárias e com maiores desigualdades onde os conflitos resultam de pessoas diferentes e partes desiguais. Desse modo, a administração de conflitos nessas sociedades serão sobremodo diferentes, pois se, em hierarquias includentes a ênfase estará na construção de uma verdade consensuada entre iguais e a administração dos conflitos busca a anulação das desigualdades e construção de explicitação, mediação e negociação dos conflitos. Por outro lado, nas hierarquias excludentes busca-se não resolver, mas extinguir os conflitos; a ênfase na “verdade real” descoberta e arbitrada pelo julgador abafa o conflito e restaura a obrigatoriedade da ordem, finalmente tem-se “a administração do conflito pela compensação das desigualdades e a reafirmação da mesma ordem para administrá-la” (Kant de Lima 2000, pg. 118)

Mas como nos serve essas reflexões para pensar as escolas e seus processos de administração de conflitos? Temos no Brasil uma sociedade marcada por inúmeras desigualdades: de classe, cor, gênero, etária, etc. Nesse sentido, temos que pensar a escola constituída por essas desigualdades e pelas dificuldades de se produzir um espaço público que seja entre iguais e constituído por iguais. Observa-se que quando a gestão escolar busca mediação dos conflitos não o fazem respeitando as falas e capacidades dos jovens, a sociedade adultocêntrica não reconhece os saberes e experiências juvenis e, portanto,

não permitem que suas falas sejam reconhecidas, ainda que sejam para serem mediadores dos próprios conflitos. Observamos na pesquisa muitos relatos que indicam: - a escola “fazendo vista grossa” para essas questões, - produzindo alguma forma de punição e exclusão dos alunos, ou – “abafando” as situações e encaminhando-as para a esfera privada da família.; todavia são muito raros os casos onde ocorreu um diálogo amplo e aberto sobre as situações de intimidações e violências ocorridas nas escolas.

Por conseguinte, concluímos que explicar não significa explicitar esses conflitos e violências que perpassam o ambiente escolar e tampouco não representa produzir espaços públicos de diálogos, exposição e negociação das diferenças. Ao contrário, observamos o uso das redes sociais para explicar as divergências de modo mais pungente, ampliada e produzindo danos ainda maiores.

### **Considerações Finais**

Ao estudarmos sobre essas páginas de explanação na internet, observamos que elas buscam engajamento e divulgação, uma produção de conteúdo que possa gerar comentários e compartilhamentos, levando essas exposições a novos graus de alcance em relação a uma exposição feita pessoalmente. Logo, ao gerar conflitos, elas também se alimentam deles. Além de gerarem engajamento e serem indicativos de "sucesso" na produção de *exposeds* esses comentários também funcionam como reflexo da estrutura social e das formas como lidamos com os conflitos, especialmente no ambiente escolar. É preciso que as escolas e seus atores entendam como esses processos dialógicos entre os alunos e as redes sociais afetam a vida escolar e produzem novos conflitos na sociabilidade juvenil. São situações em muitos casos de violência moral, psicológica, mediadas pelos operadores das redes de comunicação e espetacularização para atender às demandas de consumo da sociedade midiática.

É necessário buscar o entendimento de todas as situações que geram conflitos e perseguições sistemáticas no espaço escolar, para também haver as garantias dos direitos humanos dentro desse espaço. No contexto do conflito escolar, os direitos humanos fornecem um conjunto de princípios e normas que visam proteger a integridade física e psicológica dos estudantes, garantindo um ambiente seguro e propício ao aprendizado. Isso inclui a prevenção de violências e intimidações sistemáticas, e a promoção de uma cultura de respeito, empatia e inclusão.

Concordamos com o trabalho de Caetano et al. onde indica algumas necessidades que devem ser percebidas como relevantes nas escolas com o desenvolvimento de competências (entre alunos e alunos e professores) relacionadas: “à empatia e compreensão das emoções dos outros; a compreensão das suas próprias emoções e motivações; (..) a gestão das suas próprias emoções; (..) a resolução de conflitos; o respeito às diferenças; o fazer amigos, ter liderança e proatividade para lidar com e desencorajar o cyberbullying; a autoestima; o respeito; a responsabilidade (2016, pg. 2009).

De igual modo desenvolver a cidadania digital através de uma educação reflexiva e respeitosa capacitando-os para a utilização das tecnologias de forma consciente e crítica. Somado à produção da cultura escolar colaborativa, mediadora e de corresponsabilidade, em que todos sintam que são parte da solução e que os seus atos têm consequências. Desse modo, estimular a participação ativa dos alunos nas discussões e intervenções institucionais, na produção de prevenção, orientação e mediação dos conflitos.

Por fim, destacamos a necessidade de a escola atuar como um espaço de orientação sobre os resultados danosos dos processos acusatórios e difamatórios nas redes sociais, assim como formas adequadas de resolução de conflitos. Importa construir na escola um espaço plural, onde os jovens aprendam a conviver com a diversidade - um espaço de tolerância e diálogo. O ressentimento dos alunos com a falta de participação da escola na prevenção e resolução dos conflitos leva-nos a pensar na necessidade dessas temáticas serem inseridas na formação do professor e nas políticas públicas de educação. Fomentando, dessa forma, espaços de pluralidade, facilitação de diálogos, mediação de conflitos e cultura de paz.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA**

BOTLER, Alice. Injustiça, conflito e violência: um estudo de caso em escola pública de Recife. **Tema em destaque** • Cad. Pesqui. 46 (161) • Jul-Sep 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAETANO Ana Paula; FREIRE Isabel; V SIMÃO Ana Margarida; MARTINS Maria José D; PESSOA, Maria Teresa. Emoções no cyberbullying: um estudo com adolescentes portugueses. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 199-212, jan./mar. 2016.4

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002.

ESTEVÃO, Carlos Alberto Vilar. Educação, justiça e direitos humanos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 85-101, jan./abr. 2006.

FERREIRA, Juliano. GOBBI, Maria: Geração Digital: uma reflexão sobre as relações da "juventude digital" e os campos da comunicação e da cultura, **Revista GEMnIS**, v.2, n.1 p.129-145. 2014.

FLÔRES, Fabrine Niederauer; VISENTINI, Danielle Machado; FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Cyberbullying no contexto escolar: a percepção dos professores. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2022, v. 26

INDIO, Cristina. Acesso de Estudantes à Internet Aumenta 88,1%, diz IBGE. **Agência Brasil**. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/acesso-deestudantes-internet-aumenta-para-881-em-2019-diz-ibge> acesso em: 01/01/2023.

KANT de LIMA, Roberto. A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: **Cidadania e Violência**. Gilberto Velho e Marcos Alvito (organizadores). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

KANT de LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: **O Brasil não é para principiantes. Carnavais malandros e Heróis 20 anos depois**. Laura G. Gomes, Livia Barbosa e José Augusto Drummond (organizadores). Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA** / Imprensa: Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

PINTO, Nalayne Mendonça e PINHEIRO, Pedro Gabriel. Conflitos e Violências no espaço escolar: limites e possibilidades na administração de conflitos. In: **Administração de conflitos e Cidadania: problemas e perspectivas V**. Org. Maria Stella Amorim et al. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

RABELLO, Lucia. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.8, n.11 p.47-58. junho 2002.

RANGEL, Isabel. **ESSE NU TEM ENDEREÇO** O caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas. Orientador: Jair de Souza Ramos. 2017, 134f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de Antropologia, 2016.

SALVA, Sueli. **Juventude, Tecnologias Digitais e Ensino Médio: uma interlocução necessária**. Curitiba: UFPR, 2016.

SCHIMDT, Selma. “Explana”, o novo bullying digital: perfis com ofensas viraram febre entre adolescentes do Rio. **Jornal O Extra**, 2022. URL. Acesso em: 01 jul. 2023.

SIMMEL, George. **George Simmel** Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

STELKO-PEREIRA, A. C.; BRITO, R. M. de S.; BATISTA, D. G.; GONDIN, R. de S.; BEZERRA, V. M. Violência virtual entre alunos do ensino fundamental de diferentes estados do Brasil. **Psicologia da Educação**, (46), 21-30. 2018.

TEMPO, O. Maioria dos brasileiros vê aumento de bullying e cancelamento digital. **O Tempo**, 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/maioria-dos-brasileiros-ve-aumento-de-bullying-e-cancelamento-digital-1.2690100>. Acesso em: 01 jul. 2023.

TEXEIRA, Joseane. Pesquisa aponta que 93% dos jovens brasileiros na faixa etária dos 9 aos 17 anos utilizam a internet. **Diário da Região**. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/riopreto/pesquisa-aponta-que-93-dos-jovens-brasileiros-na-faixa-etaria-dos-9-aos-17-anos-utilizam-a-internet-1.1004793>. Acesso em: 20/05/2023.

TORRES, Gloria. ACHARYA, Arun Kumar. Adolescentes vítimas de bullying y cyberbullying en el Área Metropolitana de Monterrey (AMM). **Revista Dialogos sobre educacion**. año 13 | número 24 | enero-junio 2022

TRISTÃO, Laura Aparecida. SILVA, Marta Angelica Iossi. OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de. SANTOS, Daniel dos. SILVA, Jorge Luiz da. Bullying e cyberbullying: intervenções realizadas no contexto escolar **Revista de Psicologia**, Vol. 40(2), 2022, pp. 1047-1073.

UNESCO. **Behind the numbers: ending school violence and bullying**. Published in 2019 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366483>

## O que dizem a “régua de pika” e a “porta do assédio”: gênero e sexualidade em grafitos de banheiros escolares

Sasha Cruz Alves Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Os grafitos de banheiros escolares constituem-se usualmente de mensagens e desenhos que referenciam órgãos e práticas sexuais, além de conflitos e brincadeiras jocosas entre as e os jovens. O objetivo deste trabalho é entender os grafitos de banheiros escolares como práticas juvenis que mobilizam os marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e idade. Além da coleta do material nos banheiros, a pesquisa ouviu de um grupo de estudantes suas percepções sobre os grafitos, o que permitiu complexificar aspectos associados às dinâmicas e conflitos escolares em relação direta com a produção e a violência de gênero e estereótipos raciais. A partir dos grafitos “Régua de Pika” (sic) e “Porta do Assédio”, argumento que os pixos se estabelecem como uma forma de expressão das e dos estudantes dentro do território escolar, tanto para se referir à “zueira”, quanto para a elaboração de vivências de violência e discriminação.

**Palavras-chave:** grafitos de banheiro, gênero, sexualidade, assédio, zueira.

## What the “dick rule” and the “door of harassment” say: gender and sexuality in school toilets graffiti

**Abstract:** Graffiti in school toilets usually consist of messages and drawings that refer to sexual organs and practices, and also conflicts and facetious jokes among teenagers. This article aims to understand the school toilet graffiti as youth practices that mobilize social markers of gender, sexuality, race and age. In addition to the gathering of material in school toilets, the research listened to a group of students about their perceptions on graffiti, what made it possible to take a deep look on aspects related to school dynamics and conflicts in relation to the gender production and violence and racial stereotypes. From graffiti as “dick rule” and “door of harassment”, I argue that these writings on the walls are established as a way of teenagers to express themselves within the school territory, not only to refer to the “mockery”, but also to elaborate on experiences of violence and discrimination.

**Keywords:** toilet graffiti, gender, sexuality, harassment, mockery.

---

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Brasil (2020)

Alicerçado em pesquisa etnográfica realizada em uma escola pública, este artigo busca entender como são mobilizadas as noções de gênero e sexualidade por estudantes de ensino médio a partir de grafitos de banheiro. Seguindo a definição de Barbosa (1984), os grafitos são formas escritas e/ou icônicas presentes nas portas e paredes de banheiros públicos, produzidas pelas pessoas que os frequentam, usualmente de maneira anônima. Dentro de uma escola, os grafitos frequentemente expressam as vivências cotidianas daquele ambiente. Neste artigo, reflito sobre como eles expressam imaginários e disputas no território escolar em matéria de gênero, sexualidade e, por extensão, raça, juventude, e outros marcadores sociais da diferença. Seleciono, para essa empreitada, dois conjuntos de grafitos: a “régua de pika” e a “porta do assédio”.

### *Contexto da pesquisa*

Em relação à escola na e com a qual este trabalho é desenvolvido, trata-se de uma ETEC (Escola Técnica vinculada ao Centro Paula Souza, do estado de São Paulo) localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo<sup>2</sup>, em uma área de vulnerabilidade social, convencionalmente entendida pelos próprios estudantes como “de periferia”, e relativamente próxima de uma estação de metrô e de trem. A partir do que os estudantes dizem e vivenciam, percebemos que é uma instituição de ensino exigente e que incute em seu corpo discente o interesse pela continuação dos estudos em nível superior e a entrada no mercado de trabalho.

A escola ocupa um terreno amplo, dividindo o espaço com outra instituição pública, que se espalha por todo um quarteirão. O terreno contém quatro prédios baixos, dos quais a escola ocupa dois, além de um auditório e uma quadra esportiva, cercados por gramados, plantas ornamentais e algumas árvores ao fundo, constituindo uma ampla área verde de convivência a céu aberto. O muro dos fundos faz limite com uma viela estreita e sinuosa que dá acesso a uma das várias comunidades situadas na vizinhança. A quadra esportiva ocupa esse espaço limítrofe do terreno da escola com a viela, lugar onde, segundo estudantes e professores, acontecem encontros de pares de namorados e eventual consumo de substâncias ilícitas, bem como há um descampado no qual costumam pastar animais, tais como porcos, cabras e cachorros. O portão de acesso à escola encontra-se

---

<sup>2</sup>. De modo a manter algum grau de anonimato da instituição e das diversas pessoas que compõem o campo desta pesquisa, omito o nome da escola e o bairro em que está situada.

geralmente aberto, vigiado por uma guarita. Do lado oposto da rua, ocupando também todo o quarteirão, estão as instalações de uma unidade da Fundação Casa.

Não é nota de rodapé que minha entrada e permanência em campo, bem como parte das reflexões que aqui apresento, são possíveis por conta da filiação ao Projeto Temático FAPESP (Processo 2017/25950-2) “Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos Direitos Humanos” (doravante referido como Temático). A proposta do Temático é realizar pesquisa-intervenção em escolas públicas, em áreas consideradas de periferia, informando e construindo coletivamente com jovens de ensino médio um repertório sobre métodos de prevenção, saúde sexual e reprodutiva. O Temático está presente em instituições de ensino das cidades de São Paulo, Santos e Sorocaba, realizando, em cada localidade, módulos de pré-Iniciação Científica no ensino médio (IC-EM), nos quais se promove o debate sobre fazer científico, ética em pesquisa e determinantes sociais da saúde. Direção escolar, funcionários e corpo docente de cada instituição são convidados a indicar alunos interessados a participar do módulo com duração de um ano, e, assim, formar um grupo de estudantes, que varia entre dois e oito, ou mais, membros. Adiante, quando citados em termos de grupo, essas alunas e alunos serão referidos como IC-EM.

Como pesquisador do Temático, minhas funções no módulo de pré-Iniciação Científica em relação ao trabalho realizado na escola são acompanhar os encontros semanais junto aos estudantes de modo online ou presencial, debater os temas propostos pelo projeto, ajudar na criação do Currículo Lattes dos jovens, orientar a produção dos relatórios semestrais e anuais e prepará-los para a participação no Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo (SIICUSP).

Foi durante um dos encontros do módulo de IC-EM que o tema dos grafitos surgiu. A partir de uma discussão sobre as relações entre meninos e meninas no âmbito escolar, uma estudante contou à equipe de pesquisadores do Temático, da qual eu faço parte, a história de uma jovem que havia se automutilado, meses antes, em uma das cabines do banheiro da escola e escrito uma mensagem com seu próprio sangue, supostamente engatilhada por questões de saúde mental. O relato nos impressionou e fomos conduzidos pelos alunos e pela orientadora educacional aos banheiros que ficavam no piso superior, próximos da maioria das salas de aula do ensino médio. Nas portas e paredes, tanto do banheiro feminino quanto do masculino, foram encontradas pichações de variado teor que indicavam, sobretudo, um uso frequente e dinâmico dos e das estudantes para expressar

imaginários, tensões e disputas no território escolar. A partir dessa situação, delimito os grafitos de banheiro como meu objeto de pesquisa.

*Metodologia, procedimentos e construção do problema*

Uma primeira coleta dos grafitos de banheiro ocorreu no segundo semestre de 2019, e outras coletas aconteceram esporadicamente entre 2021 e 2022<sup>3</sup>. Devido à pandemia de Covid-19, a presença física em campo no ano de 2020 e em boa parte de 2021 foi completamente interdita. Como parte da metodologia, os grafitos foram registrados por meio de fotografias, e posteriormente transcritos e categorizados. A informação sobre em qual dos banheiros os pixos surgem, se masculino ou feminino, não se presta a apontar diferenças essenciais entre meninos e meninas, mas sim a evidenciar o processo de construção das diferenças de gênero, a partir de práticas discursivas e reguladoras (BUTLER, 2016, p. 44) e dos modos como elas são vivenciadas pelos jovens. Conforme o processo de análise dos grafitos se desenvolveu, percebi que a vivência de mundo e do cotidiano escolar dos estudantes seria fundamental para ampliar o entendimento sobre as “inscrições latrinárias” (BARBOSA, 1984, p. 81). Por isso, “devolvi” os grafitos aos estudantes de IC-EM, na forma de uma apresentação expositiva, de modo que pudéssemos, eu, os alunos e os outros pesquisadores em campo, entender coletivamente os sentidos que eram atribuídos localmente a essa prática. Foram feitas duas apresentações desse tipo, envolvendo sete estudantes de ensino médio em 2021.

A participação das e dos estudantes de IC-EM foi fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, pois foi apenas através das relações que construí e da maneira pela qual me engajei com as e os jovens, assim como pela observação de suas performances corporais e discursivas no território escolar, que foi possível acessar dimensões específicas da vivência cotidiana na escola em meio a angústias atinentes a violências sofridas, a projetos sobre o futuro e a disputas intergrupais, especialmente em relação aos grafitos de banheiro. Mesmo que tais inscrições e pixos sejam vistos todos os dias, nem sempre são alvo de reflexão ou motivo de interesse. Mas, ao lhes serem apresentados alguns materiais coletados em campo, os jovens rapidamente relacionaram

---

<sup>3</sup>. Entre 2019 e parte de 2021, a presente pesquisa foi realizada com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil).

o conteúdo escrito/desenhado a práticas e experiências escolares. Com esse movimento, não pretendo resolver o problema subscrevendo tudo aquilo que os estudantes apontam sobre os grafitos<sup>4</sup>. Para além de verificar como essa prática é entendida pelos sujeitos, busca-se entender o modo como ela é produzida por eles.

Para iniciar a conversa, questionei qual seria a motivação para as paredes dos banheiros serem o destino, ao que parece, preferencial dessas inscrições. De saída, duas características foram atribuídas para a proliferação dos grafitos nos banheiros da escola: o anonimato e a falta de vigilância. Como já mencionei, as “escritas latrinárias” são anônimas, sendo difícil de apontar o autor do grafito ou mesmo de haver a reivindicação de autoria. Parece relevante pensar, entretanto, esse paradoxo do anonimato como um limite entre aquilo que é íntimo, reservado, e o público. A relação anônima produzida pelos grafitos é acessada publicamente, uma vez que está exibida num espaço por onde passa um fluxo grande de pessoas. Então, qual é de fato o grau de anonimato?

Quanto à ausência de vigilância, o banheiro é, de fato, um espaço que raramente é ocupado por figuras de autoridade dentro da escola. Membros da direção, do corpo docente e agentes escolares dificilmente circulam por esses ambientes, que são de uso praticamente exclusivo dos alunos. A faxineira escolar é reconhecida pelos alunos de IC-EM como uma figura de maior presença ali, mas ela mesma parece não ser vista como uma espécie de “olheira” ou “vigilante”. Outro dispositivo de vigilância e constrangimento seria a câmera de segurança, mas além de serem itens incomuns nos banheiros, a maioria dos grafitos é feita dentro das cabines divisórias, o que torna realmente difícil a restrição desse tipo de prática.

As condições distintivas que o banheiro oferece para a aparição dos grafitos, contudo, parecem não dar conta totalmente do fenômeno, deixando escapar alguma dimensão dessa experiência. Sobre isso, ouvi de estudantes uma necessidade, ou propensão, de escrita como desabafo, uma “válvula de escape”. Escrever grafitos, desse modo, pode ser entendido como uma tentativa de estabelecer contato, uma busca por uma rede de apoio, ou até mesmo como um registro de “memória”, como aponta Pereira (2012), no sentido de denotar presença.

---

<sup>4</sup>. Como reflete Durham (1986), devemos ouvir os “interlocutores” em campo, como parte do método de trabalho, mas não podemos nos associar completamente à sua visão e descrição de mundo (p.33).

Nesses espaços, as inscrições presentes, que elaboram constantemente questões sobre os corpos dos jovens, ideias de masculinidade e feminilidade e conflitos entre os estudantes, formularam o motivo dessa pesquisa, que busca entender como se configuram, a partir dos grafitos de banheiro, os marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e juventude. McClintock (2010), Simões, França & Macedo (2010) e Feltran (2017) são algumas referências teóricas de marcadores sociais da diferença. Tal perspectiva entende que raça, gênero, sexualidade, classe e tantos outros possíveis recortes são categorias articuladas que se instituem mutuamente nas relações, em suas contextualidades e historicidades. Os marcadores sociais operam as hierarquias e desigualdades dentro de um quadro de negociações, expectativas e trocas, ressaltando seu caráter situacional, instável e contingente e, como estão sempre enredadas pela implicação mútua, as categorias se produzem na e pela relação.

No caso específico deste trabalho, discorro sobre dois conjuntos de grafitos que articulam profundamente a temática dos marcadores sociais da diferença: a “régua de pika”, registrada no banheiro masculino, e a “porta do assédio”, encontrada no banheiro feminino da referida instituição. A partir do campo realizado, tais grafitos foram fundamentais para entender a dinâmica das relações entre os e as estudantes no território escolar, pois revelam, embora não exaustivamente, a maneira pela qual os jovens elaboram a produção de masculinidade, de corpo, de violência e da rede de apoio e acolhimento. Antes de ir para os grafitos, contudo, preciso passar pela porta do banheiro.

#### *Entrando nos banheiros: algumas reflexões*

A ida ao banheiro da escola é permeada por regramentos que estão profundamente naturalizados no cotidiano – assim como, durante toda a trajetória escolar, estudantes têm seus “corpos escolarizados”, como um treino disciplinar (LOURO, 2003). A separação entre meninas e meninos, aparentemente inofensiva e dada como óbvia, regula os corpos juvenis, que, desde cedo em vida, reconhecem como interditados determinados espaços pelos quais circulam. Meninas de um lado, meninos do outro. Mas e o pesquisador em campo? Como essas regras vivenciadas cotidianamente por estudantes na escola se convertem na formulação de campo com a qual o antropólogo (e nesse caso, o termo é no masculino, pois eu me entendo socialmente como homem) precisa lidar? Há interdição

nos espaços? O corpo do antropólogo reconfigura a cena vivenciada pelos alunos e alunas?

Eu, homem branco adulto, não sou aluno nem professor na escola. Tampouco sou um corpo transparente, pairando sobre as cabeças, alheio às regras de socialidade que compõem o território no e com o qual faço pesquisa. Meu corpo, portanto, se submete às regras próprias do campo. Como grande parte desta pesquisa é voltada para registrar, analisar e entender os grafitos de banheiro, a entrada no banheiro feminino se configurou como uma dificuldade para mim.

Após uma atividade do módulo de IC-EM na escola, combinei com o aluno Emanuel<sup>5</sup>, com a aluna Laura e com a orientadora educacional de irmos aos banheiros para encontrar mais grafitos. Entrei com o jovem no banheiro masculino, enquanto a orientadora e a outra aluna foram ao feminino. Após ter terminado minha "busca", senti a necessidade de também entrar no banheiro feminino. Solicitei à orientadora, então, permissão para entrar lá, o que gerou uma animosidade implícita na interação. Mas, ciente da seriedade da pesquisa sendo feita na escola e compreensiva em relação ao meu pedido, a orientadora não só se certificou de que não houvesse ninguém dentro do banheiro como também se manteve em pé ao lado da porta do banheiro, de modo a impedir que qualquer aluna entrasse – é preciso dizer também que o horário das aulas já havia acabado e poucos estudantes permaneciam na escola.

Enquanto estive lá dentro, nem ela, muito menos Laura, entraram no banheiro. Seus corpos, ao invés disso, constituíram-se como "guardiões" daquela porta de banheiro, a barreira feminina de impedir que outras mulheres adentrassem aquele espaço enquanto eu estivesse lá dentro. Foi como se houvesse se instaurado uma suspensão temporária das regras de disciplinas e disposições corporais de gênero. Tal suspensão permitiu que eu adentrasse o espaço, porém interditava, na mesma medida, que corpos lidos como femininos ocupassem aquele ambiente ao mesmo tempo que eu. A regra de que "meninos" não podem entrar no banheiro das "meninas" era suspensa, mas o interdito que proíbe dois gêneros no mesmo banheiro, não. Estabeleceu-se uma "coreografia de corpos": o corpo lido socialmente como masculino pode entrar no espaço destinado a corpos femininos, somente se nesse local não houver presença de mulheres.

---

<sup>5</sup>. Para preservar a identidade dos alunos de IC-EM, utilizo nomes falsos.

Essa animosidade vivenciada corporal e reiteradamente parece entender a copresença física de dois (ou mais) gêneros diferentes num mesmo espaço público, cuja função é separar e regular os corpos, como um ato cercado de perigos e impurezas (DOUGLAS, 2010), bem como profundamente moral (FASSIN, 2019). Para manter o gênero binário é preciso que essa modulação certifique que cada gênero tenha um espaço próprio para sua regulação e manifestação sem qualquer tipo de troca e/ou risco, de modo a manter a estabilidade e a suposta pureza do gênero.

*“Porta do Assédio”*

A história da menina que havia se automutilado no banheiro da escola e escrito com sangue a frase “me ajude” levanta a questão sobre os usos que os estudantes fazem do espaço escolar, em especial dos banheiros, bem como a forma como ocupam e vivenciam esse espaço. De acordo com o relato da aluna de IC-EM Isabella, a inscrição mencionada era acompanhada por réplicas de distintos teores: algumas alunas se dispunham a ajudar e acolher, enquanto outras diziam “sai daqui” e “você não está doente”. Naquele momento do meu campo, o grafito escrito com sangue havia sido apagado pela escola, então eu nunca cheguei a vê-lo pessoalmente, mas outro grafito chamava atenção e expunha de maneira mais drástica e coletiva uma experiência vivenciada por muitas garotas e mulheres: o assédio.

No último bloco do prédio da escola, no andar superior, após passar pelo *hall* onde se instalam usualmente as turmas do 3º ano, há um corredor que leva exclusivamente aos banheiros, sem nenhuma outra saída. O espaço reservado para as meninas é dividido ao meio por uma parede: de cada lado estão cinco cabines, algumas pias para lavar a mão e janelas ao fundo. O piso e as paredes são todos brancos. Você se dirige à direita, caminha em direção à última cabine e entra. Diante da porta fechada, você pode observar na metade superior desta a seguinte mensagem escrita com canetão preto:

**“Use esse espaço para relatar assédios, relacionamentos abusivos, etc.**

**EU TAMBÉM”**

E no lado superior direito, está:

**“#JUNTASCONTRAO  
MACHISMO”**

“Assédio”, “relacionamento abusivo” ou “tóxico”, “machismo”, esses termos expõem uma gramática social atenta à qualidade das relações afetivo-amorosas que dimensiona o limite entre o que é aceitável e o que não é. A noção de “assédio” (SILVA *et al.*, 2023; ALMEIDA, 2019; BAUMGARTEN, 2020) se tornou uma categoria do movimento feminista, muito em função dos usos da internet, que possibilitou um canal no qual mulheres vítimas de assédio contassem suas histórias em primeira pessoa. As campanhas “Chega de Fiu Fiu”, #MeuPrimeiroAssedio e #MeToo tomaram as redes sociais a partir de 2014 e, em seguida, os meios de comunicação hegemônicos proliferaram a pauta, gerando além da visibilidade e reconhecimento desse tipo de violência, leis de tipificação de crime sexual. Não à toa, esse debate toma forma dentro dos espaços juvenis, traduzindo o #MeToo para o “EU TAMBÉM” na porta de um banheiro de uma escola pública de periferia.

Abaixo e ao redor do grafito mencionado, várias alunas se dispuseram a falar (ou escrever):

**“Meu primo, 7 anos”**

**“2017, pelo irmão da dona da casa onde eu moro.”**

**“Meu ex, em uma festa. Eu pedi para ele parar, mas ele continuou tentando, consegui fugir, mas isso me deixa aterrorizada até hoje.”**

**“Meu padrasto, quando eu tinha 6 anos.”**

**“Meu ex, na casa dele. Depois perguntou pq eu tava chorando. 2018.”**

**“Fui abusada na minha antiga igreja, por uma mulher. -PS: eu tinha 3 anos.”**

Esse conjunto de inscrições dá a dimensão do problema: muitas meninas relatam ter sofrido o primeiro assédio ainda muito cedo em vida (nos exemplos, com 3, 6 e 7 anos), normalmente em espaços de convívio diário e frequente (“casa onde eu moro”, casa do ex, “antiga igreja”) e por familiares e conhecidos (“meu primo”, “meu padrasto”, “meu ex”). O gênero “organiza” quem sofre e quem comete assédio: as meninas/mulheres são quem mais relatam esse tipo de experiência, e os meninos/homens são apontados como os perpetradores do ato. A única exceção, a partir dos grafitos coletados, está no

caso que diz que uma mulher abusou da jovem. Outro ponto interessante pode ser levantado a partir da discussão de Carrara (2015), que fala em uma “virada na regulação moral da sexualidade”, conferindo o atributo de “consentimento” ou “consensualidade” como critério para o “bom sexo” (p. 321), marcando aquilo que é aceitável moralmente em termos sexuais. Logo, as práticas que se afastam da noção de consentimento são lidas na chave da violência ou do “relacionamento abusivo”. De todo o modo, gênero e assédio parecem se articular profundamente na medida em que as mulheres, coletivamente, reclamam o assédio como um problema a ser enfrentado por todas (e todos).

Conforme mencionei anteriormente, após a coleta dos grafitos, apresentei o material para o grupo de IC-EM. O impacto de mostrar tais grafitos aos jovens foi tamanho que, no primeiro momento, o silêncio se instaurou na sala. As meninas, aos poucos, foram as primeiras a discorrer sobre a produção desses grafitos, e os meninos se abstiveram de tecer comentários espontâneos. Houve uma discussão pertinente em que foi apontada a idade muito jovem com as quais as garotas relatam terem sofrido o primeiro abuso, assim como notou-se que o relacionamento afetivo-amoroso não está imune a esse tipo de agressão (a figura do “ex” é mencionada duas vezes).

De acordo com as estudantes, em especial Sophia, garota parda lésbica, esses relatos breves que reconhecem determinada experiência como “assédio” são formas de “desabafo” e uma “maneira de lutar contra isso”, mas também podem abrir margem para pensar maneiras de reparação. Ler e compreender a importância de um relato desses, segundo as jovens, possibilitaria levar o assunto a outros espaços de ação, o que corrobora com a afirmação de Almeida (2019) quando se refere à mobilização de mulheres em torno do movimento #MeuPrimeiroAssedio, de que “comentários são uma fonte de laços afetivos. O apoio dos outros parece ser parte da cura” (p. 33, tradução minha). Portanto, é possível pensar na formação de uma rede de apoio construída a partir desses relatos. Ler a experiência das outras, nesse caso, é reconhecer a experiência de si.

Silva *et al.* (2023) dimensionam a questão da reparação a partir da categoria “assédio” em escolas públicas. Eles relatam a dificuldade que um grupo de meninas enfrentou ao falar abertamente sobre assédio na escola, principalmente quando o agressor é um professor homem. O “encaminhamento psicológico” sozinho não dá conta, a partir da perspectiva de quem sofreu a violência, pois ao agressor não é aplicada nenhuma penalidade (p. 6). O que a escola pode fazer? Quais dispositivos institucionais operam

para conter ou restringir atos como esse? Ou os dispositivos existentes somente tornam invisível quem se rebela contra o problema?

Além disso, é importante notar como os jovens se apropriam das temáticas relacionadas aos movimentos feministas e LGBTQIAP+ na construção de uma mobilização e de uma ação política que faça sentido em seu território e a partir dos instrumentos que possuem. “Assédio” é enquadrado numa chave de violência, daquele relacionamento que não vale a pena, que é moralmente inaceitável. Tanto que é mobilizado pelas jovens num grafito de banheiro.

Uma última frase completa o conjunto da “porta do assédio”:

**“VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA”.**

*“Régua de Pika”*

No mesmo bloco e andar, na frente de onde foi encontrada a “porta do assédio”, está o banheiro masculino. Possui a mesma disposição de cabines, pias e janelas que o banheiro feminino, só que invertida. Algumas portas não possuem maçaneta e a conservação é um pouco mais precária, com vasos sanitários interditados e algumas cabines fechadas. À esquerda, na terceira porta, é possível ver facilmente, de uma ponta a outra, a “régua de pika” (*sic*). Trata-se de uma linha vertical e levemente sinuosa, desenhada majoritariamente por canetinha vermelha, com trechos nas beiradas em azul e preto. Há pequenos traços horizontais demarcando espaçamentos regulares, sob o qual os meninos registram nomes, sejam os seus próprios ou o de colegas e pessoas relacionadas ao ambiente da escola, indicando jocosamente o tamanho do pênis de cada um. A variedade de cores e caligrafias indica que a “régua”, assim como a “porta do assédio”, não é resultado da ação de um único jovem, mas de um coletivo, produzida por várias mãos. Abaixo, sua transcrição:

**“RÉGUA DE PIKA**

**+ 100 cm = Iago**

**Felipe**

**Zulu**

**Kid B**

**Rolinelson**

**Homero**

**Ítalo**

**Padrão**

**Rolinha**

**Asiático**

**Roberto\***

**Tozzini**

**Takashi\*<sup>6</sup>**

Eu, o grupo composto por mais três pesquisadores, a orientadora educacional e mais dois alunos de IC-EM estávamos juntos no momento da coleta deste grafito. Enquanto discutíamos sobre o material observado, Leonardo, que naquela época era aluno do segundo ano do ensino médio, afirmou que a “régua” fora produzida por estudantes do “terceiro”, com intuito de atingir um tom cômico, de “zoar”. Sua fala dimensionou os aspectos de virilidade e masculinidade presentes na pixação, mas fundamentalmente pontuou que o objetivo seria o divertimento, e não a humilhação ou exposição de ninguém. Pereira (2016) coloca que as zoeiras são um importante aspecto das relações entre os meninos na escola e em outros espaços juvenis, por suas dimensões lúdica e jocosa (p.175). Inclusive, é a partir das “zoeiras” que os garotos fazem com Barbosa em campo, que o antropólogo estabelece maiores relações com seus interlocutores. Paralelo a isso, as zoeiras revelam a ambiguidade presente entre o riso e a insensibilidade, entre aquilo que é encarado como uma brincadeira e o que pode ser considerado como racismo, homofobia (p. 178), enfim, como algo que pode ferir sensibilidades e soar bastante agressivo.

Um olhar pelos nomes dos “meninos” listados na “régua” sugere diversas formulações. Iago, Felipe, Homero, Ítalo, Roberto, Tozzini soam como os nomes, de fato, dos membros do grupo de meninos que participaram da produção do grafito ou que possuem relação de proximidade com eles. Homero destoa um pouco do conjunto, por não ser um nome tão comum, e Tozzini parece indicar o sobrenome do estudante em

---

<sup>6</sup>. Os nomes grafados com \* são fictícios, pois substituem nomes de professores e de alunos que poderiam facilmente ser identificados.

questão. Os outros termos, em contrapartida, parecem sugerir mais uma representação de virilidade (ou da falta dela) do que nomes de alunos.

Os nomes “Zulu” e “Kid B” aparecem na ponta da “régua” que representa os maiores valores. “Zulu” é um termo com vários sentidos, mas, com alguma precisão, podemos apontar que é o nome de um povo que habita o sul do continente africano. Um dos alunos de IC-EM também pontuou que “Zulu” é o nome de uma marca de álcool, cuja identidade visual é a representação caricaturizada de um homem negro. “Kid B” é uma possível referência ao ator pornô Kid Bengala, cuja trajetória nos filmes pornográficos héteros da produtora Brasileirinhas é bastante conhecida, assim como toda a mítica e publicidade em torno do seu pênis. Tanto o ator pornô quanto o termo “Zulu” fazem referência explícita a corpos de homens negros, e por causa da posição desses nomes na “régua de pika”, relaciona a figura do “homem negro” com o “pau grande”. Ora, tal empreendimento de associar pessoas racializadas ao tamanho dos seus órgãos sexuais está no seio da “tradição pornotrópica”, a qual fala McClintock (2010), que coloca homens e mulheres negras como “excessos sexuais”, “aberrações”, com lascívia “bestial” (p. 45). Kilomba (2019), por sua vez, define a erotização de pessoas negras dentro do que aponta como racismo cotidiano.

No polo oposto da régua, ocupando a parte da “régua” que representa os menores valores, encontram-se os termos “Asiático” e “Takashi”, em referência aos estereótipos que associam o corpo de homens amarelos a pênis pequeno, pouca atividade sexual e/ou passividade. Fung (1991), em seu trabalho sobre a representação de homens amarelos na pornografia gay estadunidense, diz que a produção imagética ocidental reitera uma ideia de “asiático” como um homem dessexualizado, marcado por uma “impressionante ausência lá embaixo” (p. 148, tradução minha). Termos como “Kid B”, “Zulu”, “Asiático” correspondem a representações sobre corpos de homens negros e amarelos em matéria de sexualidade, prática e potência sexual. A “zoeira” praticada por um grupo de meninos passa a indicar também estereótipos raciais: “homens negros” têm “pau grande” e “homens amarelos” têm “pau pequeno”. Aqui, portanto, gênero, raça e sexualidade se constituem mutuamente.

Ao apresentar a “régua de pika” para os alunos de IC-EM, a surpresa deles não foi tão grande. Como alguns disseram, a “régua” já era famosa na escola, tendo nomes de meninos conhecidos deles ou que eram “da sala” dos presentes, além do fato de ela ser facilmente visualizada dentro do banheiro, portanto, ela não era desconhecida. Pedro,

garoto articulado que performa tanto um estilo “chavoso” de periferia quanto o de “CDF da turma”, foi o primeiro a comentar sobre ela e, apesar de confessar ter rido assim que ouviu o nome, associou-a prontamente a “insegurança” e “masculinidade frágil”.

Segundo argumentou Pedro, a “régua” representa um desrespeito não só a colegas, como também a professores, uma vez que se encontra o nome de um docente no pixo, o “Roberto”. De acordo com a descrição dada pelo estudante, ele seria um “homem gordo” e sua posição na parte inferior da regra revela mais um entendimento sobre corpo: de que homem gordo tem “pau pequeno”, e por extensão, corpos gordos teriam menor potência sexual. Marcada por estereótipos, o grafito seria um “convite para a reprodução de um pensamento machista”, nos dizeres de outro aluno de IC-EM, José, menino negro gay. Relevante apontar, no entanto, que no contexto de debate sobre este grafito em específico, havia um número maior de meninas presentes na sala e nenhum outro menino heterossexual no grupo, fato que pode haver condicionado diretamente o entendimento e exposição dos argumentos de Pedro perante todos, salientando mais o caráter agressivo e questionável da pixação.

Mas a “régua de pika”, a partir da contribuição de Pereira (2016), não deixa de ser também um exemplo de “zoeira”, entendida como um modo de ser jovem (p. 221), uma prática juvenil cuja ação está orientada a desestabilizar a disciplina institucional. Entre os amigos e conhecidos das redes de sociabilização, o grafito representa o humor, o lúdico e o jocoso. Quando se expande para a escola como um todo e a uma reflexão sobre os sentidos expressos em sua forma, a pixação projeta esse caráter de desrespeito, racismo e outros preconceitos. A “régua de pika”, em termos gerais, exprime diversos imaginários sobre corpo, raça, sexualidade e gênero, bem como demonstra como meninos fazem da “zoeira” uma prática própria da juventude.

### *Conclusões preliminares*

A partir do que os grafitos de banheiro mostram e do que os e as estudantes de IC-EM dizem sobre eles, é possível pensar os grafitos como uma prática juvenil, que pode resultar numa mobilização política (o ato de escrever sobre assédio no banheiro gera reconhecimento e forma uma rede de apoio contra violência), assim como reproduzir noções já estabelecidas (o ato de “zoar” com o tamanho do pênis indica tanto os limites da masculinidade quanto demonstra a maneira dos meninos de construírem seus

vínculos). De todo o modo, há de se pensar nos grafitos como uma inversão do currículo oculto, pois parecem pautar as demandas das e dos estudantes em relação à escola. Silva (1999) coloca a discussão sobre currículo oculto como aquele conjunto de saberes não explicitados (valores, atitudes, comportamentos) que contribuem decisivamente para a produção de sujeitos que a escola deve formar, convenientemente ajustados ao funcionamento da sociedade capitalista (p. 78). Dentro dessa discussão, os grafitos não parecem servir necessariamente à reprodução social; antes, pautam os temas e práticas que as e os jovens desejam e mobilizam em seu cotidiano. É de se notar que durante o período desta pesquisa, o país foi governado por um presidente alinhado aos setores políticos ultraconservadores, que demonizam e criam pânico moral nas discussões sobre gênero, sexualidade e família, pressionando e policiando as escolas, professoras e professores. Mais uma vez, os grafitos parecem demonstrar o interesse dos jovens em saberes considerados “perigosos” para esse setor, como sexualidade, práticas sexuais, questões raciais, de gênero e de saúde mental. Uma das primeiras frases que ouvi em relação à escola, dita por um dos alunos de IC-EM e que vi reproduzida, seja por meio do discurso ou por práticas, é de que “você entra aqui na ETEC e vira rebelde, gay ou drogado”, o que indica a potencialidade que os jovens têm de marcar um contraponto em face de uma sociedade opressora, moralista e tacanha.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, H. B.; SIMÕES, J. A.; MOUTINHO, L.; SCHWARCZ, L. M.; Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: G. Saggese; M. Marini; R. A. Lorenzo; J. A. Simões; C.D. Cancela (Org.). *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. 1ed. São Paulo: Terceiro Nome; Gramma, 2018, v. 1, p. 9-30.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. From shame to visibility: hashtag feminism and sexual violence in Brazil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 33, p. 19-41, 2019.

BARBOSA, Gustavo. *Grafitos de banheiro – a literatura proibida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BAUMGARTEN, Nicole Cristine. «#meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias», *Ponto Urbe* [Online], 26 | 2020. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/8418>;

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana* 21(2): p. 333-345, 2015.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica – Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FASSIN, Didier. Além do bem e do mal? Questionando o desconforto antropológico com a moral. In: RIFIOTIS, Theophilos e SEGATA, Jean. *Políticas Etnográficas no Campo da Moral*. POA, Ed. da UFRGS, 2019, p. 35-50.

FELTRAN, Gabriel S. A categoria como intervalo: a diferença entre essência e desconstrução. *Cadernos Pagu (51)*, Campinas, 2017.

FUNG, Richard. Looking for my penis: the eroticized Asian in Gay Video Porn. In: *Bad Object–Choices* (edited). *How do I look? Queer Film and Video*. Seattle: Bay Press, p. 145-168, 1991.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial*. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Quem não é visto, não é lembrado: sociabilidade, escrita, visibilidade e memória na São Paulo da pixação. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 1, No 2 | -1, 55-69, 2012.

\_\_\_\_\_. *“A Maior Zoeira” na Escola: Experiências Juvenis na Periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

\_\_\_\_\_. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre Antropologia e Educação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 49, 149-176, 2017.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. Encontros nos territórios: escola, tecnologias juvenis e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 180-202, jan./mar. 2019.

SILVA, C. G.; LEITE, V. J.; PONTES, J. C.; SANTOS, F. F.; OLIVEIRA, J. V. S.; HIRAIISHI, V. L.; PEREIRA, S. C. A.; SIMÕES, J. A. Dimensões do assédio na escola: diálogos sobre gênero com jovens estudantes de ensino médio de São Paulo/Brasil. *Interface (Botucatu)*. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMÕES, Julio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. *Cadernos Pagu (35)*, Campinas, 2010.

Artigos

**A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E A TRANSFORMAÇÃO DA ORDEM  
DO CRIME NA SOCIEDADE FLUMINENSE (1960-1989).**

Alexandre de Almeida Martins<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este trabalho se presta a compreender a transformação da ordem do crime no estado do Rio de Janeiro, em processo entre 1960 e 1989, ao assumir centralidade a partir do surgimento de uma organização criminosa, no interior do Instituto Penal Cândido Mendes em 1979. Perceber o estabelecimento do Comando Vermelho, o seu espalhar para outras instituições prisionais do Estado bem como seu extrapolar dos muros. Considerar a ordem criminosa enquanto fenômeno da sociedade fluminense pela perspectiva da circulação entre suas causas e efeitos, disposta em finais da década de 1960 e que atravessou os anos 70, e sua descontinuidade peremptória constatada no curso dos 80. Conferir ordem do crime em promoção por arranjos criminosos, onde até então era representada por ações desarticuladas e avulsas. Observar especialmente o crime violento submetido a órbita da organização criminosa. Contumaz revelar os comportamentos recomendados pelo Comando Vermelho no cotidiano dentro e fora das prisões a inferir como matriz irradiadora das ações criminosas e efetivamente violentas. Pretende-se, portanto, desenvolver uma historicidade dessa organização criminosa, que contribua para uma compreensão ensejada na sua estrita relação com a ordem criminosa no tempo presente.

**Palavras-Chaves:** Instituto Penal Cândido Mendes; Comando Vermelho; Ordem do Crime.

**ABSTRACT**

This work lends itself to understanding the transformation of the criminal order in the state of Rio de Janeiro, in a process between 1960 and 1989, in its centrality from the

---

<sup>1</sup> Especialização em Sociologia pelo S B I, Brasil(2018)

emergence of a criminal organization, within the Cândido Mendes Penal Institute in 1979. To perceive the establishment of the Red Command, its spread to other state prison institutions as well as its extrapolation of the walls. To consider the criminal order as a phenomenon of Rio de Janeiro society from the perspective of the circulation between its causes and effects, established at the end of the 1960s and which went through the 70s, and its peremptory discontinuity observed during the 80s. To check the order of the crime in promotion by criminal arrangements, where until then it was represented by disjointed and isolated actions. Especially look at violent crime under the orbit of the criminal organization. It is contumacious to reveal the behaviors recommended by the Red Command in daily life inside and outside prisons to infer as a radiating matrix of criminal and effectively violent actions. It is intended, therefore, to develop a historicity of this criminal organization, which contributes to an understanding of its strict relationship with the criminal order in the present time.

**Key words:** Cândido Mendes Penal Institute; Red Command; Crime Order.

## **INTRODUÇÃO**

As décadas de 1960, 70 e 80 no Rio de Janeiro o surgimento do Comando Vermelho, em 1979, no interior do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) em Ilha Grande, (IPCM), assumiu centralidade na transformação da ordem do crime. Durante a ditadura militar pós 1964, sobretudo, pelos desdobramentos no período de maior violência política do regime (1968-1974), porquanto a Lei de Segurança Nacional (LSN) acabou por entrelaçar crimes comuns com crimes políticos, de maneira que os alcançados pela referida lei passaram a conviver no “*IPCM*”.

Com a finalidade de contribuir para a compreensão da descontinuidade histórica da ordem do crime a partir do surgimento do Comando Vermelho este trabalho procurou considerar as condições materiais, humanas e de funcionamento precarizadas do “*IPCM*”, permeado pelo período de maior violência política durante a ditadura militar (1964-1985). Ao mesmo tempo, propor uma análise das relações sociais intramuros que, entretanto, contrapõe-se ao entendimento que essencialmente pela convivência entre presos políticos e comuns propiciou o surgimento da organização criminosa, o seu espraiar para outras prisões do estado chegando até a sociedade que as cercam.

Para buscar esses propósitos, o presente trabalho se estabeleceu em pesquisas de fonte primária, acervos de materiais jornalísticos e fontes oficiais desenvolvidas por meio do método analítico-indutivo especialmente qualitativo, em um cotejar dos dados e acontecimentos tecendo reflexões sobre os processos histórico sem suas subjetividades. Ora, autorizou a projeção de um quadro a respeito ao fenômeno da criminalidade e a transformação da ordem do crime na sociedade fluminense a partir do surgimento do Comando Vermelho. A historiografia e os documentos examinados elucidaram a importância da instituição-prisão, o “*IPCM*”, envolvida com o período de maior violência política no curso da ditadura militar pós 1964, para a ocorrência da organização criminosa que fundada sob as bases de pseudodiscursos de cunho social revolucionário, mas que nada passou da adequação de comportamentos dentro da prisão. Onde em última análise seria por objetivo de aumentar a possibilidade de sobreviver, dominar a massa carcerária e até ascender poder no “*mundo do crime*” (RAMALHO, 1979, p. 41), dentro e fora da prisão. Sobretudo, delinear oposição a razão na qual essencialmente o Comando Vermelho teria sido resultado da convivência entre presos políticos e comuns, embora se considere pontos de contato entre esses mundos.

A ditadura militar decretou a “*LSN*”, que dentre outros interesses, estabeleceu a repressão aos assaltos às instituições financeiras por grupos subversivos ao regime. O desdobramento mais relevante para o trabalho foi a conseqüente conexão entre crime político com o crime comum, haja vista que a Lei de Segurança Nacional não fez distinção quanto as motivações. Onde a separação só seria realizada no interior do “*IPCM*”, para onde os enquadrados pela lei foram encaminhados. Portanto, os presos políticos eram aqueles que cometeram os assaltos como parte da resistência ao regime, já os presos comuns eram aqueles que não tinham nenhum envolvimento político subversivo. Todavia, os presos comuns que estavam sob o rigor da “*LSN*” e conseqüentemente da prisão, mas, sobretudo, da própria massa carcerária que se estabelecia em uma dinâmica violenta e perversa, não sendo presos políticos e alijados da massa de presos, esses presos foram chamados de as “*Leis de Segurança*”. Em vista disso, quando desprovidos de “*capital simbólico*” (BOURDIEU, 2007) e considerados perigosos foram isolados no “*Fundão*”. Com dificuldades de se aproximarem aos presos políticos além de submetidos a ordem interna, que em grande medida era governada pela “*Falange Jacaré*”, restaram a eles resistir para sobreviver.

Nesse sentido, as apreensões de comportamentos por parte das “*Leis de Segurança*”, em relação aos dos presos políticos, serviram para sedimentar a resistência desses presos na cadeia. Ocorreu então uma sobreposição de comportamentos, mas que não chegou a romper a estrutura de violência no interior da prisão. Até mesmo porque os presos políticos se interessavam na marcação das diferenças entre eles, já que a ditadura militar se empenhava em desqualificar os opositores ao regime, e que para esses presos a passagem pela prisão era mais um estágio da resistência política. No entanto, para as “*Leis de Segurança*” sobreviver passava por concentrar poder pela violência e assim dominar a massa carcerária.

Assim sendo, o “*IPCM*” por suas condições históricas de precariedades humanas, materiais e de funcionamento envolvidas com o período mais endurecido da ditadura militar propiciou o surgimento do Comando Vermelho, que por sua vez transformou a ordem do crime na sociedade fluminense. Naquilo que Michel Foucault (2014) desenvolveu sobre a prisão enquanto sua origem dentre as tecnologias política a incidir decisivamente sobre os corpos dos condenados, a fim de disciplinar tornando-os dóceis e submissos além dos mais produtivos. Ao passo que o “*IPCM*” na Vila de Dois Rios, em Ilha Grande, historicamente serviu a tantos contextos sociopolíticos do país imerso no sistema punitivo brasileiro e vicejado pelo princípio do somente deter e conter pela exclusão de pessoas ou grupos determinados.

Em primeiro lugar, a prisão deve ser concebida de maneira a que ela mesma apague as consequências nefastas que atrai ao reunir num mesmo local condenados que representavam uma grande diversidade: abafar os complôs e revoltas que se possam formar impedir que se formem cumplicidades futuras ou nasçam possibilidade de chantagem (no dia em que os detentos estiverem livres), criar obstáculo à imoralidade de tantas “*associações misteriosas*”. Enfim, que a prisão não forme, a partir dos malfeitores que reúne uma população homogênea e solidária (FOUCAULT, 2014, p. 229).

O Instituto Penal Cândido Mendes em Ilha Grande por mais paradoxal que possa parecer, por ser considerada de segurança máxima desde 1963 e isolada em uma ilha, se caracteriza pela porosidade. Um caráter permeável advindo da histórica precarização tanto a material, a de funcionamento e como principalmente a humana. Ou seja, a prisão reconhece como também acata o *status* adquirido pela pessoa presa no mundo exterior. Conceber-se-á imersão do conceito de instituição total, onde teria a impermeabilidade:

“(…) *uma inversão parcial, em seu interior, do status externo, pode servir como lembrança constante da diferença e antagonismo entre a instituição e a sociedade que acerca*” (GOFFMAN, 2001, p. p. 106-107). Considera-se o sociólogo norte americano Erving Goffman (2001) por seus estudos conceituais no campo da microsociologia e institucionais norteiam as análises teóricas e as empirias tratadas neste trabalho.

A Cândido Mendes não só admitia a condição externa do condenado, como o revestia de um *status quo*, principalmente na ordem do crime, que era adquirido no seu interior e reconhecido na sociedade extramuros. Quadro este bastante explorado na afirmação da organização criminosa que também a fez se desenvolver, inclusive, do lado de fora dos muros da prisão. Quando definitivamente essa realidade se materializou com o evento emblemático ocorrido em três de abril de 1981, no Conjunto dos bancários na Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

A batalha da Ilha do Governador é um marco importante na história do crime organizado no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, o Comando Vermelho revela o poder de fogo disponível e a determinação de seus homens. A polícia vê surgir diante de si um inimigo nunca enfrentado fora da luta política. O crime comum mudou (AMORIM, 2011, p. 161). Essa mudança não ocorreu somente no seu *modus operandi*, ou seja, na prática, ao deixar de ser avulso e desarticulado para se tornar organizado, mas também pelo lastro de solidariedade e o estrito pertencimento a uma organização criminosa. A outra mudança, não menos importante, é como o crime passou ser representado pela sociedade fluminense. Destarte, neste caso específico, as ações criminosas em si, mas se sobrepõe como essas ações foram percebidas e assimiladas, principalmente, refletidas na sociedade como um todo. Nesse contexto, considera-se a relevância da produção de discursos em campos de disputas históricas do país, em que pese os processos de continuidades e rupturas. Onde: “*o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar*” (FOUCAULT, 1970, p. 10). Isto posto, são controlados, selecionados e organizados por uma série de procedimentos, os próprios atores envolvidos enquanto sujeitos nessa construção, nas instituições envolvidas e nas relações que ora em solidariedade, ora em embates como da própria sociedade onde ambos se encontravam inseridos. Havendo uma promoção de elementos para que se constitua um sentido enunciado, em reciprocidade ou até mesmo ao se contrapor a outros sentidos e significados.

O sentimento coletivo que explode numa reunião, não exprime simplesmente o que há de comum em todos os sentimentos individuais...É resultante da vida em comum, é produto das ações e reações travadas entre as consequências individuais, e é em virtude da energia especial que lhe advém precisamente de sua origem coletiva que repercute em cada uma delas. Se todos os corações vibram em uníssono, não é em consequência de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque a mesma força a movimentá-los no mesmo sentido. Cada um é arrastado por todos (DURKHEIM, 1978, p. 8).

A partir da década de 1970, a ordem do crime já vinha em processo de transformação, especialmente se considerarmos o contexto sociopolítico do estado do Rio de Janeiro no período da ditadura militar pós 1964, mais ainda no que se refere ao controle social. Quando as questões de segurança pública se encontravam imbricadas com as de segurança do próprio Estado.

Quando essa estrutura normativa controladora é perturbada e desorganizada, a conduta individual fica igualmente desorganizada e caótica – o indivíduo perde-se em um vazio de atividade sem sentido. A anomia é precisamente esse estado de desorganização em que o controle que as normas exercem sobre a conduta individual se rompeu. Seu limite extremo é o estado de individualismo puro que para Durkheim, como era para Hobbes, a guerra de todos contra todos. Em coordenação com o estado de anomia e em oposição a ele está o estado de integração perfeita que implica em duas coisas – que o corpo de elementos normativos controlando a conduta em uma comunidade forma um sistema coerente e que seu controle sobre o indivíduo é na verdade eficaz, ou seja, consegue fazer com que seja obedecido (TALCOTT, 2010, p. 449).

Ao ingressar nos anos de 1980, onde o Comando vermelho já atuava abertamente dentro e fora das cadeias, teria ainda um importante fator a ser considerado, que foi a grande ebulição do narcotráfico. Uma conjuntura denotada negativamente para a sociedade fluminense, pois uma boa parcela das áreas socialmente vulneráveis já estavam sob o domínio da organização criminosa, passando a utilizá-las como pontos estratégicos para a comercialização de drogas.

Embora se possa discutir quanto ao real significado que a entidade teve para o incremento do narcotráfico, nos parece que seu surgimento nos boletins de ocorrência, notícias de jornais, trabalhos acadêmicos discutindo sobre a sua existência etc. sinalizam que algo diferente se deu ao longo da década de 1980 no narcotráfico do Rio de Janeiro;

este passou a ter uma organização entre os narcotraficantes, às vezes mais intensa, ora menos, de modo a tornar mais empresarial o varejo de drogas (EVANGELISTA, 2003, p. 59).

A clivagem da ordem do crime na sociedade fluminense entre antes e depois do surgimento da organização criminosa Comando Vermelho, em 1979, dentro do Instituto Penal Cândido Mendes que, ora, se expandiu para outras cadeias e ultrapassou os muros das prisões e chegou à sociedade que as circundam, encontrou-se em consonância ao projeto de ordem social, no que se refere as práticas cotidianas das instituições formais de controle social (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 284). Porquanto, sem perder de vista as suas imbricações com o contexto sociopolítico e econômico que envolvia o país, logo, refletido na sociedade fluminense. O conteúdo dessa historiografia, quando se refere ao Rio de Janeiro da virada do século, busca retratar o que Nicolau Sevcenko chamou de “inserção compulsória na belle époque, onde o projeto burguês de ordem social leva *“ao paroxismo a ideia de uma Nação harmoniosa, construída sobre a eficiente repressão”*. Vinculada a um contexto internacional expresso na ideia de imperialismo e de exportação de capitais, a burguesia aparece como ator histórico, dotada de um projeto e, em larga medida, capaz de combatê-lo a efeito (BRETAS, 2018, p. 31).

Submetidas a essas perspectivas, este trabalho, em sua singularidade, nos enfoques para a compreensão do nascer de uma organização criminosa em uma instituição-prisão do estado do Rio de Janeiro na medida de suas consequências na transformação da ordem do crime e pelo desenvolvimento das relações entre os atores históricos nas subjetividades pela convivência no “IPCM” ao trazer pelos dados reunidos e os acontecimentos a oportunidade de esclarecer a origem, a formação e organização do Comando Vermelho dentro e fora das prisões.

## **O COMANDO VERMELHO**

O Comando Vermelho enquanto organização criminosa surge no interior do Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande no ano de 1979, em seu processo embrionário que levou o seu estabelecimento esteve diretamente relacionado à conjugação de fatores da própria instituição prisional envolvidos pelo período de maior violência da ditadura militar pós-1964, “os Anos de Chumbo” (GASPARI, 2014, p. 12). As históricas

precarizações, a dinâmica interna, a convivência entre presos políticos e comuns são fatores categóricos que implicados pelo contexto sociopolítico do país, no período delimitado, levaram o “IPCM” a propiciar o nascimento de uma organização criminosa em seu interior. Essas questões serão tratadas em trabalho futuro.

No entanto, é imperativa que seja mais bem desenvolvida a compreensão dos meandros nos quais a organização criminosa fora fomentada e sustentada. “Os Leis de Segurança” – presos enquadrados pelo Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 (LSN) que não tinham propósitos político ideológico, em convivência com presos políticos, elaboraram um arcabouço de sentidos e significados para suas ações que vieram a sedimentar o Comando Vermelho.

A convivência entre os presos políticos e os “*Leis de Segurança*” por ela mesma, ou seja, ela independente dos outros fatores não consolidaria determinantemente para o surgimento da organização. Os “*Leis de Segurança*” realizaram uma transmutação de um concurso de comportamentos fundados em uma consciência revolucionária, comuns aos presos políticos, em significados de solidariedade e pertencimento criminoso. Com o objetivo no primeiro momento de sobreviverem na prisão e posteriormente dominarem à massa carcerária. Desta forma, em uma expressão da questão do comportamento e da solidariedade no dia a dia da cadeia, bem relatou um dos presos comuns considerado uns dos fundadores da organização criminosa: “*É impressionante ver como até o mais fraco dos homens, quando percebe que está cercado de amigos que o respeitam e valorizam, torna-se forte, digno e responsável, capaz até de sofrer torturas, sem falar*” (TORRES, 1979, p. 135).

Quando os “Leis de Segurança” e os presos políticos chegaram ao “IPCM”, em 1969, com uma dinâmica interna marcada ordinariamente violenta. Arregimentações criminosas, grupos pequenos que dominavam a massa carcerária através de roubos, extorsões diversas e tantas outras agressões. A grande maioria dos presos vivia nesse cotidiano entre os movimentos e as resistências sob o poder exercido pela força física, mas, sobretudo, pelo destaque e influência das pessoas que integravam esses grupos detinham no “*mundo do crime*”. Entretanto, essa dinâmica era realizada porque a equipe dirigente não só admitia como se valia desse mecanismo para controlar e manter aquele “*caos em ordem*”. Desta maneira percebe-se o poder do Estado sendo negociado no interior do “IPCM”.

Piores que os guardas, esses presos violentos eram ali colocados, estrategicamente, por uma administração que tinha todo interesse em cultivar o terror.

O ambiente nas galerias não era diferente. Os presos ainda formavam uma massa amorfa, dividida, dividida por quadrilhas rivais. Matava-se com frequência, por rivalidades internas, por diferenças trazidas da rua ou por encomenda da própria polícia, que explorava de forma escravagista o trabalho obrigatório e gratuito (LIMA, 1991, p. p. 36-37).

Os presos enquadrados pela “LSN” de 1969 foram postos no “fundão”, uma espécie de galeria separada dos demais presos da cadeia. Assim, a convivência entre as “Leis de Segurança” e os presos políticos se estabelecia através de frequentes divergências. Basicamente, para os presos políticos “a prisão era tida por eles como uma etapa da luta [...]” (BENEDITO, 2017, p. 67). Já para os presos comuns a fuga era de grande interesse em todo tempo.

A relação dos presos comuns e político sem relação social no “IPCM” se deram entre 1969 e 1976. Ela é iniciada em 1969 quando da fuga de presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, na região central do Rio de Janeiro. Então, o “IPCM” serviu aos propósitos de isolá-los em uma prisão de segurança máxima, ainda mais em uma ilha. Diante todas as condições da Cândido Mendes permeada pelo contexto sociopolítico do país, durante o período da ditadura militar pós 1964, produziu a convivência entre esses presos, no entanto, a intensão por princípio era atuar na forma de uma tecnologia política sob o “corpo de condenados”, mas especificamente ocultar essas pessoas presas.

O discurso moderno promete mais. A cadeia penal deveria deixar de ser uma masmorra punitiva para se transformar numa instituição correcional, e tanto mais quanto mais se desenvolve o saber das cadeias causais envolvidas na explicação do comportamento desviante. A punição em si perde sentido quando o saber se interessa mais pelo criminoso e suas causas, do que pelo crime que ele cometeu. A punição é conservada a pena pelo seu poder de dissuasão, pela sua finalidade social, pela sua extensão normatizadora (MISSE, 2006, p. 118).

Entre a saída dos presos políticos da Ilha Grande (1976), devido ao processo de anistia em curso no país, e o surgimento do Comando Vermelho (1979) foram três anos de muita violência pelo domínio da cadeia. Nesse período de afirmação da organização, os “Leis de Segurança” mantiveram uma rotina de mortes, fugas, motins e tantos outros instrumentos para dominar a cadeia e conseqüentemente ascender ao topo do “mundo do

crime”. Para isso exploraram muito bem as precariedades históricas do “IPCM” até mesmo passaram a dominá-las, o caos do sistema penitenciário fluminense fora articulado a partir desse movimento. Pronunciaram discursos reivindicatórios sob bases falsamente revolucionárias ou que tivessem algum tipo de práticas coletivas politicamente orientada (MISSE, 2006, p. 126). Ainda que as condições das prisões garantissem legitimidade para as reivindicações nada mais em absoluto interessava às “Leis de Segurança” do que as suas ações criminosas dentro e fora das prisões do Rio de Janeiro. Desta forma acabou por produzir dúbios sentimentos nas considerações a respeito desses criminosos nas suas ações, muito também em decorrência das iniciativas insipientes e ineficazes do estado em relação ao sistema penitenciário e a segurança pública.

Sobre o Comando Vermelho surgir, ser impulsionado e chegar a uma situação consolidada, não garante o entendimento do senso comum que a convivência entre presos políticos e comuns em Ilha Grande foi determinante para seu surgimento. Resolver por esta hipótese é desconsiderar a complexidade da instituição que abrigou essa convivência, ainda mais, a sociedade que as produziu, inclusive a própria admissão da classificação entre presos políticos, presos comuns e os “Leis de Segurança”. Observado um estado permanente de crise no “IPCM” por um panorama em “que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia política do corpo talvez me tenham ensinado mais pelo presente do que pela história” (FOUCAULT, 2014, p.33).

No Brasil, a consolidação da instituição-prisão no processo de vigência das penas de privação da liberdade que substituiu as penas de suplicio ao corpo do condenado, ainda que de alguma forma a prisão em si aplica sofrimento ao corpo da pessoa presa, foi caracterizada pelo abismo entre a legislação e a realidade cotidiana das cadeias. Isto posto, tem-se a Casa de Correção da Corte (1850) e a Casa de Detenção (1856)<sup>2</sup> como prisões emblemáticas assumidas como exemplares das precariedades humanas, materiais e de funcionamento sem continuidade histórica do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro que se constituíram sob essas características.

A falta de organização sempre foi citada nos relatórios e estudos sobre a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, cujo conteúdo expõe a verdadeira situação de encarceramento do preso dentro dos muros da prisão. Na prática, não havia separação do réu de acordo com

---

<sup>2</sup>Arquivo Nacional / MAPA: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/268-casa-de-correcao>. Acesso em 12/05/2023.

o crime que cometera ou uma profilaxia para o restabelecimento do indivíduo encarcerado, conforme estipulado pela jurisprudência da época (PEDROSO, 2003, p. 73).

Portanto, assim, com todas as espécies de precarização histórica envolvidas com o período de maior violência da ditadura militar pós-1964 fez do “IPCM” a incubadora para o nascimento da primeira organização criminosa no modelo de dentro para fora das prisões, no Brasil. Todavia, a respeito do que seria uma organização criminosa o Comando Vermelho atendeu, conforme os estudos especializados, ao modelo endógeno. Enfim, o Comando Vermelho nasceu a partir e por uma instituição do Estado (DE LIMA et al., 2014, p. p. 320-321).

Sobre a formação do Comando Vermelho foi inclusive por assumir o controle do espaço prisional, que de alguma forma foi historicamente negociado entre indivíduos ou grupos presos com o poder do Estado, o ordenamento do espaço social da prisão se amparou pela consubstancia do Direito Formal com o Direito informal (BARBATO, 2006). “Tanto que foi expresso e divulgado no coletivo do “IPCM” o Primeiro Estatuto e Circular Informativo do Comando Vermelho, onde descreveu explicitamente os seus ‘dez mandamento’ indicando condutas como: “1. não caguetar; 2. não conspirar; 3. não cobiçaras mulher do próximo; 4. não acusar em vão; 5. não quilingar; 6. não tentar contra a vida de amigo; 7. Fortalecer os menos favorecidos; 8. ser coletivo; 9. não matar em vão; 10. não negar a pátria”<sup>3</sup>. Uma clara demonstração que a organização criminosa tinha um entendimento que a ocupação dos espaços e dos serviços precarizados e omitidos pelo Estado, além de rivalizar poder, asseguraria a ascensão do Comando Vermelho definitivamente no “mundo do crime”, como também efetivaria seu domínio em áreas socialmente vulneráveis.

Na década de 1970, eram repercutidas e bastante divulgadas as inquietações sobre as prisões do Rio de Janeiro, onde nesse momento o Comando Vermelho já dominava ou estaria em vias de dominar outras cadeias do sistema (Jornal O Globo, 31/12/1978, Grande Rio, p. 15).

O “IPCM” em seu caráter permeável, ou seja, a tolerância da prisão quanto ao trânsito do *status* adquirido extramuros pela pessoa presa. Condição essa que marcou

---

<sup>3</sup>Manuscritos: material apreendido em revistas no IPCM (sem data precisa), manuscrito pelos presos: “(1ª CV RL LRL J.U – Estatuto e Circular Informativa) assinada por: ‘Nós da Comissão’”. Contém tópicos de como os membros da família (organização criminosa Comando Vermelho) deveriam “proceder” pelo convívio na cadeia. (Manuscrito). Acervo MAPERJ / SEAP-RJ.

acintosamente as diferenças dentro da cadeia. Mais ainda, quando para a Cândido Mendes interessava as posições adquiridas na ordem do crime. Desta maneira, o Comando Vermelho diligenciou por vínculos extramuros, tendo como principal mecanismo a instituição de uma “caixinha”, uma espécie de fundo do crime, que aos olhos românticos seria para a subsistência na prisão (Jornal do Brasil, 06/04/1981, Primeiro Caderno/violência, p. 4).



Crianças no “IPCM”. Fonte: André Cypriano.

Os criminosos libertos teriam que encaminhar dinheiro, drogas e armas para seus “companheiros” de crime presos em Ilha Grande. Essa ação alcançava amplo espectro na ordem do crime, tanto dentro como fora da prisão. Em primeiro plano salienta uma semiose traduzida em comportamentos solidários e produção de sentimentos de pertencimento que reforçariam uma identidade criminosa. Especificamente resultou na manutenção de uma dinâmica e ordem criminosa, demonstrando poder para a massa carcerária, por uma coação velada outras vezes escancarada, através do cultivo da dependência material e finalmente, e não menos importante, para administração da prisão. Seus domínios foram estendidos quando passaram a corromper agentes do Estado para fugir, cometer diversos crimes e ilegalidades, desta forma explicitando sua força e poder na cadeia e fora dela. Contudo, após muito sangue derramado em confrontos com quem se postassem contrários às ordens da organização (Jornal O Globo, 14/04/1983, Grande Rio, p. 12).

Por uma perspectiva do Comando Vermelho delibera-se em seu desenvolvimento enquanto organização criminosa tendeu ao domínio no “mundo do crime” de dentro para

---

<sup>4</sup> Figura1: Crianças no “IPCM”. Fonte: André Cypriano. In: O Caldeirão do Diabo, 2001.

fora da prisão. Pois, ora, conforme Peirce (2005) sobre uma reflexão semiótica, de caráter estritamente filosófico, fizeram produzir signos que ensejaram no delimitar das convergências e das diferenças na dominação da organização criminosa, principalmente dentro das prisões. Portanto, deve-se considerar a organização criminosa como um ambiente de relações humanas e seus sistemas de significação em processo de formulação e aquisição de hábitos e comportamentos.

No sentido da exposição de Weber (2015, p. 35) em seu conceito do tipo ideal, que sobre o monopólio da dominação territorial, o extrapolar dos muros da prisão pelo Comando Vermelho estaria na ordem de algo similar a o natural. Sem deixar perceber o contexto sociopolítico do estado do Rio de Janeiro, na década de 70 implicados pelo submetimento do país à um cenário internacional, que pressionado por um modelo de ordem social burguesa com sua representação na coação aos marginalizados (BRETAS, 2018). Sendo assim, a sociedade fluminense não criou muita resistência a sedimentação da organização criminosa do lado de fora da prisão

A situação de dominação está ligada à presença efetiva de alguém mandando eficazmente em outros, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação; porém certamente – pelo menos em todos os casos normais – à existência de um dos dois. Temos uma associação de dominação, em virtude de uma ordem vigente (WEBER, 2015, p. 33).

## **A ORDEM DO CRIME**

Em referência a ordem do crime por uma observação história tem-se experienciado em cada um de seu contexto, para além, de uma hierarquia do crime, em maior ou menor grau de violência, da sua tessitura funcional ou até mesmo de sua estrutura para as ações. Então, especificamente estará na categoria de núcleo irradiador com certa continuidade de largo alcance de suas implicações nos demais cometimentos criminosos, bem como na sociedade fluminense. Desta forma, é considerado o crime em cada tempo, portanto, desatende a razão de evolução ou decadência tanto de um caráter moral quanto, também, demérito quantitativo.

A década de 1950, no estado do Rio de Janeiro o crime se notabilizava pelo caráter avulso, disperso ainda que já se apresentassem grupos pouco articulados para cometimentos de assaltos e delitos por meio de fraudes. Ao considerar o período delimitado, o Brasil encontrava-se ingressando na chamada industrialização da economia, até então essencialmente agrária. Em decorrência desse processo ocorreu crescente circulação de recursos materiais nas regiões urbanas do país. De maneira que especificamente no Rio de Janeiro a respeito da mudança no *modus* do crime, só seria percebido a partir da segunda metade da década de 1960. Isto posto, entretanto, seria impróprio concluir que nesse contexto a violência era algo que a sociedade fluminense não vivenciasse, muito na contramão disso.

Os crimes violentos, no curso da década de 50, em grande medida, se relacionavam ao que fora denominado de “Esquadrões da Morte”. Eram grupos que em diligência praticavam assassinatos comumente encomendados. Natalício Tenório Cavalcante de Albuquerque, mais conhecido pelo pseudônimo de o Homem da Capa Preta, envolvido com a política foi vereador por Nova Iguaçu (1936 a 1937), deputado estadual (1947 a 1951) e federal (1951 a 1964), era um homem violento constantemente arrolado em execuções e chacinas, tinha seu reduto na região da Baixada Fluminense, sobretudo, em Duque de Caxias (Jornal O Globo, 19/12/1953, Geral, p. 10).

Portanto, seria um equívoco afastar da criminalidade<sup>5</sup> fluminense, nesse período, o seu caráter amorfo. Pois, mesmo que os cometimentos criminosos vislumbrassem por alguma organização para fins de determinados objetivos, eram arraigados por uma índole personalíssima, melhor dizendo, se ordenavam pela concentração de poder e liderança de uma única pessoa ou de um ínfimo grupo que desarticulados fariam cessar as ações e as ligações entre os demais criminosos envolvidos, quando muito era praticado e se encerrava em uma mesma pessoa.

O cotidiano da vida social fluminense, nos anos 60, principalmente da primeira metade, não sofrera alterações significativas na ordem social. Expresso pela permanência do padrão de coercitividade vigente. Com relação a criminalidade, houve ocorrências como assaltos à bancos com emprego de arma de fogo e com alguma presteza, que já eram noticiadas apesar da incapacidade de alterar o aspecto do crime na concepção coletiva

---

<sup>5</sup>Conforme Dicionário Michaelis (MICHAELIS, 2010, p. 240) Criminalidade – sf. **1-** Qualidade ou estado de criminoso. **2-** Os crimes. **3-** Grau de crime. **4-** A história e estatísticas dos crimes.

(Jornal O Globo, 5/01/1960, Geral, p. 1). Contudo, segundo Zampa, 2011: Após 1964, entretanto, outra realidade se apresentou, quando grupos militares controlaram o Estado por mais de vinte anos, utilizando a segurança como uma das principais justificativas para a continuidade do regime. Nesse período, a principal alegação dos militares para se manterem no poder foi a possibilidade de implantação do Comunismo no Brasil. Para combatê-la, forças de segurança tradicionais e recentes foram articuladas (ZAMPA, 2011, p.21) O regime militar, por meio da Constituição de 1967 e suas emendas, ratificou a Doutrina de Segurança nacional e o fortalecimento do Estado como fatores indispensáveis à ordem e a segurança da nação. O final do regime, todavia, coincidiu com vários debates sobre o futuro da segurança, já que caberiam aos governantes na retomada de um regime civil, escolher entre manter uma estrutura de segurança ligada ao militarismo e às necessidades do Estado ou repensá-la em termos gerais frente a novas realidades, tais como o crime organizado, ao crescimento do tráfico de drogas e à discussão sobre direitos humanos (ZAMPA, 2011, p. 22).

No final do ano de 1968, mais precisamente em 13 de dezembro, o país ingressou no período de maior violência política da ditadura militar do pós 1964 com a assinatura do Ato Institucional número 5, o AI-5, pelo então presidente Artur da Costa e Silva. Nesse contexto, os subversivos ao regime passaram a incrementar guerrilha urbana, na forma de resistir à máxima repressão, causando grandes constrangimentos a partir de suas ações. Ora, o regime em seus discursos tratava de classificar essas ações com o mero banditismo (REIS, 2014). Acabara por instituir, assim, o “inimigo” interno que deveria ser combatido pelo militarismo que, todavia, se desdobrava no ensejo de consagrar uma ordem social. No entanto, trouxera uma complexa questão do entrelaçamento dos crimes elencados pelo Decreto-lei nº 898 de 29 de setembro de 1969 (LSN)<sup>6</sup>, sem nenhuma distinção entre as motivações, cumprindo desta forma o interesse de desqualificar a resistência ao regime, colocando todos enquadrados pela lei na ordem do crime comum. Em uma das questões que envolveram a soberania enfrentada pelo regime, onde afetaria frontalmente o estado do Rio de Janeiro, sobremaneira na ordem do crime.

---

<sup>6</sup>Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 - Publicação Original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin.br/fed/declei/1960-1960/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. acesso em: 14/05/2023.

Não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem se cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. Não mais segurança do príncipe e do seu território, mas segurança da população e, por conseguinte, dos que a governam (FOUCAULT, 2008, p. 85).

Nos primeiros anos da década de 70 quadrilhas de assalto à bancos se disseminavam no Rio de Janeiro, em plena ditadura. A liderada por Lúcio Flávio Villar Lório se destacava, pela grande presteza e a ousadia nas ações. Seu nome com certa frequência era estampado nas páginas policiais dos jornais, tanto pelos assaltos mirabolantes como pelas suas fugas da polícia e de prisões (Jornal O Globo, 30/8/1972, p. 21).

O Estado do Rio de Janeiro nos meados da década de 70 encontrava-se à postos para o comércio varejista de drogas com o crescimento do consumo da cocaína, muito em decorrência do movimento internacional visto pela intensificação do tráfico de drogas. Diante uma confluência entre a formação do Comando Vermelho, especificamente na vida social extramuros das prisões, com o desembarque das drogas no estado, a partir da sua região central, implicou decisivamente na ordem criminosa. A lógica, isto é, pelo mundo criminoso instituído de dentro para fora das prisões serviu de fio condutor à exacerbação do comércio ilegal das drogas. Portanto, o controle de territórios com o fincar dos pontos de venda de drogas, as “bocas”, tornara-se determinante assim como os *modus* de organização para fins de crime do Comando Vermelho em um movimento circular entre as causas e os efeitos.

Em 1979, quando definitivamente o comando vermelho fora reconhecido e assumido como uma organização criminosa no interior do “IPCM” e para além dos muros, que em muito se deu pela porosidade desta cadeia. E, no que se refere as denominações de Comando Vermelho, Falange Vermelha ou Grupo União não tivera significativa relevância, até mesmo para a própria organização. Conforme André Torres, um dos fundadores da organização e que esteve preso no “IPCM” na década de 1970, em entrevista cedida ao jornalista Valério Meinel, originalmente em 1997, ao dizer: “O nome não importa [...]”. Torres melhor explica, quando foi até William da Silva, ou William professor, outro fundador e considerado uma liderança formadora da organização criminosa. Ele pergunta

que história é essa de “Comando”, já que o nome Falange Vermelha era consenso entre as lideranças, e William professor querendo manter uma imagem vinculada a políticas reivindicatórias de cunho social disse que “Falange” remetia ao Ditador Franco, da Espanha<sup>7</sup>. Em que pese toda a mística entorno do nome da organização criminosa, a ideia e seus métodos a partir de instituição do Estado foram bastante evidenciados ao longo do tempo.

A organização criminosa na primeira metade dos anos 80, quando o país se encontrava em processo de saída da ditadura militar brasileira a ingressar no período da redemocratização, já atuava fortemente no tráfico com territórios sob seu domínio (Jornal O Globo, 7/6/1984, Grande Rio, p. 14). Nesse momento o Comando Vermelho em suas ações violentas, mas, sobretudo, por fundamentá-las em comportamentos recomendáveis e com seus pseudodiscursos sociais controlam uma grande quantidade de espaços vulneráveis socialmente, como: conjuntos habitacionais desistidos, morros e favelas. Esses eram usados para a comercialização de drogas no varejo. Sendo esses territórios fortemente protegidos por um considerado contingente de homens bem armados. Todavia, envolvidos por uma razão organizacional de tipo empresarial e com rigor na funcionalidade das chamadas “*bocas*”. Com uma distribuição de funções desenvolvidas estrategicamente dentro de uma hierarquia criminosa, com regras específicas para cada uma delas.

O domínio do Comando Vermelho chegara ao limite do inaceitável e do vergonhoso no “*IPCM*”, que fora somente desativado em 1994 (Jornal O Globo, 16/4/1989, Grande Rio, p. 22). Nos anos finais da década de 1980 a organização criminosa possuía o controle da massa carcerária de diversas prisões no Rio de Janeiro. Assim como uma considerável quantidade de território encontrava-se sob seu comando. Essa ascensão combinada com o intenso tráfico de drogas levou o Comando Vermelho a se tornar uma chaga aberta na sociedade fluminense.

Com o controle sobre as prisões e de uma grande parte dos espaços socialmente vulneráveis a organização criminosa se fortaleceu ao ponto que a maioria dos crimes cometido no estado estariam de forma direta ou indiretamente ligados a esta organização criminosa. Em que pese todas as circunstâncias desfavoráveis a organização, como: dissidências internas, oposição de grupos rivais e ações da polícia que vieram a prender

---

<sup>7</sup>Entrevista. In: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/entrevista-com-andre-torres-fundador-do-comando-vermelho-crime-organizado-1997>. Acessado em 15/05/2023.

membros com poder dentro da organização ou retira-lhes a vida em confrontos armados, ainda assim, vieram a reafirmar a posição de relevo na ordem do crime. Portanto, principalmente o crime violento que se dispusera por um caráter avulso, desarticulado e personalíssimo com o Comando Vermelho passou se ater, na sua grande maioria, a uma eixo minimamente organizado, articulado pelos interesses criminosos e sob os comportamentos e as regras recomendáveis da organização.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é o maior dos círculos viciosos. *O ritmo vertiginoso da mudança desvaloriza tudo que possa ser desejável e desejado hoje, assimilando-o desde o início como o lixo de amanhã, enquanto o medo do próprio desgaste que emerge da experiência existencial do ritmo estonteante da mudança instiga os desejos a serem mais ávidos, e a mudança, mais rapidamente desejada.* (BAUMAM, 2005, p. 137-138).

A transformação da ordem do crime ficara comprometida pelos arranjos de uma organização criminosa como o Comando Vermelho. Implica, sobretudo, o reconhecer da inação do Estado com relação às políticas públicas permanentes nas áreas socialmente vulneráveis, e políticas penitenciárias resolvidas e realizáveis no cotidiano. Questões essas que se encontram no espectro da segurança pública cidadã de fato e de direito. Não obstante, todo o questionamento sobre o entendimento do comportamento desviante e o respectivo etiquetado.

O processo de “*aprender a ser desviante*” costuma ser acentuado pelas prisões e instituições sociais, que são as mesmas organizações montadas para corrigir o comportamento desviante. Para os teóricos da rotulação, trata-se de uma demonstração clara de “*paradoxo do controle social*” que resulta na amplificação do desvio (GIDDENS; SUTTON, 2016, p. 287).

O Comando Vermelho atravessou os anos 70 e chegou ao final dos 80 consolidado enquanto uma organização criminosa, tendo como principal prática o comércio ilegal de drogas no varejo. Ocupa a maioria das prisões fluminense dominando uma grande massa carcerária, onde largamente o próprio estado negocia seu poder dentro das instituições prisionais. Destarte, é francamente evidenciado que nesse contexto a ordem do crime tem

no Comando Vermelho sua centralidade, mesmo que se considere outros cometimentos criminosos, sobretudo os com emprego de violência, fora de seu alcance direto, ainda assim, existem nexos pela relação recíproca entre as causas e os efeitos de sua existência.

Há um circuito admitido, em vias de mão dupla, da prisão com a sociedade que a cerca, principalmente com os espaços socialmente vulneráveis, faz transitar uma subcultura criminal que a partir do surgimento da organização criminosa a fomenta e a mantém. A interrupção desse trânsito estaria por mitigar ao menos as implicações da organização na ordem do crime na sociedade fluminense. Desta forma as prisões do Estado estariam também efetivamente no âmbito da segurança pública à fim de investir positivamente na dissuasão dos comportamentos criminosos. Enquanto pormenorizado e em desleixos das ações sobre a questão tem-se o imperativo do caos cotidiano, realidade que diligentemente a história não cessa de fazer conhecer.

A complexidade que envolve a ordem do crime desdobra-se na perspectiva da própria organização criminosa, mas, sobretudo, pelas questões das prisões, assim como, das áreas vulneráveis socialmente do Estado. Por esta última não se trata de contribuir a um processo de estigmatização desse espaço, muito na contramão disso, está em compreender as incidências das desconsiderações desses espaços enquanto parte integrada da cidade. Nesta razão foram produzidos a ser um lugar que não é a “cidade”, para além de tudo lá é onde se encontram os classificados como “perigosos”.

A imagem dos pobres como “classes perigosas” passou, então, a dominar o imaginário social das camadas letradas e serviu, conforme já nos lembramos de justificativa para a primeira intervenção pública contra o então território urbano dos pobres, os cortiços do Centro da cidade (VALLADARES, 2005, p. 126).

As atuais prisões do estado do Rio de Janeiro, assim como, as do final da década de 1980 em muito pouco se diferem do “IPCM” de quando o Comando Vermelho surgiu, no processo em curso a partir de 1969 até 1979. Um estado de crise permanente, que por desdobramentos provoca justamente aquilo que minimamente a prisão deveria atuar. Impedira partir dos malfeitores que reúne naquilo que Foucault (2014) chamou de “*uma população homogênea e solidária*”. Sem pretensão de atribuir qualquer espécie de utilidade as prisões, ao fato da civilização até hoje não ter como renunciar a elas, portanto, que sejam capazes ao menos de não permitirem criações de organizações criminosas, suas manutenções e até suas ampliações de dentro das cadeias do Estado. A insistência do

sistema de justiça no Brasil em considerar a prisão enquanto ponto final e, assim, nesse processo se dedicando ao crime abandonando o criminoso. Assim, Misse (2006) relata: “*ao não exigir um saber sobre o criminoso, não exige também um saber sobre si mesma, nem sobre seus efeitos sociais*”.

Portanto, a compreensão da transformação da ordem do crime a partir do surgimento e da consolidação do Comando Vermelho, enquanto organização criminosa, não se satisfaz pelas ingênuas explicações ou pelos dados da realidade, mas enseja por ambas imbricadas em uma rede de sociabilidade entremeada por um campo de disputa e poder. Perante o exposto, considera-se a constituição de uma sociedade brasileira não disciplinada, na perspectiva do quadro teórico apresentado. Em que pese a ruptura da ordem criminosa não se bastar pelas vias das mudanças na forma do cometimento criminoso. Todavia, é muito mais pela continuidade da razão e do agir sobre as questões sociais, da segurança pública e penitenciária que se fizeram ineficazes e ainda permanecendo em voga contribui negativamente para a vigente ordem do crime.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo do Jornal O Globo

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=presos+pol%C3%ADticos+e+comuns+em+Ilha+Grande>  
. Acesso em 11/05/2023.

AMORIM. **Comando Vermelho: a história do crime organizado**. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2011.

Arquivo Nacional / MAPA: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/268-casa-de-correcao> . Acessado em 12/05/2023.

BAUMAM, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Trad. Carlos Alberto Medeiros.

BARBATO Jr. R. **Direito informal e criminalidade: os códigos do cárcere e do tráfico**. Campinas, SP: Millenium, 2006.

BENEDITO, VANESSA OLIVEIRA. **Percepções da Prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 13ª ed. Brasília: Editora UnB, 2007. Vol. I. Trad. Carmem C. Varriale [et. al].

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Trad. Fernando Tomaz.

BRETAS, M. L. **A Guerra das Ruas, povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

CYPRIANO, A. **O Caldeirão do Diabo**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

**Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969** - Publicação Original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin.br/fed/declei/1960-1960/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14/05/2023.

DURKHEIM É. **As Regras do Método Sociológico**. 9ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz.

EVANGELISTA, H. DE A. **Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico segundo uma interpretação**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Terra e Paz, 2017. Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Trad. Eduardo Brandão e Cláudia Berliner.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 1996. Trad. Laura de Almeida Sampaio.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir, nascimento da prisão**. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Trad. Raquel Ramallete.

GASPARI, E. As ilusões armadas: 2. **A ditadura escancarada**. 2ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014. E-book (1007 p.). E-ISBN 978-85-8057-409-8. Disponível em Kindle. Acesso em 11 de junho de 2022.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016. Trad. Cláudia Freire.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. Trad. Dante Moreira Leite.

Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional – Jornal do Brasil: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_10&pasta=ano%201998&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%201998&pesq=). Acessado em 11/05/2023.

LIMA, W. da S. **Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes e ISER, 1991.

Manuscritos: material apreendido em revistas no IPCM (sem data precisa), manuscrito pelos presos: “1ª CV RL LRL J.U – Estatuto e Circular Informativa) assinada por: ‘Nós da Comissão’”. Contém tópicos de como os membros da família (organização criminosa Comando Vermelho) deveriam “proceder” pelo convívio na cadeia. (Manuscrito). Acervo MAPERJ / SEAP-RJ.

MAX, W. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. 4ª reimpressão. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2015. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

MICHAELIS: **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramento, 2010.

MINGUARDI, G. Crime Organizado. In: DE LIMA, R. S. [et al.] (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo, estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Coleção conflitos, direitos e culturas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

PEDROSO, R. C. **Os signos da opressão: História e violência nas prisões brasileiras**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PEIRCE, C. S. **Semiótica. São Paulo: Perspectiva**, 2005. Trad. José Teixeira Coelho Neto.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979.

REIS, D. A. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Site: UOL – Revista Trip: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/entrevista-com-andre-torres-fundador-do-comando-vermelho-crime-organizado-1997>. Acessado em 15/05/2023.

TALCOTT, P. **A Estrutura da Ação Social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Vol. I. Trad. Vera Joscelyne.

TORRES, A. **Exílio na Ilha Grande**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

ZAMPA, V. [et al]. **Perspectiva da Segurança Pública: teorias e práticas do Estado brasileiro**. In: LEAL, A. B. et al. (orgs). **Perspectiva da Administração em Segurança Pública no Brasil**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.

## **Insurgência terrorista na Província nortenha de Cabo Delgado em Moçambique: uma guerra híbrida?**

Levi Salomão Matsinhe<sup>1</sup>

### **Resumo**

Com vista a discutir o terrorismo que assola a Província de Cabo Delgado localizada no extremo norte de Moçambique à luz da teoria das “guerras híbridas”, importa afirmar que apesar da inexistência de acordo sobre a definição de desse conceito entre os estudiosos que deriva em parte, do fato de atuarem numa área cinzenta entre a *hard* e o *soft power*, mesclando, do ponto de vista tático e estratégico elementos de guerra convencional e não convencional – o uso da internet e outros meios ao dispor das TIC (Tecnologias de Informação e comunicação) leva-nos a concluir se tratar de uma guerra-híbrida. E, pelas características, recurso ao terrorismo, uso da internet – redes sociais e relatos da imprensa, em um contexto geopolítico, geoestratégico e geoeconômico bem localiza, com conexões internacionais sem rosto devidamente identificado, podemos afirmar que Moçambique está sendo vítima de um conflito terrorista no contexto das guerras híbridas.

Palavras chave: terrorismo, guerras híbridas, Cabo Delgado

### **Abstract**

Aiming to discussing the terrorism in Cabo Delgado Province located in Mozambique north extreme in light of the theory of hybrid wars, we assume that despite the existence of disagreement on the definition of hybrid wars among scholars that derives in part from the fact that they operate in a gray area between hard and soft power, mixing, from a tactical and strategic point of view, elements of conventional and unconventional warfare – the use of the internet and other means available to ICT leads us to conclude that it is a hybrid war. And, due to the characteristics, resort to terrorism, use of the internet – social networks and press reports, in a well-located geopolitical, geostrategic and geoeconomics context, with international connections without a properly identified face, we

---

<sup>1</sup> Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Brasil (2011)  
Pesquisa e Desenvolvimento da Escola Superior de Jornalismo, Moçambique

can say that Mozambique is being victimized by a terrorist conflict in the context of hybrid wars.

Keywords: Cabo Delgado, Terrorism, hybrid wars

### **Introdução:**

O Presente artigo tem em vista discutir o terrorismo que assola a Província de Cabo Delgado localizada no extremo norte de Moçambique à luz da teoria das guerras híbridas. A aparição das primeiras manifestações reais de ataques terroristas teve início no mês de outubro de 2017, com o registo dos primeiros ataques nos distritos de Macomia, Mocimboa da Praia e Palma.

Para além de semear terror entre as populações indefesas, este conflito tem vindo a aumentar a já endêmica pobreza acrescida pelo desterro das populações de suas zonas de origem onde trabalhavam a terra e pescavam para o seu auto sustento, para outras zonas de acolhimento tidas como relativamente seguras. Este fenómeno impõe um flagelo humanitário com graves e irreparáveis consequências sociais, econômicas, militares e políticas gerando insegurança com maior incidência em mulheres e crianças.

Em guerras híbridas, o recurso a atos terroristas, a emissão de mensagens propagandísticas visando mobilizar, radicalizar e atrair a juventude exacerbam as fragilidades sociais, políticas e econômicas para justificar a necessidade da insurgência como meio de tomada de atitude, por parte dos jovens, objetivando alterar a ordem política estabelecida tida como pernicioso e constrangedora ao almejado desenvolvimento e prosperidade a fim de dar um novo rumo conducente a uma aurora futurista e promissora em suas vidas.

Todavia, a histórias de países que passaram por este tipo de conflitos evidencia que mesmo depois de consumada a remoção do governo considerado ditador, antidemocrático, contrário às expectativas, necessidades e demandas dos cidadãos, o que se assiste depois é uma implantação do caos – exemplos são as Revoluções Coloridas e a Primavera Árabe ocorridas em algumas nações da Europa do Leste, que antes fizeram parte do Império soviético, e na África do Norte: Líbia, Egito e Tunísia, que se viram arrastadas pela estratégia das guerras híbridas numa clara alusão ao ideário do secular estrategista chinês Sun Tzu.

Olhando para Moçambique e diante do cenário em descrição, a questão que se coloca é: até que ponto a suposta guerra de terrorismo em Cabo Delgado consubstancia uma guerra híbrida? Partimos da hipótese de que os fatores geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos são onipresentes e condição sempre presente para o deflagrar de conflitos terroristas ao nível global. Atendendo que Moçambique é um país geopolítica e estrategicamente bem posicionado nas costas do Oceano Índico é apetecível as (super) potências mundiais movidas pela cobiça dos recém descobertos recursos energéticos de importância estratégica (gás natural e petróleo) possam intentar qualquer coisa para alterar a ordem.

A força das circunstâncias aliada aos avanços no teatro das operações, que os terroristas iam conquistando, levou o governo de Moçambique a aceitar a ajuda do exército ruandês no combate ao terrorismo em Cabo Delgado, apesar de não estarem clarificadas as contrapartidas que advém desta participação, pois não há, nem haveria, apoio militar numa situação tão delicada de conflito à semelhança do que está acontecendo em Cabo Delgado por motivos meramente altruístas – as RI são feitas por interesses numa espécie de *pas des amis pas des intérêt*.

Para o nosso estudo, partimos da teoria das guerras híbridas, categorizamos o fenômeno em três níveis: (1) a insurgência terrorista como variável independente; (2) a geopolítica, geoestratégia e a geoeconomia como variáveis de condição que estiveram na razão da eclosão do conflito em apreço e; (3) como variáveis intervenientes, a pobreza entre os jovens, falta de escolaridade que configuram a violência estrutural, impulsionando a radicalização e insurgência da juventude sem deixar de lado a conexão externa.

Em termos metodológicos, a nossa opção em fazer um estudo de caso “do terrorismo em Moçambique”, (re) interpretado nos contornos da guerra híbrida, é atravessada pela pesquisa bibliográfica permitindo levantar informações que não só contribuíram para a familiarização e delimitação do tema, como também para a identificação do problema e estabelecimento de objetivos. Como estratégia, recorreu-se a uma pesquisa descritiva que possibilitou analisar os contornos do conflito, para além de

analisar os conteúdos veiculados na imprensa nacional (oficial e privada) com vista a apurar o posicionamento que cada uma das vertentes expressava sobre o fenômeno em estudo.

Do ponto de vista de estrutura, o artigo inicia com uma primeira parte introdutória que faz uma breve apresentação do tema e problematiza as variáveis dando, portanto, uma contextualização. A segunda é a do debate teórico conceptual, onde se faz uma "procissão" de vários autores, com principal destaque para Gomes & Alves (2020); Mendes (2014); Alves e Roahny (2022); Korybko (2015); Bargués, Bourekba & Colomina (2022). Estes autores, para além da visão teórica e conceptualização de guerras híbridas, nos proporcionam um debate sobre suas características, desde o uso da mídia, sobretudo a eletrônica, para a mobilização de jovens. A terceira parte trata da gênese do terrorismo, das raízes e motivações da radicalização que conduziu ao conflito, socorrendo-se da pesquisa realizada por Habibe, Forquilha & Pereira e Chichava. A quarta parte alude à estratégia de recrutamento e radicalização através de cidadãos nacionais e estrangeiros, com promessas de emprego no setor de agricultura com bons salários e bolsas de estudo; ao estrangeiro, à redes familiares e de amizade e às madrassas. A quinta parte traz as visões da imprensa oficial. Em sexto lugar discute-se o treinamento e recrutamento. Por fim, o artigo fecha com as conclusões.

### **Debate teórico conceptual em torno das guerras híbridas**

Sobre o fenômeno que serve de nossa reflexão no texto em tela, a nossa posição epistemológica aponta para a possibilidade de se tratar de uma guerra híbrida pois, além de recorrer a atos de violência armada, assassinatos de suas vítimas por decapitação, a insurgência em Cabo Delgado usa instrumentos cibernéticos em assistência às operações convencionais de guerra envolvendo destruição e aplicação da força sintética (produção de danos materiais) ideia plasmada nos textos de (MENDES (2014)<sup>2</sup>; (GOMES &

---

<sup>2</sup> MENDES, Flávio Pedroso. Guerra, Guerrilha e terrorismo: uma Proposta de Separação Analítica a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz, in Carta Internacional, Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Vol.9, nº9, jul. dez. 2014 (p.96 a 108)

ALVES (2020). Contudo, não há consenso entre os estudiosos sobre a definição de guerras híbridas.

A falta de elaboração consensual sobre a definição de guerras híbridas entre os estudiosos pode, em parte derivar do fato de atuarem numa área cinzenta entre a *hard* e o *soft power*<sup>3</sup>, mesclando, do ponto de vista tático e estratégico, elementos de guerra convencional e não convencional. Neste contexto, o uso da internet e outros meios ao dispor das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Nestes conflitos levanta-se uma série de interrogações sobre a efetividade do conceito clausewitziano de guerra como continuação da política por outros meios ou ainda como um embate físico entre duas partes: uma tentando submeter a outra e deixá-la incapaz de resistir. Portanto, "um ato de força para compelir nosso oponente a fazer a nossa vontade,"<sup>4</sup> recorrendo à força, sem recurso a meios não violentos. O mesmo autor avança afirmando que o uso de meios cibernéticos, apesar de resultar em danos, nem sempre resvala num conflito, mas sim produz uma série de eventos que chamam atenção à percepção da liderança, cabendo a esta decidir se pode ou não a considerar como guerra. (MENDES, 2014).

Atendendo ao fato de, em algumas circunstâncias, em guerra híbrida inexistir cinética que permita determinar o real oponente, a própria literatura chama atenção para a sua invisibilidade sendo apenas visíveis os meios empregues, nomeadamente: o patrocínio da insurgência, treinamento e provimento em meios de propaganda e mobilização, com recursos aos meios de comunicação.

As guerras híbridas começam a dar as suas primeiras manifestações com o fim da Guerra-Fria como resultado da busca de ampliação de poder e conquista de novos espaços geopolíticos por parte das grandes potências militares, anteriormente envolvidas no conflito bipolar. Sem querer se envolver diretamente, suas forças militares usam meios alternativos como os cibernéticos, a imprensa e, sobretudo, o patrocínio ao terrorismo.

---

<sup>3</sup> Política baseada na força das armas semelhante a high politique em contraposição a low politique, que seria neste caso o soft power

<sup>4</sup> Ibidem

O fim da Guerra-Fria exacerbou as ambições geopolítica, geoestratégica e geoeconômica dos Estados, com o fito de influenciar o comportamento de outros atores, gorando as expectativas da sociedade internacional de um ideal de paz, segurança e cooperação internacional através de maior circulação da informação por meio da mídia e, conseqüentemente, mais transparência, abertura da política externa e diplomacia. Segundo Mendes (2014) este período inaugurou uma nova era na concepção das guerras, questionando a teoria Clausewitziana de guerra como continuação da política por outros meios em decorrência do aparente questionamento da *Real* e *High politik* e da *Raison d'etat*, em consideração aos novos atores das relações internacionais como a opinião pública, portanto, com o advento do construtivismo. O que se verificou foi que enquanto se esperava maior conectividade nas Relações Internacionais (RI) finda a Guerra-Fria, que seria impulsionada pela expansão da globalização e os intercâmbios econômicos, comerciais, energéticos, políticos e culturais, a presunção era a de que, com maior conectividade e interdependência entre as nações, freariam as apetências por conflitos e, ao mesmo tempo, contribuiriam para o desenvolvimento, democratização e paz global.

O resultado foi uma hiperconectividade, criando oportunidades para que os Estados, dispostos a explorar as vulnerabilidades dos outros, iniciassem a saga de cinismo sádico.

A maior conectividade nas RI, sobretudo com o fim da Guerra-Fria, facilitou a expansão da globalização e os intercâmbios econômicos, comerciais, energéticos, políticos e culturais. A conexão e interdependência entre países freavam o apetite pelos conflitos e, ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento, para a democratização e paz global. Todavia, como sustenta Mark Lonard, esta hiperconectividade também ofereceu oportunidades para aqueles Estados dispostos a explorar as vulnerabilidades dos outros. Segundo Leonard (2016:15), é fazer que teus competidores sejam mais dependentes de ti que tu deles - e utilizar esta dependência para influenciar seu comportamento. Assim, a interdependência também tem suas contradições, e pode ser utilizada como ferramenta para explorar vulnerabilidades e exacerbar a confrontação entre grandes potências, incluindo comunidades opostas e polarizadas dentro de uma mesma sociedade. Daí que atores como a União Europeia tenham reforçado suas estratégias para dotar-se de uma maior autonomia estratégica<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> BARGUÉS & BOUREKBA in BARGUÉS, Pol, BOUREKBA, Moussa & COLOMINA (eds.), Carme. Amenazas Híbridas, Orden vulnerable, CIDOB REPORT #08, Barcelona Centre for International affairs, Setiembre 2022, ISSN:2564-9078), p.7

Neste caso, o termo “guerras híbridas” surge pela primeira vez no jargão de Estudos Estratégicos em 2014, resultante de "eventos políticos na Ucrânia que levaram a queda do governo Viktor Yanikovitch e a anexação da península da Crimeia pela Rússia. Todavia, o tema já tinha sido objeto de discussão nos círculos acadêmicos e militares na década de 1980 em alusão à guerra informacional, guerra em rede, guerra de quarta geração"<sup>6</sup>. A propagação do conceito de guerras híbridas em meios militares intensificou-se mais no início do século XXI, com a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) catalogando-as como uma nova forma de combate, combinando métodos regulares e não regulares. Nelas participam atores estatais e não estatais e, para além de métodos convencionais são usados outros não convencionais como: *drones*, a desinformação, sequestros e terrorismo<sup>7</sup>. Deste modo, as guerras híbridas têm sido utilizadas como instrumento para desvirtuar as oportunidades que o mundo globalizado e interconectado oferece. O seu *modus operandi* e poder globalizante vão desde o recurso a elementos de sabotagem, patrocínio e instigação ao terrorismo, manipulação da informação e propaganda midiática a escala global.

As guerras híbridas segundo Alves e Roahny (2022) como instrumento de pressão diplomática usado por potências globais e regionais para o alcance de objetivos de política externa, através de financiamento de grupos opositoristas e apoio logístico a insurgência. Portanto, a última *ratio* da guerra híbrida é o confronto armado propriamente dito choque cinético – com recurso a fatores políticos, ideológicos e culturais, ampliando o escopo do conflito armado onde métodos militares convencionais são mesclados a táticas de combate irregular.

Numa primeira fase, atores estrangeiros mobilizam recursos para financiar, assessorar ou mesmo estruturar movimentos de oposição política com vista à mudança de regime, como foi o caso das Revoluções Coloridas e da Primavera Árabe. Fracassada esta

---

<sup>6</sup> Lind et Al. 1989; Aquilla and Ronfeldt 2001 *apud* ALVES, B W; Macedo, B V. de & ROAHNY, L. O que é " guerra hibrida? Notas para o estudo de formas complexas de interferência externa" in Revista Brasileira De Estudos De Defesa, 9 (1). (Pp. 229-254), p.229.

<sup>7</sup> BARGUÉS & BOUREKBA in BARGUÉS, Pol, BOUREKBA, Moussa & COLOMINA (eds.), Carme. Amenazas Híbridas, Orden vulnerable, CIDOB REPORT #08, Barcelona Centre for International affairs, Setiembre 2022, (ISSN:2564-9078)

estratégia, segue a escalada do conflito, recorrendo a modalidade indireta de intervenção como treinamento militar e/ou apoio logístico a movimentos autóctones de insurgência<sup>8</sup>. Korybko, (2018 *apud* Mendes, 2014, p.234). O mesmo autor Mendes (2014) afirma que o terrorismo é um fenômeno social, cujos meios e fins visam infligir o máximo de terror através da violência sobre a populações indefesas, com a finalidade de pressionar o governo a atender as suas demandas políticas – "é o seu efeito psicológico que importa. É a geração do medo e pânico – que constitui o meio das ações terroristas" (DINIS 2004, p.5 *apud* MENDES 2014, p.104).

Entre os meios estratégicos e táticos, os terroristas recorrem, em paralelo com os meios convencionais, aos meios cibernéticos. Os meios cibernéticos são usados, segundo Gomes e Alves (2020, p.232) "em assistência a operações convencionais de guerra, que envolvem destruição e aplicação da força cinética"<sup>9</sup>. Todavia, assumindo a ideia de Clausewitz (Gomes & Alves, 2020) de que a guerra é um embate violento entre agrupamentos humanos visando a consecução de um objetivo. Sendo assim é justo aceitarmos a ideia de que:

Os Estados (e outros agentes políticos) estão acostumados a um grande leque de ações que visam desestabilizar outro agente ou compeli-lo e que, independentemente disto, não configuram ato de guerra. Muitas dessas ações, já frequentes, podem ser simplesmente transpostas ao ambiente cibernético, sem modificar sua natureza, como propaganda, espionagem, nas quais a ausência de um 'ato de violência' torna pouco provável que se vá guerra por causa deles... A guerra, cibernética ou não é resultado da política e, como tal, no final do dia, é o líder político quem decide se uma ação levará à guerra ou não (GOMES & ALVES, 2020, p.236).

Por conseguinte, apesar da dúvida que paira sobre se as ações no espaço e por meios cibernéticos configuram guerra ou não, sua participação no apoio, entanto que meio não convencional de guerra em auxílio a formas convencionais de guerra, que resulta em violência e destruição, parecem condicionar essa forma de compreender o conceito de guerra híbrida enquanto conflito que imbrica técnicas convencionais e não convencionais.

Como se pode depreender, as guerras híbridas emergem, neste contexto, como um novo tipo de ameaça valendo-se da utilização de táticas convencionais e não

---

<sup>8</sup> Como teria sido o caso da Líbia

<sup>9</sup> GOMES, Paulo Henrique Miranda & ALVES, Vágner Camilo. Clausewitz, e a Ciberguerra e a Guerra Russo – Georgiana. In Ver. Carta Inter., Belo Horizonte, V.15, n°3, 2020, p.232 – 254, p.235.

convencionais em cenários de conflito ou na confrontação geopolítica entre os grandes atores globais, desestabilizando a ordem internacional (BARGUÉS, BOUREKBA & COLOMINA, 2022, P.5). No caso, "os Estados Unidos financiam distúrbios e usam a OTAN para mobilização de invasões<sup>10</sup>". Esta nova sensação de conflito permanente entre as nações têm estado a receber diversas nomenclaturas como: "guerras híbridas, guerra cibernética, informação errônea, desinformação, má informação, operações de influência e agentes mal intencionados<sup>11</sup>".

Em inúmeras guerras ao longo da história têm sido utilizados grupos insurgentes ou propaganda para desestabilizar ou castigar o inimigo. Mesmo em momentos de paz, durante o século XX, os "Estados rivalizaram-se recorrendo à espionagem, propaganda, batalhas econômicas, intromissão em processos democráticos e instigação à insurgência" (JOHNSON, 2018 *apud* BARGUÉS, BOUREKBA & COLOMINA, 2022, P.6).

As guerras, de acordo com Korybko (2015), são ultimamente travadas de maneira indireta. As batalhas combatidas por armas, munições, protestos e insurgências se convertem em agentes secretos, sabotadores e outros atores não estatais que publicamente se comportam como civis, com a mídia social e outras tecnologias similares agitando convulsões sociais agressivas onde as salas de bate papo e o Facebook funcionam como novos militares em combate. Por isso, o uso das táticas híbridas vai desde a migração<sup>12</sup> à desinformação, passando pela interferência em processos eleitorais e o uso de recursos naturais até os vírus informáticos. Vivemos em uma época em que tudo é susceptível de

---

<sup>10</sup> FERNANDES, Mauro Silva da. "Revoluções Coloridas": "gritos" para as câmeras, hashtag alegria, alegria, das "sombras" golpeamos a democracia, 2022, p.4

<sup>11</sup> John Kelly. Como las democracias pueden superar los desafíos híbridos y la desinformación in BARGUÉS & BOUREKBA in BARGUÉS, Pol, BOUREKBA, Moussa & COLOMINA (eds.), *Carme. Amenazas Híbridas, Orden vulnerable, CIDOB REPORT #08*, Barcelona Centre for International affairs, Setiembre 2022, ISSN:2564-9078), p.31

<sup>12</sup> Os noticiários de TV, as manchetes de jornal, os discursos políticos e os tuítes da internet, usados para transmitir focos e escoadouros das ansiedades e dos temores do público, estão atualmente sobrecarregados de referências à 'crise migratória' – que aparentemente estaria afundando a Europa e sinalizando o colapso e a dissolução do modo de vida que conhecemos, praticamos e cultivamos. Essa crise é hoje uma espécie de codinome politicamente correto para fase atual da eterna batalha dos formadores de opinião pela conquista e subordinação das mentes e dos sentimentos desse campo de batalha quase chega a causar um verdadeiro pânico moral...Forças estrangeiras não identificadas estão por detrás das migrações. BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*, Zahar, 2016.

ser usado como arma, lançada a partir de qualquer lugar e com consequências imprevisíveis.

Estrategicamente, as guerras híbridas iniciam seus ataques contra a liderança evoluindo para outras partes essenciais do sistema, atingindo as infraestruturas até a população e o campo militar. Esta forma de agir é explicada pela teoria dos cinco círculos estratégicos do Coronel John Warden, citado por Korybko (2015). Quando esta teoria é aplicada em "guerras não convencionais, a unidade em conflito se preocupa em afetar cada uma das partes do círculo, porém, focalizando mais para os três círculos centrais (população, infraestruturas e demais partes essenciais)"<sup>13</sup>.

### **Gênese do terrorismo em Cabo Delgado**

O terrorismo em Cabo Delgado teve o seu início em outubro de 2017 com o surgimento de pequenos grupos radicalmente islamizados, que disputavam hegemonia entre as comunidades islâmicas em Mocimboa da Praia, Motepuez e outros distritos da província.

Desde outubro de 2017 a região Norte da Província de Cabo Delgado tem sido vítima de ações terroristas por parte de jovens radicalizados. Numa primeira fase, seus alvos eram militares e policiais. Todavia, depois da ofensiva das FDS<sup>14</sup>, este grupo alterou o seu *modus operandi* para assassinatos por degolação, fazendo lembrar o *modus operandi* do autointitulado Estado Islâmico e Boko Haram (Não a educação), a chefes de aldeias que lhes recusem: comida, guarida e transporte (SAVANA, 01/09/2018).

Tais grupos começaram por ventilar, entre a juventude, com recurso à *Sharia*, um islão radicalizado diferente do praticado na região, uma estratégia frequentemente usada por grupos islâmicos radicalizados, descrita por Januário e Gameiro (2016, p.543) nos seguintes termos:

a estratégia prioritária do fundamentalismo, consiste na implantação de regimes islâmicos, teocráticos e radicalizados, os seus setores de maior implantação são, de um modo geral, os menos favorecidos da sociedade, os meios mais inconformistas da juventude, as grandes concentrações urbanas, e meio rural. Com efeito, e sob aparência de um forte e irrecuperável conteúdo religioso, esconde-se, na realidade, uma força de grande capacidade revolucionária e subversiva.

---

<sup>13</sup> KORYBKO, Andrew. *Híbrid Wars: the indirect adaptative aproch to regime change*, Moscow, 2015, p.20

<sup>14</sup> Forças de Defesa e Segurança.

Portanto, depois da propagação do radicalismo islâmico, os terroristas em Cabo Delgado passaram a se aproveitar das vulnerabilidades sociais e econômicas no seio da juventude desta região do país que se encontra distribuída entre os meios rural e urbano (vilas de Mocimboa da Praia e outras), convencendo-a da viabilidade do projeto de insurgência armada como meio de supressão das dificuldades econômica, social, portanto, de vida.

O grupo que empreende o terrorismo em Cabo Delgado é denominado *Al-Shabaab*. Começou como um grupo religioso e, mais tarde, em 2015 passou a incorporar células militares. Este grupo é semelhante ao que opera na Somália e Quênia, fundado em 1990, como braço armado da União dos Tribunais Islâmicos (UTI), “as suas ações correspondem ao fundamentalismo islâmico de combate à influência ocidental e de implantação radical da lei islâmica – a *sharia* e combate aos inimigos do Islão”. (HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA, 2019, p.10).

No início, o grupo era conhecido pela denominação *Ahlu Sunnah Wal-Jamâa*, que significa, em Árabe, "adeptos da tradição profética e da congregação"<sup>15</sup>. Na sua perspectiva, as comunidades de Mocimboa da Praia não estavam a seguir a tradição do profeta. Os defensores encontravam-se entre nacionais e estrangeiros.

No início, os integrantes do grupo eram maioritariamente jovens de Mocimboa da Praia. De acordo com as entrevistas efetuadas, os seus líderes tinham ligações com certos círculos religiosos e militares, nomeadamente células de grupos fundamentalistas islâmicos da Tanzânia, Quênia, Somália e da região dos Grandes Lagos. Alguns elementos do grupo tinham ligações indiretas com líderes espirituais da Arábia Saudita, Líbia, Sudão e Argélia, essencialmente através de vídeos ou de pessoas que tinham estudado nesses países graças a bolsas de estudos financiadas por homens de negócios locais e estrangeiros (particularmente madeireiros e garimpeiros ilegais) provenientes da Tanzânia, Somália e da região dos Grandes Lagos. Em Moçambique, uma parte desses jovens está concentrada na zona norte e outra na cidade de Maputo. (HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA, 2019, P.10).

Esta hipótese é também levantada pelo governo quando afirma que se trata de um grupo composto por

(estrangeiros e moçambicanos) que tem como objetivo, instalar um Estado Islâmico em Moçambique. Rodrigo Parrique, então administrador de Mocimboa da Praia, disse que este grupo era composto por moçambicanos, que tinham estudado doutrinas religiosas

---

<sup>15</sup> Habibe, Saide, Forquilha, Salvador & Pereira, João. "Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocimboa da Praia", cadernos IESE, 2019, p.11.

fundamentalistas na Tanzânia, Sudão e Arábia Saudita, e trabalhavam em conexão com cidadãos tanzanianos e somalis, que para atingir seu objetivo, exaltavam práticas religiosas não comuns no Islão e desacreditavam o Governo de Moçambique (Jornal Notícias, 2017 *apud* CHICHAVA, 2020, p.1)<sup>16</sup>.

Entre os nacionais, aponta-se para o grupo de empresários fixados na cidade da Beira que, por terem sido impedidos de explorar madeira ilegalmente, vingaram-se do governo recrutando jovens para engrossarem as fileiras dos insurgentes. Aponta-se também para empresários de origem paquistanesa ligados à célula na *all Shaabab* que atua no Quênia e Somália, para além do empresário sul africano que perdeu a vida sob custódia acusado de financiar os insurgentes.

Sendo assim, trata-se do uso de guerra híbrida com interferência de agentes Estatais, cujo papel foi de proporcionar ao grupo terrorista uma doutrina imbuída no fundamentalismo islâmico. E, como não devia deixar de ser, neste tipo de conflitos há um forte recurso de meios cibernéticos e serviços privados de defesa e segurança<sup>17</sup> associando-se aos discursos e narrativas veiculados na imprensa nacional, sobretudo nos principais jornais de maior circulação tanto oficiais (estatais) quanto privados sobre o conflito, o que reitera a nossa conjectura de se tratar de um conflito suscetível de ser catalogado no contexto das guerras híbridas.

### **Estratégia de recrutamento**

Quanto à estratégia de recrutamento, o grupo centrou seus esforços no nível nacional e no-estrangeiro. No primeiro, os recrutados vinham dos distritos costeiros de "Cabo Delgado e Nampula, nomeadamente: Mocímboa da Praia, Macomia, Memba, Nacala-a-Velha e Nacala-Porto" sob promessa de emprego, pagamento de valores altíssimos e bolsas de estudo para o estrangeiro (HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA, 2019, P.10).

---

<sup>16</sup> CHICHAVA, Sérgio. Quem é o "inimigo" que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do Governo moçambicano, Boletim N° 17, IESE, 2020.

<sup>17</sup> Segundo o Jornal SAVANA (01/11/2019), o conflito de Cabo Delgado foi, de entre outros aspetos característicos das guerras híbridas, marcado pela intervenção do grupo paramilitar russo Wagner. Um grupo paramilitar associado a Yevgeny Prigozhim, um oligarca local, amigo íntimo do Presidente Vladimir Putin. Os comandos do grupo combateram na Síria, na República Centro Africana e, antes disso prestaram apoio às tropas separatistas russas no Leste da Ucrânia

Para além da própria província de Cabo Delgado, onde ‘21 jovens da aldeia Hala do posto administrativo de Quiterajo, em Macomia foram recrutados pelos insurgentes’, o recrutamento era feito em outras províncias, o caso concreto da Província de Nampula por intermédio de empresários estrangeiros (paquistaneses ligados ao grupo extremista *all Shaabab*) que atua na Somália. Prova disso, é a abortada operação de recrutamento em Nampula realizada por este grupo de empresários. Tais empresários aliciavam os jovens com promessas de emprego na comercialização de produtos agrícolas e melhores condições de vida. (O PAIS, 24/05/2018 e NOTÍCIAS, 09/06/2018).

Em Mocimboa da Praia, particularmente, segundo Habibe, Forquilha & Pereira (2019), a *Al-shabaab* tinha montado outra estratégia de recrutamento através de laços de casamento; de redes informais de amigos; de madrassas e através das redes sociais. Tanzanianos e quenianos que chegavam à Moçambique, por serem indivíduos financeiramente estáveis com facilidades, assumiam matrimônio com mulheres locais. Imediatamente, seguindo o matriarcado, recebiam espaços para construção de suas residências, que muitas das vezes eram cedidos dentro do mesmo quintal dos sogros – pela sua estabilidade financeira acabavam sendo a garantia de sobrevivência da família e, em troca, recebiam proteção. Neste processo, membros da família da esposa passavam a frequentar os mesmos locais de culto com os cunhados, contribuindo sobremaneira para a radicalização dos jovens locais.

As redes informais de amigos, por sua importância na ação coletiva, seja ela religiosa, social ou política, no dizer de Della Porta & Diani (2006) *apud* Habibe, Forquilha & Pereira (2019), desempenharam também um papel muito importante. Os jovens eram impelidos pela fantasia, pelo espírito de camaradagem e identidade; pelas promessas de nova família, de supressão de problemas econômicos ligados à sua condição de desempregados sem expectativa futurista acabam encarando a *Jihad*<sup>18</sup>, como referem Habibe, Forquilha & Pereira (2019, p.24), "como um ‘extremismo correto’, na medida em que eles passaram a ver o Islão como algo de importante para desafiar as autoridades locais e construir uma nova ordem social e política".

---

<sup>18</sup> Jihad significa empenho, esforço ou luta. É habitualmente entendida como "guerra santa" travada contra os inimigos da religião muçulmana.

Outros pontos importantes de recrutamento e radicalização eram as madrassas e mesquitas. Aproveitando-se das condições de pobreza da população, as madrassas da *al-shabaab* recebiam crianças procedentes das classes populares, camadas populacionais mais pobres, principalmente em Mocimboa da praia. Às crianças eram ensinadas o Alcorão e, paralelamente ao ensino corânico—eram projetados vídeos do Sheik Aboud Rogo que depois eram debatidos. Eram também distribuídos em pen drives e em contas de WhatsApp vídeos de operações militares do grupo que gradualmente incutiam na mente das crianças e jovens a ideia de defesa dos mais fracos e que, peregrinar não significava ir à Meca, mas sim à Somália em que chegados, Alá conceder-lhes-ia o paraíso.

A internet e o massivo uso de telefones celulares foi também outra e importantíssima fonte de recrutamento e radicalização de jovens. Segundo Habibe, Forquilha & Pereira (2019, p.19), os novos meios de comunicação têm capacidade de impactar por conta da cor da imagem que lhes confere um poder atrativo visual que produz emoções nas pessoas. Por outro lado, servem de instrumentos de acesso à informação que permite a participação política.

As redes sociais são uma maneira extremamente importante para a transmissão de uma mensagem a um público-alvo. Tweets e postagens no Facebook transmitem emoções ao leitor. Assim como outros grupos extremistas, o grupo dos Al-Shaabab de Mocímboa da Praia também usava redes sociais como o Facebook, Twitter, WhatsApp e vídeos para recrutar combatentes. Estes meios também eram usados para disseminar informações sobre as atividades do grupo e comunicação. A divulgação de vídeos tinha em vista influenciar crenças e sentimentos que favorecessem o recrutamento. A maioria destes vídeos continha mensagens em kiswahili e árabe de forma a passar a informação a potenciais recrutas que falam estas línguas. Nos vídeos transmitidos, as mensagens tinham um conteúdo claramente jihadista. Os vídeos mais circulados pelas diferentes células do grupo dos Al-Shabaab na zona norte são do sheik Aboud Rogo Mohammed, mais conhecido pela população local como Aboud Rogo. Que mensagens Aboud Rogo passa nos seus vídeos? Nos seus discursos, ele usa a “teoria do complot”. Convence os mais novos de que vivem num mundo corrupto, rodeados de pessoas que lhes mentem constantemente e levando-os a desconfiar de tudo e de todos, fazendo-os sentir-se “especiais”.

Estas foram as principais estratégias usadas pelo movimento para sua radicalização e posterior mobilização dos jovens à luta – estratégia que se operacionaliza tendo como suporte as narrativas da pobreza e falta de escolaridade, o que impedia os jovens de sonhar com a prosperidade de uma vida melhor, enquanto principais causas de

fácil incorporação dos ideais radicais e posterior alistamento para as fileiras dos insurgentes. A baixa escolaridade e a falta de emprego empurrava os jovens para a sobrevivência que só encontrava duas alternativas: a pesca e o negócio informal. A este fator acresce-se a ineficiência das políticas do Estado em dar resposta às demandas sociais e econômicas da população.

Outra fonte de radicalização em Cabo Delgado é o conflito étnico entre os Mwani e Macondes. Enquanto os Mwani se sentem párias no seu próprio território, dado o fato de os Macondes estarem representados no poder político (lembrando que o atual Presidente da República é de descendência Maconde) e, por isso, possuírem poder econômico, chegando ao ponto de os Mwani se tornarem empregados dos Maconde, pior, em seu reduto (distritos costeiros como Mocimboa da Praia, por exemplo), sendo os Macondes oriundos do interior, no planalto com o mesmo nome.

O conflito étnico entre Mwani e Maconde pode ser entendido como resultando de uma agenda política de unidade nacional mal gerida, o que fez nascer uma violência estrutural, ao se estabelecer uma diferenciação de oportunidades, que na visão dos Mwani favoreceu mais aos Maconde que, por causa de sua forte representação no poder político, acabam sendo economicamente poderosos<sup>19</sup> ao ponto de os dominar no seu próprio território.

A «violência estrutural» (Galtung, 1969) por parte do Estado tem de ser considerada uma das causas do conflito. Segundo este autor, esta violência resulta da «padronização de regras» e é aplicada por uma economia política e uma administração capturadas pela elite política. Este tipo de violência institucionalmente organizada, juntamente com a exclusão rigorosa de outros do poder, produz um «prejuízo evitável para as necessidades humanas fundamentais» (Galtung, 1969). A exclusão veste aqui a capa de muitas ideologias e «ismos» (por exemplo, nacionalismo, socialismo, patriotismo, modernismo, elitismo, etnocentrismo, etc.). Assim, o impacto excludente da violência estrutural passou a fazer parte da economia política de Moçambique após a independência e não é facilmente apreendido nem coberto pelas dicotomias Frelimo Renamo/Estado rebeldes/ lei e ordem bandidos (Bertelsen, 2003; 2009; 2016; 2017) *apud* (WEIMER 2020, p.14).

---

<sup>19</sup> Uma clara alusão à teoria do paralelismo entre o poder político e econômico entre as lideranças africanas. Isto significa que, em África, frequentemente, o acesso ao poder econômico passa necessariamente pelo acesso ao poder político, o que gera uma vulnerabilização das lideranças africanas pois, mesmo em contextos de democracia, se apegam ao poder sem perspectiva de o largar.

"As elites políticas em Moçambique também são marcadas por uma competição feroz pelo acesso e controlo dos recursos e uma visão do Estado como fonte de enriquecimento pessoal" (BAYART, 1989 *apud* HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA 2019, p.25). Esta situação gera instituições fracas que, segundo Acemoglu & Robinson (2013) em *Why Nations Fail*, obra na qual os autores demonstram como a interação entre as instituições políticas e econômicas causa pobreza ou prosperidade. No caso concreto de Moçambique essas relações causam pobreza através de instituições extrativas que mal conseguem garantir a segurança por sua estrutura se demonstrar inclinada a beneficiar os poucos que estão no poder e outros a si ligados por laços de parentesco, amizade, clientelismos e camaradagem fazendo com que "diante da pobreza e miséria haja um pequeno grupo de indivíduos no poder, muito rico"<sup>20</sup>.

O grupo étnico mwani sente-se excluído em termos de representação política e benefícios econômicos. A este propósito, um jovem local referiu: "Aqui em Mocimboa [da Praia], o que está na moda são os macondes e jovens que vêm de Maputo. Nós [mwani] não vemos nada.... Os nossos pais para viver têm que trabalhar nas machambas dos chefes macondes.... Eles são chefes e nós empregados.... Isto começou há muito tempo e não é de hoje... Nós os mwani estamos a sofrer... Mas um dia isto vai ter que mudar, não podemos continuar assim..." (HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA 2019, P.26).

De acordo com a DW citando o historiador francês Michel Cahen *apud* Vianna (2021, p.9)

o campo fértil para a insurgência é a falta de oportunidade oferecida aos jovens. Como fala Cahen: "Essa seita '*al-Shabab*' de Cabo Delgado está oferecendo um projeto de vida aos jovens que não têm nenhuma esperança de melhorar socialmente. Aí, voltamos às questões socioculturais e econômicas do conflito.

As condições de incerteza social e econômica no seio da juventude aumentaram as suas fantasias pessoais e busca de aventura, pois, entendiam que na *Jihad* tinham encontrado uma nova família e fonte de equilíbrio emocional, por isso, "passaram a ver o Islão como algo de importante para desafiar as autoridades locais e construir uma nova ordem social e política." (HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA, 2019, p.25).

Importa referir que a violência estrutural que precipita a juventude à aderência a ideais terroristas não é uma particularidade de África, ou de Moçambique. A Europa

---

<sup>20</sup> ACEMOGLU, Dron & ROBINSON, James A. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty* Profile Books, 2013

Ocidental, espaço geopolítico de que se espera maior equidade, um espaço ampliado de acesso às oportunidades mercê da sua suposta maturidade democrática, também foi palco de evasão de jovens e consequente alistamento ao Daesh, segundo Bauman (2014), citando um estudo da Soufan Group.

Uma consultoria na área de informações, apresenta um número de cerca de 5 mil combatentes originários da UE até agora recrutados pelo Daesh, como relata Pierre Baussand, da Plataforma Social (pelo que se descobriu, apenas que dois dos terroristas de Paris eram moradores de países de fora da UE). Quem são os jovens que fogem da Europa para se juntar a cortes terroristas, planejando voltar após receber treinamento? A resposta de Baussand, baseada em boas pesquisas e bem-apresentada, é que: a maioria dos ocidentais convertidos ao Daesh tem origem humilde. Um recente estudo do Centro de Pesquisa Pew concluiu que ‘os europeus do novo milênio têm sofrido desproporcionalmente com os recentes problemas econômicos de seus países... Antes esse desafio, jovens europeus muitas vezes se veem como vítimas do destino’. Essa privação generalizada que atravessa a sociedade ajuda um pouco a explicar a atração do sentido de importância e controle que o Daesh ventila em seus seguidores. (BAUMAN, 2016, P.40-41).

Quando analisada, a estratégia do grupo terrorista de se estabelecer na região da costa norte de Moçambique onde ocorrem importantíssimos recursos naturais de valor econômico e estratégico vem a confirmar a assunção de Januário & Gameiro (2016, p.234-235) segundo a qual os países islâmicos preferem regiões *geoestrategicamente* bem posicionadas e com ocorrência de abundantes recursos estratégicos. Paralelamente à apetência por regiões costeiras onde terão acesso fácil ao mar e ao porto para o contrabando de recursos, narcotráfico e exploração de recursos que lhes permite uma estabilidade financeira para alimentar os conflitos. Os seus membros constituintes têm sido indivíduos formados, preparados e treinados no islão em países como Sudão, Arábia Saudita entre outros com fortes ligações a nível internacional cuja formação é caracterizada pela transmissão de ideias radicais do islão com forte incidência no anti-ocidentalismo.

No caso concreto de Cabo Delgado o conflito é caracterizado por recurso ao terrorismo; associado à localização geográfica do conflito na zona costeira que tem um porto fazem desta, geoestratégico e geoeconômico atrativa de fortes interesses geopolíticos e geoestratégicos não só de Estados como também de grupos terroristas e narcotraficantes, como refere Gilberto Vianna em seu artigo intitulado: *Miséria Social*,

*Gás Natural, Rubis e Drogas: As Fontes da Insurgência Islâmica na Província de Cabo Delgado em Moçambique.*

As áreas abrangidas pelos países islamizados, ou, impressionantemente, islamizados, são detentores de considerável potencial no plano econômico, tais como, importantes reservas de petróleo, e gás natural, minérios estratégicos, especiarias, pedras preciosas, entre outras. Do ponto de vista geopolítico, o Islão detém posições de relevo no controle de zonas de passagem, tais como, Gibraltar, Bósforo, Suez, o Canal de Moçambique, os estreitos de Bad-el Mandeb, Ormuz, e Malaca, controlando, em sentido lato, o próprio espaço do Oceano Índico, o que se vem a refletir na *Rota do Cabo*, de importância evidente para todo o Atlântico, e não só o inserido no espaço formal dos quadros de segurança da NATO. O Islão representa, hoje, uma das principais peças do tabuleiro geopolítico regional, e internacional...Desde o início do século XX, que a expansão crescente do Islamismo reveste, cada vez mais, a forma de um *nacionalismo reivindicativo; militante*...O Islão apresenta-se, dessa forma, como uma terceira via, uma defesa contra qualquer intromissão estrangeira, seja ela, militar, política, ou ideológica, sendo o Islamismo radical, uma alternativa possível para um setor importante da população, que procura, no seu sedimento cultural específico, uma resposta para problemas contemporâneos. (JANUÁRIO & GAMEIRO, 2016, P.234-235).

Os fatores acima elencados, nos impõem o desafio de analisar este conflito à luz da recente teoria de guerras híbridas, tendo em consideração que esta nova forma de fazer a guerra, usa táticas, para além das convencionais, o terrorismo, a insurgência, a propaganda através da mídia, sempre motivada por interesses geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos muitas vezes com patrocinadores externos sem visibilidade identitária. Ademais, dificilmente podemos separar as ações terroristas em Cabo Delgado, que constituem o nosso escopo, das atividades do narcotráfico. Razão pela qual mencionamos o texto de Viana que discute as ligações terrorismo e narcotráfico em Cabo Delgado.

E, quanto ao treinamento e financiamento, os insurgentes recebem treinamento de antigos agentes expulsos da Polícia da República de Moçambique e apoio financeiro recebem-no através de meios eletrônicos. O jornal SAVANA (04/10/2019) cita o diretor-geral do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIN) afirmando que "há estudos que demonstram que o terrorismo em Cabo Delgado também é financiado através de meios eletrônicos como o M-Pesa".

### **As narrativas da imprensa nacional**

Tem sido normal neste tipo de conflitos haver uma intencionalidade entre a repercussão da mídia e as ações dos insurgentes (ou dos patrocinadores). Se por um lado,

os terroristas procuram realizar ações que pela sua intensidade chamam atenção da imprensa, a própria imprensa estatal e privada sentem-se na responsabilidade de informar o público a respeito do que está a se passar dentro do país sendo esta sua responsabilidade. Isto significa que as ações terroristas acionam automaticamente a reação da imprensa em tornar seus atos notícia.

Por isso que, na sequência dos ataques terroristas nos distritos de Mocimboa da Praia, Macomia, Palma e Nangade, foram realizadas detenções e responsabilização criminal, por parte da Procuradoria Provincial de Cabo Delgado de indivíduos, tanto nacionais quanto estrangeiros, supostamente responsáveis (direta ou indiretamente) pelos ataques. De acordo com os jornais notícias dos dias: 21/04/2018; 11/05/2018; 04/10/2018 e 24/10/2018; O país dos dias: 04/11/2018 e 20/11/2018 e Jornal domingo do dia 27/01/2019 foram detidos, constituídos arguidos e processado alguns dos autores materiais e morais dos ataques num total de 234 indivíduos, 155 dos quais presos, e 79 postos em liberdade. Destes 39 são estrangeiros de nacionalidade tanzaniana, 10 dos quais de sexo feminino. Pesou sobre este grupo os crimes como uso de armas proibidas, associação para delinquir, homicídio qualificado, contra organização do Estado, instigação ou provocação à desobediência coletiva, alteração da ordem e segurança pública.

Neste contexto, procedemos a uma análise sobre as visões de alguma imprensa de maior circulação nacional de entre oficial e privada sobre o conflito em Cabo Delgado. O nosso objetivo ao analisar as visões da imprensa consistia em buscar apurar as posições e visões assumidas e transmitidas nos relatos, tanto da imprensa oficial quanto da imprensa privada, com relação aos atos perpetrados pelos insurgentes, suas reais motivações e a atuação das FDS, se a imprensa se posicionou a favor ou contra. Se a favor, qual das imprensas – a oficial ou ie contra qual delas, a privada ou oficial? Para tal, foram analisados alguns jornais, entre os anos de 2018 e 2019, nomeadamente: jornal Notícias, Jornal domingo (ambos oficiais); o jornal SAVANA, o jornal O país e o Canal de Moçambique (pertencentes a imprensa privada).

Em conflitos híbridos a mídia tem desempenhado um papel muito importante, sobretudo a imprensa como palco de guerra de narrativas. O caso em estudo não seria diferente. Há uma notória guerra de narrativas entre a imprensa privada e a pública, com a última procurando de forma laudatória minimizar os efeitos da guerra e, a imprensa privada se empenhando em mostrar um suposto lado contrário e real do fenômeno.

Partindo do princípio de que as notícias que nos chegam através da imprensa são resultado de censuras e seleções explicadas pelas teorias comportamentalista, do *gatekeeper*, do *clipping* e da *agenda setting*, somos levados a afirmar que, os textos jornalísticos não retratam a realidade, mas sim acontecimentos. Os acontecimentos chegam aos jornalistas em forma de imagens e depoimentos, através dos quais fazem seus julgamentos e referências pessoais. Portanto, mesmo não sendo reais, pelo tratamento técnico e profissional a que os jornalistas submetem as informações, acabam transmitindo uma atmosfera de credibilidade perante os seus leitores.

Este cenário se deve ao fato de o processo de notícias, incluindo quais delas merecem destaque, quais omitir e como estabelecer uma relação de causa e efeito, estarem carregados de subjetividade. Além da subjetividade, que lhes é característica, há que considerar os constrangimentos organizacionais, políticos e técnicos que tornam a necessidade de impor a verdade nas notícias propaladas pela imprensa impraticável. Portanto,

Os jornais preferem manter o discurso de objetividade e os leitores, mesmo sabendo que os veículos de comunicação fazem escolhas seletivas e não podem noticiar todo o universo de acontecimentos, confiam em sua capacidade de decidir o que tem importância suficiente para virar notícia. Isso não significa que a imprensa mente – embora alguns jornalistas o façam – mas que simplesmente não há ‘verdade’ a ser transmitida, apenas relatos (CERQUEIRA, 2005, p.29).

A força dos interesses das classes política e econômica, no contexto de uma imprensa alienada determina que informações devem ser noticiados, o que desvia a pauta noticiável de assuntos que realmente interessariam o público fazendo com que a imprensa proceda a cortes que concedem mais importância a alguns assuntos em detrimento de outros – *quicá* mais interessantes para o público. "A permanência de determinados temas e enfoques na pauta dos veículos de comunicação tem um efeito bastante conhecido sobre

a sociedade: o de influenciar o interesse e a preocupação do público em relação a esses temas. Esse efeito é conhecido como *agenda setting*" (CERQUEIRA, 2005, p.29).

Neste contexto, os relatos dos jornais pesquisados dão conta de incursões dos terroristas e dos crimes por eles perpetrados, desde assassinatos por decapitação, incêndio de habitações das populações, roubos de bens da população e ações de recrutamento. Em paralelo a isto, relatam ações combativas das FDS (exército e a polícia) e as posições assumidas pelas autoridades máximas da hierarquia do poder político nacional, tornadas públicas através de discursos do Presidente da República, Ministros da defesa, Ministro do Interior e do Comandante Geral da Polícia da República de Moçambique.

Apesar de a imprensa estatal trazer a ideia da heroicidade das FDS, que em certas ocasiões, no teatro das operações é incontestável, alguma imprensa privada aponta para uma relativa incapacidade das FDS. Depois dos ataques terroristas aos distritos de Mocimboa da Praia e Palma, o período que se seguiu foi marcado por discursos do Presidente da República (Filipe Jacinto Nyusi), do Ministro do Interior (Jaime Basílio Monteiro) e da Defesa Nacional (Atanásio Salvador M'tumuke).

Para além de uma frequente presença física do Presidente da República no teatro de operações de Cabo Delgado, tudo com cobertura da imprensa, com destaque para o jornal Notícias e Jornal domingo, o Presidente da República, procurava, em seus discursos, denunciar o terrorismo e incentivar as FDS, denunciar os mandantes e financiadores do terrorismo em Cabo Delgado. "São moçambicanos residentes na cidade da Beira que, descontentes por ter sido interrompida a exploração ilegal de madeira, a que se dedicavam, optaram em aliciarem jovens para os atos terroristas em Cabo Delgado"<sup>21</sup>. Por conta disso, as FDS foram instadas a não permitir que nenhum moçambicano fosse assassinado. Este evento, portanto, o de aliciamento de jovens à violência armada contra populações indefesas por parte de empresários descontentes constitui um obstáculo à consolidação do Estado de Direito Democrático. A ele juntam-se outros como: "o uso das TIC (Tecnologias de Informação e comunicação) por vezes, para fins antipatrióticos e o

---

<sup>21</sup> Jornal domingo, 19 de agosto de 2019.

surgimento de grupos radicais, o crime organizado e transnacional, e outros que tornam o ambiente político e de segurança cada vez mais volátil"<sup>22</sup>.

Depois do ataque a Palma, o Ministro do Interior, por seu turno, dava conta de uma atmosfera de esperança garantindo a existência de capacidade combativa no seio das FDS, dando, também, garantia de proteção dos trabalhadores e das empresas envolvidas no projeto de extração do gás como das populações: "as FDS estão a trabalhar com afinco para que atos idênticos não voltem a acontecer. Temos convicção de que consolidaremos o ambiente de segurança, não apenas nos acampamentos, mas também nos locais de trabalho destas empresas e outras conexas"<sup>23</sup>.

Para Atanásio Salvador M'tumuke, Ministro da Defesa Nacional, de acordo com o jornal notícias (07/08/2018) "os ataques de grupos armados em localidades e distritos da província de Cabo Delgado constituem uma grave afronta ao Estado moçambicano, desrespeitando o poder legitimamente instaurado. Contudo, as Forças de Defesa e Segurança têm a situação controlada".

A imprensa pública, provavelmente por ser fortemente controlada pelo Estado sendo este seu patrono, deixava a impressão de que apesar dos ataques os trabalhos de extração do gás natural continuariam e não seriam abalados, afirmando que, "os ataques protagonizados por homens armados em alguns distritos a Norte de Cabo Delgado, incluindo Palma, não vão afetar o calendário da implementação do projeto de construção das plantas de processamento do gás natural na bacia do Rovuma, cujo consórcio é liderado pela Anadarko"<sup>24</sup>.

Todavia, as informações sobre baixas nas FDS continuavam a não merecer a devida atenção da imprensa oficial, como por exemplo, as que davam conta do assalto seguido de assassinato de dois militares e um civil, e roubo de uma metralhadora no posto administrativo de Muconjo, distrito de Macomia, informação tornada pública pelo jornal

---

<sup>22</sup> Jornal domingo, 27 de janeiro de 2019.

<sup>23</sup> Jornal domingo, 24 fevereiro 2017.

<sup>24</sup> Jornal domingo, 03 fevereiro 2017.

Canal de Moçambique (07/08/2019). Esta informação fora selecionada e excluída na imprensa oficial, pois, segundo o mesmo jornal, pelo fato de os distritos de Pangane e Quiterajo, em Macomia, serem frequentemente atacados pelos terroristas, o que desmente a narrativa governamental de que a situação está controlada, "o chefe do posto administrativo de Muconjo e o administrador de Mcomia receberam ordens para não falarem publicamente sobre o sucedido". Portanto, enquanto a imprensa pública expressa o controle e a capacidade combativa das FDS de rechaçar e debelar o terrorismo, a imprensa privada caminhava na dimensão contrária expressando a falta de controle das FDS um pouco por todos distritos de Palma, Nangande, e Mocimboa da Praia.

Outro dado importante é que apesar de o porta-voz da Polícia da República de Moçambique ter aparecido em público informando que o grupo terrorista que decapitara 10 pessoas na aldeia de Monjane, no dia 25 de junho, no distrito de Palma estava fragilizado e desesperado, ele voltou a fazer vítimas, matando, por decapitação, mais de 10 pessoas de sexo masculino, na aldeia de Naunde, posto administrativo de Muconjo, distrito de Macomia, "não obstante as autoridades responsáveis pelas FDS continuarem com a narrativa de que a situação está sob controle, a realidade no terreno mostra o contrário, com indicações de que as forças de defesa e segurança não estão a conseguir conter as ações dos homens armados." (SAVANA, 01/02/2019).

### **Conclusões**

Nosso desafio neste artigo era o de compreender o conflito em Cabo Delgado na perspectiva das guerras híbridas tendo em conta a sua característica de uso de meios convencionais e não convencionais. Porém, apesar da falta de consenso se as guerras híbridas consubstanciariam guerra na perspectiva Clausewitziana dada a inexistência de dialética com o uso de meios alternativos de projeção de poder adicionando-se ao uso de meios cibernéticos que colocam uma dubiedade na existência de violência direta.

Nossa conclusão aponta para a afirmação de que o fenômeno vivenciado em Cabo Delgado afigura-se como guerra híbrida, pois, o fim último é a ocorrência de violência e destruição de bens e infraestrutura como tem sido recorrente. Por outro lado, o recurso à

manipulação de fatores culturais e religiosos com reflexo direto na radicalização das populações leva-nos a mais uma vez a um sentimento de se tratar de uma guerra-híbrida.

Pelas características, recurso ao terrorismo, uso da internet – redes sociais (Twitter, facebook, WhatsApp e outras) e relatos da imprensa, em um contexto geopolítico, geoestratégico e geoeconômico bem localiza (região costeira de Cabo Delgado), com conexões internacionais, sem rosto devidamente identificado podemos, nossa presunção nos leva a acreditar que sim, Moçambique está sendo vítima de um conflito no contexto das guerras híbridas. Todavia, aceitamos a hipótese da violência estrutural que causa muito descontentamento entre as populações com maior destaque para os jovens o que tem favorecido a fácil manipulação e radicalização social bem como a adesão e mobilização ao terrorismo.

Ora, o fato de o suposto "despertar de consciência" das populações, particularmente de jovens, para a oposição ao poder *hodierno* através da radicalização aparecer ligada a vontades exteriores por intermédio de agentes clandestinos sem visibilidade, não inocenta o governo de sua responsabilidade de tomar ações administrativas e de gestão pública que resvalam na violência estrutural suscetível de massificar o descontentamento populacional com maior incidência na juventude levando-a a aderir à insurgência.

A maioria dos cidadãos nacionais têm sido vítimas de uma violência estrutural caracterizada por desigualdade de oportunidades e exclusão social. As instituições existentes em Moçambique, infelizmente, garantem, mantêm e protegem interesses de poucos – que controlam o sistema político – a pequena burguesia política formada após a independência nacional –, em detrimento de uma larga maioria da população. Este modo de atuação governamental leva a uma desmotivação total da franja da população espoliada e ao descrédito do poder político vigente.

A partidarização das oportunidades no emprego, na formação acadêmica (com prioridades sempre reservadas para membros e parentes de cidadãos ligados ao partido no poder e antigos combatentes) associada ao nepotismo, clientelismo e corrupção, males que colocam grupos numerosos de cidadãos numa situação de desespero e insatisfação

são apontados como outro problema que está também na vanguarda de práticas governativas nocivas à coesão social, política por promoverem a exclusão econômica, social e política.

Trata-se de uma política genocida e *necropolítica* que condena parte de cidadãos a marginalização e morte, uma vez esquecidos pela superestrutura governativa na distribuição de recursos e oportunidades, o que os torna presas fáceis à manipulação a favor das falsas promessas de emprego com salários inimagináveis, bolsas de estudo no estrangeiro e, na sua condição de necessitados e marginalizados, se tornam diminutas as suas capacidades de avaliar a exequibilidade de tais promessas.

A pobreza absoluta entre as populações de Cabo Delgado, sobretudo entre jovens<sup>25</sup>, falta de emprego, para esse grupo que já é fracamente instruído e sem preparação profissional é apontado como fatores de desânimo, desmoralização e perda de confiança das populações com as autoridades governamentais, o que os leva a fácil manipulação e consequente radicalização. Estas narrativas têm sido apontadas como fatores de favoritismo, de fácil manipulação e de rápida radicalização dos jovens e consequente aderência ao extremismo insurgente.

Este cenário de marginalização e *necropolítica* sempre esteve presente desde a inauguração da segunda república, com o advento da democratização multipartidária do país – quando a democracia no lugar de promover mais igualdade agravou as desigualdades. A corrupção, o nepotismo e demais males sociais e políticos passaram a caracterizar o Estado moçambicano, fato que nos leva a questionar: por que só agora com o processo de extração de recursos em Cabo Delgado eclode o conflito terrorista? Se as desigualdades sociais, políticas e econômicas já se arrastam há muito tempo. Será a famigerada maldição dos recursos uma vez que, Moçambique de um dos países mais pobres do mundo se preparava para adentrar no clube dos grandes *players* internacionais e com expressão em negociações, sobretudo no que toca a comercialização de recursos

---

<sup>25</sup> Com inúmeros recursos naturais, desde pedras preciosas, madeira e gás natural, a Província de Cabodelgado figura como uma das mais pobre do país com a segunda maior taxa de desnutrição, analfabetismo e de pobreza multidimensional a nível do país.

energéticos de grande e importante valor estratégico e econômico como o gás natural e o petróleo? Estas são algumas questões de reflexão que nos colocam. Porém, a sua resposta não cabe neste artigo, pois mais do que tecer respostas, cairíamos na traição totalitarista e absolutista, já que apenas problematizamos o fenômeno cotejando aproximações com as características das guerras híbridas.

Aliás, os protagonistas ou interessados neste tipo de conflito, que sempre são de proveniência externa agem na invisibilidade, exploram as vulnerabilidades com o intuito de opor as populações às autoridades, criam uma desestabilização – instalando insegurança entre as populações com o objetivo de inviabilizar projetos de desenvolvimento e satisfazer os seus interesses geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos.

Tendo em consideração que no mundo em que vivemos de globalização os assuntos de defesa e segurança demandam esforços comuns entre as nações, Moçambique aceitou o apoio dos países membros da *Southern Africa Development Community* (SADC) pois, neste ambiente de acelerada globalização e de problemas comuns corroboramos com Howana (1995, p.564), "os Estados já não podem garantir a segurança dos seus cidadãos através de medidas militares unilaterais. A segurança nacional constrói-se com, e não contra, os outros Estados".

No entanto, parece fundamental considerar que, paralelamente à medidas militares em curso que estão dando resultados positivos, verificando-se no teatro das operação uma redução da ação dos terroristas, embora ataques esporádicos têm sido reportados, uma vez que neste tipo de conflitos nunca se alcança uma vitória absoluta é preciso que o governo comece a perceber a necessidade e urgência de aplicar políticas de inclusão visando combater a exclusão social. Deve investir mais em políticas públicas e sociais como educação, saúde, emprego e infraestrutura. Deve adoptar medidas políticas que visam combater energicamente a corrupção, nepotismo e clientelismo, por conseguinte alargar a base da pirâmide de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente da sua cor partidária, religioso, proveniência e demais adjetivos estereotipados que prejudicam grandemente a configuração social e a confiança da

sociedade com o seu governo. Portanto, no lugar de travar uma guerra contra o terrorismo em Cabo Delgado, as maiores armas que o governo deve empregar contra o mesmo são investimentos sociais, inclusão social e integração de grupos marginalizados.

### Referências:

1. ACEMOGLU, Dron; ROBINSON, James A. Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty, Profile Books, 2013.
2. Lind et Al. 1989; Aquilla and Ronfeldt 2001 *apud* ALVES, B W; Macedo, B V. de & ROAHNY, L. O que é "guerra híbrida?" Notas para o estudo de formas complexas de interferência externa. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, 2022; 9 (1). (pp. 229-254), p.229.
3. BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta, Zahar, 2016.
4. BARGUÉS, Pol; BOUREKBA, Moussa; COLOMINA (eds.), Carme. Amenazas Híbridas, Orden vulnerable, CIDOB REPORT #08, Barcelona Centre for International affairs, Setiembre 2022, ISSN:2564-9078.
5. CHICHAVA, Sérgio. Quem é o "inimigo" que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do Governo moçambicano, Boletim N°17, IESE, 2020.
6. CERQUEIRA, Rodrigo. Diários do Príncipe: a Imprensa e a política externa no governo Cardoso, Rio de Janeiro, 2005 – Dissertação de Mestrado.
7. FERNANDES, Mauro Silva da. "Revoluções Coloridas": "gritos" para as câmeras, hashtag alegria, alegria, das "sombras" golpeamos a democracia, 2022, Research, Society, and Development, v.11, n.8, e39011831135, 2022 (CCBY 4.0), ISSN 2525-34-09, DOI:http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i8.3113.
8. Habibe, Saide; Forquilha, Salvador; Pereira, João. "Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocimboa da Praia", cadernos IESE, 2019.
9. [https://en.wikipedia.org/wiki/Psychological\\_operations\\_\(United\\_States\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Psychological_operations_(United_States)), acesso em 12/09/2022.
10. GOMES, Paulo Henrique Miranda; ALVES, Vágner Camilo. Clausewitz, a Ciberguerra e a Guerra Russo – Georgiana. In Ver. Carta Inter., Belo Horizonte, V.15, n°3, 2020, p.232 – 254.

11. HONWANA, João. Reflexões sobre defesa, segurança e democracia em Moçambique in MAZULA, Brazão, MACHILI, Carlos & MAIA, Juarez de (1995). Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento; Primeira Edição.
12. JANUÁRIO, Rui; GAMEIRO, Antônio. Globalização e a Geopolítica Internacional, Escolar Editora, 2016.
13. KORYBKO, Andrew. Hibrid Wars: the indirect adaptative aproch to regime change, Moscow, 2015.
14. MENDES, Flávio Pedroso. Guerra, Guerrilha e terrorismo: uma Proposta de Separação Analítica a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz, in Carta Internacional, Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Vol.9, nº9, jul. dez. 2014 (p.96 a 108).
15. VIANNA, G. S. Miséria Social, Gás Natural, Rubis e Drogas: As Fontes da insurgência Islâmica na Província de Cabo Delgado em Moçambique, Centro de Estudos Estratégicos Marechal Cordeiro de Farias, ISSN 2595-9212, 2021.
16. WEIMER, Bernhard. Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e suas Implicações para a Construção da Paz, Cadernos IESE, 2020.
17. Jornal domingo, 03/02/2017, 24/02/2017, 19/01/ 2019, 27/08/ 2019, 27/01/2019.
18. Jornal de canal de Moçambique, 07/08/2019.
19. Jornal Notícias, 21/04/2018, 11/05/2018, 09/06/2018, 04/10/2018, 24/10/2018, 29/12/2018.
20. Jornal O País, 24/05/2018, 29/06/2018, 04/11/2018, 20/11/2018.
21. Jornal SAVANA, 01/02/2019, 01/06/2018,01/09/2018,05/10/2018, 04/10/2019, 01/11/2019.

**“Sou seu pesadelo, sou medo, sou vício”: O “Sistema de Justiça Criminal” em Volta Redonda/RJ na perspectiva de pessoas em situação de rua.**

Lucas Senna de Brito Pires<sup>1</sup>

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar reflexões a partir de casos etnográficos envolvendo o contato entre pessoas em situação de rua e o sistema de justiça criminal em Volta Redonda/RJ. Essas pessoas são o tema central desse trabalho, e proponho compreender as práticas dos atores sociais envolvidos nas tramas apresentadas. A intenção desta pesquisa é contribuir para a formulação de políticas públicas que levem em consideração as experiências e o contexto social vivido por pessoas em situação de rua que fazem uso de psicoativos. A produção do artigo se deu a partir do emprego da metodologia antropológica, em especial da etnografia, no qual o trabalho de campo é o principal recurso para construção dos dados aqui apresentados.

Palavras chave: Vulnerabilidade; Drogas; Controle Social, Instituições Públicas.

**Abstract**

The main objective of this article is to present reflections based on ethnographic cases involving contact between homeless people and the criminal justice system in Volta Redonda/RJ. These people are the central theme of this work, and I propose to understand the practices of the social actors involved in the plots presented. The intention of this research is to contribute to the formulation of public policies that take into account the experiences and the social context lived by homeless people who use psychoactives. The production of the article was based on the use of anthropological methodology, especially ethnography, in which field work is the main resource for building the data presented here.

Keywords: Vulnerability; Drugs; Social Control; Public Institutions.

**Introdução**

---

<sup>1</sup> Mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2024)

No município de Volta Redonda/RJ foi instituído o Comitê Intersetorial Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ, atualmente um órgão municipal, formado por representantes de movimentos da sociedade civil, representantes das Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, chamados pela legislação municipal de “Órgãos de Defesa de Direitos Humanos”. Participam também representantes de diversos órgãos do poder executivo municipal, além de convidados representando outras instituições, como a Guarda Municipal.

O Comitê Intersetorial Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ segue a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 (BRASIL, 2009), e inicialmente, foi instituído pelo Decreto Municipal nº 13.937 de 26 de agosto de 2016 que também definiu sua composição e suas atribuições. Atualmente é regulamentado pela Lei Municipal nº 5764/2020. Esta Lei Municipal, que também instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua no município definiu em seu artigo 2º que:

O comitê tem por objetivo assegurar os direitos sociais da população em situação de rua, criando condições para promover a garantia dos seus direitos fundamentais, da sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, em consonância com a política nacional.

Portanto, o órgão apoia ações que ampliem as condições do exercício da cidadania pelas pessoas em situação de rua, compreendida na referida norma como a associação entre a igualdade humana básica e participação integral na comunidade, numa concepção de Estado Liberal (MOTA, 2009). No caso brasileiro, o termo “cidadania” ganhou bastante notoriedade nas ações sociais e políticas, sendo que “a cidadania nas sociedades ocidentais modernas se tornou, sob o ponto de vista nativo, o laço político entre os indivíduos”. (MOTA, p. 246, 2009).

Dessa forma, como o apoio do Comitê foi implementado no município o “Projeto Cidadão VR”, fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), a SME (Secretaria Municipal de Educação) e a Fevre (Fundação Educacional de Volta Redonda). O projeto consistiu na criação de um EJA (Escola de Jovens e Adultos), com o objetivo de qualificar profissionalmente flanelinhas e pessoas em situação de rua (PROJETO, 2022).

Com o intuito de desenvolver minha pesquisa de mestrado, onde tenho o objetivo de compreender a forma como as instituições municipais lidam com pessoas em situação de

rua, me inseri no referido Comitê, no final de 2021, na condição de membro representante da sociedade civil. Em 2022, fui convidado a comparecer a formatura do “Projeto Cidadão VR”, onde tive a oportunidade de conhecer Caio, Antônio e Gabriel, três pessoas em situação de rua que se encontravam presentes na solenidade. Estes nomes são fictícios, sendo que os nomes reais e alguns detalhes de suas histórias originais foram alterados propositalmente, como forma de preservar suas intimidades.

Fui apresentado a eles como uma pessoa que “estuda a polícia” por outro integrante do Comitê. Então, eles passaram a relatar suas experiências mais marcantes com a polícia. Neste ensaio passo a descrever e analisar os casos que me foram relatados por Caio, Antônio e Gabriel, trazendo a atuação policial na perspectiva de “elementos” no jargão policial, de “cidadãos de terceira classe” (CARVALHO, 2008).

Na segunda quinzena no mês de junho de 2022, recebi um convite no grupo de WhatsApp do Comitê para a formatura do curso realizado para a prefeitura para pessoas em situação de rua, intitulado “Projeto Cidadão VR”. O evento seria realizado em um famoso clube da cidade frequentado pela classe média de Volta Redonda às 9 horas da manhã. Na entrada do evento, encontrei por acaso com um profissional da rede pública de saúde do município, membro do comitê, que darei o nome fictício de Jordão, membro do Comitê e profissional da rede.

Entramos no clube e nos dirigimos até a sala onde estava sendo realizada a formatura. Lá estavam presentes diversos profissionais que auxiliaram, implementaram e coordenaram o projeto. Havia cerca de 10 (dez) mesas, dois músicos e um buffet. Além disso, dezenas de formandos e seus familiares. Estavam com uma aparência irreconhecível quando comparados com a forma como se apresentavam em seu cotidiano. A maioria dos formandos usava um terno. No meio deles, havia um sujeito vestido com um casaco militar, uma bermuda, um boné e óculos escuros. Jordão comentou: “Caio está aí, deixa eu falar com ele”.

Jordão começou a conversar com Caio e então nos dirigimos para uma das mesas rodeadas por cadeiras para assistirmos a cerimônia, que parecia que teria seu início em horário posterior ao programado. Na mesa estavam sentadas mais duas pessoas em situação de rua, que chamo aqui de Antônio e Gabriel. Caio era o mais comunicativo, e estava visivelmente embriagado de álcool. Enquanto esperávamos o início da cerimônia, ficamos conversando eu, Jordão, Caio, Antônio e Gabriel. João me apresentou a eles da seguinte forma:

“Esse é o Lucas, ele estuda a polícia”. Caio respondeu: “Ele estuda a polícia ou para a polícia?”. Jordão respondeu: “Ele estuda a polícia. Ele faz isso para termos uma polícia melhor... Se quiser contar um pouco para ele das suas histórias com a polícia...”.

Assim, diante das diversas interlocuções que tenho travado desde meados de 2021, quando da minha inserção no meu campo empírico de pesquisa, os casos relatados por essas pessoas, apresentam parte do cotidiano de diversas pessoas em situação de rua. Principalmente como constatado através de interlocuções com os profissionais da área de saúde e assistência social que os atendem. Sendo que a proposta deste artigo é compreender como as instituições de segurança e de justiça de Volta Redonda/RJ, lidam com pessoas em situação de rua, à partir de narrativas advindas dessas pessoas.

***Ia comer uma marmitinha, uma comidinha diferente? Ia. Mas era pra voltar com uma beirada.***

Na segunda quinzena no mês de junho de 2022, recebi um convite no grupo de WhatsApp do Comitê para a formatura do curso realizado para a prefeitura para pessoas em situação de rua, intitulado “Projeto Cidadão VR”. O evento seria realizado em um famoso clube da cidade frequentado pela classe média de Volta Redonda às 9 horas da manhã. Na entrada do evento, encontrei por acaso com um profissional da rede pública de saúde do município, membro do Comitê, que darei o nome fictício de Jordão, um dos principais locais em que realizei meu trabalho de campo.

Entramos no clube e nos dirigimos até a sala onde estava sendo realizada a formatura. Lá estavam presentes diversos profissionais que auxiliaram, implementaram e coordenaram o projeto. Havia cerca de 10 (dez) mesas, dois músicos e um buffet. Além disso, dezenas de formandos e seus familiares. Estavam com uma aparência irreconhecível quando comparados com a forma como se apresentavam em seu cotidiano. A maioria dos formandos usava um terno. No meio deles, havia um sujeito vestido com um casaco militar, uma bermuda, um boné e óculos escuros. Jordão comentou: “Caio está aí, deixa eu falar com ele”.

Jordão começou a conversar com Caio e então nos dirigimos para uma das mesas rodeadas por cadeiras para assistirmos a cerimônia, que parecia que teria seu início em horário posterior ao programado. Enquanto isso um casal tocava músicas de MPB ao vivo, com mensagens de superação, como “A Estrada” da banda Cidade Negra, ou “Tente outra vez”, de Raul Seixas. Eram oferecidos salgados e refrigerantes nas mesas. Além disso, muitos dos formandos, diferente de Caio e seus amigos, vestiam ternos e roupas mais casuais. No decorrer da cerimônia a emoção se fez presente na fala dos organizadores e professores do curso.

Na mesa estavam sentadas mais duas pessoas em situação de rua, que chamo aqui de Antônio e Gabriel. Caio era o mais comunicativo, e estava visivelmente embriagado de álcool. Enquanto esperávamos o início da cerimônia, ficamos conversando eu, Jordão, Caio, Antônio e Gabriel. Jordão me apresentou a eles da seguinte forma:

“Esse é o Lucas, ele estuda a polícia”. Caio respondeu: “Ele estuda a polícia ou para a polícia?”. Jordão respondeu: “Ele estuda a polícia. Ele faz isso para termos uma polícia melhor... Se quiser contar um pouco para ele das suas histórias com a polícia...”.

Caio que parecia um pouco alterado pelo uso de bebida alcoólica, começou a me relatar que:

O Edifício Redondo, ao qual Caio se refere, é um edifício histórico em Volta Redonda/RJ, localizado em um bairro central da cidade, muito conhecido pela prostituição e pelo uso de drogas. E ele, um homem pardo com poucos dentes na boca, foi abordado pelos policiais naquele lugar notoriamente frequentado por pessoas socialmente marginalizadas. O que demonstra que o empenho demonstrado pela polícia em fazer cumprir a lei varia de acordo com a categoria social das pessoas envolvidas, e não com a existência/inexistência de atos ilegais (KANT DE LIMA, 1995). No caso de Caio, não havia um ato ilegal de sua parte, pois segundo ele:

Porra, entrei no carro, algemado mesmo e eles foram me levando para um lugar que eu não conhecia. Paramos no meio de um matagal, em um lugar que eu nunca tinha visto. Aí né, começaram e me revistar. Eu não tinha nada, mas um dos homem foi pro carro e voltou com um tabletão de maconha desse tamanho”. Disse ele simulando algo do tamanho de um celular com as mãos. “Aí né, eles falaram comigo: ‘olha o que eu achei, isso é seu, você é traficante’. Eu falei: ‘Não sou traficante nada não, isso não é meu, não uso, não passo...’. Eles falaram: ‘É sim, acabei de achar no carro, é seu, e vou te conduzir para a delegacia como traficante’. (Volta Redonda, 2022, Caderno de Campo)

Assim, em sua versão, Caio foi alvo da prática de um ato que o campo do direito denomina “Flagrante Forjado”, com o qual demonstrou compartilhar conhecimento. Essa categoria é assim definida pelo o que os operadores do direito comumente chamam de doutrina, detentores de prestígio singular, e que são intérpretes das leis e das práticas autorizados pelo campo (MENDES, 2005):

É aquele armado, fabricado, realizado para incriminar pessoa inocente. É a lúdima expressão do arbítrio, onde a situação de flagrância é maquinada para ocasionar a prisão daquele que não tem conhecimento do ardil. (TÁVORA; ALENCAR, 2016.p. 878).

Além disso, teria sido também vítima de roubo pelos policiais:

Aí né, eu tive que ficar insistindo que aquilo não era meu. Até que no final os caras abriram minha carteira, tiraram meu dinheiro me deixaram lá mesmo. Até porque, eles já tinham visto que eu tinha R\$ 900,00 reais na carteira, né.

Rapaz, para voltar daquele lugar, demorou... Sem saber onde eu tava, sem carteira, sem dinheiro... Fui chegar no dia seguinte em casa, tarde já, sem dinheiro nenhum. Conteí em casa, conteí pra minha mulher o que aconteceu e ninguém acreditou, todo mundo achou que eu tinha gastado o dinheiro na farra, que eu tinha ido fazer aquilo, aquilo outro... Tudo bem que eu até ia, mas e o dinheiro? Tava indo pro negócio? Tava. Ia comer uma marmitinha, uma comidinha diferente? Ia. Mas era pra voltar com uma beirada pra doida lá comprar uns negócio. (Volta Redonda, 2022, Caderno de Campo)

Por mais que sua versão tenha sido desacreditada por sua família. Até porque, como descobri posteriormente, já havia feito uso de maconha no passado. Seria uma versão possível no sistema de justiça criminal brasileiro, no qual o inquérito policial em sua fase “administrativa” é inteiramente inquisitorial (MISSE, 2010). Ou seja, quando do indiciamento de Caio, a autoria do crime do qual era acusado pelos policiais seria demonstrada por meio de depoimentos tomados em cartório. As únicas testemunhas do que Caio relatou foram os agentes de polícia que haviam o algemado, forjado um flagrante para depois lhe roubarem.

Historicamente, uma das principais finalidades da polícia e a de vigilância da população e prevenção de distúrbios públicos. Especialmente pela identificação de criminosos em potencial. Pessoas economicamente marginalizadas, como Caio, são equiparadas aos delinquentes (KANT DE LIMA, 1995). E se de forma diferente de seus familiares, considerarmos verídico seu relato foi um caso de “violência policial” (EILBAUM; SANTOS, 2015), onde inclusive teria sido ferido em sua subjetividade, agravando seus problemas familiares à época, além do seu próprio sustento.

### **Caio, Antônio e a sujeição criminal**

Ao que tudo aponta, Caio teria sido alvo também de uma prática institucional que o sociólogo Michel Misse definiu como processo de sujeição criminal (Misse, 1999).

Nos termos propostos por aquele autor, trata-se de iniciativas de controle, dentro de um quadro de acumulação social da violência no Rio de Janeiro, que selecionam preventivamente supostos sujeitos que comporão um tipo social cujo caráter é socialmente considerado como “propenso a cometer um crime” (Misse, 2005) (PIRES, 2010).

O processo de sujeição criminal pelo qual passou Caio, parece ser algo recorrente entre as pessoas em situação de rua com as quais tive interlocução. Após o término de sua história, Antônio ficou empolgado em compartilhar suas experiências também. Ele contava com empolgação enquanto esperávamos o início da cerimônia do EJA.

A minha história é um pouco mais complicada. Eu caço, né, sou caçador. Sempre gostei de caçar. Aí eu tinha umas arminha lá em casa. E eu tenho um irmão muito burro. Ele nunca serviu para nada, mas acho que se der umas duas carroça pra ele, ele puxa, de tão burro que é. Eu estava sem dinheiro. Aí meu irmão, sem falar nada, começou a tentar vender a arma. Só que o jumento vai lá e me tenta vender logo pra quem? Pra um policial! Aí eu tô lá em casa e um belo dia bate a polícia, entra lá em casa e encontra minhas armas. Eu falei que tinha furtado as armas. É claro! A pena do crime de furto é menor do que a do porte ilegal de arma, né! Falei que tinha furtado para vender... (Volta Redonda, 2022, Caderno de Campo)

Nesse aspecto, Antônio, assim como Caio, além do conhecimento da lei penal, dessa vez demonstra ter conhecimento de uma verdade jurídica como se refere o campo do direito, “consagrada” pelo Superior Tribunal de Justiça, ou seja, por aqueles que detêm o poder de interpretar e decidir sobre o direito posto (MENDES, 2005):

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. FURTO QUALIFICADO EM CONTINUIDADE DELITIVA. ART. 155, § 4º, I E IV, C/C O ART. 70 DO CP. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ART. 14 DA LEI N. 10.826/2003. RES FURTIVA PORTADA EM SUBTRAÇÕES. POST FACTUM IMPUNÍVEL. MERO EXAURIMENTO DO CRIME DE FURTO. ABSOLVIÇÃO EM RAZÃO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. Em razão do princípio da consunção, o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei n. 10.826/2003) deve ser absorvido pelo o de furto porque a arma encontrada com o réu fazia parte dos bens subtraídos, evidenciando o mero exaurimento do delito, post factum impunível. (...).

(STJ - REsp: 1503548 SC 2014/0340000-1, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 06/08/2015, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/08/2015)

A formatura teve seu início. Antônio não pode continuar seu relato, e pouco tempo depois se ausentou da cerimônia. Mas depois eu procurei Jordão para entrar em contato com Caio, Antônio e Gabriel. Descobri que Gabriel, após a separação com sua esposa, passava seus dias tomando cachaça em uma praça pública, junto com seus dois amigos que pude conhecer. Então, na mesma semana, me dirigi até a praça, lá encontrei Antônio que pode me contar o que se sucedeu com sua estratégia.

Perguntei para Antônio como que ele conseguiu fazer sua autodefesa. Ele me respondeu que bebia cachaça todo dia, mas era “estudado”. Perguntei para ele então como foi quando da sua condução para a delegacia, ele me respondeu:

Rapaz, eu falei que tinha furtado. O delegado me perguntou: ‘Furtou para que?’. Respondi que era para caçar. Ele perguntou se eu achava que ele era idiota, e perguntou: ‘Que caçar o que? Caçar elefante? Você é um bandido isso sim’, aí me levaram para a cadeia no Roma, fui dar um passeio na Itália....

Antônio disse que ficou 3 (três) dias preso em uma cela superlotada aguardando sua audiência de custódia. Segundo ele, já falavam que ele ia “descer” para o Rio de Janeiro. Mas conseguiu ser defendido por uma defensora pública que, segundo ele, era uma mulher muito atraente. O promotor, da mesma forma que o delegado durante toda a audiência apenas insistiu que ele seria um “bandido”. Mas a defensora fez sua defesa técnica, e ao final o juiz apenas falou com a defensora: “Está bom, você se responsabiliza?”. Ela disse que sim, e ele foi liberado. Depois disso teve que ficar por três anos indo mensalmente ao Fórum assinar “a papelada”.

Assim, a partir do caso contado, pode-se perceber como se atualiza na prática o direito de autodefesa e do instituto da audiência de custódia, reconhecidos na legislação e pelo campo jurídico. Como constatado em outras pesquisas empíricas realizadas sobre audiência de custódia no âmbito do InEAC, neste ato processual, a corporalidade (SINHORETTO, 2005) dos operadores do direito marca a distância da realidade dos custodiados (ABREU; GERALDO, 2019).

Além disso, essas pesquisas confirmaram que o prazo de 24 horas da prisão em flagrante fora extrapolado sem que o auto de prisão em flagrante fosse apreciado por uma autoridade judicial. Isso tornaria esse tipo de prisão ilegal. Seriam, conseqüentemente, relaxadas. Mas nem sempre isso acontecia (ABREU; GERALDO, 2019). Na prisão de Antônio não foi diferente. Embora o “relaxamento” de sua prisão tenha alcançado em parte um dos intentos desse ato processual, já que

decorrem de um reconhecimento do problema da superlotação do sistema penitenciário (ABREU; GERALDO, 2019).

Sobre a decisão judicial, provavelmente não foi formalmente fundamentada na “responsabilidade” da defensora pública. Pois, na prática, no âmbito do processo civil ou no do processo penal, o juiz tem a atribuição concedida por lei, e assim entendida pela doutrina, de decidir livremente sobre os conflitos de interesses levados a sua apreciação (MENDES, 2012).

Porém, durante seu relato sobre a audiência, o que mais chama atenção foi o processo de “sujeição criminal” pelo qual passou Antônio, não só pela autoridade policial, mas também pelo Ministério Público, em um “processo social que incide sobre a identidade pública e, muitas vezes íntima dos indivíduos” (MISSE, 1999, P.210), que subjetivam os rótulos a ele atribuídos (GRILLO; POLICARPO; VERÍSSIMO. 2011). Michel Misse tem constatado em suas pesquisas vários tipos de subjetivação que processam:

Um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum. O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. (MISSE, p. 17, 2010)

Em meu terceiro encontro com Caio, Antônio e Gabriel, dessa vez em outra praça pública, Gabriel me relatou que estava há praticamente 3 (três) anos morando nas ruas. Isso depois de cumprir uma medida protetiva a pedido de sua esposa. Segundo ele, após ela falar umas “merdas” dele, foi ameaçado em seu bairro tanto pelo tráfico quanto pela polícia.

### **A “administração” da População em situação de rua, pessoas em situação de rua, moradores de rua ou mendigos em Volta Redonda/RJ, pelos aparelhos estatais.**

Poucos meses depois, não tive mais contato com nenhum dos três. Pois, como era comum entre as pessoas em situação de rua que tive contato, a sua situação se alterava constantemente. No decorrer do trabalho de campo, fui um pesquisador em formação, acompanhando regularmente suas vidas durante mais de um ano. Nesse período, pude observar alguns entre idas e saídas do Abrigo Municipal, mudanças para cidades distantes, desaparecimentos repentinos, situações de emprego e de desemprego, além de passagens pelo sistema criminal. Portanto, na minha visão, viviam “em um Tempo Vertiginoso”, considerando que “vive-se em uma escala de tempo muito menor, que produz uma vida fugaz, mas intensa, em que se nasce, cresce, amadurece, reproduz rapidamente” (LOBÃO, 2008).

Além disso, trata-se de pessoas que, quando da data dos acontecimentos dos casos narrados, não eram pessoas em situação de rua ainda. Por motivos diversos, acabaram adotando a rua

como morada. Assim, passaram a integrar uma população que segundo a estimativa do IBGE, antes da pandemia, somavam 220 mil pessoas espalhadas pelo Brasil.

“População em situação de rua”, “Pessoas em situação de rua”, “moradores de rua” ou até mesmo “mendigos”, são termos utilizados corriqueiramente para se referir a pessoas que habitam as ruas. A primeira categoria e a segunda categorias são consideradas as mais adequada entre os profissionais da área de saúde e assistência social que tive contato. Isso porque, na visão destes interlocutores, a rua deve ser uma “situação” para o indivíduo, e pensar dessa forma traria para este uma nova perspectiva: a de uma transitoriedade daquela “situação”.

Porém, friso que se trata de uma categoria formulada por profissionais, e embora abranja um número maior de “pessoas em situação de rua” do que “moradores de rua”, muitos deles se definiam da segunda forma, e criavam com o espaço público uma relação de pertencimento, entendendo em um determinado ponto de uma determinada praça, por exemplo, a sua “moradia”. Dessa forma, questiono se o termo “pessoas em situação de rua”, embora conhecido como politicamente mais correto, do ponto de vista antropológico não pode ser considerado etnocêntrico? Já que é uma forma dos elaboradores de políticas públicas determinarem uma nomenclatura para esses indivíduos, que traz em si um apontamento sobre o que devem fazer de suas vidas.

De toda forma, por motivos diversos muitas vezes ligados a conflitos familiares passavam seus dias na rua. Sendo que, embora se trate de um segmento social marcado pela heterogeneidade, a adoção do termo “população em situação de rua”, parece se justificar para que as políticas públicas que lhe são direcionadas abarque um número ainda maior de pessoas. Pois, ao demonstrar que o desafio proposto a uma multiplicidade de aparelhos estatais consiste em administrar populações, sabe-se bem quais são as populações – e os territórios – que se trata de gerir. Populações expostas à precariedade, ou melhor, à “distribuição diferencial da condição precária” (Butler, 2018, p. 41). Submetidas distintivamente à pobreza, à fome, às remoções, às violências do Estado e à morte, sendo que todos os esforços políticos para geri-las repousam na distribuição tática dessa condição precária (MALLART, 2020, p. 71).

Durante o período em que realizei trabalho de campo, passei por “equipamentos” da área da saúde e da área da assistência social. Porém, outra instituição se fazia muito presente no cotidiano desses serviços: a Guarda Municipal. As visões sobre este ator social não eram unânimes.

Algumas pessoas em situação de rua a viam como um polícia que oferecia alguma forma de proteção e compreensão maior das questões específicas dessas pessoas. Uma vez, pude presenciar uma abordagem feita por um segurança privado na companhia de um policial militar a paisana no principal local onde se aglomeravam, próximo ao Centro-Pop. O motivo da abordagem havia sido a suspeita de furto a um supermercado da cidade, e no momento da abordagem um deles alegou: “cadê a Guarda? cadê a Guarda?”. De um modo geral, a Guarda Municipal era vista como uma força

repressiva menos truculenta que a Polícia Militar. Apesar de em Volta Redonda, possuírem porte de arma de fogo.

Outras pessoas em situação de rua, em nossas interlocuções, apontaram a instituição como responsável por perpetrarem diversas “violências” em seu cotidiano, ainda que de forma silenciosa. Durante a noite, recolhiam os cobertores de pessoas em situação de rua, e fechavam pontos onde seus pertences ficavam reunidos. Essa situação foi apontada com grande indignação por uma integrante do Comitê vinculada à Igreja Católica.

Poucos meses antes de finalizar meu trabalho de campo, encontrei com Caio pelas ruas de Volta Redonda/RJ. Ele me disse que Antônio havia mudado de cidade, em um dos movimentos migratórios recorrentes entre eles. Já com Gabriel, Caio perdeu contato, principalmente depois que foi preso tentando furtar meia dúzia de cachaças, as chamadas “barrigudinhas”, em um supermercado da cidade. Porém, no seu caso, parece que não foi aplicado o “princípio da insignificância”, que levaria à atipicidade material do fato.

Isso porque, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ entende que: “sedimentou-se a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior no sentido que a incidência do ‘princípio da insignificância’ pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada” (STJ, 2022).

Contudo, em um caso analisado pela corte, em que foram subtraídos 3 (três desodorantes, totalizando o valor de R\$ 38,00, que foram restituídos a vítima, a aplicação do “princípio da insignificância” foi afastada. Isso em razão da “multirreincidência específica” do réu. Dessa forma, “no que concerne aos aparatos punitivos, não constitui nenhuma novidade o perfil das populações que figuram como o alvo preferencial. Inclusive, vimos como as prisões, em diferentes países, absorvem os residentes das periferias urbanas. Entretanto, como se nota através dos fragmentos de vida delineados, essas mesmas populações (e territórios) constituem o cerne das ações desenvolvidas por aparelhos – e concebidas pelas políticas – de saúde e assistência social”. (MALLART, 2020, p. 71).

### **Considerações Finais**

Caio, Antônio e Gabriel possuem entre 27 e 39 anos, portanto, viveram a ampliação do acesso ao ensino do governo Lula, os programas alinhados à ideia de renda mínima iniciados nos governos de FHC (Bolsa Escola) e significativamente ampliados nos governos Lula (Bolsa Família) (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2018). Como Antônio mesmo disse, apesar de beber cachaça todo dia, era “estudado”. Antônio, de fato, conhecia estratégias processuais, e até mesmo categorias do campo

jurídico. Porém, o resultado disto tudo está muito aquém das necessidades e do que seria desejado (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2018).

Dessa forma, apesar do aumento do seu acesso a rede pública de serviços, demonstrando uma ampliação dos direitos sociais que lhe são oferecidos através da educação, vive em uma sociedade em que é desigualado por seu status (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2018) de “cidadão de terceira classe” (CARVALHO, 2008). Em suas experiências com o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro foi alvo de diversos processos de “sujeição criminal” (MISSE, 1999), além de uma vítima da “violência policial” (EILBAUM, SANTOS, 2015).

Seus relatos apontam para práticas corriqueiras de um Estado arbitrário, e apesar de Caio, Antônio e Gabriel terem conhecido uma fase em que o Brasil teve uma verdadeira revolução no que diz respeito à ampliação no acesso a direitos, e à participação na vida democrática da nação, (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2018), sua subjetividade é rotulada pelo Estado como a de um “bandido”. Assim foi encarado desde a primeira abordagem policial que sofreu no Edifício Redondo, pelo delegado quando conduzido à delegacia por porte ilegal de arma, pelo Ministério Público em sua audiência de custódia e posteriormente pela sociedade, quando fora expulso do bairro em que residia em uma “posse”, após ser parte em um processo criminal de medida protetiva a pedido de sua esposa. Caio, Antônio e Gabriel, na visão dos atores do “Sistema de Justiça Criminal” relatados nesse artigo, parecem ser sujeitos que “carregam” o crime em sua própria alma (MISSE, 2010). Ao final do nosso encontro na praça, apresentaram um rap de sua autoria, onde se descrevem da seguinte forma: Eu sou seu pesadelo, sou medo, sou vício/ Sou aquela bala em direção do seu ouvido/ A neblina e a maldade que surge na calada/ Guerreiro da favela, o terror da playboyzada/ No cemitério a morte reside, violentamente/ Nos países periféricos, o próprio terror/ Corrompendo seu cérebro/ E toda a sua alma, eu levo pro inferno/A tensão, o pânico, na maldade (...)/ São maneiras de pensar/ E eu invado a sua mente/ O seu corpo e a sua alma, o sangue e a corrente/ Cê não sabe quem eu sou/ Não tente adivinhar/ Protegido por Jesus/ A luz que me guia. Para quem não me conhece/ Vou me apresentar/ Como um pesadelo/ Que agora está no ar/ Psicopata na rima, injúrias batidas/ Passa em cima de ferida que não cicatriza/ Uma parada cardíaca/ Vai pro coração/ Um pulmão perfurado/ Revolucionário/ Sou do rap, sou da rua, rap nacional/ Rei do inferno, estilo marginal/ Eu sou bem realista e pra mim tá legal/ Não faço parte de nenhuma favela/ Mas do rap (?) nacional/ Fui um pesadelo que assombrou as madrugadas/ Hoje um maluco/ Considerado na quebrada/ Vem, vem comigo/ Seja bem-vindo no inferno meu amigo.

De toda forma, no meu trabalho de campo, realizado com os interlocutores Caio, Antônio e Gabriel, a categoria “bandido” não aparece explicitamente como uma categoria nativa em relação a esses sujeitos, porque, apesar de eventualmente terem cometido “crimes”, podem não ser vistos como “bandidos” por pessoas que se auto intitulam dessa forma.

Por exemplo, Gabriel, que foi expulso do seu bairro tanto pelo tráfico quanto pela polícia, não parece que tenha sido rotulado pelo tráfico como “bandido”, já que foi expulso por eles do local. Em diálogo com a tese de doutorado de Gabriel Borges da Silva (2019), fica destacado ainda que a categoria “bandido” também tem suas múltiplas acepções e disputas, que nem sempre são vistas como negativas. Segundo o autor, “fora” dos lugares chamados de favela, algumas pessoas abraçam a ideia que “ser bandido é bom e vantajoso para todos que trabalham na boca de fumo<sup>2</sup>” (SILVA, p. 237, 2019).

Dessa forma, no rap transcrito nesse artigo, os interlocutores da pesquisa, atualmente pessoas em situação de rua, retratam em versos como se veem: guerreiros oriundos da favela, mas que não fazem parte de nenhuma. Ao mesmo tempo, reis de um lugar sobrenatural, o inferno (uma representação das adversidades que enfrentam ao morar nas ruas). Sobrevivem à margem da sociedade, e são invisibilizados por diversos segmentos sociais. Embora determinados setores do Estado os vejam como alvos de políticas repressivas, praticadas por vezes, em conjunto com empresas privadas, dando continuidade à desigualdade estruturante de um Brasil hierárquico.

### Referências Bibliográficas

ABREU, João V. F. D., GERALDO, Pedro H. B. A custódia nas audiências: Uma análise da política de transferência das audiências de custódia para a cadeia pública na cidade do Rio de Janeiro. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro – Edição Especial no 3 –pp. 97-113, 2019

BÁRBARA Gomes Lupetti Baptista (UFF; UVA), SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da (UFF), AMORIM, Maria Stella Faria de (UVA), LIMA, Michel Lobo Toledo (UVA), LIMA, Roberto Kant de (UFF; UVA), O Direito em uma Perspectiva Empírica. In Revista Antropolítica, n. 51, Niterói, p. 10-35, 1. quadri., 2021.

CARDOSO Roberto. Sensibilidade Cívica e Cidadania no Brasil. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE AN TROPOLOGIA, v.44, p.34-63, 2018. DEOLIVEIRA, Luís

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo caminho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

EILBAUM, Lucia; SANTOS, Flavia Medeiros. Quando existe 'violência policial'? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. 8, p. 407-428, 2015.

---

<sup>2</sup>Segundo o autor: “há uma gestão do que chamamos de segurança pública, articulada com toda a cidade na circulação de bens e pessoas, que me parece legitimar uma lógica de desigualdade que exclui para além das diferenças. Ou seja, pela percepção jurídica de quem você é pela sua relação com a propriedade. A consequência disso é uma alienação em nível muito elevado principalmente para “fora” desses lugares chamados de favela, que faz com que, por exemplo, pessoas abracem a ideia que ser bandido é bom e vantajoso para todos que trabalham na boca de fumo” (SILVA, p. 237, 2019).

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. A "dura" e o "desenrolô": efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 135-148, 2011.

LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LIMA, Roberto Kant de; NUNEZ, I. S.; CARVALHO, M. M.. De custody chain à cadeia de custódia: incompatibilidades do controle protocolar com o sistema cartorial da justiça criminal brasileira. *JURISPOIESIS(RIO DE JANEIRO)*, v. 24, p. 598-622, 2021

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira et al. O Tempo Vertiginoso: impossível de se capturar na lei?. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 22, p. 171-189, 2008., 2008.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira. Igualdade à Brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil. In: \_\_\_\_\_. AMORIM, Maria Stella; LIMA, Roberto Kant de; MENDES, Regina Teixeira. (Orgs.). *Ensaio sobre a Igualdade Jurídica: acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005

MENDES, Regina Lucia Teixeira. Verdade real e livre convencimento: o processo decisório judicial brasileiro visto de uma perspectiva empírica. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 3, p. 447-482, 2012

MISSE, Michel. *O Inquérito Policial no Brasil. Uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: FENAPEF/NECVU/Booklink, 2010.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria 'bandido'. *Revista Lua Nova, São Paulo*, 79: 15-38, 2010.

MOTA, Fabio Reis. Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: demandas de direitos e reconhecimentos no Brasil e na França. Orientador: Roberto Kant de Lima. 2009. 302f. Tese (Doutorado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

PIRES, Lenin. Arreglar não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2010. 404 f. Tese (Doutorado em Antropologia)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

POLICARPO, Frederico. Velhos usuários e jovens traficantes? Um estudo de caso sobre a atualização da nova Lei de Drogas na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas*, v. 6, n. 1, 2013.

PROJETO, cidadão VR é lançado em Volta Redonda. *O Dia*. 2022. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/volta-redonda/2022/03/6355555-projeto-cidadao-vr-e-lancado-em-volta-redonda.html>>, acesso em 17 de julho de 2022.

STJ. Jurisprudência do STJ. Brasil: Superior Tribunal de Justiça, 2022. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=%28RESP.clas.+e+%40num%3D%221957218%22%29+ou+%28RESP+adj+%221957218%22%29.suce>. Acesso em 01 de julho de 2023.

SILVA, Gabriel Borges da. “QUANTOS AINDA VÃO MORRER, EU NÃO SEI”: O regime do arbítrio, *curtição*, morte e a vida em um lugar chamado de *favela*. Niterói: UFF, 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues, *Curso de Direito Processual Penal*. 11. Ed. São Paulo: JusPodivm, 2016.p. 878.

Republicação

## **Segredos e Mentiras, Confidências e Confissões: Reflexões sobre a representação do antropólogo como inquisidor<sup>1</sup>**

Ana Paula Mendes de Miranda<sup>2</sup>

### O Antropólogo como Inquisidor?

*“O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições, sem as quais os símbolos serão para ele mortos, e ele um morto para eles” (Fernando Pessoa).*

Simpatizar, intuir, fazer analogias, compreender, perceber o indefinível. São cinco as condições, ou qualidades, propostas por Fernando Pessoa para análise de símbolos e rituais, tendo como o único objetivo impedir que esses símbolos, e quem se propõe estudá-los, não sejam congelados e isolados, não tornem-se corpos mortos. Fernando Pessoa, como espera-se de um poeta, deseja que o processo de interpretação seja regido pela sensibilidade, por um sentido de cuidado e respeito ao lidar com a vida, que se não é a do próprio estudioso, é a de outrem.

O texto poético de Fernando Pessoa<sup>3</sup> serviu como um pretexto para uma reflexão acerca do trabalho antropológico, principalmente, se considerarmos a crítica pós-moderna<sup>4</sup> que busca uma abordagem mais subjetiva, ou melhor, intersubjetiva, voltada

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada durante o Fórum de Pesquisa 26, “Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdades no espaço público em uma perspectiva comparada”, da XXII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, realizada em Brasília, 16 a 20 julho de 2000. A segunda versão foi publicada na Revista Comum, v. 6, n.17, 91-110, 2001.

<sup>2</sup> Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil(2002)  
Professor Associado IV da Universidade Federal Fluminense , Brasil

<sup>3</sup> O texto a que me refiro trata-se da Nota Preliminar de abertura do livro *Mensagem. À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais. Quinto Império. Cancioneiro.*

<sup>4</sup> A corrente pós-modernista na Antropologia, representada por J. Clifford, G. Marcus, James Boon e Paul Rabinow, dentre outros, destaca-se pela sua crítica ao texto etnográfico clássico, a partir de uma reflexão sobre as condições de produção do conhecimento antropológico, reconfigurando a abordagem da

para a percepção de sentimentos dos diferentes sujeitos que participam do processo de pesquisa, tentando estabelecer ligações com as dimensões políticas das representações construídas durante a pesquisa de campo, em especial, a que diz respeito a imagem do pesquisador.

Nesse sentido, o foco deste trabalho será a discussão da representação do antropólogo como inquisidor, empregada em diferentes momentos por um antropólogo, Renato Rosaldo, e por um historiador, Carlo Ginzburg. Objetiva-se também discutir como essa analogia permite pensar o trabalho etnográfico. Devo ressaltar que essa ideia surgiu de um incômodo inicial: ver a imagem do antropólogo vinculada a do inquisidor, a quem tradicionalmente se associou uma imagem negativa devido às implicações políticas resultantes de suas práticas, já que no Tribunal do Santo Ofício, o inquisidor acumulava as funções de investigador e juiz, concentrando um enorme poder<sup>5</sup>.

O artigo de Rosaldo, “*From the Door of His Tent: The Fieldworker and the Inquisitor*”, faz parte do livro organizado por James Clifford e George Marcus, *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, cujo eixo central é a discussão sobre a escrita e a autoridade etnográfica<sup>6</sup>. Trata-se de uma discussão acerca da retórica etnográfica centrada na análise de dois textos: *Os Nuer*, de E. Evans-Pritchard, e *Montaillou: The Promised Land of Error*, de Emmanuel Le Roy Ladurie<sup>7</sup>. A comparação entre as duas obras fornece a Rosaldo os elementos para a analogia entre o etnógrafo, como pesquisador de campo, e o inquisidor. Para Rosaldo, a autoridade é buscada através do realismo da narração, cujo objetivo é dar credibilidade ao texto.

O texto de Ginzburg, “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações”, faz parte de uma coletânea, *A Micro-História e Outros Ensaios*, tendo sido

---

produção do conhecimento, no contexto estadunidense, inspirados pela vertente interpretativa, com destaque para Clifford Geertz, destacando o papel do autor, os recursos retóricos utilizados, para propor uma análise mais refinada das dinâmicas sociais, considerando não apenas os fatos, mas também o contexto nos quais a produção do conhecimento antropológico se desenvolve. Um dos objetivos dessa corrente era sugerir um maior experimentalismo em termos de “escrita” antropológica, mas sua influência acabou sendo, na prática, uma discussão sobre a dimensão ética do trabalho de campo.

<sup>5</sup> Sobre o papel do inquisidor em processos do Tribunal do Santo Ofício, ver Lana Lima (1998), (1999). Saliento que a autora destaca os inquisidores “decidiam muitas questões a partir de julgamentos pessoais, sem nenhuma regra que garantisse a igualdade no tratamento dispensado aos presos” (1999: 19).

<sup>6</sup> Tendo sido resultado de um seminário em Santa Fé (1984), o livro é reconhecido como um dos principais referenciais acerca da pós-modernidade na antropologia no que diz respeito a reflexão sobre o processo de produção das representações antropológicas. Para uma análise do livro ver Trajano Filho (1988).

<sup>7</sup> Trata-se de uma obra voltada à vida cotidiana em uma aldeia occitana considerada herege pela Inquisição, no início do século XIV

publicado originalmente nos Estados Unidos, em 1989. Embora seja posterior ao texto de Rosaldo, não há nenhuma referência ao mesmo, não podendo afirmar que tenha havido alguma correlação entre os textos. De modo contrário, Ginzburg nos conduz a pensar na sua originalidade, ao afirmar que essa analogia já teria sido cogitada anteriormente por ele, há cerca de dez anos, em Bolonha, enquanto participava de um colóquio sobre História Oral.

O objetivo do artigo é analisar, partindo do ponto de vista do historiador, de que modo poderiam ser trabalhados os testemunhos escritos produzidos a partir de produções orais de uma sociedade não contemporânea. Ginzburg identifica uma contiguidade dos fins que tanto o inquisidor quanto o antropólogo (ele inclui também os historiadores) teriam, diferenciando-se apenas os meios que se utilizam. Os inquisidores interpretavam crenças, que lhes eram estranhas, traduzindo-as para um código que consideravam mais claro. Para o autor, os pesquisadores não fariam nada muito diferente: “o que nós fazemos não é assim tão diferente, nem ao nível dos princípios, nem ao nível da prática, porque o material de que dispomos está, neste caso, contaminado pela interpretação que eles lhe deram” (1989: 212).

Há em Ginzburg uma crítica aos “historiadores e antropólogos mais recentes” (1989: 209-210), que direta ou indiretamente inspirados por Geertz tomaram consciência da importância do texto, o que não seria nenhuma ‘novidade’ para os historiadores. O autor faz questão de enfatizar a sua discordância com a visão dos que afirmam que o texto é apenas uma prova de si próprio e de suas categorias. Embora o meu objetivo não seja recompor um quadro de debate intelectual<sup>8</sup>, não posso deixar de observar que há pontos de comunicação entre os textos, tanto Rosaldo quanto Ginzburg remetem-se a textos de História que tratam da Inquisição, e a um mesmo antropólogo, Evans-Pritchard.

Rosaldo analisa *Os Nuer*, publicado originalmente em 1940, buscando desmistificar o estilo realista das etnografias clássicas e demonstrar que a autoridade do antropólogo é garantida pela presença do pesquisador de campo nos eventos descritos. Deve-se reconhecer que a contribuição de Rosaldo à análise da retórica etnográfica se refere à discussão acerca das três funções da figura do autor: a figura do indivíduo que

---

<sup>8</sup> É possível que Ginzburg desconhecesse o texto de Rosaldo, mas vale lembrar que Rosaldo tem escrito sobre o *status* da história no trabalho antropológico há algum tempo. Ver *The Inca and Aztec States, 1400-1800: anthropology and history*. New York: Academic Press, 1982; *Ilongot headhunting, 1883-1974: a study in society and history*. Stanford: Stanford University Press, 1980.

escreve a obra, a figura do narrador<sup>9</sup> e a figura do pesquisador de campo. Assim, o pesquisador, ao aparecer na introdução e desaparecer ao longo do texto, expõe os laços existentes com os contextos de dominação, mas se isenta e nega as relações entre poder e saber.

Já Ginzburg, usa como exemplo o livro *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, publicado originalmente em 1937, para demonstrar “a influência crescente da antropologia sobre a história” (1989: 205), que teria servido de base para o desenvolvimento de estudos históricos sobre feiticeiros ingleses do século XVII.

Ginzburg argumenta que a essência de uma atitude antropológica é a disposição dialógica, o que seria demonstrado pela transcrição das conversas entre o antropólogo e seu informante, sendo presente também na série de perguntas e respostas do processo inquisitorial. Entretanto, levanto como hipótese que Ginzburg busca na antropologia exatamente o estilo realista e descritivo que Rosaldo critica. Esse fato pode ser exemplificado pelo debate entre Hildred Geertz e Keith Thomas, citado por Ginzburg, o qual apontava as dificuldades de um diálogo entre antropologia e história provocado pelo conceito de prova. O autor segue analisando que os historiadores estariam em desvantagem, pois os arquivos não seriam substitutos dos gravadores, assim os historiadores não poderiam indicar suas fontes tais como o antropólogo. Sendo assim, a autoridade do historiador não seria tão consistente porque ele não poderia usar o argumento “eu estive lá”.

Todavia, há que se ressaltar que Guinzburg não afirma que os documentos sejam neutros e que tampouco transmitam uma informação objetiva. Ele sugere que sejam lidos como o produto de uma inter-relação especial, em que há um desequilíbrio nas partes envolvidas; afirma ainda que é preciso aprender a “desembaraçar o emaranhado dos fios que formam a malha textual destes diálogos” (1989: 209).

O foco central de minha análise diz respeito a ambiguidade da analogia entre inquisidores e antropólogos. Compartilho da opinião de Trajano Filho (1988), a analogia pode ser considerada oportuna porque articula a pesquisa de campo a uma relação de

---

<sup>9</sup> Faz-se necessário salientar que o narrador precisa ser pensado a partir de três pontos de vista, que delimitam o foco narrativo, o que por sua vez determina os rumos da narrativa: o narrador personagem (em primeira pessoa), que integra ativamente a trama como um participante direto; o narrador observador (em terceira pessoa), que se limita a narrar os eventos observados; e o narrador onisciente (também em terceira pessoa), que detém um conhecimento completo sobre personagens e fatos.

poder e dominação. Porém, ao assumirmos esta analogia, implicitamente estaríamos aceitando que, apesar de utilizarem meios distintos, os antropólogos/inquisidores visariam a um mesmo objetivo – a busca da verdade. E será isso mesmo? Será possível se falar da busca de uma verdade na antropologia?

Relembrando Foucault (1996), se consideramos que o processo de produção do conhecimento é fruto da convivência entre sistemas distintos, conclui-se que a “verdade” é construída de diferentes maneiras. Portanto, a busca de uma “verdade” teria sentidos distintos num sistema jurídico e num sistema acadêmico.

Nesse sentido, acho que é importante questionarmos de que modo se constroem as provas, ou melhor, os dados durante a pesquisa de campo. O que assegura a sua autenticidade é a existência de gravações das entrevistas? O que é mais revelador, o que o “informante”<sup>10</sup> fala ou os seus silêncios. Como apontou Vagner Silva (2001), não é preciso desconsiderar a importância das diversas técnicas ou procedimentos metodológicos, mas pode-se questionar de que modo esses instrumentos não são também objetos de uma autorrepresentação.

Os fatos registrados em anotações de campo, fotos, fitas, ou outros modos de registro, transformam-se durante o trabalho de campo em “dados”, cujo sentido está totalmente relacionado e subordinado ao campo, falando muito pouco por si só. Os “dados” estão totalmente relacionados com o problema teórico que orienta a pesquisa. A etnografia funciona, então, como instrumento de acesso aos sentidos que estão inscritos nos processos sociais, que precisam ser observados e interpretados em seus contextos.

Do mesmo modo que, nos documentos examinados pelo historiador, a informação obtida através da pesquisa de campo não é objetiva, devendo ser compreendida como produto de uma relação construída a partir da interferência do antropólogo, cuja presença muitas vezes representa uma ameaça, provocando medo e insegurança no grupo, o qual é levado a questionar aspectos de seu cotidiano, que em situações normais não seriam objeto de reflexão.

O reconhecimento deste processo não se dá sem sofrimentos, pois os antropólogos vão apreendendo que o “campo” não está ali a espera de sua observação, mas que é produto de encontros e confrontos de sistemas simbólicos diversos, a do grupo

---

<sup>10</sup> Particularmente não gosto desta categoria, não consigo dissociá-la da imagem ambígua dos informantes que servem às polícias.

e a do antropólogo, ou seja, o “campo” é construído pela interferência do referencial teórico do pesquisador e dos constrangimentos impostos pelo grupo estudado. Não se pode esquecer que a etnografia é historicamente datada pelo momento em que foi produzida e pelos limites de quem a produziu, por outro lado, a etnografia tem que conseguir produzir sentido para as diferentes culturas envolvidas.

Se é para dialogar com diversos domínios simbólicos, poderíamos apreciar a proposta de Fernando Pessoa relacionando-a ao “paradigma indiciário” (Ginzburg, 1989a), método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre dados marginais, que pressupõe a participação de elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição. A partir da decifração desses sinais/pistas poderia se chegar às grandes estruturas. Este modelo teria sido adotado por técnicas qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, produzindo um conhecimento indireto, indiciário, conjectural. Ginzburg relaciona o método indiciário as atividades dos detetives, dos estudiosos de arte e dos psicanalistas. Todavia, poderíamos relacioná-lo também ao “olhar de joalheiro” de que falam George Marcus e Michael Fischer (1986), buscando-se, assim, novas formas de explorar e descrever as representações etnográficas.

#### Confidências, Confissões, Traduções

O abandono de abordagens que enfatizavam o ponto de vista do nativo e a estrutura social pela Antropologia Interpretativa<sup>11</sup>, significou a incorporação da metáfora da cultura como texto, que poderia ser lida pelos observadores e observados, tendo como eixo principal a análise dos símbolos, da linguagem, e dos significados.

Merece destaque o fato de que a comparação do “mundo” a um livro remonta ao período medieval, tendo sido utilizada por Galileu, fundamentando-se na evidência da legibilidade imediata do mundo<sup>12</sup>. Porém, no paradigma galileano, o texto é uma entidade invisível, que deveria ser reconstruída para além dos dados sensíveis. Nesse sentido, quanto mais fossem considerados os traços individuais mais se afastaria a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso.

---

<sup>11</sup> Ver Geertz (1989).

<sup>12</sup> Ver Ginzburg, 1989a: 158.

Atualmente não mais se coloca a possibilidade de um conhecimento objetivo para a antropologia, mas sim a possibilidade de uma intersubjetividade, na qual a tradução que se efetua não seja meramente do outro, mas uma tradução simultânea de culturas. Como dizia Jakobson, “desde que haja interpretação, emerge o princípio da complementaridade, promovendo a interação do instrumento de observação e da coisa observada” (1975: 15).

Vale ressaltar que traduzir códigos significa ter acesso a uma chave de decifração, e que o processo de tradução do antropólogo possui especificidades enquanto há uma distinção entre decifrar o código para compreender a mensagem, e tentar deduzir o código a partir da mensagem.

A metáfora da tradução nos remete a linguística, segundo a qual qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos conexos cuja relação é variável: o emissor, o receptor, o tema da mensagem e o código utilizado. Somente uma “máquina” de tradução poderia traduzir literalmente, de modo que “o problema essencial para análise do discurso é o do código comum ao emissor e ao receptor e subjacente à troca de mensagens” (Jakobson, 1975: 21). Portanto, para a linguística o que deve ser o foco de análise não é o discurso individual como uma única realidade, mas sim qualquer discurso que suponha uma troca, ou seja, um diálogo.

Concebendo-se o discurso<sup>13</sup> como um diálogo, pode-se questionar de que modo o inquisidor e o antropólogo relacionaram-se com os depoimentos obtidos. De modo esquemático relacionarei o inquisidor à confissão<sup>14</sup>, e o antropólogo à confiança. Pretendo com isso ressaltar a diferença de natureza entre a confiança voluntária e a confissão imposta pela Igreja; a primeira se refere a uma comunicação em segredo, que pressupõe a confiança na discrição e lealdade do ouvinte, na qual o foco pode estar tanto no receptor quanto na mensagem, constituindo uma relação de intimidade entre os interlocutores; enquanto a segunda relaciona-se a um ritual de sujeição, por meio do qual

---

<sup>13</sup> O sentido atribuído aqui a discurso é aquele mais comum, como forma de expressão por meio da fala. Vale lembrar que do ponto de vista da linguística o discurso é o resultado da produção de sentidos entre diferentes interlocutores, a partir dos seus contextos e suas construções sociais, na qual o texto escrito também é uma prática social do uso de diferentes linguagens, que pressupõe técnicas próprias para sua análise.

<sup>14</sup> Sobre a confissão ver (Lima, 2022).

se faz o reconhecimento de uma verdade relacionada a uma ação, um erro, uma culpa<sup>15</sup>, e também ao arrependimento, na qual o foco estava no emissor. A confissão pressupõe que, num dado momento, exista uma relação de confidencialidade entre as partes, afinal, é preciso se guardar segredo sobre o que se confessa, fazendo com que todos os que participem de um processo de confidencialidade se tornam detentores do segredo.

As duas categorias, confidência/confissão, portanto, pressupõem modos de interação resultantes em relações sociais diferem da ideia de diálogo, compreendida como uma relação eu/outro, que pressupõe uma conversa entre duas ou mais pessoas, na qual teoricamente as partes têm os mesmos direitos e estariam em condições equivalentes de falar e ouvir de modo equipotente. É importante destacar ainda o papel da conversa na sociedade brasileira, que se opõe a ideia de discussão, posto que a primeira estaria regida por um código de veracidade, intimidade e amizade, enquanto a segunda seria a representação de um conflito. Porém, mesmo a conversa tem ainda outro significado – a “conversa-fiada”, “mole”, “para boi-dormir” – revelando-se também conforme a situação num discurso de falsidade, no qual a pessoa que fala não é merecedora de confiança.

### Segredos e Mentiras

Considerando que “a pesquisa de campo pressupõe uma hierarquia: ou ela é aceita pelos nativos, ou não há pesquisa etnográfica” (Peirano, 1995: 38-39). A possibilidade de uma coautoria não ocorre entre indivíduos empíricos concretos durante a relação de pesquisa, mas sim teoricamente, ao longo do processo de produção etnográfica: o diálogo se dá entre a teoria desenvolvida pela disciplina e a observação etnográfica. Nesse sentido, a “verdade” não é um dado, mas sim fruto de um consenso que surge a partir de uma argumentação entre pesquisador e pesquisado, daí decorre a ideia de que na Antropologia não se lida com “fatos sociais”, mas “fatos etnográficos”, como Mariza Peirano (2014) nos lembra que Evans-Pritchard já falava na década de 1950.

É interessante observar que no sistema judiciário brasileiro há uma expressão amplamente utilizada, “apurar a verdade dos fatos”, que não possui tradução para a língua

---

<sup>15</sup> O reconhecimento da culpa como forma de arrependimento é adotado ainda hoje tanto nas instâncias judiciais – onde a confissão do réu tem grande valor, é a “rainha das provas” (KANT DE LIMA, 1990), quanto em instâncias administrativas.

inglesa, na qual se o fato recebe tal designação deve necessariamente ser verdadeiro<sup>16</sup>. Outro aspecto relevante é que nos tribunais brasileiros é facultado ao réu a possibilidade de mentir em defesa própria, o que não vale para as testemunhas. Enquanto nos Estados Unidos, quando o réu mente perante o tribunal pode ser acusado do crime de perjúrio.

Esses exemplos têm como objetivo destacar que as categorias “verdade”, “mentira” e “segredo”, adotadas muitas vezes como categorias de conteúdo universal, revelam-se diferenciadas em contextos culturais distintos. A importância desta ponderação está, a meu ver, na discussão de caráter metodológico para a antropologia, principalmente, no que diz respeito a possibilidade tanto do pesquisador quanto do pesquisado de lidar com a mentira ou a ocultação/revelação de segredos.

Relaciono a mentira ao segredo, pois avalio que a mentira é uma forma de segredo ou vice-versa, já que ela não silencia em relação ao outro, como ocorre no segredo *stricto sensu*, mas busca transmitir uma informação. Deste modo, a mentira é uma forma de segredo consciente porque ela implicaria na ocultação de algo.

De um ponto de vista político, o segredo e a mentira são considerados necessários<sup>17</sup>, servindo como justificativa para preservar interesses coletivos e/ou individuais, favorecendo tanto aos grupos dominantes, quanto aos dominados (em caso de rebeliões); do ponto de vista moral, conforme a filosofia kantiana deve-se valorizar a publicidade e a verdade. Contudo, não se pode esquecer que a publicidade em si não é democratizadora, posto que a democratização promovida pela publicidade depende essencialmente do tipo de acesso às informações.

O controle quando orientado pela existência do segredo, entendido tal como Scheppele (1988) o definiu, como a parte da informação, o qual é intencionalmente sonogada por um ou mais atores sociais dos demais, transforma o segredo em um mecanismo que, devido a sua significação simbólica, serve de base para a construção de identidades pessoais e/ou coletivas. O segredo, ao ser compartilhado e individualizado, cria no meio social a possibilidade da autonomia individual. Porém, paradoxalmente serve também de base para o desenvolvimento do poder, que por sua vez controla essa autonomia.

---

<sup>16</sup> Para uma comparação dos modelos brasileiro e americano de construção de verdade, ver Kant de Lima (1991) e (1997).

<sup>17</sup> A mentira e o segredo, na política, podem ser tratados de maneira conjunta, embora a primeira tenha sido tradicionalmente objeto de uma reprovação moral maior que o segundo. Ver Almino (1986).

Tradicionalmente, o segredo foi estudado pela teoria antropológica relacionado a fenômenos religiosos, cujo enfoque estava voltado para o entendimento do papel dos conhecimentos secretos em sociedades secretas e em rituais iniciatórios. Todavia, o enfoque que planejo desenvolver aqui é o do segredo como parte inerente à vida cotidiana, o qual para Piot (1993) tem um papel fundamental na negociação dos significados e nos tipos indiretos de comunicação, que constituem o cotidiano das relações sociais. Deste modo, o segredo também está relacionado às noções de vergonha, de hierarquia e de igualdade, e aos respectivos contextos nos quais se materializam.

O uso do segredo como técnica sociológica, como forma de ação, que se mantém neutra acima dos valores de seus conteúdos, sem o qual não se poderia atingir alguns fins, fica claro quando este produz um sentimento de propriedade exclusiva, resultante da necessidade de que outros não tenham essa coisa possuída. Para Simmel (1926), esta atitude é fundamentada pela necessidade que o homem tem de manter a diferença, de não desejar a igualdade. O segredo funciona como elemento diferenciador porque consegue criar posições excepcionais, exercendo uma atração social determinada independente de seu conteúdo, agindo então como um elemento individualizador.

Simmel analisou o segredo tendo como referência sociedades de tipo individualistas<sup>18</sup>, na qual a ideia de indivíduo aparece como uma construção histórica, não universal, relacionada as dinâmicas dos conflitos originados pelo desenvolvimento do capitalismo. Nesse contexto, o segredo é visto como o elemento produtor de identidades, através do estabelecimento de direitos individuais, tais como o direito à privacidade. Porém, segredo e privacidade representam entidades diferentes, o primeiro representa a informação sonegada intencionalmente, que reforça uma relação de poder, enquanto a privacidade representa a possibilidade de autonomia dos indivíduos.

Ao analisarmos o papel do segredo na sociedade brasileira, tendo como referência as instituições públicas que lidam com informações – Cartórios, Arquivos, Universidades, repartições burocráticas<sup>19</sup> – percebe-se que o segredo é uma forma legítima de produção de poder que, no entanto, gera exclusão e desigualdade, fazendo com que algumas pessoas tenham acesso a tudo, enquanto os demais que ficam à margem,

---

<sup>18</sup> Sobre a oposição entre sociedades individualistas e hierárquicas ver Da Matta (1983) e Dumont (1985).

<sup>19</sup> Ver Miranda (1993) e (1999), Miranda & Mouzinho (1996), Pinto, P. (1999) e Pinto, G. (2001).

necessitam descobrir meios de ter acesso à informação, nem sempre sendo bem-sucedidos.

A significação sociológica do segredo está no modo de sua realização, sua medida prática está na capacidade ou inclinação do sujeito para guardá-lo, ou na sua resistência frente à tentação de traí-lo. A revelação do segredo faz com que o sujeito fique vulnerável em seu conhecimento, e por isso passível de manipulação. Segundo Kim Schepelle, as defesas do segredo, diferentemente das defesas físicas, nunca podem ser reconstituídas, posto que um segredo ao ser revelado jamais pode ser mantido. O paradoxo do segredo é que ele para ter sentido deve ser revelado, e a sua legitimidade (e por extensão de uma mentira) deve ser medida pela reação que o seu desvendamento pode provocar.

A existência do segredo serve para mostrar o modo pelo qual a informação é compartilhada em um contexto e restrita a outros, explicitando, assim, as diferenças nos tipos de relações sociais, fazendo ver quem são “o nós” e quem são “os outros”. O segredo possibilita a existência de um mundo distinto do mundo aparente, o que cria um campo de ambiguidade, e conseqüentemente de interpretações conflitivas sobre a realidade, forçando a negociação das posições sociais.

A diferenciação social originada pela obtenção de um conhecimento privado, traz o prestígio, entendido como a atribuição de uma competência a alguém por outros sujeitos. Para José Gil (1989), o prestígio pode se transformar em poder na medida em que a pessoa saiba manipular os signos que o representam, de modo a construir um conjunto de significados, com os quais atua sobre a realidade, criando um código ao qual somente ela tem acesso.

A estratificação dos que podem, ou não, ter acesso à informação (o segredo) expõe a mentira como o mecanismo utilizado para preservação de uma possível revelação. Assim, a mentira seria uma forma mais sofisticada do segredo por envolver a sua sonegação e a substituição por outra informação (SCHEPELLE, 1988).

O documento escrito é, por essência, oposto a tudo que é secreto, porém conforme o modo pelo qual as sociedades controlam o acesso à escrita<sup>20</sup>, esta também pode fortalecer a existência do segredo. É isso que se verifica na sociedade brasileira onde

---

<sup>20</sup> Sobre a escrita ver Goody (1986) e Rama (1985).

o domínio da palavra escrita atua como um patrimônio privado, e quem a possui assegura uma gama de conhecimentos, que conferem autoridade a quem o possui.

O segredo possui um duplo caráter: é uma forma de controle social, por dá poder a quem o possui, e, ao mesmo tempo, representa a possibilidade de mudança, pois, à medida que pode ser revelado, cria novas relações de poder e conhecimento<sup>21</sup>.

O campo: confissões, confidências, diálogos

Neste segmento pretendo apontar alguns problemas enfrentados ao longo de minha pesquisa de campo, iniciada em 1997 e ainda em andamento, junto a auditores-fiscais da Receita Federal, no Rio de Janeiro. Por se tratar de um campo novo de investigação - a antropologia do Estado ou da burocracia - gostaria de enfatizar algumas dificuldades enfrentadas por mim, dificuldades essas que julgo não serem novas, ao contrário, seriam intrínsecas a qualquer etnografia.

Com relação às entrevistas alguns pontos precisam ser destacados: em primeiro lugar, a extrema dificuldade que tive em obtê-las. Mesmo considerando que todas elas se deram através da mediação de algum funcionário da instituição, sempre houve uma grande resistência por parte dos fiscais. Vale ressaltar também que as minhas tentativas de inserção no campo sem a mediação<sup>22</sup> de um terceiro foram totalmente infrutíferas: os fiscais simplesmente se recusam e ponto.

A maioria das entrevistas não foi gravada, pois percebi que as pessoas ficavam mais à vontade quando o gravador não era ligado. Porém, a não gravação não diminuía a preocupação com o que estava sendo registrado no caderno de campo, chegando ao estranho “pedido”, que eu não anotasse o que estava sendo dito, que deixasse a caneta de lado, e só escutasse. Só havia uma relativa tranquilidade quando o que estava sendo dito estava registrado de maneira já pública (principalmente o que já saíra em jornais e revistas), o que funcionava não só como uma forma de comprovação do que se falava, mas também como uma maneira de tirar de si a responsabilidade sobre a informação,

---

<sup>21</sup> Kim Schepelle chama a atenção que tanto no Direito quanto na Medicina o poder é baseado no controle e na sonegação da informação, aqueles que detêm o conhecimento o controlam de modo a excluir os outros da possibilidade de acesso ao mesmo.

<sup>22</sup> A respeito da necessidade da construção de uma “malha” de relações ver os trabalhos de Kant de Lima (1995) e Silva (2001).

mesmo que o que estivesse sendo dito fosse completamente diferente do que fora publicado. Pairava sempre no ar o medo de sofrer alguma perseguição ou punição por emitirem opiniões sobre a instituição, mesmo que ninguém estivesse falando sobre questões sigilosas<sup>23</sup>.

Outro aspecto a ser enfatizado diz respeito ao anonimato da entrevista: os funcionários mais antigos, talvez por serem “pessoas públicas” ou por estarem aposentados, não se opuseram a serem identificados, ao contrário, pude perceber um desejo, não explícito, de que a sua identificação seria uma forma de ter seu trabalho reconhecido. Enquanto os demais se mostraram reticentes com relação a sua identificação. Um dos entrevistados chegou a indagar sobre o modo que eu apresentaria as informações, argumentava que mesmo ocultando seu nome, caso fosse narrado algo sobre sua trajetória, ele seria identificado em função dos cargos que ocupara. Esse questionamento levou-me a repensar a adoção da estratégia da história de vida, que embora tenha sido um excelente modo para fazê-los falar sobre a instituição, revelou-se bastante problemático no que diz respeito à construção do texto, já que a maioria solicitava o anonimato.

A confusão entre o papel do antropólogo e do jornalista constituiu um dos maiores desafios. O jornalista era sempre visto como aquele que está em busca de fatos a serem denunciados, de modo que foi necessário um tempo considerável para convencê-los que não estava em busca de “furos”, já que eu era apenas uma pesquisadora tentando entender melhor um “reino exótico”, a burocracia estatal. A confusão não é totalmente sem fundamento, temos em comum o hábito de querer saber detalhes demais, mas nos diferenciamos pela forma como tratamos as informações.

A preocupação com os sinais indiciários tem-se constituído metodologicamente numa chave explicativa para o estudo dos auditores-fiscais, pois é exatamente através desse mecanismo que as práticas cotidianas de fiscalização se revelam. Ou seja, é através dos detalhes muitas vezes, aparentemente, insignificantes ou imperceptíveis que se pode chegar à decifração de uma realidade complexa<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Este “medo” não é totalmente infundado, recentemente um agente penitenciário foi preso no Rio de Janeiro por falar à imprensa sem autorização do diretor do presídio. Ver “PM prende agente que deu entrevista”. O Globo, Rio, 16/08/01, p. 22.

<sup>24</sup> Um fiscal me relatou que durante uma investigação realizada numa fábrica de refrigerantes, ele desconfiou que havia fraude no pagamento de imposto de consumo em função da discrepância das vendas com relação às notas fiscais de compra de tampinhas de garrafa, que eram em número relativamente alto.

Os indícios devem ser considerados no que se refere ao contexto e aos dados obtidos em entrevistas. Considerando-se, tal como Vagner Silva (2001), que a entrevista é um momento no qual o diálogo etnográfico pode se estabelecer na medida em que seja instaurada uma relação de confiança, fazer entrevistas durante o horário de trabalho e no local de trabalho permitem a observação de um cotidiano da instituição que não nos é revelado apenas pela descrição dessa rotina. Por outro lado, falar da instituição na instituição pode comprometer o que é dito, em função da presença de outros funcionários que podem atuar como testemunhas. É preciso, portanto, construir progressivamente uma relação de confiança para as informações serem ofertadas como dádivas, como dívidas<sup>25</sup>, já que não se trata de um interrogatório.

O estranhamento com relação à presença do pesquisador é um fato que merece ser analisado com mais cuidado. Não pertencer ao grupo e nem desejar fazê-lo, como ocorre em algumas pesquisas de campo<sup>26</sup>, pode contribuir para criar uma imagem de “espião”, que está ali infiltrado em busca de segredos.

Frente as distintas reações dos entrevistados, julgo que a imagem construída sobre o pesquisador não corresponde a do inquisidor, pois nem a pesquisa é direcionada a busca de uma verdade, tampouco as entrevistas têm um caráter confessional. Talvez, até possam ter um caráter de confidências, mas não vejo nisso uma representação negativa, ao contrário, acredito serem absolutamente positivas, na medida em que revelam que o pesquisador foi considerado alguém digno de confiança. Afinal, não se faz confidências<sup>27</sup> a qualquer pessoa, e sim para aquelas que se julgam capazes de ouvir, e silenciar quando necessário.

Ademais, considero também que superada as dificuldades iniciais, no momento em que se estabelece de fato a “rede” a imagem do antropólogo transforma-se. Ao tornar-se mais próximo abrem-se as possibilidades de um diálogo não entre iguais, mas sim da produção de um quase-discurso (ROUANET, 1993), que reconhece a assimetria do

---

Concluiu, assim, que havia sonegação, pois não teria sentido a fábrica comprar tantas tampinhas, contadas por ele, senão houvesse uma produção equivalente, que, no entanto, não aparecia nas vendas.

<sup>25</sup> Sobre a relação entre a dádiva e a dívida ver Mauss (1974).

<sup>26</sup> Tal como no caso de Crapanzano (1985) em seu livro sobre os racistas da África do Sul.

<sup>27</sup> É bom diferenciar a confidência, que segundo o dicionário Aurélio significa uma comunicação em segredo, baseada na confiança e na discricção do ouvinte, da bisbilhotice, que também é uma informação em segredo que gera inimizades, por expõe publicamente informações que deveriam ser mantidas preservadas.

pesquisador e pesquisado, mas não nega a possibilidade do “Outro” manifestar suas posições.

Assim sendo, ponderando sobre a crítica que Crapanzano faz a Geertz, com relação à separação entre a identidade do antropólogo e a do grupo estudado, que não tem sua individualidade reconhecida, fica a questão: será que identificar, através de pseudônimos ou da criação de personagens fictícios (CRAPANZANO, 1985), é suficiente para reconhecer a sua importância? Será que apenas é possível fazer pesquisa quando se tem empatia pelo grupo estudado? Como é possível conciliar a individualidade do antropólogo com a individualidade no interior do grupo estudado, quando o objetivo é discutir uma identidade de grupo e não individual? Ou ainda, falar das dificuldades da etnografia significa superar os preconceitos?

Retomando Fernando Pessoa, não é preciso que o antropólogo transforme o seu interlocutor em seu melhor amigo, o que não é em si um problema, mas quando se trata de grupos com os quais não há uma empatia imediata (já que tradicionalmente as Ciências Sociais no Brasil privilegiou o estudo dos grupos sociais “excluídos”), não podemos adotar uma atitude irônica, deslocada, defendida, já que todas elas privam o pesquisador da condição para poder interpretar – reconhecer que o “Outro” é produtor de significados.

É preciso permitir que a intuição, uma espécie de juízo com que se percebe o que está além do símbolo, sem que se esteja totalmente seguro, auxilie a compreensão do “Outro”, no sentido de relacionar ao que se estuda às diversas dimensões que permeiam as relações.

Ao ultrapassar as portas da sua “tenda”, o antropólogo tem que enfrentar o desafio de lidar com contextos distintos, em que não lhe cabe afirmar qual é a real descrição deste outro mundo só porque ele “esteve lá”, mas sim, porque em face do que o pesquisador pode ver, escutar, experimentar, discutir, discordar e sentir foi possível construir uma síntese, que é a uma leitura daquele contexto, naquele momento. Trata-se de interpretar a vida, não como ela é, mas como ela parece ser. Cabe, enfim, ao antropólogo o desafio de cumprir a missão de Hermes, dar sentido ao sentido, sem contrariar a promessa feita a Zeus de jamais mentir, e nem revelar toda a verdade.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMINO, João. *O segredo e a informação: Ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CRAPANZANO, Vincent. *Waiting: the Whites of South Africa*. New York: Random House, 1985.
- \_\_\_\_\_. "Herme's Dilemma: the Masking of Subversion in Ethnographic Description". In: Clifford, James & Marcus, George. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis - Por uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- EVANS-PRITCHARD. E. E. *Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- EVANS-PRITCHARD. E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- FERNANDO PESSOA. *Mensagem. À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais. Quinto Império. Cancioneiro*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GIL, José. "Poder". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989. (Vol. 14, Estado - Guerra).
- GINZBURG, Carlo. "O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e suas implicações". In: \_\_\_\_\_. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. (Memória e Sociedade).
- \_\_\_\_\_. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário". In: \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (a).
- GOODY, Jack. *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986. (Coleção Perspectiva do Homem, 28).
- JAKOBSON, Roman. "A linguagem comum dos lingüistas e dos antropólogos". In: \_\_\_\_\_. *Lingüística e Comunicação*. 8 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- LIMA, Lana Lage da G. "O tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado". Trabalho apresentado no GT "Processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdades nos espaços públicos". Vitória, 21ª Reunião da ABA, abril 1998.

- LIMA, Lana Lage da G. “Confissão sacramental e confissão judicial: a construção da verdade num ritual de sujeição”. Trabalho apresentado no GT “Processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdades nos espaços públicos”. Florianópolis, 20º Simpósio Nacional da ANPUH, julho 1999.
- LIMA, Lana Lage da G. *A Confissão pelo Averso*. Leiria: Proprietas, 2022.
- KANT DE LIMA, Roberto. “Constituição, direitos humanos e processo penal inquisitorial: Quem cala, consente?”. *Dados*, Rio de Janeiro, 33, 3, p. 471-488, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Ordem Pública e Pública Desordem: Modelos Processuais de Controle Social em uma Perspectiva Comparada (inquérito e *Jury system*)”. *Anuário Antropológico*, 88, UNB, p. 21-44, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Polícia e exclusão na cultura judiciária”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9 (1): 169-183, 1997.
- MARCUS, George & FISCHER, Michael. *Anthropology as Cultural Critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: Forma e Razão da Troca em Sociedades Arcaicas” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, v. 2.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. “Cartórios: onde o público tem registro” In: KANT DE LIMA, R. (org.). *Do Cartório à Academia, da Religião à Burocracia*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Cadernos do ICHF, n. 58, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Soltando o Leão: observações sobre as práticas de fiscalização do Imposto de Renda. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 8, 29-44, 1999.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de & MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes. “Arquivo Morto ou Vivo? Reflexões a Respeito da Circulação das Informações em Saúde” In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org.). *Formação de Pessoal de Nível Médio para Saúde: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- PEIRANO, Mariza. “A favor da etnografia”. In: \_\_\_\_\_. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PINTO, Gabriela R. *Os caminhos do Leão: uma etnografia do processo de cobrança do Imposto de Renda*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Niterói, PPGACP, Universidade Federal Fluminense, 2001.

- PINTO, Paulo G. R. *Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de consagração e transmissão do saber na universidade*. Niterói: EDUF, 1999.
- PIOT, Charles D. "Secrecy, Ambiguity, and the Everyday in the Kabre Culture" In: *American Anthropologist*, 95 (2): 353-370, jun./93.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RODRIGUES, José Honório. "Acessibilidade do público aos documentos. Sigilo e reserva" In: *ACERVO - Revista do Arquivo Nacional*, 4 (2) / 5 (1): 7-12, jul.-dez. 1989 – jan.-jun. 1990.
- ROSALDO, Renato. "From the Door of His Tent: The Fieldworker and the Inquisitor". In: CLIFFORD, James & MARCUS, George. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- ROUANET, Sérgio Paulo. "Antropologia e ética". In: \_\_\_\_\_ . *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHEPELLE, Kim Lane. *Legal Secrets - Equality and Efficiency in the Common Law*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- SIMMEL, Jorge. "El secreto y la Sociedad Secreta" In: \_\_\_\_\_ . *Sociologia - Estudio sobre las formas de la socialización*. Madrid: Revista de Occidente, 1926.
- TRAJANO FILHO, Wilson. "Que barulho é esse, o dos Pós-Modernos?". *Anuário Antropológico*, Brasília, 86, p. 133-151, 1988.

# Monografias

**‘Uma luz no fim do túnel’’: uma pesquisa sobre o cumprimento da pena no método APAC de gestão carcerária<sup>1</sup>**

João Vitor Freitas Duarte Abreu<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a compreender o método de gestão carcerária das Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC). Desde 2001, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais através do Programa Novos Rumos vem apoiando institucionalmente a consolidação do método de gestão carcerária APAC e a criação de novas unidades no estado. O método APAC tem como objetivo a “ressocialização” do preso oferecendo o cumprimento da pena de forma mais “humana”. A partir das observações realizadas na unidade APAC de Manhuaçu-MG, a interação com gestores dos órgãos responsáveis sobre a questão penitenciária no Estado de Minas Gerais, apresento os aspectos que caracterizam execução dessa política pública. Ao oferecer o cumprimento da pena de forma mais “humanizada”, seus representantes preconizam que se trata de uma revolução no sistema penitenciário.

**Palavras-chave:** Método APAC; cárcere; segurança pública

**ABSTRACT**

This monograph has the purpose to understand the prison method management of the Associations for the Protection and Assistance of the Condemned (APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Since 2001, the Court of Justice of Minas Gerais through the program "Novos Rumos" come to support institutionally the consolidation of the penitentiary method management APAC and the creation of new units on the state. The APAC method aim the "ressocialization" of the prisoner offering a serve time on a "human way". From the observations carried out at the unit APAC of Manhuaçu - MG, the interaction with the managers of the responsible organs about the penitentiary issues on the state of Minas Gerais, I introduce the aspects that characterizes the execution of this public policy. Offering the serve time as a "human way", this institution has been reaffirmed as a revolution on the penitentiary system.

**Keywords:** APAC Method; Prison Management; Public Safety

---

<sup>1</sup> Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, defendida no ano de 2016. Foi orientador o professor Pedro Heitor Barros Geraldo. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado o professor Lenin dos Santos Pires e a professora Elizabete Ribeiro Albernaz.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF), mestre pelo mesmo programa. Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador associado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC).

## LISTA DE SIGLAS

**ANDHEP** – Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação  
**APAC**- Associação de Proteção e Assistência ao Condenado.  
**CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos no Brasil CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
**CRS** – Centro de Reintegração Social.  
**CSS**- Conselho de Sinceridade e Solidariedade CTC – Comissão técnica de classificação DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional.  
**DOEMG** – Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.  
**ECOSOC** – Economic and Social Council – Conselho Econômico Social da ONU.  
**FBAC**- Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado.  
**INFOPEN** – Sistema de Informações Penitenciárias LEP – Lei de Execuções Penais.  
**PFI** - Prison Fellowship International SEDS – Secretaria de Defesa Social.  
**TJMG**- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais VEP – Vara de Execuções Penais.  
**VEP**: Vara de Execuções Penais.

## Introdução

“É benção sobre bênçãos, é benção sobre bênçãos,  
Vivemos cada dia pro Senhor, É benção sobre bênçãos, é benção sobre bênçãos,  
Vivemos cada dia pro Senhor,  
Irmão, você também é uma benção para mim  
O que seria da minha vida  
sem você? Aperte a minha mão  
Sinta o meu coração bater  
Eu te amo, porque vejo Cristo em ti. Eu te amo, porque vejo Cristo em ti”  
(Hino entoado pelos “recuperandos” no primeiro dia de campo à APAC).

A proposta dessa pesquisa é compreender a lógica do funcionamento do método de gestão carcerária das Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC). A APAC, inicialmente implantada no início dos anos de 1970 no interior do Estado de São Paulo, tem passado por um grande processo de expansão após tornar-se uma política pública no Estado de Minas Gerais.

As Associações de Proteção e Assistência ao Condenado são um “experimento institucional religioso”, fortemente ligado à Pastoral Carcerária que tem atuado de maneira distinta no campo da política criminal brasileira, principalmente, em Minas Gerais. Essas instituições têm se afirmado com a revolução das prisões, devido a suas características incomuns diante do cenário prisional brasileiro (ORDÓÑEZ VARGAS,

2011).

As APACs são filiadas e fiscalizadas pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, esta ONG que por sua vez é filiada à Prison Fellowship International<sup>3</sup>, entidade internacional cristã que busca ajudar presos em todo o mundo e que faz parte da Aliança de ONGs da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Prevenção do Delito e Justiça Penal.

Segundo a antropóloga Ordóñez Vargas (2011):

“As APACs são as únicas prisões que aspiram serem consideradas plenamente legais: excepcionalmente, são um exemplo de obediência à legislação relativa à execução penal e, por isto, se lhes outorga o adjetivo de prisões alternativas. Assim, elogiadas e celebradas pelo seu significativo avanço na promoção dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, as APACs atualmente, são replicadas como política pública penitenciária no Estado de Minas Gerais...” (2011, p. 13)

As Associações de Proteção e Assistência ao Condenado são formadas a partir da interação entre a sociedade civil organizada, a Igreja católica e o Estado, constituindo uma pessoa jurídica de direito privado. O objetivo da APAC é oferecer uma prisão mais “humana”, mas sem perder o caráter punitivo da pena. Nesse sentido, a APAC adota ações que visam à valorização do ser humano dentro do ambiente prisional. Essas ações se materializam na ausência do uniforme, os trajés dos presos são casuais, cortes de cabelo são pessoais e suas identificações se dão somente pelo uso do crachá que contém apenas o nome de cada um deles, sem fazer alusão a apelidos ou o crime que o preso tenha cometido em momento algum.

Para cumprir pena em uma unidade APAC, inicialmente o preso precisa manifestar por escrito seu desejo em se transferir concordando previamente com todas as regras que o sistema exige. Somente presos que já tenham a sentença transitada em julgado podem ir para a APAC.

O Centro de Reintegração Social é a denominação das unidades físicas da APAC. Esses Centros são caracterizados por serem estabelecimentos prisionais de segurança mínima e de pequeno porte, cada centro abriga entre 80 a 200 presos. O funcionamento dessas unidades não conta com a presença de policiais civis ou militares, como também não há agentes penitenciários. As chaves dos portões ficam com os “recuperandos”. Na APAC, os presos são chamados por “recuperandos”. Essa entre outras ações são um dos

---

<sup>3</sup> Para mais informações ver <http://www.pfi.org/> Acesso em março de 2016

modos de ressignificar a vida daquele indivíduo que está privado de sua liberdade. Não o tratando de forma pejorativa, como “detento”, “bandido” entre outros.

A segurança e a disciplina estão a cargo dos plantonistas e também dos “recuperandos”, mas suas atividades não se caracterizam como as de um guarda prisional. Os plantonistas são funcionários treinados para custodiar os presos sem o porte de armas, contratados sob o regime celetista. Na APAC, onde foi realizado o trabalho de campo, três plantonistas se dividiam em turnos de 8 horas diárias cada. Os “recuperandos” são responsáveis também pela limpeza e refeições da unidade.

Dentro dos muros da APAC, o discurso cristão monopoliza e regula o convívio entre presos e funcionários. Os códigos vigentes dentro do crime, e as leis do Estado, estão sempre subordinados à “Lei de Deus” (ORDÓÑEZ VARGAS,2011). É dessa maneira que a disciplina é mantida por meio da coerção moral se apropriando do discurso cristão presente nos funcionários e voluntários, porém, muito mais incisivo e presente entre os “recuperandos” membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Desse modo, os novos sujeitos “apaqueanos”, ou os “recuperandos”, sofrem um processo de estigmatização, trazendo consigo uma nova identidade adquirida dentro da APAC com base nas relações pessoais e de confiança desenvolvidas nesse novo ambiente.

O título “Uma luz no fim do túnel: o método APAC de gestão carcerária” surge após participar como ouvinte do I Seminário Regional de Alternativas Penais, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em Belo Horizonte, nos dias 20 e 21 de julho de 2015. Nesse seminário, no qual contava com gestores, acadêmicos e operadores do direito, ouvi de um magistrado do TJMG que a APAC se tratava da “luz no fim do túnel” diante do cenário atual das prisões brasileiras.

Os resultados iniciais desta pesquisa foram apresentados durante o I Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão promovido pela Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) no dia 02 de outubro de 2015 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no grupo de trabalho intitulado “Pesquisar a Prisão durante a Graduação”. A exposição dos dados obtidos na pesquisa, os debates no evento promovido pela ANDHEP e a interlocução com os debatedores e outros expositores do mesmo grupo de trabalho, foram também de suma importância para a elaboração deste trabalho.

**Imagem 1: Centro de Reintegração Social de Manhuaçu -MG.**



Fonte: Jornal Diário de Manhuaçu.

Disponível em: <http://www.diariodemanhuacu.com.br/wp-content/uploads/2015/05/apac-foto-capa.jpg> Acesso em março de 2016

## Metodologia

A pesquisa de campo foi realizada em uma unidade APAC na cidade de Manhuaçu, com população estimada de 86.844 habitantes, localizada no leste de Minas Gerais, possui economia baseada na cultura cafeeira. Inicialmente planejei realizar o trabalho de campo nessa unidade APAC durante um mês. No entanto, ao final da segunda semana, pediram para que eu não voltasse mais lá.

Apesar de ser um método alternativo na gestão carcerária, não esqueci que a APAC é um estabelecimento prisional e que lá estão condenados da justiça. A socióloga Camila Caldeira Nunes Dias (2008) trata das dificuldades em se realizar o trabalho de campo no ambiente carcerário. Segundo Camila “é impossível o pesquisador ter acesso livre e irrestrito, sem acompanhamento ou interferência de funcionários” (DIAS 2008).

No tempo em que estive realizando a pesquisa na APAC, pude perceber a constante desconfiança sobre a minha presença naquele lugar. Primeiro, por parte dos funcionários, temerários que eu pudesse afetar a ordem e a segurança do estabelecimento prisional de alguma forma. Em segundo lugar, os “recuperandos”, pois muitos deles não entendiam o que eu estava fazendo ou a minha permanência naquele local.

Antônio Rafael Barbosa (2005) ao tratar sobre as prisões no Rio de Janeiro caracteriza o ambiente prisional como um espaço de constante desconfiança, pois:

Não há espaço para erro, não há espaço para relativizar um erro ou discutir uma ordem de comando (o relativismo está trancado dentro da cela de seguro, “amarelado”, para não acabar na ponta de um estoque); não há maneira, na maior parte das vezes, de reverter um juízo que se transforma em sentença. Em suma, por detrás de uma cortina não é possível, não é desejável para a conservação da vida (2005,p.18-19)

Sobre os riscos e a desconfiança que permeiam sobre o pesquisador ao se fazer uma pesquisa no ambiente carcerário, Antônio Rafael (2005) afirma que:

o perigo que se apresenta ao analista: de ver-se carregado de um “elevado grau de cautela no inferir” num ambiente onde esta perspectiva, esta maneira de construir uma visão das coisas e do mundo dos homens é danosa para a vida. Conforme a máxima do crime que se refere à suspensão em juízo: “quem fica em cima do muro, toma tiro dos dois lados” (2005,p.19)

Com todas essas peculiaridades, tomo estratégia semelhante à que Camila Dias (2008) usou em seu trabalho. “É um espaço que o pesquisador – muitas vezes alheio às normas vigentes – deve andar com cuidado e deve, sobretudo, tentar falar menos e escutar mais” (DIAS, 2008).

Em “Sociedade de Esquina”, Willian Foote-Whyte (2005) descreve a importância do seu interlocutor (Doc.) para a realização do seu trabalho etnográfico. Da mesma maneira, ressalto que para este trabalho dois interlocutores do meu campo tomaram um papel fundamental. Por fim, irei descrever a negociação da pesquisa e a entrada no campo no segundo capítulo.

## **Cap 1 – As Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC)**

### **1.1- A construção da política**

A narrativa histórica que aqui segue sobre a origem é baseada no discurso institucional da APAC como uma boa experiência prisional. Grande parte dos dados foi obtida de outros estudos acadêmicos (MASSOLA, 2005; ORDÓÑEZ VARGAS, 2011), além das obras do fundador do método Mário Ottobonni (1978).

A Associação de Proteção e Assistência ao Condenado tem suas origens no Estado de São Paulo e migrou posteriormente para o Estado de Minas Gerais onde se transformou

em política pública penitenciária em processo de expansão. A APAC foi criada inicialmente na cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Foi somente com a migração da APAC de São José dos Campos para a cidade de Itaúna, localizada no Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais, que o Método APAC consegue ganhar destaque enquanto método de encarceramento, inclusive, se consolidando como política pública de segurança pública.

A APAC, cuja sigla inicialmente traduzia Amando ao Próximo Amarás a Cristo, surge em 1972 dentro da Cadeia Pública de São José dos Campos, como uma iniciativa de Mario Ottoboni após ter passado pela experiência de um cursilho de cristandade. Segundo Maria Soares Camargo (1984) nascem de um movimento de renovação espiritual. O objetivo dos cursilhos é “orientar os católicos adultos leigos no sentido da reflexão acerca dos fatos fundamentais da fé cristã e das consequências práticas que dela decorrem para o comportamento do indivíduo e suas relações com a comunidade” (FERREIRA, 1986).

Ottoboni, com o objetivo de evangelização viu nessa experiência uma possibilidade de atuar junto aos presos. Assim, solicitou ao delegado responsável pela cadeia pública de São José dos Campos uma autorização para fazer uma visita à prisão. Ao se deparar com as condições desumanas e degradáveis da cadeia, os frequentes maus tratos e humilhações às quais os presos eram submetidos, sensibilizou-se ainda mais para realizar essa tarefa.

Segundo Massola (2005), ao reunir um grupo de cursilhistas e um padre que aceitara o ofício, organizou uma missa na cadeia pública de São José dos Campos. Toda a cerimônia não durou mais do que 15 minutos. A confraternização que iria ocorrer mais tarde resumiu-se a um rápido deglutir de salgadinhos, e os presos foram rapidamente colocados de volta em suas celas. Em um grupo de 15 pessoas, oito desistiram. Apesar da experiência frustrante, Mario Ottoboni não desanimou.

O grupo de voluntários parceiros de Mario Ottoboni trabalhava basicamente para estabelecer contato com os presos, atender a demanda de roupas e artigos de higiene, entre outras coisas e, sobretudo, evangelizá-los. Para uma atuação sistematizada do grupo, houve a orientação dos voluntários para que os presos de cada cela escolhessem um representante a fim de organizar a lista de demandas.

Esse grupo se consolida aos poucos, pois além de atender a demanda dos presos diariamente, começam a estudar a realidade prisional brasileira e refletir sobre formas e

alternativas que aliviassem as precárias condições dessa prisão. E principalmente, pensar em mecanismos para que quando o preso fosse libertado, tivesse a oportunidade de se reinserir no mercado de trabalho. Com essa dimensão para além da assistência material e espiritual, a iniciativa teve um bom retorno, e assim começou a se esboçar o método que hoje é conhecido como Método APAC.

Segundo Massola (2005), a APAC foi ganhando poder na administração da cadeia pública da cidade de São José dos Campos. Em 1973, administrava metade das celas da Cadeia e em 1974 a Associação começou a tentar a experiência da prisão albergue, em que os presos saem para trabalhar durante o dia e voltam à noite, mas que ainda não possuía previsão legal. Com isso, a Associação passa a fiscalizar o comportamento dos presos, cobrando determinadas normas de conduta que se tornam indispensáveis para que eles consigam o apoio dos voluntários.

Nessa época, Mário Ottoboni conhece Sílvio Marques Netto que estava chegando a São José dos Campos como Juiz Corregedor dos Presídios da 2ª Vara da Comarca, e também era cursilista. Ao tomar conhecimento do problema que Ottoboni enfrentava em relação à inserção no trabalho dos egressos do sistema prisional, sugeriu que fundassem uma associação civil voltada para tal questão. Essa associação seria responsável por atestar o bom comportamento do egresso, facilitando a obtenção de empregos.

Desse modo, em 15 de junho de 1975, ocorreu a Assembléia Geral de Fundação da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC, modificando sua razão social, mas conservando seus objetivos e sua sigla inicial (Amando ao Próximo Amarás a Cristo). A APAC é, então, constituída como uma entidade civil de direito privado, oficializada perante o judiciário, pelo Provimento 02/1975, de 30 de setembro de 1975.

O ano de 1984 é marcante para a história da APAC de São José dos Campos, pois é nesse ano que ela assume totalmente a administração da cadeia pública de Humaitá. Segundo Massola (2005), não há uma informação definitiva sobre esse acontecimento, especula-se que motivada por uma paralisação dos presidiários em 1979, alegando as condições insalubres de trabalho, resulta no fechamento da cadeia até 1982. É quando o juiz Nilo Cardoso Perpétuo propõe aos voluntários da APAC a administração da cadeia desativada.

Desse modo, os voluntários realizaram campanhas na cidade para a arrecadação de recursos para a reforma do prédio. Ao final da reforma, a APAC assumiu a direção da antiga cadeia. No dia 11 de agosto de 1984 acontece a cerimônia de posse. Curiosos com

a novidade da administração de uma unidade prisional ser realizada por uma Associação Comunitária, o evento conta com a presença das autoridades locais (MASSOLA, 2005).

Sob o lema Escoltado por Cristo e Algemado pelo Coração a administração apaqueana trouxe consigo várias mudanças que provocaram surpresas, ao dispensar a presença de policiais, delegando as funções de segurança e disciplina aos próprios voluntários. Como se não bastasse, a APAC dispensou a escolta policial para os presos que iam ao Fórum ou ao médico. Os presos passaram a ser escoltados apenas por presos do regime semiaberto ou por voluntários, sem algemas.

Outro fato importante aconteceu em 1986, quando a APAC filiou-se à Prison Fellowship International (PFI), trata-se de uma ONG cristã voltada ao tratamento de assuntos penitenciários. Além disso, tem status consultivo especial dentro do Conselho Econômico e Social<sup>4</sup> (ECOSOC) da ONU e também é participante ativa na Aliança de ONGs da ONU sobre Prevenção do Delito e Justiça Penal. A Prison Fellowship International atua em mais de 100 países, com o objetivo de ajudar os presidiários e seus familiares. A partir desse vínculo, o Método APAC, através de seminários e congressos, começa a ser divulgado nos diversos países onde a PFI atua. Atualmente há unidades APAC espalhadas por diversos países<sup>5</sup>.

A APAC de São José dos Campos foi tomando cada vez mais força e vitalidade, inspirando comunidades de outras comarcas a constituir associações civis locais com objetivos semelhantes, inicialmente no Estado de São Paulo, e, posteriormente, no Brasil e no mundo. A razão para essa expansão no Brasil, de acordo com Camargo (1984), foi a intensa rede de comunicação entre os cursilhistas, que levou católicos de várias partes a reproduzirem o modelo alternativo de aprisionamento de São José dos Campos.

Como consequência desta expansão, fundou-se em São José dos Campos a COBRAPAC – Confederação Brasileira das APACs – mais tarde rebatizada de FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, sob a presidência de Mario Ottoboni em 1995. Seu objetivo até hoje é congregar, orientar, fiscalizar e zelar pela unidade e uniformidade das APACs do Brasil, além de assessorar a aplicação do Método APAC no exterior.

---

<sup>4</sup> Para mais informações ver :<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/> Acesso em março de 2016.

<sup>5</sup> Os países onde a APAC está presente se encontra em: <http://www.fbac.org.br/index.php/realidade-atual/mapas-2> Acesso março de 2016

Na APAC, a segurança e a disciplina ficam sob a responsabilidade de funcionários contratados por ela sob o regime celetista e dos “recuperandos”. Não há policiais armados e a administração da unidade é feita por membros oriundos da sociedade civil, sem nenhuma remuneração. Na APAC, a religião e a evangelização são fundamentais para a concepção de valorização humana e ressocialização do preso. O trabalho dos psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentistas, advogados, entre outros, se realiza de forma voluntária, ou seja, não são remunerados. Essa característica está de acordo com um dos 12 elementos do Método que é o envolvimento de caráter voluntário por parte das pessoas da comunidade com o trabalho realizado pelas APACs. Assim, a APAC é dependente financeira, da boa vontade e da caridade dos empresários locais para manter seu funcionamento.

## **1.2- A migração de São Paulo para Minas Gerais: as origens em Itaúna**

Em 1984, um grupo de voluntários cristãos de Itaúna implanta o método APAC dentro das instalações da cadeia pública da cidade. A APAC masculina de Itaúna, pioneira em Minas Gerais, atualmente é a APAC Modelo para todas as demais APACs nesse estado e no restante do Brasil. Em 1991, após a construção realizada pela APAC do novo Centro de Reintegração Social em Itaúna, a APAC passa a administrar o regime semiaberto e aberto. Posteriormente, devido a uma rebelião que houve na cadeia pública da cidade, em novembro de 1995, foi entregue à entidade os três regimes de cumprimento de pena. A APAC de Itaúna funciona em um prédio próprio, administrando os três regimes de cumprimento de pena, cuidando da recuperação de presos sem a presença de policiais militares, civis, ou de agentes penitenciários.

Em 1997, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa de Minas Gerais visita a APAC de Itaúna para tratar da questão carcerária do Estado. Com isso, essa APAC ganha visibilidade e projeção pública dentro do Estado mineiro, passando a receber visitas de várias entidades. Essa visibilidade e projeção tornam-se maiores quando os representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos fazem uma visita e conhecem o método.

Na época, a situação penitenciária era tratada como um dos maiores problemas de Minas Gerais. Após a visita, os representantes prometeram juntar esforços para replicar este modelo de prisão pelo resto do estado. Assim, a APAC de Itaúna se tornou uma

referência de experiência prisional positiva (ORDÓÑEZ VARGAS, 2011).

Em 1997, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) incluiu na Campanha de Fraternidade, cujo tema foi a Fraternidade e os Encarcerados, a experiência da APAC original como uma alternativa de Pastoral Carcerária (OTTOBONI, 2001), legitimando o método dentro das Pastorais Sociais da Igreja Católica.

A primeira unidade APAC fora de Itaúna foi implantada na cidade de Sete Lagoas, onde estava sendo construída uma cadeia nova, que a princípio funcionaria como uma cadeia comum. No entanto, o promotor de justiça de Sete Lagoas, após visitar Itaúna e conhecer a experiência, organizou uma palestra no Fórum da cidade no intuito de explicar à comunidade sobre o funcionamento e os procedimentos para iniciar uma APAC, ministrada por alguns representantes da APAC de Itaúna. O encontro foi bem sucedido e no mesmo dia constituíram a equipe para que a APAC assumisse aquela cadeia.

A partir de então, a equipe começou o diálogo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a qual estava interessada em legitimar e concretizar seu discurso e o compromisso que tinha adquirido frente à questão prisional no estado. Sete Lagoas não era o único lugar onde estavam construindo cadeias nos moldes tradicionais. Havia entre seis e oito unidades em construção em algumas cidades mineiras como: Três Corações, Formiga, Pará de Minas, Muriaé, entre outras. As comunidades estavam resistindo muito à existência destas novas prisões, inclusive realizando passeatas, como ocorreu na cidade de Pará de Minas, que chegou a contar com mais de 10 mil pessoas na rua protestando contra a implantação da cadeia na cidade. Frente a isto, o Estado utilizou o argumento de que essas prisões em construção viriam a se tornar APACs. (ORDÓÑEZ VARGAS 2011, p. 63)

Na época, o Estado de Minas Gerais tomou como estratégia entregar a administração à APAC da cadeia de Sete Lagoas em agosto de 2001, com o objetivo de acalmar os ânimos da população, convencê-la e legitimar a realização desses empreendimentos. Posteriormente, com a mudança do mandato na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, nenhuma das outras unidades prisionais construídas, à exceção daquela de Pará de Minas, foram entregues para as APACs, sob o argumento de falta de amparo jurídico para tal fim.

Ao longo dos anos surgiram diversas APACs por todo o Estado, mas vale ressaltar que a APAC de Santa Luzia, cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, foi a primeira APAC construída para custodiar presos de uma região metropolitana considerada violenta. Diferentemente das outras APACs do Estado, esta foi idealizada e realizada por várias instituições influentes no meio católico e social, por exemplo: a Congregação dos Irmãos Maristas, a Arquidiocese de Belo Horizonte, por meio da

Pastoral Carcerária, e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

Por fim, foi a primeira unidade prisional no mundo desenhada arquitetonicamente para a implantação do Método APAC. O megaprojeto foi desenvolvido pelo Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em uma área construída de 40.000m<sup>2</sup> e idealizada com o objetivo de promover a implantação do Método, com o recurso das suas instalações físicas, como por exemplo, a construção de espaços de integração entre os visitantes, familiares e os “recuperandos”.

O projeto desafia a arquitetura do sistema prisional tradicional, pois rompe com a ideia de que o preso deve ser banido do contato social e familiar. O Centro de Ressocialização Franz de Castro Holzwarth da Região Metropolitana de Santa Luzia foi inaugurado no dia 25 de maio de 2006 e começou a receber “recuperandos” em agosto do mesmo ano.

Em Manhuaçu, onde realizei o trabalho de campo, a APAC foi constituída juridicamente no ano de 2004. Inicialmente, faziam apenas o trabalho assistencial aos presos somente em um setor do presídio de Manhuaçu. Ao longo dos anos, a APAC conseguiu recursos através de doações e contribuições dos associados, ganhou um terreno doado por um empresário da região, e começou a construir seu Centro de Reintegração Social juntamente com a Secretaria de Defesa Social (SEDS), que investiu cerca de 1,7 milhão no projeto. A inauguração ocorreu no dia 15 de junho de 2012 com a presença do Coordenador do Programa Novos Rumos, o Secretário de Defesa Social do Estado de Minas Gerais e o presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado (FBAC).

### **1.3 - O método APAC**

O método de gestão carcerária da APAC está baseado na promoção de doze elementos fundamentais que visam a “ressocialização” do “recuperando”, como também a valorização do ser humano dentro do estabelecimento prisional por meio da religião e da evangelização. Sendo eles;

1. Participação da comunidade;
2. Recuperando ajudando o recuperando;
3. Trabalho;
4. Religião;

5. Assistência jurídica;
6. Assistência à saúde;
7. Valorização humana;
8. A família;
9. O voluntário e sua formação;
10. Centro de Reintegração Social – CRS;
11. Mérito;
12. Jornada de libertação com Cristo

A partir desses doze elementos, a APAC insere novos comportamentos que visam retirar o estigma do preso do “sistema comum”. A expressão “sistema comum” é utilizada por operadores do método APAC e pelos “recuperandos” ao se referirem ao sistema carcerário tradicional. Assim, isso atribui um novo significado para quem está cumprindo sua pena na APAC. A materialização do comportamento que a APAC tenta cultivar está inicialmente na ausência do uniforme, os trajes dos “recuperandos” são casuais, cortes de cabelo são pessoais e suas identificações são apenas pelo uso do crachá que contém somente o nome de cada “recuperando”, sem fazer alusão a apelidos ou o crime que tenha cometido em momento algum.

Erving Goffman (1961) ao tratar das “instituições totais” afirma que essas instituições pretendem mudar o comportamento dos indivíduos, dando novo significado e sentido às coisas. Nessas instituições, o bem estar dos internados não é uma prioridade. Ao mesmo tempo, as instituições totais tentam a todo o momento despersonalizar as pessoas, retirando sua maior posse, no caso, o nome.

Porém, ao tratar das prisões brasileiras, não se pode atribuir o conceito de Goffman (1961), basta dizermos que o “bandido” não deixa de ser “bandido” na cadeia. Quando ele é preso, ele carrega seu status e sua história para dentro dos presídios. O sistema penitenciário brasileiro reconhece as características. As prisões de facções nas regiões metropolitanas brasileiras, por exemplo, indicam a qual facção ele pertence. No caso de não pertencer a nenhuma facção, ele tem que escolher uma facção, sendo assim etiquetado pelo Estado.

Camila Dias (2013) afirma que diferentemente do processo de filiação à facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC), no Rio de Janeiro o processo de filiação às facções depende do local de residência ou do presídio em que o preso se encontra. Dessa forma, “a identificação dos indivíduos com a organização se dá de forma automática e involuntária” (DIAS 2013).

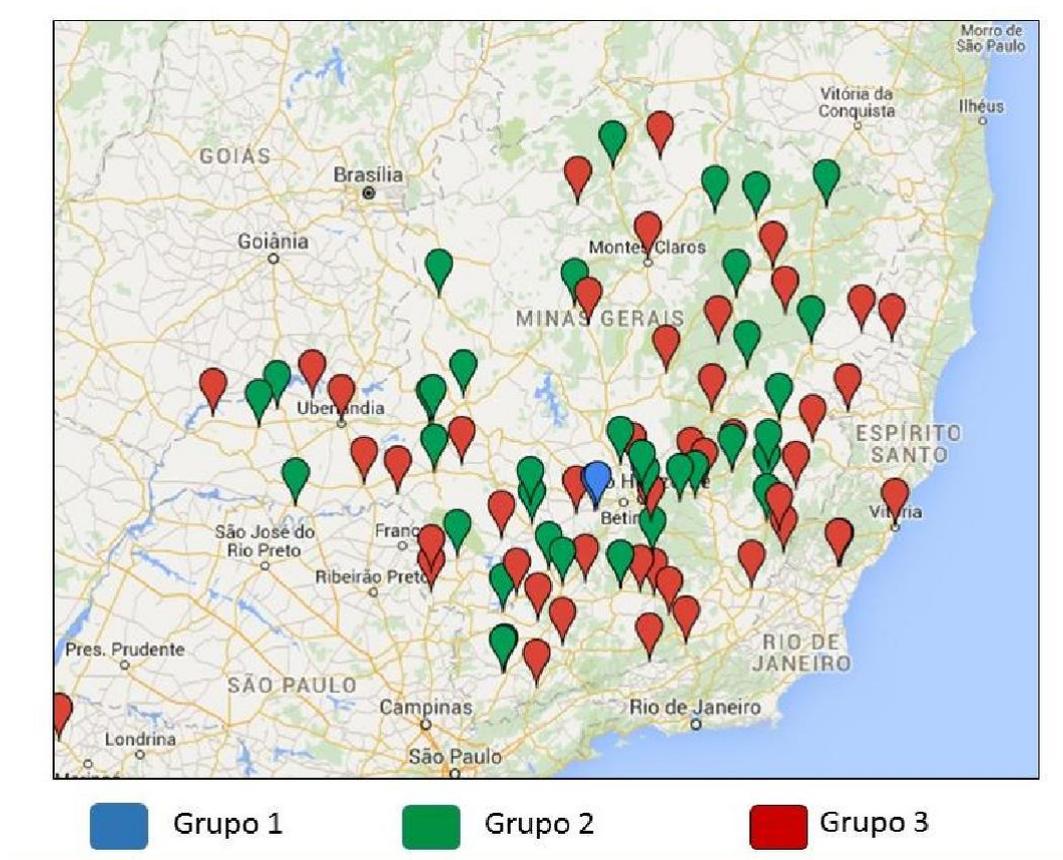
Tal conceito de instituição total também não se aplica ao método APAC. Pois, ao

selecionar preferencialmente aqueles que estão em sua primeira condenação, que não possuem uma “carreira no crime”, ou seja, “não bandidos”, a APAC, em certo sentido, acabaria por reforçar a identidade das pessoas. Além disso, associam o crime ao pecado, relacionando assim o cumprimento da pena na APAC a uma penitência.

#### 1.4 – O Programa Novos Rumos e a APAC como política pública em Minas Gerais

Com a expansão dos resultados positivos para além das fronteiras de Itaúna, seus impactos chegaram até o Poder Judiciário do Estado. Os representantes do TJMG ficaram surpresos com o que viram após visitarem algumas vezes a APAC de Itaúna, assim, levaram a experiência para o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Resultando em dezembro de 2001 no lançamento do Projeto Novos Rumos na Execução Penal pelo TJMG, com o objetivo de incentivar a criação e expansão do método APAC como política pública e alternativa no encarceramento, visando à humanização da pena.

**Mapa 1: Distribuição APACs no Estado de Minas Gerais.**



Fonte: Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado.

Disponível em: <http://www.fbac.org.br/index.php/realidade-atual/mapas> Acesso em março de 2016

O projeto, coordenado pela Assessoria da Presidência para Assuntos Penitenciários e de Execução Penal do Estado, somente foi regulamentado no dia 1º de maio de 2004 pela Resolução nº 433/2004 do TJMG. Importante ressaltar a atuação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), órgão judiciário assumindo funções do executivo ao transformar essa iniciativa em uma política pública de segurança. Inclusive, esse projeto foi premiado pelo *Instituto Innovare* na segunda edição do mesmo, em 2005. O prêmio *Innovare* é destinado para ações que contribuem para a eficiência, a criatividade, a desburocratização e a agilização dos serviços judiciais

Usando como prerrogativa o artigo 4º da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1984) – segundo o qual “o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança” – o estado de Minas Gerais, juntamente com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), vem implantando, através do programa *Novos Rumos na Execução Penal*, a expansão do método de gestão carcerária das Associações de Proteção ao Condenado (APAC).

Inicialmente, os recursos estaduais eram apenas para a alimentação dos “recuperandos” nas APACs. Somente em 2006, o Estado de Minas Gerais estabelece convênios de manutenção e cogestão junto às APACs e passa a destinar verba para a construção dos Centros de Reintegração Social das APACs recomendadas pelo TJMG. Até então, as associações se mantinham apenas por meio da caridade de empresários locais e outras fontes de doação. Com essa parceria, segundo Ordóñez Vargas (2011):

... o poder público permite, por um lado, que entidades civis de direito privado sem ânimo de lucro, sejam APACs ou entidades similares, estabeleçam convênios de manutenção e cogestão com o Estado, por meio da Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS), mas especificamente, da Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Subsecretaria de Administração Prisional. E por outro, legitima juridicamente a administração e execução da pena privativa de liberdade sem a atuação da polícia ou agentes penitenciários dentro das unidades prisionais. (2011, p. 67)

Em todo o Estado de Minas Gerais são 97 APACs, dessas, 40 contam com o próprio Centro de Reintegração Social. As outras 57 estão em processo de implantação, mas já estão formadas juridicamente. Algumas dessas exercem suas atividades em pavilhões específicos de penitenciárias do sistema comum. O mapa acima mostra a distribuição das APACs no Estado de Minas Gerais.

As APACs do Grupo 1, administram o CRS, sem o concurso das polícias Civil, Militar ou agentes penitenciários, com aplicação completa dos doze elementos fundamentais do método APAC – Unidades Masculina e Feminina.

As APACs do Grupo 2 administram o CRS (em prédio próprio, do Estado, alugado ou anexo à cadeia pública) pela APAC sem o concurso das polícias e de agentes penitenciários com a aplicação parcial dos doze elementos fundamentais. A APAC administra o presídio nos moldes descritos no grupo I, mas o faz parcialmente no que diz respeito à metodologia.

Interessante ressaltar que algumas APACs que se encontram no Grupo 2 cuidam apenas do regime semiaberto e/ou aberto, porém planejam estender o atendimento também aos “recuperandos” que se encontram no regime fechado. É comum encontrarmos em outros países (Chile, Costa Rica e Colômbia, por exemplo) o Método APAC sendo aplicado parcialmente em pavilhões de unidades prisionais.

As APACs do Grupo 3 são aquelas que, por diversas razões, ainda não administram Centros de Reintegração Social, aplicando parcialmente o Método APAC em pavilhões de unidades prisionais. Algumas estão apenas organizadas juridicamente, realizando trabalhos de mobilização social ou atividades pastorais junto aos presos que se encontram em cadeias públicas ou presídios. Outras já possuem terreno próprio, e outras estão construindo seu Centro de Reintegração Social.

No último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN realizado no ano de 2014, as unidades APAC representavam em torno de 20% do número de estabelecimentos prisionais do Estado de Minas de Gerais. Nessas unidades, estão custodiados cerca de 2.700 presos, em torno de 5% da população prisional do estado, ao custo de 1/3 do preso do sistema comum<sup>6</sup>.

A expansão dessas unidades em Minas Gerais, como mostra o último INFOPEN, caracteriza o Estado de Minas Gerais como o estado que mais tem apoiado essas instituições alternativas no cumprimento da pena. Como mostra a tabela abaixo, o número de estabelecimentos por cada tipo de gestão.

---

<sup>6</sup> A construção desse dado não é transparente, tanto no que concerne ao preso no sistema comum, quanto na APAC.

**Tabela 1: Número de estabelecimentos por tipo de gestão por Unidade da Federação.**

UF	Pública	Cogestão	Organizações sem fins lucrativos	Parceria Público-Privada	Sem informação	Total
AC	11	-	-	-	1	12
AL	8	1	-	-	-	9
AM	15	2	-	3	-	20
AP	8	-	-	-	-	8
BA	16	6	-	-	-	22
CE	158	-	-	-	-	158
DF	6	-	-	-	-	6
ES	30	3	1	-	1	35
GO	90	1	3	-	1	95
MA	28	2	-	1	1	32
MG	143	6	30	5	-	184
MS	40	-	2	-	2	44
MT	55	-	1	2	1	59
PA	41	-	-	-	-	41
PB	77	1	-	-	-	78
PE	77	-	-	-	-	77
PI	12	-	-	-	1	13
PR	32	1	1	1	-	35
RJ	44	-	-	6	-	50
RN	32	-	-	-	-	32
RO	46	2	1	-	1	50
RR	5	-	-	-	-	5
RS	91	1	4	-	-	96
SC	41	5	-	-	-	46
SE	7	1	-	-	-	8
SP	NI	NI	NI	NI	NI	NI
TO	41	2	-	-	-	43
<b>Total</b>	<b>1154</b>	<b>34</b>	<b>43</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>1258</b>

Fonte: Infopen, junho/2014

Fonte: Infopen, junho/2014

Outro fator importante que tem colaborado para a expansão do método é a mobilização dos juízes das Varas de Execuções Penais de todo o Estado em torno do projeto. A obrigatoriedade no currículo da Escola de Magistratura da visita de juízes recém-empossados à APAC modelo de Itaúna, também tem contribuído para a sua expansão. A APAC só pode firmar convênios junto ao TJMG e a Secretaria de Defesa Social (SEDS) se suas ações estiverem coordenadas pelo juiz da Vara de Execução Penal (VEP) da comarca.

## Cap 2 – Por dentro da APAC

### 2.1 – A negociação da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em uma unidade APAC na cidade de Manhuaçu, com população estimada de 86.844 habitantes, localizada no leste de Minas Gerais, possui economia baseada na cultura cafeeira. Apesar de se tratar de minha cidade natal, inicialmente eu não tinha nenhum contato que pudesse permitir minha entrada no campo. Tomei como estratégia me dirigir até o Fórum da cidade para encontrar com o juiz da Vara de Execução Penal daquela comarca, com o objetivo de que ele me permitisse a entrada no campo.

O fórum fica localizado no centro da cidade. Observei que o lugar não possui nenhum tipo de segurança ostensiva. Em dias comuns, a entrada é livre, não há policiais, seguranças ou qualquer dispositivo de detecção de metais. Ao entrar, do lado esquerdo, está localizado o setor de protocolo, que fica dentro de uma cabine de vidro blindada. Do lado desse setor está o único terminal eletrônico do fórum para consulta de processos. Poucos metros depois da entrada há duas escadas laterais que se encontram ao centro e levam ao segundo pavimento do fórum. No final das escadas, em frente, há o salão do júri e no corredor à direita estão as salas de audiência.

Ao chegar à porta da sala em que o juiz estava, esperei por alguns minutos enquanto terminava a audiência de dois presos. Quando terminaram, o técnico judiciário que digitava as sentenças e ao mesmo tempo convocava as testemunhas, autorizou a minha entrada na sala de audiência e permitiu que eu acompanhasse a sessão.

Na sala havia uma mesa em formato de “T”, com três cadeiras em cada lado da mesa, o juiz sentava-se ao centro da mesa, ao seu lado direito o promotor de justiça (Ministério Público) e ao lado esquerdo o funcionário que me concedeu a entrada na sala. Na mesa à frente do juiz estava a defensora pública e a vítima prestando seu depoimento.

A audiência em questão tratava de um caso em que uma senhora havia sido agredida pelo seu companheiro que se encontrava bêbado. Durante o intervalo entre a audiência com a vítima e a entrada de uma testemunha, a defensora pública, que posteriormente descobri que também era a Presidente da APAC de Manhuaçu, comenta o problema que havia ocorrido com dois “recuperandos” da APAC no dia anterior. Os “recuperandos” que cumpriam pena no regime semiaberto e possuíam o benefício do trabalho externo, sofreram um acidente de automóvel e não conseguiriam chegar a tempo

na APAC ao final do dia. Devido a isso, um recuperando que estava bastante ferido solicitou aos bombeiros no momento do resgate que comunicasse o fato à direção da APAC. Antes mesmo que a defensora pública terminasse de contar o ocorrido, o juiz logo entrevistou:

— *“Mas e aí, morreu?”* – aos risos.

A defensora ficou visivelmente constrangida com esse comentário. O promotor percebendo que a situação incomodou a defensora, saiu em defesa dela:

— *“Com esses caras da APAC, eu nem penso assim [que bandido tem que morrer, no entendimento do juiz], são todos gente boa. Mas alguns presos não merecem [a APAC].”*

Após isso, entra na sala a filha da vítima que sofreu violência doméstica por parte do marido. A audiência prossegue e rapidamente é encerrada. No final da audiência consigo falar com o juiz. Apresento-me ao juiz como aluno do bacharelado em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense, e explico a minha motivação de estar naquela sala, visando à realização da monografia com o trabalho de campo sobre a APAC.

Questionei sobre a possibilidade da entrada no campo para a realização da pesquisa e a realização de uma entrevista. A solicitação da entrevista me foi autorizada prontamente, o juiz concordou em conceder, mas teria que ser em outra oportunidade, pois naquele momento ele estava ocupado e ainda iria “puxar café”<sup>7</sup> em sua fazenda. O juiz me disse para falar diretamente com a presidente da APAC e informar que ele havia autorizado a minha entrada. Como havia mencionado, a presidente da APAC era a defensora pública que estava na sala de audiência momentos antes. Despedi-me e fui ao encontro da defensora que estava em outra sala dentro do fórum.

Dirigi-me a ela enquanto desligava o celular, comuniquei que já havia conversado com o juiz da Vara de Execução Penal e que ele me direcionou a ela. A defensora pública me ouviu atentamente, muito simpática e demonstrou interesse na proposta do curso de Segurança Pública da UFF. Pois, no seu entendimento, se tratava de um curso voltado para outro público, já que em Minas Gerais há o curso de Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal oferecido pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte somente para os operadores e agentes estatais da Segurança Pública. Terminada a conversa, marquei com ela uma visita no dia seguinte à APAC de Manhuaçu.

---

<sup>7</sup> “Puxar café” é o trabalho de recolher as sacas de café que já foram colhidas ao longo da lavoura para levar ao armazém para secagem dos frutos.

No dia seguinte, cheguei cedo à APAC. Logo no portão de entrada não havia nenhum porteiro. Após tocar o interfone, o portão se abriu sozinho, entrei num pátio e segui até a entrada do prédio onde se encontra a sala da recepção. Chegando nessa sala, estava o plantonista encarregado da segurança, o único funcionário uniformizado que lá trabalha. Observei que este funcionário era diferente dos demais que ajudam no funcionamento da “casa”, que é como a APAC é chamada pelos voluntários, funcionários e “recuperandos” do Centro de Reintegração Social, estabelecimento prisional gerido pela APAC.

Enquanto aguardava para ser atendido pela presidente da APAC, pude perceber o livre trânsito dos “recuperandos” do regime semi-aberto. Eles não usavam uniformes. As vestimentas eram casuais, o corte de cabelo não era raspado e cada um tinha seu estilo. De acordo com o discurso institucional da APAC, todas essas características são uma tentativa de promover a valorização humana do indivíduo que está ali cumprindo a sua pena, aplicando assim um dos 12 elementos do método. O único meio de diferenciar os “recuperandos” dos voluntários que trabalham na unidade, é a utilização do crachá de identificação pelos “recuperandos”. E conforme um recuperando do regime semi-aberto me disse, a falta do uso do crachá representava uma falta leve perante o *Conselho de Sinceridade e Solidariedade* (CSS).

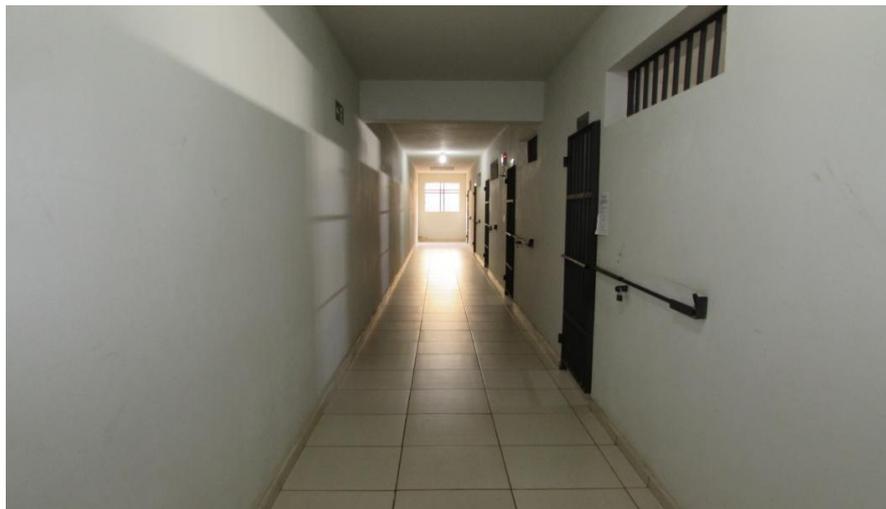
Ainda aguardava ser recebido pela presidente da APAC quando outro “recuperando” se aproximou e perguntou por quem eu esperava. Depois ele se apresentou para mim como membro do Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) e exercia a função de encarregado de farmácia. Era o responsável pela guarda dos medicamentos e perfumes de todos os “recuperandos” do regime semiaberto. Somente ele possuía as chaves do armário onde eram guardados os medicamentos e para exercer tal função não poderia ter nenhum histórico de problemas com álcool ou drogas. O controle dos medicamentos e perfumes justifica-se pelo fato de que muitos deles têm vícios nessas substâncias, e também porque os medicamentos muitas vezes servem de moedas de troca entre presos, o que é reprimido pela direção veementemente.

Após a espera fui recebido pela presidente da APAC. Depois de uma breve apresentação, ela me deu duas orientações: a primeira delas, ao ver minha câmera na mão, pediu para que eu não fotografasse ninguém sem o consentimento da pessoa. A segunda, e para mim mais importante, foi para que eu nunca perguntasse ao recuperando qual o crime ele cometeu. Momentos depois, pude notar bem acima do portão para a entrada no

regime fechado havia a seguinte frase: “— Aqui entra o homem, o delito fica lá fora”. Logo entendi o porquê do pedido para que eu não perguntasse sobre o crime cometido.

Após tais orientações ela solicitou ao “recuperando” com quem conversei que me apresentasse às instalações da “casa”. Ele se apresentou novamente, explicou brevemente o método, mencionando que lá todos eles são chamados de “recuperando” e não de preso, bandido ou qualquer outro adjetivo pejorativo. Da sala da recepção, há três portas que levam para as salas onde são feitas as revistas masculina e feminina, e também a sala do plantonista. Ele fez questão de ressaltar que a revista feminina é uma revista tranquila, sem procedimentos vexatórios ou que possam causar constrangimento à mulher revista. Segundo ele, a revista é feita por “recuperandos” do regime semi aberto e voluntários apenas nos pertences do visitante, pois no método APAC a família é corresponsável por sua recuperação.

### **Imagem 2: Ala regime semiaberto - APAC**



**Fonte: Acervo do autor**

Quando traz algo ilícito, o familiar sabe que poderá prejudicar a sua recuperação. Por isso, há uma maior confiança nos procedimentos de revista.

**Imagem 3: Cela regime semi-aberto.**



Fonte: Acervo do autor

## **2.2 - Conselho de Sinceridade e Solidariedade**

No sistema organizacional da APAC, grandes responsabilidades são atribuídas aos “recuperandos”. Para isso existe em cada unidade APAC e em cada um dos seus regimes o Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS, órgão formado por “recuperandos” que os representa dentro do estabelecimento prisional. A representatividade desse órgão é legítima tanto para com os “recuperandos” quanto para a direção da APAC.

Segundo Ordóñez Vargas (2011):

A entidade outorga grande parte do controle, da segurança e da disciplina à população prisional, sob o argumento que ao serem os recuperando os melhores conhecedores das regras e dos códigos do mundo do crime, são eles os mais aptos para desarticulá-los cotidianamente. (2011, p. 184)

Cada regime (fechado e semiaberto) possui seu CSS. A principal função do CSS é recolher a demanda dos “recuperandos” e fazer o intermédio da relação entre os “recuperandos” e a direção da unidade. Fazendo uma analogia ao sistema comum, o CSS representaria os “faxinas”. Antônio Rafael Barbosa (2005), em sua etnografia sobre as prisões cariocas, explica que o preso “faxina” representa “um privilegiado dentro da massa (afinal, conseguiu uma ocupação, um trabalho). É um preso considerado confiável pela administração. Muito embora, para muitos agentes o problema está justamente aí. (BARBOSA, 2005).

De fato, o preso faxina é um personagem fundamental nas prisões cariocas, porque, sinteticamente, ele é um dos esteios da produção da disciplina no meio e contribui enormemente para a manutenção de serviços indispensáveis (...) que nas cadeias cariocas os faxinas devam trabalhar em sintonia com a massa e suas lideranças, ou que procurem ter com o restante dos presos uma boa convivência, baseada no apoio e na ajuda mútua – não é uma proposição descabida. Contanto que os “pedidos” que vêm da massa não resultem na perda de sua função. E, inversamente, as solicitações que partem da administração não os posicionem na categoria de delatores. (BARBOSA, 2005, p.277)

Aqui destaco que a lógica de funcionamento do CSS é oposta às regras vigentes no sistema prisional comum. Na APAC, os “recuperandos” que adotam o método, dizem-se compromissados com a verdade, não podendo fazer vista grossa a qualquer irregularidade que algum deles esteja vendo, e tais ações não serão consideradas “caguetagem” (anexo 1). Sobre “caguetagem” Augusto Thompson (2002) define que;

Embora se diga que a infração mais grave no código dos presos seja a delação, na verdade sua prática apresenta-se extremamente disseminada na cadeia. Para compreender isso, necessário se torna distinguir os vários tipos que decompõe a caguetagem. A denúncia oficial de um preso contra o outro, como já verificamos, não ocorre nunca (ou, pelo menos, só raramente). A praticada por um leigo, digamos assim, em contradição com certos requisitos, está sujeita a drásticas punições. Para eles, vale o lema: “Caguete merece cacete”. Paradoxalmente, à primeira vista, aquela que se desenvolve como uma atividade regular, dentro de uma certa técnica, faz parte da rotina da prisão. Seus executores, embora mal vistos ou encarados com desprezo, não chegam a sofrer sanções. O caguete, em geral, é um indivíduo soturno, procura se furtar da evidência, sempre a deslizar pelas sombras. Seu papel dá-lhe defesa eficiente contra os sofrimentos da cadeia. É suportado, porque tem atuação de extrema operacionalidade para o sistema... (2002, p.87)

Dessa maneira, o *modus operandi* nas APACs é na base da delação, o que no sistema comum, quando não praticado com certa técnica, é altamente punido. Ainda de acordo com meu interlocutor, os membros que colaboram para o bom funcionamento da casa, são mais reconhecidos tanto pelos “recuperandos” quanto pela direção. Com esse reconhecimento, os “recuperandos” têm mais poder de barganha com a direção e também obtêm sem maiores problemas os benefícios da progressão de regime junto aos juízes das varas de execução penal.

**Figura 1: Quadro de Avaliação Disciplinar**

Nº das camas nas celas		QUADRO DE AVALIAÇÃO DISCIPLINAR												Nomes dos recuperandos	
		CELA 01	CELA 02	CELA 03	CELA 04	CELA 05	CELA 06								
		1	1	1	1	1	1								
Área de afiação dos pontos negativos		2	2	2	2	2	2								
		3	3	3	3	3	3								
		4	4	4	4	4	4								
		CELA 07	CELA 08	CELA 09	CELA 10	CELA 11	CELA 12								
		1	1	1	1	1	1								
		2	2	2	2	2	2								
		3	3	3	3	3	3								
		4	4	4	4	4	4								
		CELA 13	CELA 14	CELA 15	CELA 16	TOTAL	PONTUAÇÃO								
		1	1	1	1	64	01 PONTO NEGATIVO								
		2	2	2	2		05 PONTOS NEGATIVOS								
		3	3	3	3		10 PONTOS NEGATIVOS								
		4	4	4	4										
<b>PREMIAÇÃO E VALORIZAÇÃO HUMANA</b>															
RECUPERANDO MODELO DO MÊS DE ___/___/___ - <u>38</u> PONTOS															
CELA MAIS ORGANIZADA Nº _____ CELA MENOS ORGANIZADA Nº _____															
AMIGO DO MÊS: _____ VOLUNTÁRIO DO MÊS: _____															
COMPOSIÇÃO DO MÊS: _____															
DISCIPLINA DO ÚLTIMO PERÍODO: ___ DIAS HOJE COMPLETA-SE ___ DIAS C/ TOTAL DISCIPLINA															
DATA: ___/___/___															

Fonte: Regulamento Disciplinar da APAC. Março/2014

A instrumentalização desse sistema de méritos dentro da unidade prisional ocorre no Quadro de Avaliação Disciplinar. Este quadro contém as celas com seus respectivos números, bem como quem está ocupando cada cama em cada uma das celas. A alteração dessa ordem nas celas só é feita mediante consenso no CSS juntamente com o funcionário encarregado da segurança. Dessa forma, segundo meu interlocutor, evita-se a compra e/ou aluguel das camas como ocorre no sistema comum. O Quadro de Avaliação Disciplinar visa à premiação e valorização humana. Nele são premiados: o “recuperando” modelo do mês; cela mais organizada; “cela menos organizada”; amigo do mês; voluntário do mês; composição do mês.

Há ainda no quadro, um esquema de pontuação negativa em caso de faltas disciplinares cometidas pelos “recuperandos”. As faltas leves, que se materializam pela falta do crachá, camas desarrumadas, entre outras, são aplicadas pelos membros do CSS e representam um ponto negativo. As faltas médias representam cinco pontos negativos e são aplicadas pela Comissão Técnica de Classificação (CTC) composta pelos membros da “casa”, como psicólogos, assistente social e jurídico. E por último, as faltas graves representam dez pontos negativos e são aplicadas somente pelo juiz da vara de execução penal.

### **2.3 – Entre idas e vindas: os caminhos dentro do sistema prisional até a APAC**

Com a recomendação de não perguntar sobre o crime cometido e, como durante a pesquisa meu interlocutor não falou espontaneamente, achei pertinente para o desenvolvimento do trabalho buscar informações sobre sua trajetória até a APAC.

Ele era um ex-soldado da Polícia Militar de Minas Gerais, lotado no 11ºBPM em Manhuaçu. Em janeiro do ano de 2011, ao abordar um motociclista, percebeu que o condutor não possuía permissão para a condução da motocicleta. Ele e seu parceiro se dirigiram ao proprietário da motocicleta para que o mesmo fosse responsabilizado. No trecho de aproximadamente 30 quilômetros entre a cidade de Simonésia (local da ocorrência) até a delegacia de Polícia Civil de Manhuaçu, para qual o proprietário da motocicleta estava sendo levado, ele agrediu violentamente o proprietário da motocicleta, de tal maneira, que o mesmo faleceu na porta da delegacia.

Dez dias depois, foi preso preventivamente e transferido para o 26ºBPM na cidade de Itabira, cerca de 200 km de distância do local da ocorrência. Depois de cinco meses, em junho de 2011, foi condenado a dez anos e seis meses de prisão, pelo crime de tortura. Ele foi transferido da prisão militar para o Presídio de Itabira. Após três anos, em junho de 2014, foi transferido para a Penitenciária Professor Jason Soares de Albergaria na cidade de São Joaquim de Bicas. Três meses depois, transferido novamente para o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional em Contagem, em seguida, vai para o Complexo Penitenciário de Segurança Máxima Nelson Hungria, também em Contagem. Após duas semanas, finalmente é transferido para a APAC de Manhuaçu, em novembro de 2014.

### **2.4 - “Cela forte”**

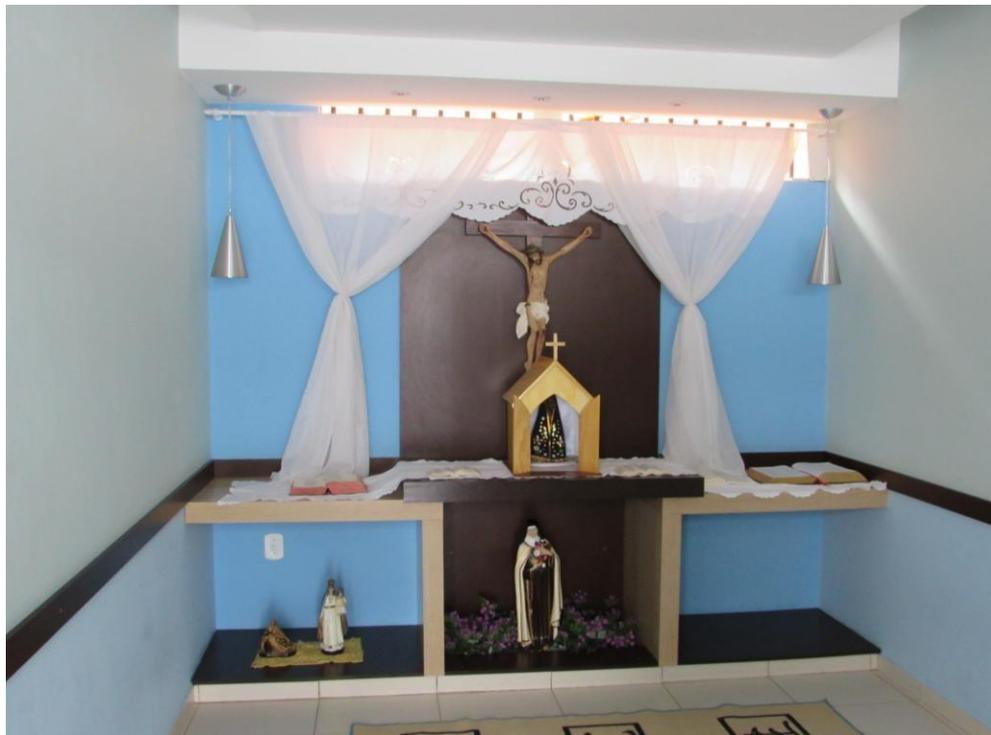
No decorrer da visita, outro “recuperando” do regime fechado me mostra um portão de ferro completamente fechado com a identificação “CELA FORTE” logo acima desse portão. Ele me perguntou se eu conheço as “solitárias” aplicadas sob o “Regime Disciplinar Diferenciado” que foi criado em 2001 para desarticular o PCC (DIAS, 2013). A forma de execução do RDD se encontra na Lei 10.792/ 03 art. 52. São caracterizados como locais de castigo no sistema comum. Meu interlocutor faz uma relação entre aquela cela com as “solitárias”.

No entanto, ele ressalta que diferentemente do sistema comum, a entrada naquela cela é voluntária, quando o recuperando se *“sente mal e precisa de um tempo de*

*reflexão*”. Por fim, antes de abrir o portão, ele recomendou que eu não ficasse incomodado caso alguém estivesse dentro da cela. Ao abrir, para minha surpresa, tratava-se de um altar com a imagem de Jesus Cristo ao meio, duas bíblias de cada lado e almofadas para se ajoelharem e rezar.

Interessante notar que a entrada voluntária na “cela forte”, significa, desse modo, como uma auto-penitência. Há nesse caso a explicitação da relação do “crime” com o “pecado”. A APAC, nesse ponto de vista, se caracteriza como local da expiação dos pecados, confissão e obtenção do perdão sagrado de Deus durante o cumprimento da pena.

#### **Imagem 4: “CELA FORTE”**



**Fonte: Acervo do autor**

Lana Lage (1999) afirma que, no Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, “os delitos são também pecados e o julgamento das causas é influenciado diretamente pelo grau de arrependimento demonstrado pelo réu” (1999, p.19). E mesmo não se tratando do processo, mas já na parte da execução penal, a APAC tem outra característica marcante que retrata o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição definida por Lana Lage (1999) como a “reiterada busca da auto acusação do réu, expressada na pregação constante para que confessasse sua culpa”(1999, p.17).

Em outra passagem afirma que “embora faça parte de um processo judiciário, a

confissão na Mesa do Santo Ofício, mantém sua conotação sagrada, continuando a ser meio de salvação da alma pecadora e conferindo às penalidades impostas um caráter penitencial” (LIMA, 1996, p.5). Mesmo tratando em diferentes épocas, o Tribunal do Santo Ofício na Idade Moderna, e a APAC nos dias atuais, as práticas inquisitoriais, perpetuaram ao longo do tempo e continuam atuando de maneira incisiva nas instituições do sistema de justiça-criminal no Brasil.

## **2.5 - O ritual para o visitante**

No primeiro dia de campo, durante a visita ao regime fechado, quando o meu segundo interlocutor me apresentou as instalações onde funcionava a oficina de artesanato destinado a esse regime, havia cerca de trinta “recuperandos” trabalhando naquele momento. Os produtos são dos mais diversos, luminárias, barcos de enfeite, cofres de madeira, entre outros serviços de carpintaria. Momentos depois que cheguei à oficina pude perceber a retirada discreta e silenciosa de todos eles. Era cerca de 11h da manhã, perguntei então se estava no horário de almoço, pois assim que cheguei todos eles saíram da oficina. Ele se limitou a me dizer que essa era a “política com visitantes”: - *“Não, não está. Você não percebeu, mas um simples comando que eu dei, todos saíram. É nossa política com visitas, isso aqui é quase uma disciplina militar.”*

Ao sair da oficina, havia um grupo com cinco “recuperandos” “perdidos” na quadra do regime fechado. Meu interlocutor os adverte, outra vez, de forma muito discreta e sem que eu pudesse ouvir o que ele dissera. No meio do caminho, ele me apresenta outras celas, a sala de informática e a biblioteca.

Ao fim da visita, já tomando o caminho de volta, entramos no refeitório. E para minha surpresa, lá estavam todos os “recuperandos” do sistema fechado, mas estes não estavam almoçando. Quando entramos, todos eles começam a bater palmas, o interlocutor que me acompanhava se vira para mim e também começa a aplaudir. No momento fiquei sem entender, e ao mesmo tempo sem graça, a atitude que logo tomo é de também começar a aplaudir, mesmo ainda sem entender o seu significado. As longas palmas cessam, Jorge toma a palavra e agradece a minha visita e, além disso, todos os “recuperandos” cantam o hino em epígrafe como “forma de agradecimento” pela minha visita.

Após o hino, ele pediu para que eu deixasse uma palavra para eles. Ainda surpreso

com aquele momento, digo os meus interesses de pesquisa, afirmando que a experiência da APAC tem se mostrado interessante e ao final, por conveniência, parablenizo a eles por estarem mostrando que é possível o cumprimento da pena em um método alternativo.

Nos dias seguintes do trabalho de campo, percebi que sempre quando há uma pessoa nova visitando APAC, sejam essas pessoas autoridades, ou um jovem pesquisador, como no meu caso, o ritual é cumprido da maneira descrita.

## **2.6 Quem são os “recuperandos”?**

Para que o preso possa cumprir sua pena em uma unidade APAC, ele tem que cumprir basicamente três requisitos. O primeiro deles é ter sua sentença transitada em julgado, ou seja, estar condenado. A APAC não recebe provisórios em hipótese alguma, de certa forma rompe com a ideia da prisão preventiva ou cautelar. A pesquisa publicada na Série Pensando o Direito nº 54, “*O excesso de prisão provisória no Brasil*”, mostra como esses institutos penais têm sido utilizados de forma arbitrária e excessiva. Em sua análise conclui que o “*excesso de prisão no sistema penal brasileiro se inicia pelo excesso de prisões em flagrante e se completa pela alta taxa de conversão dos flagrantes em medidas cautelares de prisão*” (2015) Cerca de 40% da população carcerária ainda espera pelo julgamento (INFOPEN, 2014).

O segundo requisito é a obrigatoriedade da família do preso residir na mesma comarca da unidade. No método APAC, os familiares são corresponsáveis na ressocialização do condenado. Cumprindo os dois requisitos, o preso deve manifestar por escrito o interesse em se transferir para uma APAC e concordando em cumprir todas as regras que norteiam o convívio nesse tipo de estabelecimento penal. Depois de todo esse processo, o juiz da vara de execução penal irá autorizar ou não a transferência respeitando a ordem da lista de espera de transferência. Quando autorizada, o “recuperando” assina um termo de responsabilidade se comprometendo com as regras do método. Se dentro de um mês o “recuperando” não se adaptar, ele pode pedir transferência de volta para o sistema comum.

Outro critério para o preso do sistema comum ir para a APAC é o “bom comportamento” dentro do estabelecimento prisional. Mas falta uma orientação sobre quem define e quais os critérios utilizados para essa constatação. O “bom comportamento” dentro do sistema prisional não significa que aquele sujeito voltará ao

convívio social sem maiores problemas. Em tese, deveria existir uma equipe multidisciplinar composta de psicólogos e assistentes sociais que avaliassem o perfil de cada preso individualmente. Mas, na verdade, é o juiz quem analisa os antecedentes e avalia se o preso pode ir para a APAC.

Muitas vezes o arrependimento demonstrado para o juiz se torna um fator que pode ser determinante na decisão do magistrado. Ou seja, o preso que tem uma “carreira” no crime, dificilmente será transferido para APAC. Ao mesmo tempo, o preso tem que “merecer” a APAC, presos com condenação muito alta e ainda no início do cumprimento da pena, são vistos como perigos potenciais que podem comprometer a disciplina e ordem da “casa”, pois não tem nada a perder. Novamente, “o julgamento da causa é influenciado diretamente pelo grau de arrependimento demonstrado pelo réu”. (LIMA, 1999, p.19)

## **2.7 - Perfil do “recuperando”**

No momento da pesquisa, 73 “recuperandos” cumpriam pena na APAC de Manhuaçu. No regime fechado encontravam-se 46 desses. No semiaberto eram 13 “recuperandos”. E no aberto 14 “recuperandos”.

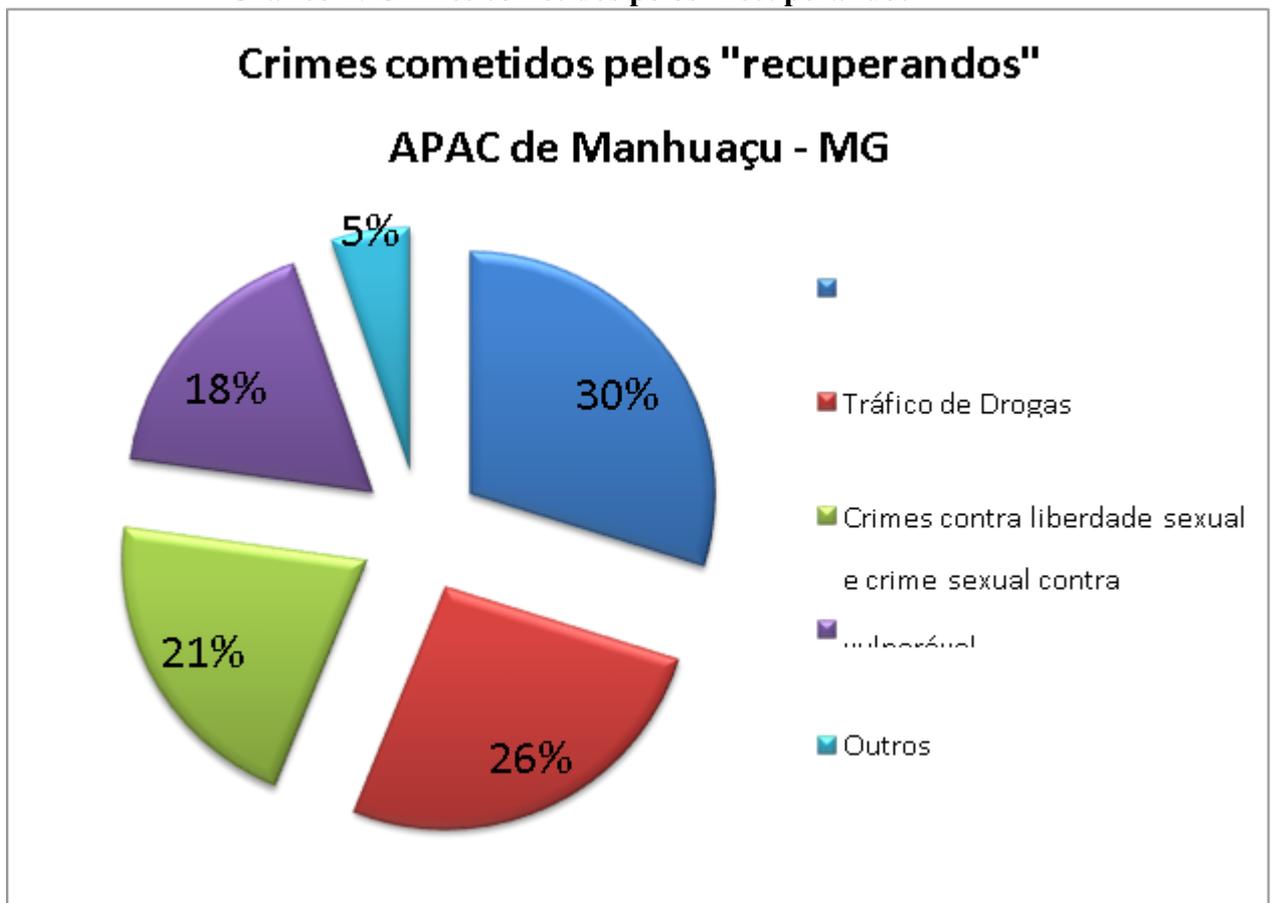
Os dados que apresento a seguir foram coletados a partir dos nomes de 59 “recuperandos” do regime fechado e semi-aberto. Com os “recuperandos” do regime aberto não tive nenhum contato, ou informação, pois esses estavam sob o regime de Prisão de Albergue e só iam para a APAC ao fim do dia para dormir. As informações a seguir não foram fornecidas pela APAC. No início, contava somente com os nomes incompletos de alguns deles nos registros fotográficos que fiz do Quadro de Avaliação Disciplinar do regime fechado e semi-aberto. Obtive as informações a partir de consultas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG), no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e também no noticiário local. Por fim, dos 59 “recuperandos”, um deles foi transferido de comarca, e sobre outro não obtive registro algum. Portanto, minha amostra é de 57 “recuperandos”.

O “recuperando” da APAC geralmente está em sua primeira condenação. Da minha amostra de 57 condenados, 46 deles, ou 81% eram primários, e somente 11, ou 19%, eram reincidentes. Geralmente são trabalhadores rurais, com ensino fundamental incompleto. Nos casos de crime contra o patrimônio, há uma grande relação com a cultura cafeeira. Não raro, as motivações desses crimes estão na obtenção de produtos

relacionados ao café.

O segundo dado que apresento são os crimes cometidos pelos “recuperandos”. Da amostra de 57 “recuperandos”, 17 deles foram condenados por homicídio simples tipificado no Art.121 do Código Penal. Outros 15 “recuperandos” cumprem pena por tráfico de drogas (Art. 33 Lei 11.343/06). Chamo atenção para o grande número de condenações por crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulnerável, em sua maioria padrastos molestando suas enteadas. São 12 “recuperandos”, ou 21% da minha amostra, que cumprem pena por esses crimes. Os crimes contra o patrimônio, furto e roubo, representam 18% da amostragem, ou 10 “recuperandos” condenados por esse crime. O os outros foram 3 condenações distintas, uma por lesão corporal, uma por estelionato, e no caso do meu interlocutor que relatei anteriormente, o ex-policial foi condenado pelo crime de tortura previsto no Art. 1º da Lei de Tortura (Lei 9.455/97).

**Gráfico 1: Crimes cometidos pelos “recuperandos”**



## **2.8 – A Exceção na Execução da Pena e a APAC**

A Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1984) dispõe em seu Art. 112 que nos casos de crimes simples, o condenado que recebesse uma pena de seis anos e não fosse reincidente, por exemplo, após um ano, ganharia a progressão para o regime semiaberto, e depois de mais um ano passaria para o regime aberto. Desde que tenha em mãos um laudo emitido pela Comissão Técnica de Classificação, a aprovação do diretor da unidade e, por fim, a autorização do juiz da vara de execução penal.

No entanto, devido à superpopulação carcerária no sistema comum e consequentemente a falta de vagas nos presídios para o regime semiaberto. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no julgamento do Habeas Corpus 110892, Recurso Extraordinário (RE) 641320, que na falta de vagas no regime semiaberto, o condenado passa do regime fechado direto para o regime aberto ou prisão domiciliar, isso sem falar que na maioria dos presídios, além da falta de vagas, da progressão para o regime adequado, não são cumpridas também as regras exigidas de cada regime.

No regime fechado, o condenado deveria trabalhar no período diurno e ser isolado durante o período noturno. Ocorre que, segundo os dados apresentados pelo INFOPEN em 2014, 78% dos presídios não possuem atividades para esses condenados, deixando-os ociosos na maior parte do tempo. No regime semiaberto, há a insuficiência de vagas nos presídios comuns, e esses são admitidos ao trabalho externo.

No aberto, em tese, o condenado estaria livre durante o dia para trabalhar, estudar e/ou outras atividades autorizadas previamente pelo juiz e sendo recolhido ao estabelecimento penal à noite e nos feriados. Porém, a realidade do sistema comum é outra, se faltam vagas para o semiaberto, no aberto é impraticável a reclusão de todos aos presídios durante a noite.

No método APAC, além de receber apenas presos já com sentença transitada em julgado, ou seja, presos condenados, a progressão de regime segue à risca o que está previsto na Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1984), e por vezes, com mais rigor ainda. O “recuperando” no regime fechado cumpre 1/6 da pena, para progredir para o regime semiaberto. No regime semiaberto, separados em pavilhão destinado ao cumprimento dessa pena, o recuperando cumpre 1/12 da pena até poder obter o benefício do trabalho externo. E, posteriormente, depois de 1/6 no regime semiaberto ele obtém a progressão para o regime aberto, que conta também com o pavilhão específico para o cumprimento da pena nesse regime.

Porém, para obter o benefício, diferentemente do sistema comum, na APAC o “recuperando” não deve ter apenas “bom comportamento”, deve também ter “mérito”. O “mérito”, um dos 12 elementos fundamentais do método, é conferido para aqueles que assumem e se comprometem com o método APAC, ajudam no funcionamento e se tornam proativos. A diferenciação nesses dois termos está diretamente ligada à proposta de gestão da APAC. O “bom comportamento” não é reconhecido, o preso está apenas “tirando cadeia” dentro da APAC, não colabora com o funcionamento da “casa” e tampouco se compromete com o método.

Observe que mesmo aqueles que já tiveram uma longa “caminhada” pela APAC estão sujeitos à forma arbitrária de administração de conflitos pelos juízes das varas de execução penal. Pode-se observar tais arbitrariedades quando mesmo os “recuperandos” que têm “mérito” dentro da unidade se sentem insatisfeitos com algum procedimento e fazem alguma solicitação aos juízes, é comum que sejam transferidos para o sistema comum em presídios distantes. Tais decisões são um meio de coerção para com os “recuperandos”, o que em princípio conflitaria com o objetivo de prisão humanizada da APAC.

A hipervigilância; o disciplinamento extremo; o enquadramento dentro de um determinado tipo de sujeito; o monopólio da palavra pelo discurso religioso; a sinceridade, solidariedade e familiaridade compulsivas; a delação e as tensões que decorrem da desarticulação do código de honra; a chantagem e intimidações exercidas sobre os “recuperandos” colocam inegavelmente outros modos de violência e constrangimento, bastante eficientes e coercitivos, que nos devem levar também a produção do humano e da humanização contida nesta proposta. (ORDÓÑEZ VARGAS, 2011, p.203)

### **Cap 3 – Políticas de encarceramento**

No atual contexto do sistema penitenciário, a população prisional cresce 7% ao ano (INFOPEN, 2014). Há um baixo reconhecimento das alternativas penais devido a uma baixa institucionalização. Não há uma produção de dados e indicadores relacionados às alternativas penais e conta com a desmobilização da participação social e pouco envolvimento da sociedade civil.

Segundo o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil conta com mais de 600 mil pessoas encarceradas e altos índices de criminalidade, tornando a situação penitenciária uma das questões mais complexas da realidade social brasileira. O atual retrato das prisões brasileiras desafia o sistema de justiça criminal e as políticas de

segurança pública. Para tentar reverter esse quadro é necessário o envolvimento dos três Poderes da República, em todos os níveis da Federação, além de se relacionar diretamente com o que a sociedade espera do Estado como ator de pacificação social.

Apresentar qualquer solução para essa questão torna-se algo muito complexo, seja no âmbito legislativo, administrativo ou judicial. A enorme proporção do problema exige que os operadores jurídicos, os gestores públicos e os legisladores juntem esforços na busca conjunta de soluções e estratégias eficazes que possam dar um melhor panorama do que se tem hoje.

Segundo o último Relatório do Infopen, o perfil das pessoas presas é majoritariamente de jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda. Loic Wacquant (2001) ao tratar sobre esse fenômeno nos Estados Unidos e na Europa afirma que não há uma:

pressão penal sobre as ‘classes perigosas’ *stricto sensu*, mas sobre os elementos marginalizados do mercado de trabalho (particularmente jovens e estrangeiros) aos quais são oferecidas como perspectiva apenas a aceitação de uma inserção no mercado de empregos inseguros ou sanções carcerárias, sobretudo em casos de reincidência.” (2001, p.105)

Ainda segundo Wacquant (2001):

De fato, se a ascensão do Estado Penal é particularmente espetacular e brutal nos Estados Unidos, pelas razões historicamente imbricadas que conhecemos – estreiteza de um estado “categorial” fundado sobre uma censura racial e dedicado a reforçar a disciplina do mercado -, a tentação de se apoiar nas instituições judiciária e penitenciária para eliminar os efeitos da insegurança social engendrada pela imposição do trabalho assalariado precário e pelo retraimento correlato de proteção social também se faz sentir em toda a Europa...” (2001, p.101)

Não é à toa que quando esses indivíduos são abordados pela polícia, logo acionam a categoria “trabalhador”, para dizer que não são bandidos. Ao estudar o processo de construção institucional de presos e egressos, Izabela Lacerda Pimenta(2014) afirma que

...ter um emprego formal representa para os segmentos estudados, dentre outras coisas, a possibilidade de aquisição de uma identidade socialmente positivada, ou seja, a identidade de trabalhador apresenta como uma (se não a única) via para a obtenção do seu reconhecimento como detentores de ‘substância moral digna’ que, como tais, merecem ser tratadas com respeito no espaço público (PIMENTA, 2014, p.286-287).

Segundo Jacqueline Sinhoretto (2013), no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, esse fenômeno do encarceramento em massa é caracterizado pela política de descentralização das unidades prisionais, focalizando nos acusados de crimes

patrimoniais e tráfico de drogas. O público é certo, a população jovem, negra e residente nos bairros de periferia. A função não declarada da prisão no atual contexto tem se caracterizado no controle das classes mais pobres.

Ultimamente, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) vem propondo uma agenda política nacional de melhoria dos serviços penais. Esse trabalho parte em quatro propostas: as alternativas penais e gestão de problemas relacionados ao encarceramento em massa; o apoio à gestão dos serviços penais e redução do déficit carcerário; humanização das condições carcerárias e integração social; e modernização do sistema penitenciário nacional.

Quanto à primeira proposta, a busca por alternativas penais eficazes é um desafio de alta complexidade dependente da articulação com os órgãos do sistema de justiça criminal. Nesse sentido, foram implantadas recentemente as audiências de custódia, que surgiram da cooperação entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça. Esse projeto consiste na garantia ao preso em flagrante de sua rápida apresentação a um juiz. A audiência conta com a participação do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado da pessoa presa. O juiz analisa a legalidade e a necessidade da prisão, bem como eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos.

No âmbito desse projeto, o DEPEN proporciona estrutura para a instalação das centrais de alternativas penais e centrais de monitoramento eletrônico, para que o juiz, ao tomar sua decisão, tenha por escolha alternativas ao encarceramento provisório. No entanto, pude notar durante meu trabalho de campo a atuação de alguns magistrados que vão em direção oposta ao objetivo desse projeto. No meio de um grupo de trabalho, durante o Seminário Regional de Alternativas Penais, um magistrado do Estado de São Paulo disse a seguinte frase: - *“Em São Paulo temos uma experiência muito positiva. Em 95% das audiências de custódia não há o relaxamento da prisão em flagrante, o que vem demonstrando o bom trabalho da polícia paulistana.*

Sem entrar no mérito do trabalho da polícia de São Paulo, é interessante notar a necessidade de mudança no pensamento dos operadores dessas políticas públicas. A expressão acima reforça ainda mais o atual cenário das prisões brasileiras. Sem a mudança da cultura punitivista e exclusivamente retributiva, deixando de lado o princípio ressocializador da pena, não terá projeto que dê conta do problema carcerário.

A segunda proposta, a Lei de Execução Penal atribui ao DEPEN a responsabilidade de assistir tecnicamente às unidades federativas (art. 72, inciso III). Para

exercer essa atribuição, cabe ao DEPEN implementar modelo de cooperação federativa que promova ao máximo a proximidade entre o Governo Federal e os gestores estaduais. Assim, além de buscar a qualificação dos estabelecimentos penais, reduzindo o déficit de vagas, adequação arquitetônica e aparelhamento, é preciso repensar a macrogestão das políticas públicas, a atuação do sistema de justiça-criminal e a microgestão do cotidiano das unidades prisionais. Segundo Jacqueline Sinhoretto, ao tratar dos aspectos que envolvem a expansão de unidades prisionais para as pequenas cidades a gestão do sistema penitenciário “que ocorre de forma bastante peculiar, sendo compartilhada entre a administração e os internos”. Esse processo de gestão compartilhada das unidades prisionais também pode ser observado na relação entre o método APAC e os “recuperandos”.

Os estudos recentes, que se contrapõem: de um lado, a defesa da existência de uma coerência entre as políticas e os dispositivos de endurecimento penal, do tratamento e da repressão crescente, que resultaria na neutralização da garantia dos direitos aos presos, recorrendo a táticas ilegais e de exceção; de outro, estudos que identificam o surgimento dos coletivos de presos como a emergência de um novo sujeito político que muda a correlação de forças na gestão cotidiana da repressão, da vigilância, da disciplina e da violência no interior das prisões e nos espaços sociais em que seus efeitos são sentidos. (SINHORETTO, SILVESTRE, MELO, 2013, p.84)

A terceira proposta refere-se à humanização das condições carcerárias. Essas condições dependem da promoção de um modelo intersetorial de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, de esporte, de assistência social e de acesso à justiça. Para abranger as 607 mil pessoas que se encontram nos presídios brasileiros, as políticas públicas devem ser implementadas pelos gestores estaduais das diversas secretarias especializadas nas diferentes temáticas sociais governamentais.

Como dito anteriormente, é inadequado o modelo de “instituição total” (GOFFMAN, 1961) que deixa a cargo unicamente do diretor prisional improvisar arranjos de serviços, ou “ajustamentos secundários” definido por Goffman como:

...qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do eu que a instituição admite pra ele. (GOFFMAN, 1961, p.160).

Tais arranjos direcionados para ambientes intramuros, de forma fragilizada e, muitas vezes, desconectada às políticas sociais do Estado. Isso quando essas políticas não

são inexistentes. Esse fator torna-se decisivo para o reconhecimento pleno da pessoa privada de liberdade e o egresso do sistema prisional como sujeitos de direitos.

Apesar de não ter uma participação direta do DEPEN, é nessa terceira proposta que entra a APAC. Pode perceber, nos seminários e eventos que participei, que o DEPEN não estimula ou faz propaganda da APAC. Quando questionados ou provocados, os diretores e representantes do DEPEN não se posicionam sobre a APAC e mudam o rumo da conversa.

A quarta proposta que vem sendo trabalhada pelo DEPEN é a modernização do sistema penitenciário nacional. Incluindo o aumento de investimentos em tecnologia, incluir e padronizar os procedimentos a nível nacional. Aprimorar a gestão de informações, com o objetivo de coletar e tratar dados que permitam o monitoramento integrado pelos órgãos de fiscalização das condições carcerárias de estabelecimentos críticos, o planejamento da gestão dos serviços penais e até mesmo o adequado acompanhamento da execução da pena de cada pessoa privada de liberdade.

### **Considerações Finais**

A estimativa de reincidência dos egressos da APAC gira em torno de 15 a 20%. Porém, além da falta de dados que comprovem tal constatação, como ocorre no sistema carcerário comum, o método utilizado por alguns coordenadores é contraditório. Para utilizar-se de tal número, somente presos que cumpriram pena em sua totalidade na APAC são considerados. Os presos que fugiram, foram transferidos, ou não se adaptaram ao método e pediram transferência, não são contabilizados. Somando o fato de que a reincidência é constatada somente quando o egresso comete um crime e é preso de novo, muitas vezes ele continua no crime sem ser pego e não entra nos índices de reincidência. Certa vez, em uma cerimônia da APAC, o juiz da VEP de Manhuaçu disse o seguinte:

“Eu tenho realmente satisfação em participar desse projeto. É uma alegria ver os resultados. Aqui em Manhuaçu temos 95% de recuperação na APAC, enquanto no sistema tradicional o índice é 85% de reincidência. Falando em números: com muito menos despesa, demos resultados excelentes para a sociedade. Em três anos, de 131 recuperandos, somente sete voltaram a cometer crimes. Manhuaçu prova que o método funciona e é modelo para outras cidades” (JUIZ)

Para o “recuperando”, a APAC se torna uma alternativa viável diante do cenário

do sistema penitenciário. Muitos deles aceitam as regras da APAC para se beneficiar das melhores condições oferecidas no cumprimento da pena. Porém, não aderem ao método, tampouco pactuam de todas as regras. Um dos “recuperandos” relatou que estava de “saco cheio”, pois todos os dias tinham alguém visitando a APAC e os tratavam como “criancinhas”.

No que tange ao acompanhamento do egresso após seu livramento, na APAC não há dispositivos e mecanismos que ajudem o egresso nessa questão. Os gestores utilizam da prerrogativa que ao longo da pena foram reforçados os laços familiares, ficando a cargo da família esse acompanhamento, a reinserção social e no mercado de trabalho do egresso. Há dificuldade até mesmo em conseguir postos de trabalho para os “recuperandos” do regime semiaberto que tenham o benefício do trabalho externo.

Além da privação da liberdade, do direito de ir e vir, a APAC por meio da obrigatoriedade da participação nas atividades de socialização, como por exemplo, “A oração do recuperando”, dentre outras atividades, controla o tempo dos “recuperandos” e os restringe de liberdade de escolha e liberdade religiosa. Antes da transferência para a APAC, não são todos que têm plena ciência da quantidade de regras. Não há negociação no cumprimento dessas regras. Assim, não são raros os casos de presos que não se adaptam e pedem para sair da APAC, sendo transferidos de volta para o sistema comum.

Comparado ao sistema comum, e sob a ótica dos direitos humanos, o método APAC cumpre com todos os requisitos formais previstos na Lei de Execuções Penais. Porém, não garante o acesso ao universo de presos de forma igualitária mesmo para aqueles que cumprem com todos os requisitos, constituindo como um privilégio, ainda que sob constante ameaça da transferência de volta para o sistema comum. A ordem ditada pelo discurso religioso e a importância de desenvolver relações pessoais dentro do sistema para conseguir benefícios é uma característica desse sistema. Essa pesquisa identifica a dificuldade dos órgãos estatais para tratar do egresso que não é oriundo da APAC, nas palavras dos gestores “— *Todo mundo só quer trabalhar com o preso APAC*”.

Esse trabalho de conclusão de curso foi defendido no ano de 2016 quando as políticas públicas penitenciárias no Estado de Minas Gerais tratavam a APAC como uma solução para a crise carcerária. Nos últimos anos, foram retomadas várias obras de Centros de Reintegração Social da APAC em Minas Gerais. Além disso, houve uma expansão do “método” para outros estados do país. Naquela época era grande a demanda por mais vagas nas APAC. Estavam tratando esse método como uma “*luz no fim do*

*túnel*”, mas a luz é fraca e o túnel é longo.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Antônio Rafael. **Prender e dar fuga: Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. (2005)** Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL, LEP (1984). **Lei de Execução Penal**. Brasília. DF. Congresso Nacional. 1984

CAMARGO, Maria Soares. **Terapia Penal e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 1984

CARTILHA **Atos Normativos**. Projeto Novos Rumos na Execução Penal. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), 2007

CARTILHAS **Projeto Novos Rumos na Execução Penal**. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. (TJMG), 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão**. São Paulo: Humanitas, 2008.

----- (2013) **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**. 2ed. 8reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GARLAND, David. **A cultura do Controle: Crime e Ordem Social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro. Revan, 2008. Pensamentos Criminológicos.

GOFFMAN, Erving (1961). **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

INFOPEN (2014). **Sistema Integrado de Informações Penitenciárias**. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Ministério da Justiça, 2014

MASSOLA, Gustavo. **A Subcultura Prisional os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista**. Tese (Doutorado em Psicologia Social), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ORDÓÑEZ VARGAS, Laura J. **É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método de gestão Carcerária APAC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia, da Universidade de Brasília, 2011.

OTTOBONI, Mário. **Meu Cristo estou de volta**. São Paulo: Paulinas, 1978

\_\_\_\_\_. (1997). **Ninguém é irre recuperável. APAC: A revolução do sistema**

**penitenciário.** São Paulo: Cidade Nova, 2001.

\_\_\_\_\_. (2001). **Vamos matar o criminoso? Método APAC.** São Paulo: Paulinas, 2006.

PIMENTA, Izabella Lacerda. **Dos acessos ao “mundo do trabalho” – uma etnografia sobre os processos de construção institucional de presos e egressos no Rio de Janeiro (Brasil) e em Ottawa (Canadá).** Tese (Doutorado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. **O encarceramento em massa em São Paulo.** Tempo Social (USP, Impresso) v.25. p.83-106, 2013.

VARELA, Dráuzio. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WACQUANT, Loïc (1999). **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de Esquina - Street corner society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

**ANEXOS**

Anexo 1:

**APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS****Regulamento Disciplinar dos Centros de Reintegração Social Dr. Franz de Castro Holzwarth**

---

O presidente da APAC, tendo em vista a necessidade de constante aperfeiçoamento do Método APAC, para o melhor funcionamento da administração do C.R.S. - Centro de Reintegração Social, resolve disciplinar o convívio entre os recuperandos, através da seguinte portaria preventiva contra as drogas, etc.:

**TERMO DE ADESÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, consciente de que não estou autorizado a usar quaisquer drogas que causem dependência física ou psíquica no centro de Reintegração Social da APAC e, após tomar conhecimento da existência de um PACTO entre os recuperandos dos regimes Fechado, Semiaberto e Aberto, que diz que falar a verdade não será considerado como "caguetagem" na APAC, e que a falta será punida com rigor pela Direção, firmo o presente TERMO DE ADESÃO comprometendo-me, assim, a não usar drogas e a lutar por todos os meios possíveis para que outros recuperandos não usem, além de vigiar diariamente para que não entre drogas na APAC.

Autorizo ainda, a realização periódica do uso do bafômetro e de exames toxicológicos, em caso de suspeita, em qualquer momento, durante o cumprimento de minha pena na APAC.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do recuperando

**APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS****Regulamento Disciplinar dos Centros de Reintegração Social Dr. Franz de Castro Holzwarth**

O presidente da APAC, tendo em vista a necessidade de constante aperfeiçoamento do Método APAC, para o melhor funcionamento da administração do C.R.S. - Centro de Reintegração Social, resolve disciplinar o uso do telefone por parte dos recuperandos, através da seguinte portaria:

**CAPÍTULO I  
DO USO DO TELEFONE**

**Art. 1º.** O uso do telefone para os recuperandos poderá dar-se da seguinte forma:

- I. O recuperando, ao dar entrada no C.R.S. firmará o seguinte Termo de Compromisso de Uso de Telefone:

**TERMO DE COMPROMISSO DE USO DO TELEFONE**

Eu, \_\_\_\_\_, consciente de que a Lei nº 12.012, de 06 de agosto de 2009, proíbe a comunicação telefônica dos sentenciados com o meio externo e de que não obstante a vigência desta Lei, na APAC, caso tenha mérito, poderei ser beneficiado com a permissão de realizar ligações telefônicas, aceito a condição de que somente poderei efetuar ou receber ligações para os telefones cadastrados em meu nome, constantes em minha pasta prontuário, autorizando ainda, o registro e a escuta telefônica através de aparelho controlado pela secretaria da APAC.

Estou ciente também de que terei que contribuir com uma taxa a ser estipulada e repassada para a Administração da APAC para cada ligação realizada e de que não poderei, em hipótese nenhuma, transferir o direito de minha ligação para outro recuperando podendo, caso isto ocorra, incorrer em Falta Grave, conforme Art. 17 do Regulamento Disciplinar da APAC, além de incidir na suspensão telefônica de todos os recuperandos.

Itaúna-MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Recuperando

- II. O recuperando, recém-chegado, fornecerá no máximo 03 (três) números de telefones de familiares para a administração da APAC, que realizará sindicância para comprovar a veracidade dos dados fornecidos;

**QUANDO A PIADA NÃO TEM GRAÇA:  
A PRÁTICA DO *BULLYING* EM AMBIENTE ESCOLAR<sup>1</sup>**

Nínive Condeixa Gomes<sup>2</sup>

**1. INTRODUÇÃO**

A presente monografia consiste em uma pesquisa exploratória sobre as percepções do *bullying* por parte de estudantes de primeiro e segundo graus na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Minha disposição para tratar do tema se deu em dois momentos, os quais coexistem sem haver uma ordem de prioridade entre eles, uma vez que os mesmos caminharam lado a lado. A minha inquietação acadêmica se iniciou em decorrência de minha experiência no curso de Licenciatura em Matemática, onde eu pude conhecer a escola através do olhar do professor e não somente pelo olhar do aluno, no qual eu me enquadro até então. Essa oportunidade de poder olhar o mesmo palco de atuação sob outras óticas é de um crescimento e aprendizagem inigualáveis. É a oportunidade de mudar de papel no mesmo ambiente e, com isso, mudar comportamentos, falas, posturas e, aquilo que compõe a sociedade, as relações. Para Camargo, a definição mais geral de sociedade pode ser resumida como um sistema de interações humanas culturalmente padronizadas [...] A sociedade é um sistema de símbolos, valores e normas, como também um sistema de posições e papéis” (CAMARGO, 2014:XX)

Durante esse percurso na licenciatura, eu cursei as matérias de educação da grade curricular, fiz as pesquisas e práticas em ensino, estágios obrigatórios, participei do programa Mais Educação, Programa Segundo Tempo e PIBID. Eu considerava certa a minha formação como professora.

Repentinamente, a sede por mudança me fez ir à busca de novos rios. Fui aprovada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com pontuação para o curso de Segurança Pública e Social. Tratava-se de um curso novo, cuja temática me chamou a atenção por diferentes motivos, que não vem ao caso para esse trabalho. Eu tranquei a matrícula na faculdade de Matemática e mergulhei de cabeça nessa nova carreira que me esperava.

---

<sup>1</sup> Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, defendida no ano de 2020. Foi orientador o professor Lenin Pires. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado o professor Marco Alexandre Verissimo e a professora Juliana Vinuto

<sup>2</sup> Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense

Após 4 anos de formação, e com a chegada do momento da escrita da monografia, eu me peguei refletindo que a minha carreira acadêmica se construiu anos antes e que eu não poderia simplesmente excluir essas outras experiências tão importantes na minha vida. Surgiu, assim, a vontade de juntar tudo o que aprendi, vivenciei e senti nesses últimos anos e fechar esse ciclo com as vivências que trago.

Junto então a minha experiência escolar com a curiosidade em entender as relações de conflitos que formam o *Bullying*, pois presenciei algumas “brincadeiras” onde só um lado da história se divertia e eu tentava administrar esses conflitos. Conflitos esses que há muito cercam as relações nas escolas, mas cujo número de casos tem sofrido acréscimos, principalmente após ganhar a identificação de *Bullying*. Esse, portanto, é o assunto da presente monografia.

Parto do princípio que desde o início dos tempos o convívio social é marcado por relações de conflitos e esses conflitos sociais podem envolver a violência. Contudo, o conflito que existe por detrás do *bullying* é desconfortante, ameaçador e traumatizante. Por ocorrer, em maior número nas escolas, o *bullying* ainda carrega pontos que merecem um destaque sob nosso olhar: a escola é uma das primeiras instituições sociais que o indivíduo integra, fazendo com que, se não for combatido, ele considere aceitável a prática do *bullying* dentro dessa instituição. A pesquisa se perguntou por que se inicia o bullying em ambiente escolar, mas também teve por objetivo analisar qual a possível influência da família na prática do *bullying*. Compreender as relações interpessoais existentes nas instituições sociais família-escola e conhecer os conflitos e eventuais consequências que o *bullying* proporciona ao autor e vítima.

Em minha pesquisa, como falarei mais detidamente, eu utilizei a abordagem qualitativa, de caráter exploratório. Foi feito como instrumento de construção um questionário com 32 perguntas exploratórias, sendo elas divididas em 7 seções. O questionário foi disponibilizado pela plataforma *Google Forms*. O questionário foi encerrado e analisado levando em consideração principalmente a faixa etária e os depoimentos. Foi feito um levantamento de quantos participantes já tinham conhecimento sobre o *bullying*, bem como se considerava grave fazer piadas acerca de alguém, haviam tido algum contato com o *bullying*, seja vítima, observador ou agressor, entre outros.

Segundo o dicionário brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, *Bullying* é: “ato agressivo sistemático, envolvendo ameaça, intimidação ou coação, praticado contra alguém, por um indivíduo ou um grupo de pessoas. Ocorre geralmente em escolas, porém,

pode ser praticado em qualquer outro local. Trata-se de ação verbal que pode, em situações extremas, evoluir para agressão física”. Agressão essa que vem ganhando destaque nos telejornais, nos cinemas, nas novelas e em séries. A exemplificar, o filme “Carrie, A Estranha”<sup>3</sup>, a série de grande crítica “Thirteen Reasons Why”<sup>4</sup> (Os Treze Porquês) e a novela “As Aventuras de Poliana”<sup>5</sup>.

Desde o início dos tempos o convívio social é marcado por relações de conflitos e esses conflitos sociais podem envolver a violência. Para alguns autores da Sociologia do século XX, o conflito é formado por questões positivas e negativas. O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes (SIMMEL, 1955 *apud* MORAES FILHO, 1983). Lewis Coser (1950), baseado na obra de G. Simmel, defendeu que, em certas situações, o conflito pode contribuir para preservar a ordem social ao funcionar como válvula de escape, e assim fortalecer a organização social.

O conflito pode ter mesmo ajudado na expansão da humanidade com seus aspectos positivos e negativos; contudo, o conflito que existe por detrás do *Bullying* é desconfortante, ameaçador e traumatizante. É o conflito com violência psicológica e, em alguns casos, física, que deixa marcas permanentes em quem a sofre podendo ocasionar a morte, tanto em forma de homicídio como suicídio.

Por ocorrer, em maior número, nas escolas (como citado anteriormente), o *Bullying* ainda carrega pontos que merecem um destaque sob nosso olhar: a escola é uma das primeiras instituições sociais – aqui entendidos como um conjunto de valores, regras, normas sociais, práticas comuns a um grupo de indivíduos que são reconhecidas e aceitas pela sociedade – que o indivíduo integra, fazendo com que, se não for combatido, ele

---

<sup>3</sup> Baseado nos manuscritos de Stephen King de 1974 (onde ele se baseou numa garota que havia conhecido na juventude e que muitos afirmavam possuir habilidades psíquicas) esse livro se tornou um *best-seller*. O longa homônimo de 1976 foi o resultado do encontro entre Brian De Palma (Diretor, Roteirista) e Stephen King (Escritor, Roteirista). De lá pra cá vem ganhando novas roupagens, sendo relançado em 2002 e em 2013, e ganhando uma continuação em 1999.

<sup>4</sup> Série de televisão norte-americana, dirigida por Brian Yorkey, lançada em março de 2017 no Netflix. Baseada na obra literária Os 13 Porquês de Jay Asher, a série conta com três temporadas, a segunda lançada em maio de 2018. Abordando assuntos polêmicos que afetam muitos jovens como depressão, *bullying*, isolamento, abuso sexual e suicídio, a série foi um sucesso imediato, conquistando a atenção do público por todo o mundo.

<sup>5</sup> Telenovela brasileira produzida e exibida pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) com início em 2018 com previsão de duração de 2 anos. A trama é uma adaptação feita por Íris Abravanel da obra literária "Pollyanna", de Eleanor H. Porter, um *best-seller* de 1913 considerado um clássico da literatura infanto-juvenil. A história tem como objetivo imprimir a moral de "renovar a esperança com pensamento positivo para ver o lado bom da vida".

considere aceitável a prática do *Bullying* dentro dessa instituição e que leve até mesmo para fora dela.

Outro ponto a se considerar é a idade dos praticantes desse ato. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Idade essa que faz parte dos grupos vulneráveis onde “não têm sequer noção de que estão sendo vítimas de discriminação ou que seus direitos estão sendo desrespeitados: eles não sabem sequer que têm direitos.” (PASCHOAL; MARTA, 2012) e que estão em formação para a vida adulta, demandando assim um acompanhamento, orientação e cuidado. Segundo o Ministério da Saúde (2010) “durante a adolescência ocorrem mudanças de ordem emocional que são de extrema importância para o indivíduo, tais como o desenvolvimento da autoestima e da autocrítica” (BRASIL, 2008).

Essa pesquisa, assim, tem como inquietação o porquê da prática do *bullying* se dar no ambiente escolar, principalmente, envolvendo crianças e adolescentes, sobretudo. É claro que, se compararmos com os ambientes considerados “adultos” também se pode arguir acerca da existência de conflitos envolvendo os atores. Noções como “brincadeira de mal gosto” ou mesmo “assédio moral” dão conta dessa dimensão. Entretanto, há um aspecto que me chamava a atenção nas situações que vivenciei, que diziam respeito a uma certa continuidade entre o *bullying* nas escolas e certas ocorrências que se conectam com os ambientes familiares das crianças e adolescentes. Entretanto, diferentemente do que ocorre com a maioria dos casos envolvendo os adultos, a instituição familiar quase sempre acaba sendo acionada. Seja quando é informada da ocorrência de *bullying* pela vítima ou, na maioria dos casos, pela escola. Esta última, inclusive, em algumas ocorrências, pode acionar também a família do agressor.

Eu tinha por expectativa compreender em que nível as instituições escolares e familiares partilhavam essa experiência. Na minha perspectiva, tanto a personalidade da vítima quanto a do agressor se construía a partir de contornos estabelecidos em ambiente familiar. Pelo menos era a minha percepção enquanto professora. Eu queria fazer uma pesquisa que dialogasse com esta última, de maneira a estabelecer parâmetros para que a escola compreendesse a urgência de dar atenção redobrada ao tema e contribuir com as famílias na formação das crianças e adolescentes. Contudo, como será visto, minhas ambições tiveram que se ajustar a limites mais estreitos.

O presente estudo se constitui de duas partes. Em uma primeira, constituída dessa

introdução, eu apresento elementos de natureza metodológica, para que o leitor saiba como a pesquisa foi feita. Na sequência eu realizo uma revisão literária sobre o tema com o objetivo de analisar qual a possível influência da família na prática do *Bullying* formulando como questão porque, afinal, se inicia o *Bullying* em ambiente escolar?

Por outro lado, traçam-se como objetivos também compreender as relações interpessoais existentes nas instituições sociais Família-Escola e conhecer os conflitos e eventuais consequências que o *Bullying* proporciona ao autor e vítima. Como afirmam Miranda & Maia (2017), a escola é uma instituição de grande influência na delimitação de identidades em nossa sociedade, particularmente de gênero. Nela se arquitetam naturalizações acerca do mundo à nossa volta, construindo noções sobre o “normal”. Nesse diapasão, segundo os autores, há uma naturalização no interior da escola sobre as manifestações de comportamentos adquiridos na socialização familiar, valorizada como a principal, cujos valores não devem ser alterados pela escola. Consequentemente, se pode observar a reprodução de modelos ali instaurados - como a de hegemonia do gênero masculino sobre o feminino, por exemplo - adquirindo visibilidade através de manifestações comportamentais, visuais e verbais, assim como invisibilizando moralidades e crenças pré-adquiridas ao convívio escolar (NOVOA, 1990 APUD MIRANDA & MAIA, 2017).

Por isso, o estudo bibliográfico que empreendi será complementado com dados empíricos, construídos através de algumas entrevistas, conversas informais e pela aplicação de um questionário, conforme descreverei mais detidamente a seguir.

Espero, dessa forma, dar uma pequena contribuição que possa interessar a diferentes áreas de conhecimento sobre a sociedade. Dentre elas a área da psicologia, ressaltando a importância de um psicólogo escolar no acompanhamento das turmas e destacando o seu olhar clínico para além de condutas e personalidades, mas na identificação de necessidades e aperfeiçoamentos dessas para que as relações que caracterizam o ambiente escolar sejam as menos conflitantes possíveis, trabalhando de maneira preventiva, interventiva e acolhedora para os que foram marcados por esse tipo de violência, seja autor ou vítima. Na área da educação, espero destacar para os professores a necessidade para se atentarem às manifestações, as causas e efeitos do *bullying*, a fim de colaborar positivamente para a prevenção e término de sua prática em sala de aula, como também nos demais espaços institucionais de ensino. Para a área de segurança pública e social, finalmente, quero chamar a atenção para um novo campo de

diagnóstico e administração de conflitos; além de identificar diversas formas de violência que compõem o *bullying*, espero ser possível prevenir e evitar que um atual praticante se torne um adulto violento e sem limites em suas relações futuras.

## 2.METODOLOGIA

Em minha pesquisa utilizei a abordagem qualitativa, de caráter exploratório, onde serão usadas as técnicas de construção de dados também qualitativas. De acordo com Godoy:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

Já as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, além do aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. De modo a possibilitar a consideração dos mais variados aspectos relativos ao objeto estudado, seu planejamento é bastante flexível. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL, 2002).

Como referi, meu estudo dialoga fortemente com minha própria experiência enquanto estagiária docente por um período bastante significativo. Condição na qual conheci um grande número de professoras e professores, tendo estabelecido relações profissionais e de confiança com um grande número deles. Estes últimos também são interlocutores dessa pesquisa, uma vez que com eles discuti não só nossas percepções sobre as práticas de *bullying*, enumerando seus principais aspectos, como também realizei entrevistas para construção de minha hipótese de pesquisa.

Eu tinha o interesse de realizar entrevistas em profundidade com crianças e adolescentes com o conhecimento e anuência de seus respectivos pais ou responsáveis. Também esperava partilhar dos espaços escolares com os estudantes e, na medida do possível, conhecer espaços domésticos e familiares. Entretanto, as dificuldades de tempo, em decorrência do trabalho, não permitiram que eu levasse a efeito um

cronograma construído para o segundo semestre de 2019. A expectativa era que em 2020 eu o fizesse, mas a Pandemia Mundial da COVID-19 me obrigou a lançar mão de técnicas menos ambiciosas, impondo um escopo mais estreito de possibilidades de interpretação.

Eu usei como instrumento dessa construção interpretativa um questionário com 32 perguntas exploratórias, sendo elas divididas em 7 seções, a saber: 1) Termo de Consentimento; 2) Pessoal; 3) Irmãos; 4) Pessoal; 5) Escolar; 6) *Bullying* e 7) Você é muito importante!. Dessas 32 questões, 30 foram questões fechadas e 2 abertas, sendo elas:

a) Das fechadas:

- 1 foi para o termo de consentimento na qual o participante responderia se queria responder ou não ao questionário depois de ter lido para qual fim se daria a pesquisa;
- 2 que só seriam respondidas se o participante marcasse a opção de ter irmãos, ou seja, se não possuísse irmãos não responderia;
- 3 com as alternativas fixas, não podendo acrescentar opção.
- 24 com a alternativa de marcar a opção “Outro” na qual ele escreveria uma resposta que não estava dentre as demais;

b) Das abertas:

- 1 sobre o que poderia ser feito para mudar o comportamento de quem pratica o *bullying*;
- 1 para relatar a experiência com o *bullying*.

O questionário é um instrumento de recolha de informação que permite, tanto ao investigador, quanto ao educador, obter com facilidade um conhecimento amplo a respeito do problema em estudo (FREIRE; VEIGA SIMÃO; FERREIRA, 2006).

Para Miranda (2009) o questionário atinge várias pessoas ao mesmo tempo, obtendo um grande número de dados. Algumas das principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessária a presença do investigador para que o respondente responda às questões.

Ribeiro (2008) destaca os pontos fortes do questionário, tais como: garantia do anonimato, questões objetivas de fácil pontuação, questões padronizadas que garantem a uniformidade, deixar em aberto o tempo para as pessoas pensarem sobre as respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos de computador, custo razoável.

Durante o processo de elaboração dessas questões, procurei, de forma anônima, conhecer o indivíduo que o respondia, de modo que eu conseguisse alcançar suas emoções e sensações dentro do ambiente familiar e escolar. O “Questionário para o estudo da

violência entre pares no 3º ciclo do ensino básico” elaborado por Freire, Veiga Simão e Ferreira em 2006, serviu como base para a elaboração deste, havendo a retirada e o acréscimo de questões a fim de cercar os aspectos importantes para a discussão deste trabalho.

O questionário foi disponibilizado pela plataforma Google Forms no período de 02/08/2020 a 10/08/2020, onde além de ser aberto ao público de qualquer faixa etária que já tenha tido contato com o *bullying*, houve o auxílio de uma professora que ministra aulas na rede pública e particular e que divulgou o questionário aos seus alunos através da plataforma Google Classroom para os estudantes do colégio estadual em São Gonçalo com a autorização da diretora da unidade, e através da rede social Facebook para os estudantes do colégio da prefeitura de Niterói com a autorização da coordenadora da unidade, fazendo com ele chegasse a participantes de faixa etária escolar, principal grupo de interesse, onde se pode discutir sobre o *bullying* atualmente.

Ao todo foram obtidas 112 respostas nas quais puderam ser respondidas a partir de suas residências, uma vez que por ocasião da COVID-19 as aulas foram suspensas e o planejamento de encontros e entrevistas para o colhimento de informações não se concretizou. Com isso, a alternativa encontrada diante dessa dificuldade foi o questionário on-line como explicitado anteriormente.

O questionário foi encerrado e analisado levando em consideração principalmente a faixa etária e os depoimentos. Foi feito um levantamento de quantos participantes já tinham conhecimento sobre o *bullying*, bem como se considerava grave fazer piadas acerca de alguém, haviam tido algum contato com o *bullying*, seja vítima, observador ou agressor, entre outros.

Resumidamente, a idade com o maior número de respostas foi a de 14 anos. O gênero feminino também se destacou havendo a participação de 59 pessoas. A categoria racial predominante foi a negra. Dos respondentes, apenas 2 tinham necessidades especiais. Quanto aos moradores da residência, o destaque se deu para as famílias que são compostas por mãe, pai e irmãos. 32 participantes são irmãos mais novos. 32 pessoas responderam ajudar a cuidar dos irmãos. 88 participantes possuem algum responsável que trabalha fora. Dos participantes, 88 recebem ajuda dos pais nas atividades escolares ou recebem ajuda as vezes. Observa-se também que 61 pessoas classificaram seus relacionamentos familiares como ótimo. 28 alunos eram do 8º ano do ensino fundamental. 98 participantes da rede pública. 69 classificaram o ambiente da escola como

“aconchegante e acolhedor”. Quando perguntado sobre o *bullying*, apenas um não tinha conhecimento sobre. 84 pessoas consideram grave fazer piadas sobre o corpo e o intelecto de alguém e esse número vai pra 94 quando se trata de piada sobre as condições sociais. 53 pessoas não haviam sido vítimas de *bullying*, o que significa que quase metade dos participantes já sofreram com o *bullying* de alguma forma. Ao serem perguntados sobre o que leva uma pessoa a praticar o *bullying*, a resposta que mais se destacou foi imaturidade, seguida de chamar a atenção e falta de amor.

Mas chamou minha a atenção que a opção fofocas foi a campeã das práticas do *bullying*. Discutirei isso mais adiante.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 BULLYING

“Só ri das cicatrizes quem nunca foi ferido”

William Shakespeare

Por ser visto como brincadeira de criança e por ocorrer desde o início da criação da escola, até início dos anos 70 não foi objeto de estudos e era descrito como um fenômeno que ocorria na relação entre os pares no ambiente escolar. Foi no início dos anos 70 que a Suécia e a Dinamarca adentraram o assunto com estudos sistemáticos. Entretanto, o *Bullying* só foi reconhecido e assim nomeado na década de 80 por Dan Olweus, professor da Universidade de Bergen, na Noruega. O assunto se destacou gerando interesse quando a mídia, em 1982, noticiou o suicídio de três crianças entre 10 e 14 anos de idade, sendo apontado como causa principal de tal ato a violência entre pares. Famílias e escolas demonstraram grande preocupação e o Ministério da Educação observou a gravidade do problema. O pioneiro Dan Olweus, em 1983, desenvolveu uma grande campanha nacional contra o *bullying*. (FANTE, 2015, p.81)

Ainda sem uma tradução para a língua portuguesa, *Bullying* é uma palavra de origem inglesa onde “Bully” no substantivo significa “valentão”, “mandão”, “tirânico” e no verbo significa “ameaçar”, “maltratar”, “assustar”, “oprimir” e o sufixo “ing” representa uma ação continuada. O que dá a ideia de valentão, mandão e tirânico, ameaçando, maltratando, assustando, oprimindo o tempo todo.

Para Fante (2015), o *bullying* é, universalmente, conceituado como sendo um conjunto de comportamentos, intencionais e repetitivos, adotado por um ou mais

estudantes, sem motivação evidente, causando dor e sofrimento, dentro de uma relação desigual de poder. Camargo (2015) compartilha da definição de Fante acrescentando que é um tipo de violência entre pares com características próprias e que essas características diferenciam o *bullying* de outros tipos de violência que acontecem dentro e fora da escola. Rosa (2015) define como além de violência física, são atos de violência psicológica intencionais e repetidos. Ele ainda lembra que esse fenômeno não é uma novidade e o *bullying* é “uma nomenclatura do assédio, da injúria e da dominação sempre existentes e colocadas, até então, na conta de uma manifestação própria de violência: real, simbólica ou imaginária” (p.14)

Na Cartilha 2010 – Justiça nas Escolas, encontramos o seguinte significado:

“o *bullying* é um termo ainda pouco conhecido do grande público. De origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. Os atos de violência física ou não ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma ‘natural’, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas” (BRASIL, 2010, p. 7).

Segundo Prudente (2015, p.137) “é normalmente no ambiente escolar que o *bullying* está mais presente, e existe em toda e qualquer instituição de ensino, desde o jardim de infância até a faculdade, pública ou privada, rural ou urbana ou mesmo de educação especial”.

A Associação Brasileira de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA) caracterizou os envolvidos no *bullying* como autores, alvos, espectadores e alvos/autores. Dessa forma, a classificação toma o cuidado de não rotular os estudantes e evita que sejam estigmatizados pela sociedade (FREIRE; AIRES, 2012).

### **3.1.1 AUTORES**

Os autores de *bullying* humilham os colegas para se destacarem socialmente, são eles quem praticam as agressões contra os colegas, vitimizando os mais fracos e agredindo para se impor e liderar algum grupo. Geralmente são habilidosos e usam desse “poder” com os mais vulneráveis e que não fazem frente às agressões por não conseguirem (SCHÄFER, 2005, apud FREIRE; AIRES, 2012).

Os “valentões” assumem outra postura diante da convivência do grupo e a omissão dos adultos, fazendo com que abandonem os sentimentos de generosidade, empatia, solidariedade, afetividade, tolerância e compaixão. Pais e educadores se ausentam, seja propositadamente ou não, e não veem as falhas na formação do caráter serem acentuadas

(FANTE, 2008).

### 3.1.2 VÍTIMAS

Os alvos do *bullying* são escolhidos pelas diferenças individuais, onde as características físicas, comportamentais ou emocionais podem dificultar a sua aceitação no grupo, tornando-os suscetíveis aos atos que formam o *bullying*, podendo o risco de se tornarem alvos dessas ações serem duas a três vezes maiores para as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais e portadoras de deficiência física do que para as crianças consideradas normais (LOPES NETO, 2005; FANTE, 2005).

### 3.1.3 ESPECTADORES

O espectador, geralmente, age como se não tivesse a ver com o problema pelo medo de uma punição da autoridade, mas, ao mesmo tempo, ainda que de maneira controlada, também ri da crueldade feita a alguém, não porque concorda com ela, mas pelo temor de se tornar a próxima vítima (TOGNETTA; VINHA, 2008).

Grande parte das testemunhas sente simpatia pelas vítimas, sente-se mal ou triste ao presenciar colegas sendo vitimizados, mas não consegue apoiar ou auxiliar a vítima de *bullying* por não saber o que fazer, por ter medo de se tornar a próxima vítima ou por medo de fazer algo errado e causar ainda mais problemas (BANDEIRA<sup>6</sup>, 2009; BERGER<sup>7</sup>, 2007 *apud* BANDEIRA; HUTZ, 2012).

Contudo, o espectador tem papel importante na configuração do *bullying*. Eles tendem a ser os principais responsáveis pelo curso que o *bullying* e seus respectivos resultados tomará, considerando que quando este grupo intervém contra uma situação de violência, de modo geral, ela tende a parar rapidamente (ZEQUINÃO et al, 2016).

### 3.1.4 FORMAS DE BULLYING

Segundo a Cartilha as formas de *bullying* são:

- Verbal (insultar, ofender, falar mal, colocar apelidos pejorativos, “zoar”)
  - Física e material (bater, empurrar, beliscar, roubar, furtar ou destruir pertences da vítima)
  - Psicológica e moral (humilhar, excluir, discriminar, chantagear,

---

<sup>6</sup> Bandeira, C. M. (2009). *Bullying: autoestima e diferenças de gênero*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>7</sup> Berger, K. S. (2007). Update on bullying at school: Science forgotten? *Developmental Review*, 27, 90- 126

intimidar, difamar)

- Sexual (abusar, violentar, assediar, insinuar)

- Virtual ou *Cyberbullying* (*bullying* realizado por meio de ferramentas tecnológicas: celulares, filmadoras, internet etc.) (BRASIL, 2010, p. 7).

### 3.1.5 CONSEQUÊNCIAS

As consequências são inúmeras e é possível encontrá-las em todos os grupos, sejam eles os agressores, as vítimas ou os espectadores a depender de cada indivíduo. Contudo, a vítima é a que tem maior probabilidade de continuar sofrendo seus efeitos pelo resto da vida, podendo ter prejuízos na formação de sua personalidade, nas suas relações profissionais, constituição de família e educação dos filhos (LINS, 2010).

Chalita (2007) retrata a dor sentida ao escrever “O *bullying* agride a alma do indivíduo, apequena-o pelo medo ou pela vergonha, pela dor física ou moral” e diz ser motivo de preocupação acrescentando “demonstra que está faltando afeto nas relações entre crianças e adolescentes, possivelmente em razão de problemas familiares”. Ele ainda salienta que a agressividade infantil e juvenil pode ter origem na falta de diálogo e de respeito. A conversa ajuda a entender o que se passa no dia a dia do aluno, portanto é de fundamental importância que a criança tenha um diálogo aberto e liberdade para dizer o que se passa, o que pensa e o que sofre, fazendo com que ela não se tranque na sua dor, onde acaba sendo um sinal de perigo.

Fante (2008) relata que os prejuízos que recaem sobre as vítimas da perseguição podem afetar diversas áreas da vida afetiva, acadêmica, familiar, social e profissional. “Com o tempo, as forças do indivíduo que sofre os abusos são minadas, seus sonhos desaparecem, aos poucos ele vai se fechando e se isolando. Esse talvez seja o pior momento na vida das vítimas: o abandono de si mesmo”. Os sentimentos despertados de insegurança, inferioridade e desejo de vingança, por exemplo, resultam em grande estresse, depressão e fobia e culminam em suicídio e assassinato. Sem contar a dor e a frustração de pertencer a uma instituição que não rompe com essa cultura, os fazendo abandonar a vida acadêmica diante de tamanha pressão.

No ensino superior, há ainda aqueles que aceitam a tortura se sentindo aptos a reproduzi-la após a experiência de agressão, fazendo com que uma dinâmica repetitiva de abusos aconteça, seja no ambiente acadêmico, profissional, social ou na instituição familiar. Quanto à educação dos filhos, há grandes probabilidades de que se mostrem superprotetores, projetando sobre eles seus medos, desconfianças e inseguranças. Diante da dificuldade de se expressar, podem desenvolver déficit e inseguranças no trabalho,

tornando-se presas para o assédio moral (FANTE, 2008).

Lopes Neto (2007) ainda acrescenta que os alvos podem apresentar depressão, ansiedade, baixa autoestima, isolamento, exclusão, perdas materiais etc, fazendo com que esse quadro se perdure até a vida adulta, dificultando profissionalmente e gerando insegurança em estabelecer relações duradouras na vida afetiva.

Os autores, com o passar do tempo, apresentam chances quatro vezes maiores de apresentar comportamentos de risco, com atitudes delinquentes, violentas e criminosas, levando tais riscos a vida adulta e continuando a reproduzir comportamentos violentos nos ambientes de trabalho e família. Por sofrerem com o medo, a dúvida, insegurança e não acreditarem na capacidade da escola em acabar com o problema ou até mesmo no interesse da mesma, o desempenho escolar tende a cair por transferirem a sua atenção às ações agressivas praticadas e sofridas pelos colegas (LOPES NETO, 2007).

### **3.2 FAMÍLIA**

O objeto deste estudo nos remete à influência da família na prática do *bullying*. Pois por ter em suas ações crianças e adolescentes, entende-se que elas não passaram por tantas instituições como os adultos, sendo a família considerada a primeira instituição social. As instituições iniciais (aqui entendidas como família e escola), em conjunto, almejam garantir a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, assim como o bem estar e a proteção da criança. “A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades” (Kreppner, 2000 *apud* Dessen; Polonia, 2007).

Segundo Dessen e Polonia:

“Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. E é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa” (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

A seguir, enumero algumas definições de família para que possamos refletir sobre tal influência e observarmos além da nossa para não cometermos o erro de generalizar e

deixar o seu significado simples ao ponto de não agrupar todos os tipos de família.

Para Prado (2017) “a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social que varia ao longo da história e até apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado.” Ela ainda acrescenta que ao longo de toda a história, nunca foi encontrada uma sociedade que tenha vivido sem alguma noção de família, isto é, “de alguma forma de relação institucional entre pessoas de mesmo sangue”.

No dicionário brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, Família é: 1 - Conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto. 2 – Conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e afins de uma linhagem ou provenientes de um mesmo tronco; estirpe. 3 – Pessoas do mesmo sangue ou não, ligadas entre si por casamento, filiação, ou mesmo adoção; parentes, parentela. 4 – Grupo de pessoas unidas por convicções, interesses ou origem comuns. 5 – Conjunto de coisas que apresentam características ou propriedades comuns.

É observado a relação consanguínea na noção de família de Prado e em alguns pontos do dicionário. Em outros pontos, encontramos a definição “de mesmo sangue ou não”, “grupo de pessoas unidas por convicções”. Para Petzold (1996 *apud* Dessen; Polónia, 2007), a família é composta por uma rede de interações complexa e dinâmica envolvendo aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, fazendo com que a família não possa ser definida apenas pelos laços de consanguinidade, mas sim com um conjunto de variáveis que incluam o significado das interações e relações entre as pessoas.

Prado ainda destaca que:

“A família, como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, como núcleo afetivo, de apoio e solidariedade. No entanto, expõe, ao lado desses aspectos, outros negativos, como a imposição normativa por meio de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. Torna-se, muitas vezes, elemento de coação social, geradora de conflitos e ambiguidades. [...] Apesar dos conflitos, a família é única em seu papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência” (PRADO, 2017, p. 10).

Diante de tais definições, é possível efetuar um levantamento de reflexões acerca de quanto um indivíduo carrega com ele os aspectos e características do seu contexto familiar. Família que, como ficou claro, constitui uma instituição cuja configuração tem diferentes formas. Não obstante, ainda encontramos na Cartilha 2010 – Justiça nas Escolas, as principais razões que levam os jovens a serem os agressores, onde se destaca a importância dos responsáveis no processo de educação e dos responsáveis educacionais

no processo de identificação do tipo de agressor, pois as motivações são diferenciadas:

- 1- Muitos se comportam assim por uma nítida falta de limites em seus processos educacionais no contexto familiar.
- 2- Outros carecem de um modelo de educação que seja capaz de associar a autorrealização com atitudes socialmente produtivas e solidárias. Tais agressores procuram nas ações egoístas e maldosas um meio de adquirir poder e status, e reproduzem os modelos domésticos na sociedade.
- 3- Existem ainda aqueles que vivenciam dificuldades momentâneas, como a separação traumática dos pais, ausência de recursos financeiros, doenças na família etc. A violência praticada por esses jovens é um fato novo em seu modo de agir e, portanto, circunstancial.
- 4- E, por fim, nos deparamos com a minoria dos opressores, porém a mais perversa. Trata-se de crianças ou adolescentes que apresentam a transgressão como base estrutural de suas personalidades. Falta-lhes o sentimento essencial para o exercício do altruísmo: a empatia (BRASIL, 2010, p. 8-9).

As famílias assumem suas formas de diálogo, criação, amor e educação. Para algumas delas a violência é vista como uma forma eficaz de educação e de controle, sendo aceita pelos membros da própria família, inclusive a vítima. Quando se refere a família e até mesmo no trabalho, há uma estreita ligação de dependência entre os membros, seja ela afetiva, emocional ou financeira, fazendo com que a aceitação e silêncio sejam os companheiros de jornada dessas pessoas e gerando grandes prejuízos psíquicos (FANTE, 2008).

As pesquisas em torno do contexto familiar mostram que, grande parte dos adultos que sofreram abusos psicológicos na infância utilizam tais práticas na educação dos filhos e acreditam ser o mais adequado, pois não vivenciaram outros tipos de educação. Em outros casos, se tornam adultos submissos, passivos, indefesos e acreditam serem merecedores dos maus-tratos. E outros ainda reproduzem a violência no espaço socializador imediato à família: a escola. Analisando as relações entre os adultos e observando as interações das crianças na escola, torna-se perceptível o círculo vicioso de abusos. Os padrões relacionais disfuncionais, que antes era acreditado acontecer nas relações entre os adultos, passa a ser visto nas crianças com idade igual ou semelhante, o que agora é reconhecido como *bullying* (FANTE, 2008).

### **3.3 A ESCOLA**

No dicionário brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, Escola significa: 1- Instituição pública ou privada que tem por finalidade ministrar ensino coletivo. 2- Conjunto de professores, alunos e funcionários de uma instituição de ensino. 3- Prédio onde funciona essa instituição. 4- Sistema, doutrina ou tendência de pensamento de indivíduo ou de grupo de indivíduos que se destacou em algum ramo do conhecimento. 5- Conjunto de adeptos ou seguidores de uma doutrina, pensamento ou princípio estético.

6- Conjunto de princípios ou concepção estética seguido por um grupo de artistas. 7- Soma de conhecimentos; sabedoria, saber. 8- Conhecimento adquirido na experiência prática, na vida; vivência. 9- Algo que é próprio para instruir, para preparar ou acumular conhecimento; experiência.

Para conservar e expandir o desenvolvimento cultural, os núcleos populacionais criaram a escola. Essa Instituição foi destinada a preparar crianças e jovens para realizar as atividades exigidas pela sociedade de modo formal e ampliar o convívio pacífico entre seus pares, gerando um ambiente adequado para a aprendizagem e formação do “bom cidadão”. Contudo, todos os grupos sociais (família, vizinhança, comunidade, nação) apresentavam diversas formas de violência nas quais entraram na instituição escolar. A violência ganhou força e chegou a extremos em todas as escolas do mundo, assustando a sociedade, instituições e governantes fazendo com que o tema de violência na escola se tornasse uma questão mundial, pois envolvia toda a sociedade trazendo consequências ao homem (MOURA SOBRINHO, 2015).

Segundo Freire e Aires (2012), a escola é o local onde o desenvolvimento de habilidades, competências, formação e desenvolvimento de conceitos, saberes e opiniões são estimulados e incentivados. Contudo, é de fundamental importância a busca de alternativas para o combate e prevenção do *bullying*, contando com a ajuda da sociedade, família e profissionais. Vale ressaltar que essas medidas de combate e prevenção ao *bullying* não devem ser prontas e fechadas, pois as realidades são específicas, sejam elas a da escola, da criança ou adolescente, fazendo com que as relações construídas sejam diferenciadas entre os seus.

Para Lopes Neto (2007), a escola acaba contaminada quando não atua efetivamente para a redução do *bullying*, apresenta insegurança, altos índices de agressividade e perda do controle sobre o comportamento dos jovens. Supor a inexistência do *bullying* para não precisar enfrentá-lo, demonstra falta de conhecimento ou intenção de encobrir o problema. A sociedade acaba por receber os prejuízos sociais e as esferas policiais e judiciárias precisarão de uma vigilância e implementação de medidas socioeducativas para os que adotarem comportamentos delinquentes e violentos.

A importância em se trazer à tona um fenômeno que sempre existiu, mas que nunca foi objeto de preocupação para educadores e profissionais de saúde, é entendermos que a escola deve ser vista como um local seguro e saudável para crianças e adolescentes, e não apenas como um lugar que ensina a ler, escrever e contar. Trata-se de um ambiente de socialização, de desenvolvimento da cidadania, onde não se pode admitir que o direito individual de ser educado

sem ser vitimado seja negligenciado (LOPES NETO, 2007).

Vale lembrar, finalmente, que a família e a escola são as primeiras instituições e que são nelas que o desenvolvimento e aprendizagem do ser humano acontecem. Para Dessen e Polonia:

“Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada. Nesse processo, os estágios diferenciados de desenvolvimento, característicos dos membros da família e também dos segmentos distintos da escola, constituem fatores essenciais na direção de provocar mudanças nos papéis da pessoa em desenvolvimento, com repercussões diretas na sua experiência acadêmica e psicológica” (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 24).

### **3.4 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

No dicionário brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, Infância significa: 1- Período da vida, no ser humano, que vai desde o nascimento até o início da adolescência; meninice, puerícia. 2-As crianças em geral. 3-Primeiro período da existência de uma sociedade ou de uma instituição. 4- O começo da existência de alguma coisa. 5- Estado de espírito em que não há malícia; credulidade, ingenuidade, inocência. Enquanto Adolescência significa: Período do desenvolvimento humano, entre a puberdade e a idade adulta, durante o qual ocorrem mudanças físicas, como o crescimento acelerado e a maturidade sexual e alterações psicológicas e sociais.

Segundo Caldeira (2008), no século XIII foi atribuído modos de pensar e sentimentos anteriores à razão e aos bons costumes à criança, cabendo aos adultos desenvolver nas crianças o caráter e a razão, pois era pensado que eram páginas em branco a serem preenchidas e preparadas para a vida adulta, ao invés de entender as diferenças delas e a originalidade de seu pensamento. Eram vistas como adultos imperfeitos.

Contudo, alerta-se que a “sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos” (BRASIL, 1998). Não obstante, Fante (2008) explica que o *bullying* pode ser identificado a partir dos 3 anos, quando a “intencionalidade desses atos já pode ser observada”.

A lei de diretrizes e bases (título V, capítulo II, seção II, art. 29) ainda destaca que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Em relação a infância, cabe avaliar as especificidades afetivas, emocionais, sociais

e cognitivas da idade, ressaltando que o exercício da cidadania pode ser construído pela qualidade das experiências que devem ser embasadas em princípios estabelecidos, e que as crianças têm direito de viver experiências prazerosas nas instituições, mostrando assim a importância da infância nos dias atuais (BRASIL, 1998).

A adolescência é um período marcado por intensas mudanças físicas, emocionais e psicológicas. Os valores, atitudes, hábitos e comportamentos que marcam a vida de adolescentes encontram-se em processo de formação e cristalização. A maneira que pensam e se comportam é influenciada pelos elementos que compõem o meio em que vivem. O Ministério da Saúde aponta, ainda, que “durante a adolescência ocorrem mudanças de ordem emocional que são de extrema importância para o indivíduo, tais como o desenvolvimento da autoestima e da autocrítica” (BRASIL, 2010; BRASIL, 2008).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) assegura os direitos para a faixa etária correspondente, garantindo que tenham um crescimento saudável e proteção integral. Para o ECA, criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente é a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Dentre as leis, destaca-se as que competem a esta reflexão:

“Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento

físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) sofrimento físico; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) lesão; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

- II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)
- a) humilhe; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)
  - b) ameace gravemente; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)
  - c) ridicularize. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)” (BRASIL, 1990).

### **3.5 É CRIME?**

No dicionário brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, Crime significa:

1- Segundo a conceituação formal, toda conduta humana que infringe a lei penal sem que se considerem os resultados pretendidos pelo agente. 2- Segundo a conceituação material, fato decorrente de uma conduta humana moralmente imputável que, por ação ou omissão, lesa ou põe em risco um bem jurídico protegido por lei e que se diz consumado quando há concretização do resultado pretendido pelo agente. 3- Segundo a conceituação analítica, toda ação ou omissão típica, antijurídica e culpável. 4- Violação das regras que a sociedade considera indispensáveis à sua existência. 5- Qualquer ação condenável que possa trazer consequências funestas ou desastrosas para a coletividade e/ou segurança social do Estado. 6- Qualquer ato ou fala condenável que tenha repercussões diretas e imediatas sobre a vida de outrem. 7- Erro que traz consequências funestas para si mesmo e/ou para outrem; deslize, falta, mal. 8- Conjunto daqueles que, deliberadamente, praticam ações nocivas à coletividade e passíveis de punição legal; bandidagem. 9- Vida de criminoso; banditismo. 10- Diversão que geralmente atravessa toda uma noite e envolve o consumo de bebidas e drogas, leves ou pesadas, a procura de aventuras sexuais eventualmente promíscuas, a troca dos papéis sexuais tradicionais, o inusitado e o excêntrico ao vestir-se e o total desprendimento das normas e padrões socialmente aceitos; farra, noitada, zorra.

### **3.5 O bullying e sua relação com o crime**

deliberadamente, praticam ações nocivas à coletividade e

Os agressores, como são chamados os que praticam o bullying, sejam meninos ou meninas, também sofrem com esta prática. Afinal, há análises indicando que 60% dos agressores terão passagem pela polícia até os 18 anos de idade. Ou seja, a prática do bullying, independente do sexo do agressor, pode contribuir para a naturalização das práticas de violência, levando os jovens ao crime e aumenta a evasão escolar (MEDEIROS, 2012).

Na próxima sessão eu apresentarei os dados da pesquisa realizada mediante a aplicação do questionário. Entretanto, em diálogo com a bibliografia até aqui, penso ser inaceitável que pais, professores, autoridades públicas e a sociedade em geral naturalizem atitudes como estas presentes na prática do *bullying*. Como poderá ser visto, estamos lidando com jovens estressados, deprimidos, com baixa autoestima e incapacidade de autoaceitação. E, em algum nível, com um processo de pedagogização da violência.

Assim, acredito que meus estudos também contribuem para entender que este fenômeno é praticado por meninas e meninos e que suas consequências atingem a todos nós (MEDEIROS, 2012).

#### **4. A PESQUISA**

Como referi, em função da Pandemia da COVID-19, eu optei por adotar como técnica para complementação dos meus dados a aplicação de um questionário. Esse não era meu objetivo inicial, uma vez que pela garantia de acesso direto a professores e estudantes em escolas da região metropolitana, minha perspectiva era observar diretamente os contextos e realizar entrevistas. Por outro lado, eu dei aulas por pelo menos 4 anos, na condição de estagiária do curso de graduação em matemática. Assim, o ambiente escolar e seus conflitos não são desconhecidos para mim.

Entretanto, trazer impressões ou mesmo expressões de adolescentes e pré-adolescentes para esse trabalho teve como objetivo atualizar minhas percepções, dialogando com aquelas que construí no passado. Por outro lado, e mais importante, me pareceu oportuno colocar em perspectiva esses dados, dialogando com a bibliografia sobre o tema. O exercício buscou, assim, dar uma contribuição, ainda que limitada, para o debate público sobre *bullying*, iluminando o quanto tal conflito tem potencial para ampliar as dores da sociedade e, em algum nível, perpetuar formas de exacerbação das disputas.

O questionário aplicado, como apresentado anteriormente, e que se encontra no apêndice desta monografia, pode ser considerado relativamente extenso. O objetivo foi introduzir as pessoas eventualmente interessadas pouco a pouco no tema e, tanto quanto possível, dar a mais ampla possível visibilidade aos contextos nas quais estão inseridas. Parece-me, pela adesão ao mesmo, que meus objetivos iniciais foram atendidos. Pelo menos é o que me encoraja a interpretar a análise da primeira sessão; das 112 pessoas que iniciaram o mesmo, 102 pessoas aceitaram participar respondendo ao questionário, enquanto 10 pessoas não aceitaram dar continuidade às respostas, finalizando assim a primeira sessão.

Na segunda sessão intitulada como “Pessoal”, a idade com o maior número de respostas foi a de 14 anos (ver tabela 1). O gênero feminino também se destacou, havendo a participação de 59 pessoas (ver tabela 2), enquanto que a categoria racial predominante

foi a negra (pretos e pardos) com 52 participantes (ver tabela 3). Dos respondentes, apenas 2 tinham necessidades especiais (ver tabela 4) e os classificaram como não enxergar de longe e autismo. Quanto aos moradores da residência, o destaque se deu para as famílias que são compostas por mãe, pai e irmãos, seguindo por famílias que são compostas apenas pela mãe (ver tabela 5). Do núcleo familiar ainda se pôde verificar que 18 pessoas não possuem irmãos, enquanto 33 possuem um (ver tabela 6).

TABELA 1 - Apresentação das idades

<b>Idade</b>	<b>Número de participantes</b>
<12 anos	23
13 anos	24
14 anos	29
15 anos	12
16 anos	08
17 anos	02
De 22 a 25 anos	01
De 26 a 30 anos	01
> 30 anos	02

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: Foi colocado no questionário as idades de 18, 19, 20 e 21 anos, contudo não houve participantes com essa faixa etária.

TABELA 2 - Apresentação da identificação dos gêneros

<b>Gênero</b>	<b>Número de participantes</b>
Feminino	59
Masculino	43

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

TABELA 3 - Apresentação da categoria racial

<b>Categoria Racial</b>	<b>Número de participantes</b>
Branca	45
Negra (Pretos e Pardos)	52

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 5 participantes escreveram na opção “other” (outros) que pertenciam a categoria racial morena, os quais não estão descritos na tabela. Eles não estão contabilizados na tabela.

TABELA 4 - Apresentação de necessidades especiais

<b>Necessidades Especiais</b>	<b>Número de participantes</b>
Não	100
Sim	02

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: Os participantes que responderam positivamente às necessidades especiais as classificaram como não enxergar de longe e autismo.

TABELA 5 - Apresentação dos moradores da mesma residência

<b>Moradores</b>	<b>Número de participantes</b>
Mãe, Pai e Irmãos	23
Mãe	20
Mãe e Pai	14
Mãe e Irmãos	10
Mãe, Pai, Irmãos e Avó	04
Mãe, Avó e Avô	03
Mãe e Avó	03
Avó e Avô	03
Mãe, Pai, Irmãos, Avó, Avô, Tia e Tio	02
Mãe, Irmãos e Avó	02
Pai e Irmãos	02
Esposa e Filhos	02
Avó	02
Mãe, Irmãos, Avó, Avô, Tia e Padrasto	01
Mãe, Pai, Tia, Tio e Primo	01
Mãe, Pai, Irmãos e Sobrinho	01
Mãe, Pai, Irmãos e Tia	01
Mãe, Pai e Sobrinho	01

Avó, Avô e Bisa	01
Mãe, Pai e Marido	01
Mãe, Irmãos e Tio	01
Mãe, Avó e Tio	01
Avó, Avô e Tio	01
Tia e Tio	01
Sozinho	01

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

TABELA 6 - Entrevistados que possuem irmãos

<b>Quantidade de irmãos</b>	<b>Número de participantes</b>
Nenhum	18
01	33
02	31
03	13
04	03
> 05	04

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Ainda nesta sessão, destaco também a quantidade de respondentes que informaram ser sua família chefiada exclusivamente pela mãe, ainda que nas outras modalidades informadas se possa considerar a possibilidade de que a progenitora tenha um papel preponderante, considerando as respostas a seguir no tocante a quantidade de responsáveis que trabalham fora. Por outro lado, um dado muito importante diz respeito às características raciais dos participantes, a maioria de pretos e pardos. Oriundos em sua maioria de escolas públicas, como será visto, esta informação se combina com várias outras que referem as condições socioeconômicas das famílias. Um exemplo importante é o que refere à terceira sessão, logo abaixo.

Na terceira sessão onde o foco é para os que responderam possuir irmãos, 32 participantes são irmãos mais novos, havendo um empate para os que são irmãos mais velhos e para os que são do meio com 25 respostas (ver tabela 7). 32 pessoas responderam

ajudar a cuidar dos irmãos (ver tabela 8).

TABELA 7 - Classificação dos irmãos

<b>Classificação</b>	<b>Número de participantes</b>
Mais novo	25
Mais velho	32
Mais novo e mais velho	25

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 participante não definiu a idade dos irmãos, informando apenas que tinha 2 irmãos por parte de pai;

1 participante informou que possui um irmão mais velho e um irmão gêmeo. Ambos não entraram na tabela.

TABELA 8 - Ajuda a cuidar dos irmãos

<b>Ajuda a cuidar</b>	<b>Número de participantes</b>
Sim	32
Não	34
Às vezes	18

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Percebe-se que uma quantidade expressiva dos respondentes, em que pese a idade reduzida do público, ajuda no cuidado dos irmãos, o que sugere que seus pais e, principalmente, mães, contam com os mesmos para que possam trabalhar. Ninguém mencionou que é cuidado, eventualmente, por algum irmão mais velho, o que é uma ausência relevante. Significa que o público, de maneira geral, goza de certa autonomia e da confiança de seus responsáveis quanto aos cuidados de si e dos demais, no ambiente familiar.

Na quarta sessão, ainda sobre a família, 66 participantes não moram com idosos, enquanto que os demais moram ou ajudam nos cuidados deles (ver tabela 9). 88 participantes possuem algum responsável que trabalha fora, isso quando não os dois (ver tabela 10). Dos participantes, 88 recebem ajuda dos pais nas atividades escolares ou recebem ajuda às vezes (ver tabela 11). Observa-se também que 61 pessoas classificaram seus relacionamentos familiares como ótimo, havendo um empate de 18 pessoas para

“Bom, relacionam-se bem, mas não existe muito tempo para o diálogo” e 18 pessoas para “Regular, o relacionamento é mediano e poderia existir um diálogo maior” (ver tabela 12). 49 pessoas possuem algum apelido dado pela família (ver tabela 13).

TABELA 9 - Entrevistados que moram com idosos que requerem cuidados

<b>Mora com idosos que requerem cuidados</b>	<b>Número de participantes</b>
Sim	10
Não	66
Sim, eu ajudo nos cuidados	03
Não moro mas vou a casa deles ajudar	10
Moro com idosos, mas eles não requerem cuidados	09

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 participante respondeu que ajuda sempre que precisa; 1 respondeu deixando um ponto;  
 1 participante disse não morar, mas às vezes visita e faz o possível para ajudar, mesmo não querendo;  
 1 participante respondeu que mora, mas não precisa ajudar nos cuidados. Eles não entraram nos números da tabela.

TABELA 10 - Respondentes com responsáveis que trabalham fora

<b>Responsáveis trabalham (trabalhavam) fora</b>	<b>Número de participantes</b>
Sim	50
Não	12
Só meu pai	21
Só minha mãe	11

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 participante respondeu que a mãe trabalhava fora, mas está desempregada;  
 1 participante respondeu que os pais trabalham fora, mas não fora de estar em outra região ou país;

1 respondente disse que só o avô; 1 respondente disse que só a avó;  
 1 respondeu que a mãe está desempregada;  
 1 respondeu que era responsável por ele mesmo; 1 respondeu que o avô;  
 1 respondeu que a mãe está fazendo faculdade. Eles não entraram na tabela.

TABELA 11 - Respondentes que recebiam ajuda nas atividades escolares

<b>Responsáveis ajudam (ajudavam) nas atividades escolares</b>	<b>Número de participantes</b>
Sim	48
Não	11
Às vezes	40

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 participante respondeu que não tem responsáveis; 1 participante respondeu que só em caso de trabalhos;  
 1 participante respondeu que é bem difícil, pois não gosta de pedir nada, mas quando tem muita dificuldade em algo ele pergunta ao pai ou às irmãs.

TABELA 12 - Apresentação do relacionamento entre as pessoas da casa

<b>Como é o relacionamento entre as pessoas da casa</b>	<b>Número de participantes</b>
Ótimo. Todos se relacionam bem e existe	61

---

diálogo.	
Bom. Relacionam-se bem, mas não existe muito tempo para o diálogo.	18
Regular. O relacionamento é mediano e poderia existir um diálogo maior.	18
Péssimo. Existem muitos conflitos e não há diálogo.	02

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 participante respondeu: “As pessoas aqui em casa vivem brigando mas também ficamos de boa só que eu no meu canto, sei lá sempre me afasto deles me botando sozinha”;

1 participante respondeu que: ” Existem muitos conflitos e há diálogo”; 1 participante respondeu que: “Existe diálogo mas não é ótimo.”

TABELA 13 - Apresentação do apelido que recebe da família

<b>Possui apelido</b>	<b>Número de participantes</b>
Não	53
Sim	49

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Na sessão 5, 28 alunos eram do 8º ano do ensino fundamental e 28 do 9º ano do ensino fundamental, seguido de 27 alunos do 7º ano do ensino fundamental (ver tabela 14), sendo 98 participantes da rede pública (ver tabela 15). 69 classificaram o ambiente da escola como “aconchegante e acolhedor” (ver tabela 16), mas apenas 26 classificaram como “ótimo” o relacionamento entre as pessoas da turma (ver tabela 17). Quando perguntado sobre o *bullying*, apenas um não tinha conhecimento sobre (ver tabela 18).

TABELA 14 - Apresentação do ano de escolaridade

<b>Ano de escolaridade</b>	<b>Número de participantes</b>
6º ano – Ensino Fundamental	12
7º ano – Ensino Fundamental	27
8º ano – Ensino Fundamental	28
9º ano – Ensino Fundamental	28
Ensino superior incompleto	01
Ensino superior completo	03

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 2 participantes responderam correção de fluxo; 1 respondeu correção de fluxo 8º e 9º.

TABELA 15 - Apresentação da rede escolar

<b>É oriundo de qual rede escolar</b>	<b>Número de participantes</b>
Rede Pública	98
Rede Privada	04

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

TABELA 16 - Apresentação do ambiente escolar

<b>Como é o ambiente da escola</b>	<b>Número de participantes</b>
Ambiente aconchegante e acolhedor. Todos se relacionam bem e há ajuda dos professores, coordenação e psicólogos.	69
Ambiente confortável. Todos se relacionam bem, mas não há tanto apoio educacional.	10
Ambiente mediano. Me sinto bem, mas não a vontade. Não há espaço para conversas.	14
Ambiente desconfortável. Há brigas, mesmo havendo apoio educacional.	06

---

Ambiente desagradável. Há brigas constantes, não há apoio educacional.	01
--	----

---

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “Bem acho que não é nenhum por que eu me sinto a vontade as vezes lá,até que gosto da educação, mas não me relaciono bem com algumas pessoas e isso torna a escola meio chato por que aturar emplicancia etc é chato,mas gosto da escola por que eu posso ver meus amigos já que quando eu não estou na escola tô em casa então ..”;

1 respondente disse: “Nao me lembro muito bem faz um tempo que não tem aulas presenciais”.

TABELA 17 - Apresentação do relacionamento entre as pessoas da turma

Relacionamento entre as pessoas da turma	Número de participantes
Ótimo. Todos são amigos.	26
Bom. Todos se falam mas as amizades são separadas por grupos.	60
Regular. Os grupos só falam entre si, mas não há brigas.	10
Ruim. Os grupos de amigos não se entendem com outros grupos de amigos.	03
Péssimo. Piadas e brigas constantes entre todos.	01

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “Tenho uma quantidade minúscula de amigos mas ninguém conversa comigo”;

1 respondente disse: “Todos se falam, tem amizades separas em grupos e existe muitas piadas,brigas,e muito *bullying* quase nao respeitam uns aos outros”

TABELA 18 - Conhecimento sobre *bullying*

Sabe o que é <i>Bullying</i>	Número de participantes
Sim	95
Não	01
Já ouvi falar	06

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Na sexta seção aborda-se o *bullying*, onde 84 pessoas consideram grave fazer piadas sobre o corpo e o intelecto de alguém (ver tabelas 19 e 20) e esse número vai para 94 quando se trata de piada sobre as condições sociais (ver tabela 21). 53 pessoas não haviam sido vítimas de *bullying* (ver gráfico 1), o que significa que quase metade dos participantes já sofreram com o *bullying* de alguma forma. Quando nos referimos aos espectadores, apenas 37 não haviam presenciado o *bullying* acontecer com alguém (ver gráfico 2), o que significa que o número de espectadores é maior em relação à vítima. Quando perguntado sobre a prática, 79 afirmaram não ter cometido nenhum ato, contudo o número de praticantes de algum ato descrito nas opções é de 23 pessoas (ver gráfico 3), um número alto para praticantes, visto que as consequências para as vítimas são dolorosas.

A opção fofocas, como referi na introdução, foi o campeão das práticas do *bullying* (ver gráfico 3). E nesse ponto quero fazer uma breve digressão de natureza conceitual e teórica, apontando para os limites do presente trabalho.

O que, afinal, significaria “fofoca” em tais contextos? Essa foi uma questão que, lamentavelmente, em virtude da impossibilidade de estar diretamente em contato com os interlocutores da pesquisa, foi uma dimensão que não pude explorar, em que pese a relevância sociológica do termo, já explorado em diferentes trabalhos e em contextos variados (FONSECA, 2000; ELIAS, 1994).

Como afirmou Elias, a instituição da fofoca depende das normas e crenças compartilhadas por uma dada comunidade. São, por assim dizer, formas de sanção negativa a comportamentos, condutas e identidades, muito embora estas sejam inseparáveis da dimensão elogiosa hipoteticamente idealizada ou verificada

empiricamente dentro de um grupo (ELIAS, 1994: 121). A estrutura da fofoca, ou o boato, configuram-se na forma de uma “verdade provisória” que requer dos atores envolvidos agenciamentos, uma vez que há informações estruturantes acerca do que é ser ou não alguém nos domínios relacionais onde a mesma circula. Para Elias a ideia de que a fofoca tem uma função integradora requer ressalvas.

*“Ela imputa à fofoca as características de uma coisa ou uma pessoa capaz de atuar sozinha como agente causal, quase independentemente dos grupos que a circulam. Na verdade, é apenas uma figura de linguagem dizer que a fofoca tem tal ou qual função, pois ela nada mais é do que o nome genérico de algo feito por pessoas reunidas em grupos. E o termo “função”, nesse e noutros casos similares, tem a aparência suspeita de um disfarce para o velho termo “causa”. Atribuir à fofoca uma função integradora pode facilmente sugerir que ela é a causa cujo efeito é a integração. Provavelmente, seria mais exato dizer que o grupo mais bem integrado tende a fofocar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as fofocas das pessoas variam conforme a estrutura e a situação.” (p.129)*

A fofoca, como sugere o autor, sempre tem dois pólos: aqueles que a circulam e aqueles sobre quem ela é circulada. Ambos podem ser pensados, como nos conjuntos matemáticos, como extremos de um conjunto. Entretanto, de maneira análoga, este último pode ser dividido em outros sub-conjuntos e, dessa forma, tornar possível visualizar o universo decomposto dos valores e os padrões de suas relações. O que eu quero dizer é que no âmbito da escola o sujeito e o objeto da fofoca, muitas vezes, pertencem a grupos diferentes, seja no interior daquela instituição, seja do ponto de vista de um bairro e, certamente, familiar. Logo, “o quadro de referência não é apenas o grupo de mexeriqueiros, mas a situação e a estrutura dos dois grupos e a relação que eles mantêm entre si.” (ELIAS, OP. cit.:130)

Assim, eu entendo que uma exploração qualitativa dessas relações por trás dos questionários aplicados deveria, necessariamente, compreender com maior precisão os bairros nos quais essas pessoas vivem, os ofícios de seus responsáveis, suas histórias nas localidades e como estas são representadas em um espectro relacional mais amplo.

Possibilidades que estimulam a continuidade das pesquisas nessa área, ao mesmo tempo que sinalizam para os limites do presente texto.

Dando continuidade, ao ser perguntado sobre o que leva uma pessoa a praticar o *bullying*, a resposta que mais se destacou foi imaturidade, seguida de chamar a atenção e falta de amor (ver gráfico 4). Sobre a importância de pedir ajuda quando se sofre o *bullying*, não houve nenhum voto para a opção “não” (ver tabela 22), em contrapartida, 12 participantes não acham importante pedir ajuda quando se comete o *bullying* (ver tabela 23), e 88 acham importante pedir ajuda quando se observa (ver tabela 24). 71 pessoas votaram que o que falta para se ter um bom relacionamento na escola é amor ao próximo e solidariedade, seguidos de diálogo na escola e diálogo em casa (ver gráfico 5).

TABELA 19 - Apresentação sobre grau de gravidade em fazer piadas sobre o corpo de alguém

<b>Considera grave fazer piadas sobre o corpo de alguém</b>	<b>Número de participantes</b>
Sim	84
Não	04
As vezes	11

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 participante respondeu: “Em algum espectos sim ou seja brincadeiras desse tipo pra devem acontecer se ambas as partes se zoarem é brincarem sem levar para o lado pessoal.”;

1 participante respondeu: “nunca fiz”;

1 participante respondeu: “Não se a vítima de *bullying* também levar na base da brincadeira”.

TABELA 20 - Apresentação sobre grau de gravidade em fazer piadas sobre o intelecto de alguém

<b>Considera grave fazer piadas sobre o</b>	<b>Número de participantes</b>
<b>intelecto de alguém</b>	
Sim	84
Não	06
Às vezes	10

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “Acho de não”; 1 respondente disse: “nunca fiz”.

Ambos não entraram na tabela.

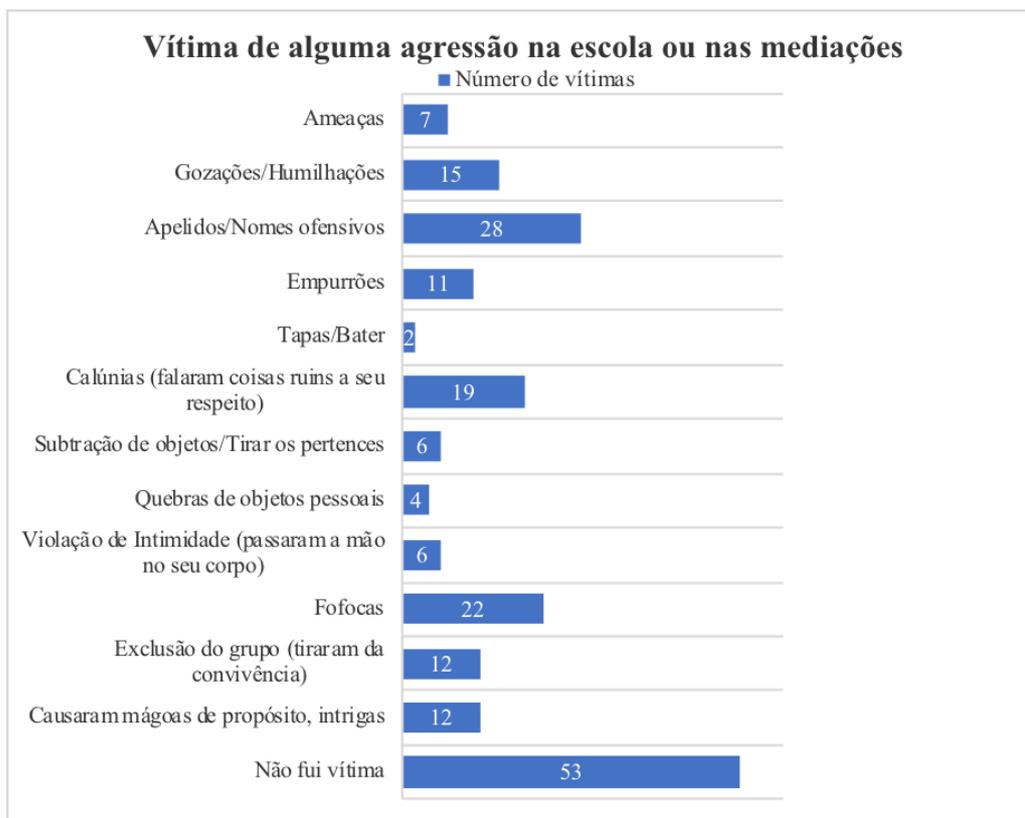
TABELA 21 - Apresentação sobre grau de gravidade em fazer piadas sobre as condições financeiras de alguém

<b>Considera grave fazer piadas sobre as</b>	<b>Número de participantes</b>
<b>condições sociais de alguém</b>	
Sim	94
Não	05
Às vezes	02

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “nunca fiz e nem vou fazer”

GRÁFICO 1: Vítima de alguma agressão na escola ou nas imediações



Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “Em outras escolas, sim”

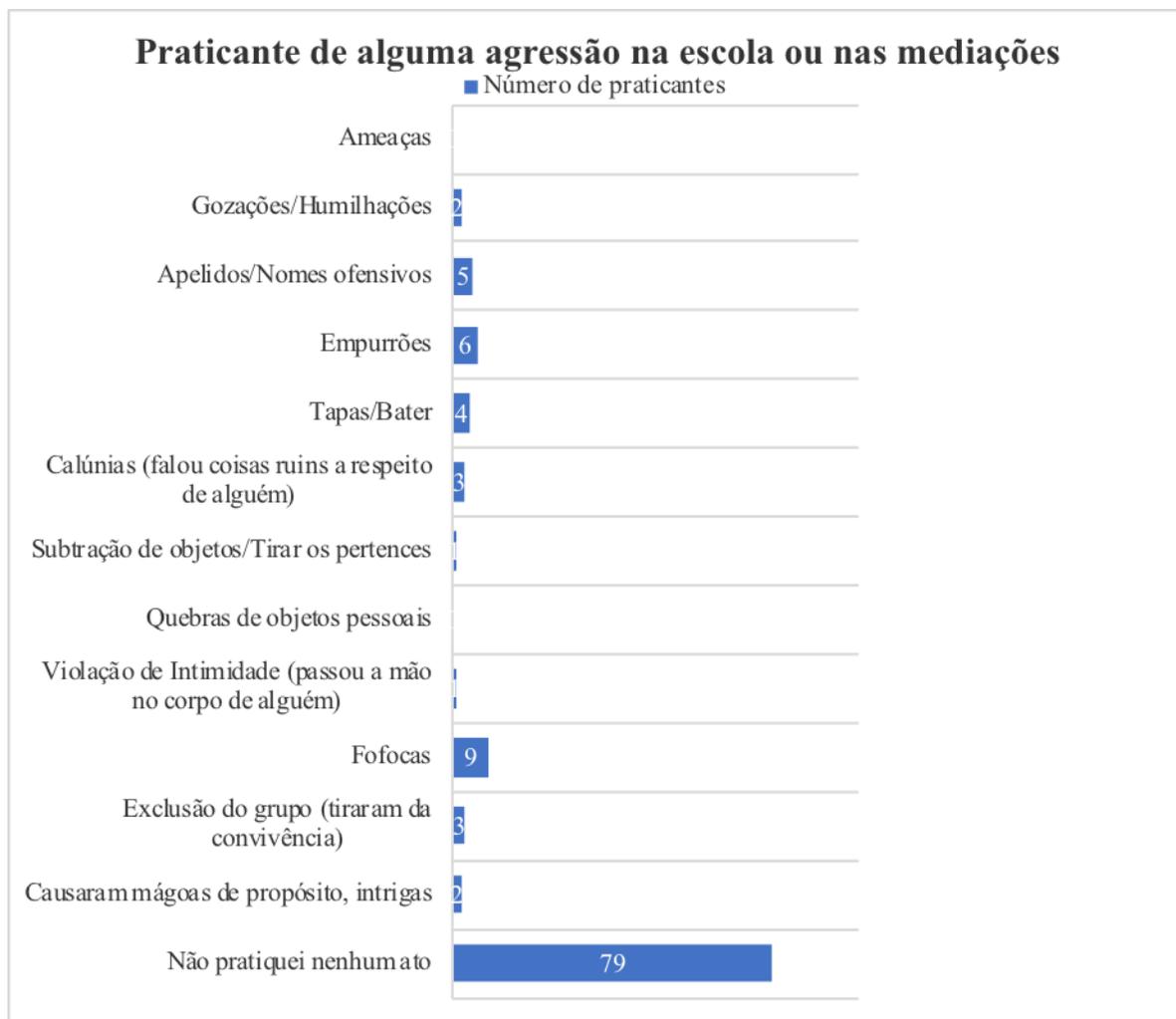
GRÁFICO 2: Espectador de alguma agressão na escola ou nas imediações



Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

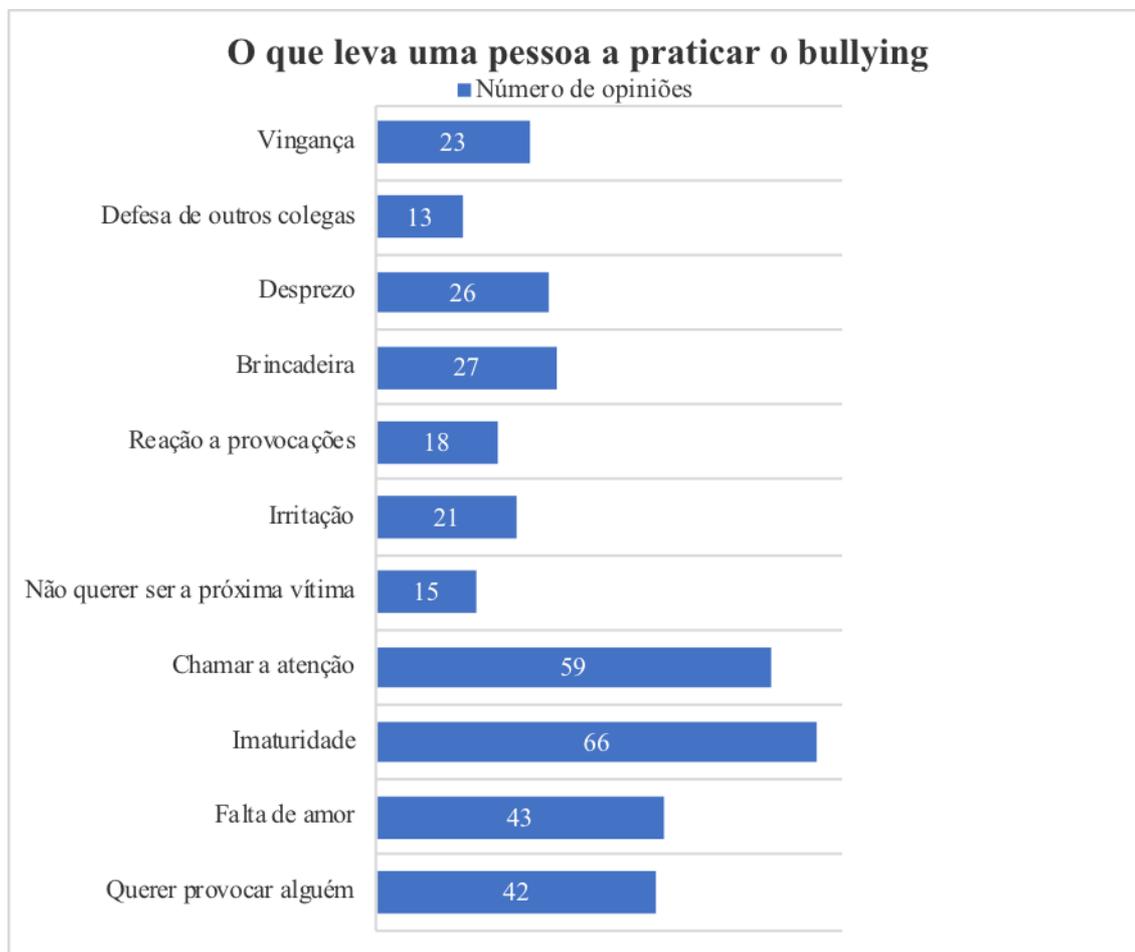
Observação: 1 respondente disse: “Não”

GRÁFICO 3: Praticante de alguma agressão na escola ou nas imediações



Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

GRÁFICO 4: O que leva uma pessoa a praticar o *bullying*



Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Como se pode observar, a escala de opções buscou dar aos interlocutores da pesquisa uma gama significativa de motivações, a partir de categorias previamente elencadas por conversas com professores da rede pública, em entrevistas que fiz para a montagem do questionário. As categorias “chamar a atenção”, “imaturidade” e “falta de amor” são nativas do ambiente escolar, e foram escaladas no questionário em função de minha experiência no mesmo e, neste sentido, uma tentativa de melhor comunicação com os participantes. Como se pode ver, suas veiculações foram pertinentes. Em que se pesem as características polissêmicas das mesmas, elas podem permitir pistas importantes sobre as motivações que levam um estudante a praticar o bullying, caso sejam desdobradas em pesquisas de maior profundidade.

Nesta mesma direção eu quero chamar a atenção para a opção “desprezo”, referendada pelos interlocutores. Ela é muito interessante, correspondendo a uma noção de natureza subjetiva que tanto pode ser verbalizado por quem a patrocina, como pode ser resultado da percepção de quem é desprezado ou mesmo de terceiros, em relação às relações de outras pessoas. Em minha interpretação, faz referência a uma dimensão que emerge como um conflito relacionado a intolerância com as alteridades e, nesse sentido, merece ser problematizado no ambiente escolar. Por outro lado, ela lança desafios para a pesquisa. O desprezo - ou desapeço - se dirige a qual dimensão do outro, no ambiente escolar? Estética, ética ou moral? Como se vê, a resposta ao questionário gera, inevitavelmente, novas perguntas que podem, aí sim, construir uma compreensão mais qualificada acerca do problema que elenquei para o presente estudo.

Analisando os dados, com as limitações assinaladas, quero sublinhar que entre as motivações para observância do *bullying* as opções “brincadeira” e “querer provocar alguém” parecem estar associadas, em algum nível. O mesmo parece acontecer com “vingança” e “reagir a provocações”, ainda que não com a mesma ordem de afinidade. Já a opção “não querer ser a próxima vítima” lança nosso olhar para a hipótese dos atores fazerem referência a uma espécie de rotina.

O *bullying*, assim, emerge para nossa consideração como uma prática desaprovada à primeira vista, mas ao mesmo tempo revela uma dimensão na qual faz-se referência a um mecanismo de administração de conflitos onde há agressores e vítimas. Logo, a necessidade de estabelecimento de limites entre brincadeiras e vinganças, por exemplo. O que parece se confirmar com a resposta aos questionamentos a seguir.

TABELA 22 - Importância da ajuda quando se sofre o *bullying*

<b>Acha importante pedir ajuda quando SE SOFRE o <i>Bullying</i></b>	<b>Número de participantes</b>
Sim	93
Não	-
Depende	08

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “Claro que sim”.

TABELA 23 - Importância da ajuda quando se comete o *bullying*

Acha importante pedir ajuda quando SE COMETE o <i>Bullying</i>	Número de participantes
Sim	73
Não	12
Depende	12

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “Não, por que você sabe o que está fazendo.”;

1 respondente disse: “A maioria das pessoas que fazem *bullying* não vêem que o que estão fazendo são atos imaturos e errados assim considerando que estão certos jamais pedindo ajuda ou seja continuando com esse comportamento péssimo é horrível, deplorável e digno de pena, e a outra maioria pratica *bullying* por ter um problema pessoal e faz isso para poder "aliviar-se" fazendo com que os que ficam em sua volta fiquem assim como ele, mas para resumir é importante porém eles não farão ou por medo ou porque não acham que seus atos irresponsáveis são errados é porque não querem assumir a responsabilidade por tais atos praticados.”

1 respondente disse: “Deveria pedir pra saber o que é certo”;

1 respondente disse: “Depende só de for para tentar mudar o comportamento”; 1 respondente disse: “essa eu não entendi”.

Merece destaque a resposta isolada acima dizendo não entender a questão. Há possibilidade de que, no fundo, a percepção seja semelhante às outras manifestações isoladas, como a primeira. Ao mesmo tempo, a opinião de que deveria pedir para saber o que é certo ou para tentar mudar o comportamento parecem dialogar com as expressões de recriminação ao *bullying*. O que parece ser respaldado pelas respostas à questão a seguir.

TABELA 24 - Importância da ajuda quando se observa o *bullying*

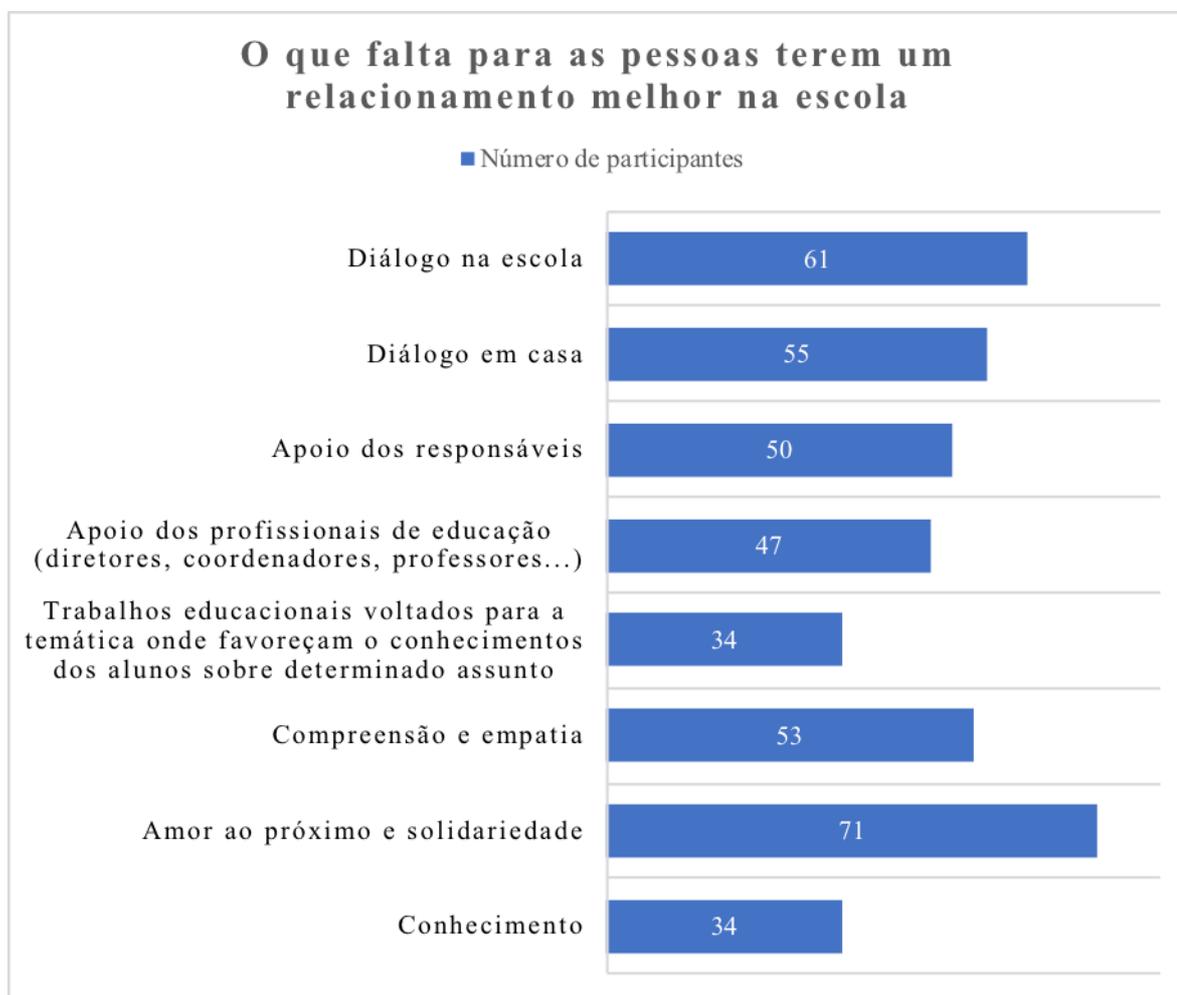
<b>Acha importante pedir ajuda quando SE OBSERVA o <i>Bullying</i></b>	<b>Número de participantes</b>
Sim	88
Não	01
Depende	11

Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

Observação: 1 respondente disse: “Eu acho importante, mas às vezes é difícil, por medo de se tornar a próxima vítima.”;

1 respondente disse: “Ajudar a passoa”.

GRÁFICO 5: O que falta para as pessoas terem um relacionamento melhor nas escolas



Fonte: Elaborado pela autora, Niterói, 2020.

O gráfico relacionado ao que fazer, do ponto de vista das convivências observadas na escola revela, a partir das respostas obtidas, uma lacuna entre as questões por mim formuladas, que diz respeito às informações das crenças religiosas, por exemplo. Mas, ao mesmo tempo, amplia a compreensão de que a pesquisa sobre o tema tem potencialidades de adentrar o universo relacional e, com base no objeto construído, alcançar uma compreensão mais ampla acerca das dimensões sobre a natureza do conflito envolvendo o *bullying* nas escolas.

### **Os sentimentos em perspectiva**

A seguir dedico um espaço à depoimentos feitos em respostas a algumas questões abertas, da maneira em que foram escritos no questionário. Foram duas questões, como explicitado nos capítulos anteriores, e a privacidade de cada respondente é garantida conforme foram informados antes de iniciar a pesquisa. Eu listarei abaixo algumas que me pareceram mais relevantes, para introduzir a discussão, remetendo sua integralidade para o Anexo II, onde poderão ser consultadas. Também farei recurso a algumas delas na análise que farei no tópico 5.

Na primeira questão aberta foi perguntado o que poderia ser feito para mudar o comportamento de quem pratica o *bullying*, não foi determinado um número mínimo ou máximo de caracteres para as respostas, fazendo com que fosse recebido respostas longas e curtas deixando o respondente à vontade. Três pessoas disseram não saber o que fazer. Foram obtidos como parte das respostas os seguintes depoimentos, os quais julguei relevantes e representativos do universo obtido:

*“Caminhamento a psicólogos, pois isso demonstra imaturidade do praticante é mais simples as vítimas devam inguinar o agressor e o agressor devia parar criando assim maturidade, um problema desse tipo só existe se você presta atenção é der espaço para que ele aconteça é aumente.”*

*“Dar mais conforto e acompanhamento psicológico para que, essa pessoa possa ter ideia dos seus atos e possa ganhar responsabilidade e até, caso ela tenha algum problema que possa levar a deixar sequelas em um adulto inseguro e problemático em convivência.”*

*“Na minha opinião a primeira coisa séria ver como é a convivência com a família e caso necessário tomar as providências, já que muitas das pessoas que fazem bullying só faz por é assim que é tratado em casa bom essa é o minha opinião.”*

*“acho q os pais deveriam conversar mais com seus filhos. pq, pra mim, quem pratica bullying, só faz para descontar raiva dos problemas q vivem dentro de casa ou algo do tipo.”*

*“Na minha opinião: eu acho que poderia ter mas palestras sobre o bullying e também mas atenção nos alunos que passam por isso ou nos que já passaram”*

*“Dar algum castigo, por que agente não pode obrigar eles a pararem, mais podemos fazer com que não aconteça mais ,que eles pensem de outra maneira .”*

Na segunda questão aberta foi pedido aos respondentes que relatassem a sua experiência com o *bullying* com a garantia do anonimato e, se caso desejassem, poderiam deixar o contato para uma possível conversa. Também não houve um número limitante de linhas, o objetivo era deixar que eles se expressassem da maneira mais confortável possível, visto que se trata de um assunto que pode ser recebido de maneiras diferentes para quem tem contato com ele. Alguns depoimentos foram retirados por conter alguma forma de contato com os participantes (alguns deixaram e-mail, outros deixaram telefone, outros deixaram ainda redes sociais). Foram observados os depoimentos onde os alunos responderam não ter sido vítima de *bullying*; contudo, na questão foi explicitado que o depoimento seria para qualquer tipo de participação, seja na condição de vítima, autor ou espectador. Alguns depoimentos, como poder-se-á ver adiante, contam a história de alguém, observando que grande parte não teve dificuldades em entender a questão.

Os relatos são densos e pela riqueza de detalhes, eu faço uma seleção maior dos mesmos, para introduzir a discussão, remetendo igualmente os restantes para o referido Anexo II

*“Bom... Não foi bem um bullying, porém eu fui zoada por algumas garotas no ano de 2018, na escola de Araruama. Tudo começou quando eu estava na sala de aula e tinha acabado a Aula então bateu o sinal do Recreio, nessa sequência passou umas meninas(da sala ao lado) que passou me olhando muito, eu fiquei um pouco desconfortável e eu fingi que não as vi...porém elas passaram em frente até as outras meninas. Quando elas chegaram lá nas outras meninas elas começaram a rir de mim E das outras pessoas que estavam comigo, foi bem chato pois todo mundo parou e olhou pra a gente E ficou sem*

*entender nada.... Mas enfim com o tempo as pessoas esqueceram aquele dia e eu até que me senti bem por elas esquecerem aquilo tudo, pois me senti confortável.... E depois disso tudo fiquei bem e feliz. Bom essa foi minha história.”*

*“Eu presenciei o bullying praticamente todos os meus anos na minha escola do ensino fundamental 2 (durante 4 anos). Era na sala de aula, na sala de leitura, no recreio, nas aulas de educação física, enfim. A vítima (vou chama-lo de JV) é meu amigo, eu, junto com outro amigo, tento ajudar o JV, mas ele se sente mal em falar sobre o assunto, e acha que não precisa de ajuda para lidar com a situação. Quando eu tentava defender essa vítima, alguns me "zoavam" também, mas de uma forma*

*"mais tranquila" em comparação a JV. Não tenho mais tanto contato com ele, por conta da quarentena, mas acho que a quantidade de bullying com JV diminuiu, porém tenho certeza que ele ainda se sente muito mal pelo o ocorrido durante os anos...”*

*“Bem, desde q eu era bem pequena eu era vítima de bullying por causa da minha aparência e da minha falta de interatividade com outras pessoas, eu fui excluída até mesmo dentro de casa tanto que quando sofri um abuso eu demorei 5 anos até contar pra alguém porque eu simplesmente era sempre excluída em todos os lugares, eu fiquei depressiva e tentei me matar 47 vezes em 1 ano, eu dps de um tempo consegui amigos mas o sentimento de dor nunca sumiu”*

*“Tinha um garoto na escola e ele era muito tímido aí ele começou a se interagir com os outros aí ele foi usar óculos que ele tinha problema na visão no quadro e quando ele chegou na escola todo mundo riu dele chamou ele de quatro olho e ele ele pediu para mãe dele tirar ele da escola e ele contou para mim ainda ele queria se matar eu falei não estraga sua vida para os bobão que fica zoando os outros porque isso daí é muito errado”*

*“Na minha turmas alunos negros eram chamados de apelidos como : escuridão , blackout... Pelos próprios amigos. Via aquilo como uma brincadeira, como todos vêem o Bullying na maioria das vezes , mas observando melhor aquilo*

*não era só uma brincadeira. Mas essa prática parou, porque uma professora explicou como aquela "brincadeira" era ruim, porque incentivava a discriminação."*

*"Eu nunca sofri bullying é se já sofri passou de forma despercebida desde que era criança eu não dava espaço para as pessoas fazerem brincadeiras de mau gosto é também eu não tinha tempo para fazer tais brincadeiras com outras pessoas."*

## 5. DISCUSSÃO

Após a apresentação da origem do *bullying*, suas definições, formas, participantes e consequências, foi apresentada as amplas definições de família e escola, além de também ser exposto os dados e tabelas referentes ao questionário. Neste capítulo, o objetivo é analisar a pesquisa e discutir com autores, a fim de que se possa confirmar ou confrontar dados relevantes à sociedade.

A organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a adolescência como a idade compreendida entre 10 e 19 anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) classifica entre 15 e 24 anos, o Ministério de Saúde do Brasil determina os limites da faixa etária de interesse para as normas e políticas de saúde as idades entre 10 e 24 anos e para o ECA a adolescência é definida pela faixa etária de 12 a 18 anos de idade. Diante desses dados, o público participante pode ser reconhecido como adolescente visto que a maioria dos respondentes possuem a faixa etária entre os 12 e 17 anos, conforme a classificação dos diferentes órgãos.

No que diz respeito ao gênero, em muitas discussões sobre o assunto com outros professores e até mesmo com os alunos, o *bullying* era visto em maioria como prática masculina, no entanto, ele é praticado por ambos os sexos. A diferença que pode existir é em como a prática é feita, para Medeiros:

*"O bullying com uso da violência física é mais comum entre meninos, mas temos inúmeros casos entre meninas também. O mais comum entre meninas é a violência verbal e emocional, o uso de amizades que desvirtuam a vítima de seu eixo social ou ainda a exclusão da vítima pelo grupo. Assim, esta agressão acaba sendo menos percebida pelos professores e pelos pais, imaginando que a vítima é apenas tímida, triste ou que este é o jeito dela, sendo que de fato esta é vítima da crueldade de alguns alunos no ambiente onde a segurança deveria estar presente"* (MEDEIROS, 2012, p. 4).

Como referi, se percebe a maior participação na pesquisa do gênero feminino que o gênero masculino e também como se pode observar nos gráficos 1, 2 e 3, as formas de *bullying* que mais ocorreram, seja na condição de vítima, autor ou espectador, foram os apelidos/nomes ofensivos, fofocas e calúnias. Destaca-se que, entre os autores, ainda há a prática dos empurrões e tapas, levando a pesquisa a confirmação de que, entre as meninas, o *bullying* é verbal.

Ainda sobre o gênero, destaca-se o *bullying* ocorrido em casos onde as crianças ainda estão se descobrindo como pode ser visto nos depoimentos:

*“O ano de 2015 eu sofri bullying por conta do meu corpo, eu era bem gordinho e por conta disso me zoavam. No ano de 2017 eu também sofri bullying por conta do meu corpo, eu fiquei bem mais gordinho e assim as piadas voltaram Também sofro até hoje por conta da minha orientação sexual”*

*“Algumas pessoas praticavam homofobia comigo ,me deixavam desconfortavel, achavam que eu tinha que responder tudo que eles perguntavam mas na vdd nem eu sabia o que eu era (Ñ sei ate hoje na vdd) e já fui xingado de varias coisas.”*

Mais da metade se declararam negros, havendo ainda 5 participantes que se diziam “morenos”, onde nota-se uma certa dificuldade no entendimento quanto a declaração racial ou até mesmo não querer se colocar em alguma categoria para não vir a sofrer algum tipo de preconceito, *bullying* ou racismo. Vale ressaltar que uma linha tênue separa o *bullying* do racismo. Já presenciei o *bullying* entre duas alunas, onde uma chamou a outra (ambas brancas) de macaco mico leão dourado. E recebi os seguintes depoimentos neste questionário:

*“Eu já fui chamado de macaco”;*

*“Por eu ser negra e não ter o cabelo liso como todos querem, eu sofria Bullying eles me chamaram de sem cabelo, cabelo duro, pão careca.... e com isso eu não me aceitava do jeito que eu deveria sabe?”;*

*“Não foi considerado bullying, mas sofri racismo dentro da sala de aula no ano passado. Eu pedi pra ela repetir o que havia falado, ela repetiu e eu bati na cara dela, nenhuma*

*das duas recorreu à direção porque as duas estavam erradas.”*

*“Na minha turma alunos negros eram chamados de apelidos como : escuridão , blackout... Pelos próprios amigos . Via aquilo como uma brincadeira , como todos vêem o Bullying na maioria das vezes , mas observando melhor aquilo não era só uma brincadeira . Mas essa prática parou , porque uma professora explicou como aquela "brincadeira" era ruim , porque incentivava a discriminação.”*

Em todos os casos os alunos foram vítimas de *bullying* ao serem apelidados. O racismo acontece quando entende-se que a vítima merece passar por determinada situação simplesmente porque possui a cor da pele mais escura, como por exemplo, receber o salário inferior ainda que ocupe o mesmo cargo que uma pessoa branca, sua vida ser desvalorizada, sua morte não ser culpabilizada, ser perseguido por seguranças em ambientes públicos e privados na intenção de uma suposta prevenção contra algum crime, receber tratamento diferenciado, etc. O *bullying* pode acontecer pelo racismo do agressor, mas demanda uma investigação para se apurar se ocorreu um *bullying* racial.

No ambiente escolar, um termo usado ou ação feita a vítima isolada é considerado *bullying*. Segundo a Lei n. 13185/15 “caracteriza-se a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda [...] VI – expressões preconceituosas, [...]”. Com isso, foi usado uma expressão preconceituosa nesses casos.

Apenas 2 participantes se classificaram como alunos com necessidades especiais, contudo esse grupo precisa de atenção redobrada, pois os atos que envolvem o *bullying* podem levar a evasão escolar e gerar problemas psíquicos. Segundo Humpel, Bento e Madaba:

“Ao se tratar de estudantes com deficiência, esse processo é potencializado, considerando as suas limitações. A escola tem a responsabilidade de desenvolver o respeito à diversidade, legitimação de valores, ou seja, a pluralidade cultural indispensável para uma escola inclusiva” (HUMPEL; BENTO; MADABA, 2019, p. 383).

Ao conversar com a avó do aluno com autismo, houve o relato de resistência a ida a escola e o pedido da troca de escola. Oliveira<sup>8</sup> (2015) *apud* Humpel, Bento e Madaba,

---

<sup>8</sup> Oliveira EC. O bullying na escola: como alunos e professores lidam com essa violência? Rev Fundamentos. 2015;2(1):118-37.

(2019) descreve o comportamento que vai desde a simples recusa a ir para a aula à apresentação de sintomas como dores de cabeça, vômito, diarreia, febre, sudorese, taquicardia, dores musculares, entre outros e refere que ir para a escola, nessas situações, torna-se uma tortura para esses alunos. Algumas diferenças não são deficiências, como no caso do uso do óculos, por exemplo. Entretanto, na hora do bullying, os autores se valem da insegurança da vítima para diminuí-la, como no caso do seguinte depoimento: *“Tinha um garoto na escola e ele era muito tímido aí ele começou a se interagir com os outros aí ele foi usar óculos que ele tinha problema na visão no quadro e quando ele chegou na escola todo mundo riu dele chamou ele de quatro olho e ele ele pediu para mãe dele tirar ele da escola e ele contou para mim ainda ele queria se matar eu falei não estraga sua vida para os bobão que fica zoando os outros porque isso daí é muito errado”*.

Retornando a conversa com a avó, ela explicou que a família sempre foi bem recebida pelos profissionais da escola e após uma conversa com a diretora, optaram pela troca de turno. Para a surpresa de todos, após uma semana na nova turma, houve o pedido para retornar a turma antiga. Ao ser perguntado o porquê, já que o aluno não estava satisfeito com as “brincadeiras”, ele respondeu que não tinha amigos na nova turma, estava se sentindo excluído. Não tinha as tais “brincadeiras”, mas ninguém falava com ele também. Na turma antiga ele pelo menos era visto pelos demais. Neste ponto destacam-se duas questões importantíssimas:

- 1- A importância de um psicólogo escolar para acompanhamento desses alunos, tanto vítima, como agressor, para mostrar a escola como um espaço democrático e igualitário e tratar dos desalinhos que tais transtornos estejam ou possam causar, sobretudo sobre autoestima, afirmação e aceitação.
- 2- A normalização do sofrimento, a necessidade de ser visto, reconhecido, fez com que ele preferisse continuar com a dor das supostas brincadeiras do que isolado e excluído. E ainda vai de encontro ao ponto de que a vítima do *bullying* tende ao isolamento, contudo, mesmo com o isolamento, a vítima continua sendo vista. Esse aluno, no caso, já foi colocado isolado, tantas vezes ignorado, como se não estivesse em sala.

Portanto, é um trabalho em conjunto onde a família e a escola precisam observar, identificar e tomar medidas de mediação e administração de tais conflitos, afim de

encontrar uma solução e buscar ajuda de profissionais capacitados.

No caso dos moradores da residência, observa-se que em quase todas as famílias há a presença da mãe (em alguns há a tia ou avó) mostrando a figura feminina como representante e/ou responsável pelos lares. Embora metade dos participantes morem também com o pai, 88 moram também com a mãe, mostrando que a criação ainda fica sob a responsabilidade feminina. Apenas duas participantes moram com os irmãos e o pai, onde não há a presença que represente a figura feminina.

Em outros casos há a figura do tio ou avó. Aqui não entro no mérito de uma estrutura familiar, tampouco a existência de uma família certa ou errada, pois como mostro na pesquisa de referência, família vai muito além de laços sanguíneos. Aqui, nesse trabalho, a família é vista como um termo adotado atualmente que é a “rede de apoio”, uma rede de relações colaborativas que cumprem determinadas funções, no caso, em prol do desenvolvimento da criança. O importante é a criança estar assistida e cada membro cumprir a sua função, não deixando com que a criança seja exposta a fome, falta de educação, violência, maus tratos e que venham a ser reproduzidos em outros ambientes. Depoimentos chocantes sobre a família foram destacados:

*“Bem, desde q eu era bem pequena eu era vítima de bullying por causa da minha aparência e da minha falta de interatividade com outras pessoas, eu fui excluída até mesmo dentro de casa tanto que quando sofri um abuso eu demorei 5 anos até contar pra alguém porque eu simplesmente era sempre excluída em todos os lugares, eu fiquei depressiva e tentei me matar 47 vezes em 1 ano, eu dps de um tempo consegui amigos mas o sentimento de dor nunca sumiu”*,

*“Bom,o bullying aconteciam dentro do meu lar...meus familiares faziam gozações da minha aparência e isso de certa forma influenciava na minha vida, atribuí um aspecto de inferioridade.”*,

*“Quando eu era menor eu morava com minha mãe biológica o meu padrasto dizia q eu roubava dinheiro de dentro da minha própria casa mas n era verdade .”*

Também foram encontrados depoimentos confortantes no que diz respeito a família, tais como:

*“Eu me senti muito triste e eu procurei a ajuda dos meus familiares”,*

*“Na minha antiga escola eu sofria isso e sempre falava com minha mãe e ela ia na escola falava com a diretora e a diretora falava com os alunos mas ND resolvia”,*

*“No começo quando descobri que tinha que usar óculos achei o máximo, até chegar na escola no dia seguinte e começar a levar apelidos me senti diferente e esquisita, até mamãe conversar comigo e explicar que sou linda com ou sem óculos e que os apelidos nada mais eram do que inveja por eu ser diferente deles.”.*

Como visto na revisão bibliográfica, os espectadores possuem um papel importante no processo do *bullying*, mas o papel da família é o divisor de águas, se sentir apoiado para enfrentar as dificuldades é o que encoraja os indivíduos a mudarem de postura.

Relembrando os dados construídos, 84 participantes possuem irmãos onde 50 deles ajudam nos cuidados, o que concluímos que muitas vezes a rede de apoio são os próprios filhos, fazendo com que uma criança em formação seja responsável por outra criança também em formação, onde alguns deles ainda precisam ajudar nos cuidados com os idosos. Assim, muitas vezes o tempo destinado a trabalhos escolares e brincadeiras são divididos com os cuidados de outrem.

Embora apenas 12 responsáveis não trabalhem fora, apenas 11 não ajudam nas atividades escolares, mostrando que mesmo trabalhando fora, muitos pais ainda se preocupam com a educação de seus filhos e são presentes, fazendo-nos refletir sobre a questão anterior onde os pais pedem ajuda nos cuidados com os irmãos ou com os idosos, por não haver outra alternativa.

No que diz respeito ao relacionamento entre as pessoas da casa, apesar de 61 participantes classificarem como ótimo, os outros classificaram como bom, regular e péssimo, mostrando que não há diálogo. Já 49 participantes disseram ter apelidos dados pela família, contudo, ao ver os apelidos, eles eram diminutivos do nome em sua maioria, fazendo-me refletir que a pergunta não foi bem elaborada, visto que eu queria saber se possuíam algum apelido que eles não gostavam.

O ensino fundamental teve uma grande participação e, apesar do que muitos pensam, tais alunos são da rede pública de ensino e classificaram o ambiente da escola

como aconchegante. Um relato chamou atenção: *“sempre estudei em colégio particular e todos os que eu passei sofri assédio e apelidos ruins sobre meu corpo e diziam que em colégio particular não tinha isso, esse ano estou no público e espero não sofrer isso novamente”*.

Contudo é importante salientar que 10 pessoas disseram se relacionar bem, mas não há apoio educacional e outras 14 não se sentem à vontade, não havendo espaço para conversas. O mesmo acontece quando perguntado sobre o relacionamento entre as pessoas da turma, onde uma minoria aponta como regular, ruim ou péssimo, deixando o questionamento de por que essa minoria não é assistida visto que os colegas relataram ser um ambiente acolhedor?

Outra questão que chama atenção é apenas uma pessoa não ter conhecimento sobre o *bullying* e 15 pessoas não considerarem grave ou apenas às vezes fazer piadas sobre o corpo de alguém, 16 sobre o intelecto de alguém e 7 sobre as condições sociais de alguém. Ao se ter conhecimento sobre o *bullying*, espera-se que seja entendido sobre a gravidade de tal ato. Tais números também mostram uma certa sensibilidade no grupo em que estão inseridos. Não veem gravidade nas piadas sobre o corpo ou intelecto, contudo o número cai para metade quando se referem às condições sociais.

Ora, não existe um tipo de *bullying* mais brando que o outro, a vítima sofre com qualquer “piada” que venha a expô-la de alguma forma. Aqui seguem 3 relatos sobre o corpo:

*“A minha experiência com o bullying foi muito ruim, pois quando eu era mais nova várias pessoas da minha sala de aula ficavam me chamando de magrela e palito.”*

*“Eu já sofri bulling (em várias outras escolas) por ser magra, e pelo meu cabelo cacheado. Nunca disse a ninguém, pois era muito pequena e não entendia a importância de falar o que acontecia comigo, mas hoje entendo o quão importante isso é.”* e *“eu já sofri muito bullying pelo fato de eu sempre ter sido muito gordinha, e dps de um tempo q comecei a criar corpo eu comecei a escutar coisas que me deixam muito desconfortáveis, como assédio, passada de mao, etc. mas eu sempre discuto com pessoas assim, pq eu n gosto nem um pouco, nenhuma mulher gosta né.”*

Mais da metade dos respondentes já tiveram algum contato com o *bullying*, seja na condição de vítima, autor ou espectador. Levando em conta a baixa idade, o número é assustador, principalmente quando há a separação das categorias, onde 49 já foi vítima, 23 já praticou e 65 já observou. Em consonância com outros autores, a exemplificar

Zequinão (2016), a presente pesquisa também obteve como resultado o maior número de alunos como espectadores, destacando a importância desse grupo no combate a violência escolar. Depoimentos que mostram a força dos espectadores diante as agressões dos autores:

*“Eu presenciei o bullying praticamente todos os meus anos na minha escola do ensino fundamental 2 (durante 4 anos). Era na sala de aula, na sala de leitura, no recreio, nas aulas de educação física, enfim. A vítima (vou chama-lo de JV) é meu amigo, eu, junto com outro amigo, tento ajudar o JV, mas ele se sente mal em falar sobre o assunto, e acha que não precisa de ajuda para lidar com a situação. Quando eu tentava defender essa vítima, alguns me "zoavam" também, mas de uma forma "mais tranquila" em comparação a JV. Não tenho mais tanto contato com ele, por conta da quarentena, mas acho que a quantidade de bullying com JV diminuiu, porém tenho certeza que ele ainda se sente muito mal pelo o ocorrido durante os anos...”*

*“Eu nunca fui mto de me meter em coisas assim,sla,n gosto de ficar arranjando encrenca com ngm. Presenciei o bullying algumas vezes, eu ficava com receio de me meter e acabar acontecendo algo. Mas das vezes em q enfrentei, falei o bastante para q n continuasse com o ato. N gosto disso com ngm, ainda mas se for amigos meus, eu me meto msm e n tô nem aí. Acho q só msm rs”*

*“Tem um amigo na classe que é excluído por ser autista ,e eu tento sempre está presente e próxima para ajuda lo .”*

Como ressaltai mais atrás, Imaturidade teve destaque quanto ao que leva a prática de *bullying*, contudo, os atos de humilhação, assédio e brincadeiras de mau gosto são encontrados nos relatos, seguido de chamar atenção e falta de amor onde são características abstratas, mas que preenchem o campo dos sentimentos e autoestima. Para Esteve e Arruda,

*“Os valores morais estão ficando de lado, respeito, bondade e amizade, as tão antigas, mas ainda tão necessárias palavrinhas mágicas, com licença, por favor, e obrigada muitas vezes não se aprende mais em casa [...] atos esses que podem até parecer simples, e que não tenham nada haver com o *bullying*, nada mais são que também atos de desrespeito com o próximo, e que vão formando o caráter de cada pessoa e a ensinando a respeitar e a valorizar o seu próximo, ou ensinando a ser o centro do mundo onde ninguém mais importa se a própria pessoa esteja feliz. Para que se tenha uma real melhora nos números de quadros de bullying temos que ter um trabalho em conjunto de pais e educadores, onde ambos vão ajudar essa criança que está praticando bullying a ter em primeiro lugar uma nova visão de si mesma e depois uma nova visão das outras pessoas que a cercam” (ESTEVE; ARRUDA, 2014, p. 19).*

Praticamente nenhum dos participantes negou a importância de se pedir ajuda

quando se sofre o *bullying* e apenas um não acha importante pedir ajuda quando se observa, havendo também um relato de que é importante. Contudo, fala da dificuldade e do medo de se tornar a próxima vítima. Como já foi visto, os espectadores possuem um papel importante para o término da prática e os participantes reconheceram. Quando perguntado sobre a importância de se pedir ajuda quando se comete o *bullying*, 12 alunos não consideraram importante e alguns depoimentos mostraram que é necessário para mudar o comportamento. O autor precisa de ajuda assim como a vítima e até mesmo o espectador.

Tognetta e Vinha explicam que

“o autor de *bullying*, também precisará de grande ajuda porque também é um sofredor. Geralmente, o comportamento de intimidação e provocação constante esconde alguém amargo, que aprendeu a resolver seus problemas de falta de valor a si mesmo buscando rebaixar os outros. Esconde também outra dificuldade: acha que todos devem atender a seus desejos de imediato e não consegue, do ponto de vista psicológico, sair de si e colocar-se no lugar do outro. É alguém que, para se defender, ataca. Esses não aprenderam a transformar suas raivas em diálogo, em superação de problemas e na busca de um valor de si, precisam se sentir superiores aos outros. E mais: o que aprenderam a valorizar são formas de violência e de humilhação sobrepostas à justiça ou à humildade” (TOGNETTA; VINHA, 2008, p. 7).

Para Esteve e Arruda,

“em alguns casos o autor também é vítima do *bullying*, esse começa a praticar atos de *bullying* contra outros colegas mais fracos para que com isso consiga descontar o que ele mesmo sofre de outras pessoas. Em outros casos, alunos violentos na escola querem descontar ali o que estão sofrendo em casa de pais, irmãos ou outros parentes violentos, ou ainda querem pôr em prática a violência sofrida nas ruas” (ESTEVE; ARRUDA, 2014, p. 19).

“Amor ao próximo e solidariedade” foi o ponto destacado para que as pessoas tenham um bom relacionamento nas escolas, seguido de diálogo na escola e diálogo em casa, trazendo a questão do diálogo mais uma vez como importância para uma boa convivência e resolução de conflitos. Destaca-se ainda que o apoio dos pais teve mais votos que o apoio dos profissionais de educação, levando-nos a refletir sobre a necessidade que a criança tem em ser aceito e próximo de seus responsáveis.

No que diz respeito às consequências, além das referências bibliográficas, os depoimentos também merecem destaques, mostrando a dor que as vítimas sentem mesmo depois de algum tempo:

*“Bom desde pequena que entrei na escola eu sofria muito bullying as pessoas ja chegaram a dizer que me odiavam, faziam fofoquinhas, e falavam coisas pra mim que eu me sentia muito mau e ainda sinto pois ainda acontece as pessoas me zoam e fazem brincadeiras sobre minha boca ser grande demais (não é tao grande mais eles querem sair dos melhores da escola por falar isso ne)zoam que se eu beijar alguém vou engolir*

*a pessoa , que eu pareço um pato, beijo de linguíça varios insultos e eles criticam meu corpo tambem sobre eu ser magra nao ter o corpo perfeito da sociedade me sinto muito mau por ouvir isso e tenho muita baixa auto estima por ouvir isso e realmente ver que tem meninas melhores e muito mais bonitas que eu.”*

*“Eu não sofri os mais pesados, mas sim, sofri principalmente no princípio da minha experiência escolar, principalmente piadas com o meu corpo e o meu jeito mais "isoladão" no canto, fui excluído por esse jeito de agir e não tive um acompanhamento, por conta disso acredito que posso ter me tornado inseguro e em efeito, posso determinar que tenho certas sequelas desse período. Bom, esse foi meu relato e espero que seja bem usado na pesquisa.”*

*“O bullying é muito triste, eu sei porque já passei por isso, dependendo com o q for vc fica insegura com as coisas, eu já ouvi comentários que nn gostei e me magoou, então o bullying é uma coisa desagradável pra mim, e acredito que deve ser para outras crianças/adolescentes também”, “Quando eu tinha uns 6 anos sofri muito bullying na escola particular, eu era gorda, e meu cabelo estava em transição capilar, foi um ano difícil, eu não queria comer, só pensava em emagrecer, os comentários afetavam muito os meus pensamentos, foi realmente uma fase desagradável”.*

Sem enumerar os casos onde os participantes não queriam falar sobre o assunto, relatando até que não se sentiam confortáveis para tal.

## **6.CONCLUSÃO**

O presente trabalho não tem por objetivo culpabilizar as instituições família e escola, mas alertar quanto aos danos causados e sofridos pelos envolvidos e mostrar a força que tais instituições possuem no que diz respeito ao tratamento e observância dos comportamentos para prevenção e término dos atos que envolvem a prática, assegurando um desenvolvimento sadio nessa fase de descobertas e transformações que por vezes inquietam e estressam as crianças e adolescentes.

As relações interpessoais presentes nas instituições, sobretudo na família, estabelecem laços fortes de cuidado e responsabilidade com os membros. Os resultados

mostram uma certa evidência para a influência da família no envolvimento com o *bullying* diante dos relatos, que expõem a necessidade do diálogo no ambiente familiar. Respondendo o problema de pesquisa, os depoimentos e os gráficos convergiram para o início do *bullying* ocorrer devido a imaturidade, querer chamar atenção e falta de amor, trazendo como consequência a evasão escolar, troca de escola, exclusão, isolamento, sentimento de inferioridade, tristeza e fim da própria vida.

Ressalta-se a força do diálogo para a compreensão dos sentimentos e aproximação das partes, estabelecendo confiança para o enfrentamento das dificuldades. Diálogo esse que foi ausente ou que poderia melhorar nos lares e, ao mesmo tempo, indicado como faltante para um bom relacionamento nas escolas, mostrando que muitos jovens ainda esperam por uma conversa sem julgamentos para conhecimento e crescimento pessoal, a fim de que possam compreender e aceitar o outro na mesma medida em que são compreendidos e aceitos. Isso vale para todos os envolvidos com o *bullying*, seja vítima, espectador ou autor.

Diante disso, a superação do *bullying* depende de todos. É um trabalho em equipe onde a família, a escola, os profissionais (professores, psicólogos...) e os próprios alunos se sintam determinados a dar cabo nas práticas, fazendo com que a escola e a família sejam ambientes tranquilos e democráticos.

Minha pesquisa, como ressaltai no início da apresentação desse texto, foi desenvolvida em contexto pouco favorável, sendo finalizada durante a Pandemia da COVID-19. Entretanto, em que se pesem as dificuldades introduzidas pela impossibilidade de encontros face a face, a de se ressaltar que a uniformização do distanciamento social como regra (nem sempre seguida), parece ter favorecido a adesão a proposta de resposta ao questionário, como também em propiciar, para algumas das pessoas que responderam, um distanciamento para refletir e promover, por assim dizer, “um ajuste de contas” com a prática do *bullying*. Pensando um pouco, talvez eu não tivesse acesso a tantas informações objetivas, como as que me foram propiciadas pelo método que empreguei. Ainda que, reafirmo, penso que há aspectos qualitativos que mereceriam um acompanhamento dos contextos, para fazer emergir elementos não pronunciados e que favorecessem uma melhor problematização.

Finalmente, julgo que o esforço aqui reunido oferece elementos para futuros trabalhos sobre o tema, levando adiante a ideia da proximidade com os membros das famílias e a necessidade de uma investigação no que diz respeito às condições

socioeconômicas e educacionais dos responsáveis. Acrescenta-se ainda a possibilidade de uma comparação com alunos da rede particular, onde se levanta questões acerca das atividades extraclasse, acesso à cultura, tempo disponibilizado a lazer com os responsáveis e tipo de moradia, refletindo também com os responsáveis dos alunos sobre o *bullying* e como eles passaram por isso na época da escola, onde muitos não tinham conhecimento sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Cláudia de Moraes; HUTZ, Claudio Simon. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 35-44, June 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572012000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100004)>. Acesso em: 27 de agosto de 2020

BENTO, Kelly Cristina Menezes; HUMPEL, Paola Raffaella Arabbi; MADABA, Celestino Manuel. Bullying vs. Educação escolar inclusiva - Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Relato de Pesquisa - Ano 2019 - Volume 36 - Edição 11. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/617/bullying-vs--educacao-escolar- inclusiva>

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Bullying: Cartilha 2010 – Projeto Justiça nas Escolas. 1 ed. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.truzzi.com.br/blog/wp-content/uploads/2010/10/Cartilha\\_Bullying\\_CNJ.pdf](http://www.truzzi.com.br/blog/wp-content/uploads/2010/10/Cartilha_Bullying_CNJ.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_voll.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf)

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Ministério da Educação. Saiba Mais – Programa Mais Educação. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16689:saiba- mais-programa-mais-educacao>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/diretrizes\\_normalizado\\_final.pdf](http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/diretrizes_normalizado_final.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde do Adolescente: competências e habilidades. Brasília, 2008. Disponível em:

<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_adolescente\\_competencias\\_habilidade.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescente_competencias_habilidade.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2019.

CALDEIRA, Laura Bianca. O conceito de infância no decorrer da história. 2008. Disponível em: <<https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/O-Conceito-de-Inf%C3%A2ncia-no-decorrer-da-inf%C3%A2ncia.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CAMARGO, Carolina Giannoni. Refletindo sobre o bullying na educação infantil. In: FANTE, Cleo; PRUDENTE, Neemias Moretti. Bullying em debate. São Paulo: Paulinas, 2015. 190 p., p. 51-77.

CHALITA, Gabriel. Bullying, o crime do desamor. Revista Profissão Mestre. Ano 9, n. 99, dez. 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, Abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FANTE, Cleo. Bullying no ambiente escolar. In: FANTE, Cleo; PRUDENTE, Neemias Moretti. Bullying em debate. São Paulo: Paulinas, 2015. 190 p., p. 79-107.

FANTE, Cleo. Brincadeiras perversas – bullying, da depressão ao suicídio. Revista Mente & Cérebro. 181 ed. Fev. 2008.

FREIRE, Alane Novais; AIRES, Januária Silva. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. Psicol. Esc. Educ., Maringá, v. 16, n. 1, p. 55-60, jan-jun 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572012000100006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100006)>. Acesso em: 01 jul. 2020.

FREIRE, Isabel P.; VEIGA SIMÃO, Ana M.; FERREIRA, Ana S. O estudo da violência entre pares no 3º ciclo do ensino básico - um questionário aferido para a população escolar portuguesa. Revista Portuguesa de Educação, v. 19, n. 2, p. 157-183, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37419208>>. Acesso em: 17 set. 2019.

Fundação CAPES. Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>>. Acesso em: 04/12/2019

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176 p.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995.

LINS, R. C. B. S. Bullying: Que fenômeno é esse? Rev. Pedag., vol. Inaugural, 2010. LOPES

NETO, Aramis A. Bullying. Rev. Adolescência e Saúde, v. 4, n. 3, ago. 2007, p. 51-56. Disponível em: <[http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=101](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=101)>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MALMANN, Alexandre. O fenômeno bullying e suas manifestações nas escolas de Goiânia. In: Associativismo, Profissões e Políticas Públicas III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Gênero, Associativismo e Políticas de Emprego e Renda . 2012. Disponível em  
<<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/ALEXANDRE.pdf>>

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora: Melhoramentos, 2018.  
Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MILANI, Robledo. Carrie: a estranha – Crítica. Papo de Cinema. Porto Alegre, 2017.  
Disponível em: <<https://www.papodecinema.com.br/filmes/carrie-a-estranha>>. Acesso em: 04 dez. 2019

MIRANDA, Ricardo J. P. Metodologia. 2009. Disponível em:  
[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5489/9/ulfc096328\\_3\\_metodologia.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5489/9/ulfc096328_3_metodologia.pdf)

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassóli de; PERIM, Gianna Lepre. Fundamentos pedagógicos para o programa segundo tempo. 1º Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleo. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em:  
<[https://projetopstbrasil.uem.br/portal/images/FundamentosPedagogicos\\_PST.pdf](https://projetopstbrasil.uem.br/portal/images/FundamentosPedagogicos_PST.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PADILHA, Adriano et al. Série 13 Reasons Why - temporada 1. 2018. Disponível em:  
<<https://www.culturagenial.com/serie-13-reasons-why-de-brian-yorkey/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

PASCHOAL, Gisele Ribeiro; MARTA, Taís Nader. O papel da família na formação social de crianças e adolescentes. Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 12, n. 1, p. 219-239, 2012. Disponível em:  
<<http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/91/112>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

PORFÍRIO, Francisco. "Sociedade"; Brasil Escola. Disponível em:  
<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm>. Acesso em 07 de março de 2024.

PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. p.70

PRUDENTE, Neemias Moretti. O bullying no ambiente escolar: compreensão e enfrentamento. In: FANTE, Cleo; PRUDENTE, Neemias Moretti. Bullying em debate. São Paulo: Paulinas, 2015. 190 p., p. 129-190.

RIBEIRO, Elisa. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá.

ROSA, Alexandre Morais da. Recreio às moscas. Nota sobre o bullying nas escolas. In: FANTE, Cleo; PRUDENTE, Neemias Moretti. Bullying em debate. São Paulo: Paulinas, 2015. 190 p., p. 13-22.

SBT estreia a novela "As Aventuras de Poliana", de Iris Abravanel, no próximo dia 16 de maio. Tele Viva. Disponível em: <<https://telaviva.com.br/09/05/2018/sbt-estrela-novela-as-aventuras-de-poliana-de-iris-abravanel-no-proximo-dia-16-de-maio/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SILVA, Moura Sobrinho. Bullying: sua origem e evolução; In: Moura Coaching. Disponível em:  
<https://www.mouracoaching.com/origem-e-evolucao-do-bullying/>

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Cap. 8, p. 122-134.

TOGNETTA, L.R.P.; VINHA, T.,P. Estamos em conflito, eu comigo e com você: uma reflexão sobre o bullying e suas causas afetivas. In: CUNHA, J.L.; DANI, L.S.C.: Escola, conflitos e violências. Santa Maria: Ed. Da UFSM.

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Doutrina/Bullying%20Estamos%20em%20conflito.pdf>

Ou TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; VINHA, Telma Pileggi. Estamos em conflito, eu comigo e com você: uma reflexão sobre o bullying e suas causas afetivas. Escola, conflitos e violências, p. 1-37, 2008.

Sítios consultados

[http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Crislaine.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Crislaine.pdf) Esteve e Arruda 2014

[http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n3/pt\\_10.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n3/pt_10.pdf) Zequinão et al 2016

<https://pt.slideshare.net/DanielElektron/livro-proprietrio-tecnologia-da-informao-e-comunicacao> CAMARGO 2014

# Resenhas

## A HERANÇA COLONIAL: O PATRIARCADO EM "RETORNO"

Ficha técnica

Título: Pipa (Original)

Ano da produção: Julho de 2022

Direção: Alejandro Montiel

Estreia: 2022 (internacional)

Duração: 115 minutos

Classificação: 16 anos

Beatriz Lima da Silva  
Sabrina Moraes Antonio<sup>1</sup>

O suspense policial "Retorno" (de título original "Pipa"), baseado no romance de Florencia Etchevers, estreou em julho de 2022. O filme, dirigido por Alejandro Montiel, conta a história da investigadora Manuela "Pipa" Pelari que, em busca de tranquilidade, mudou-se para a cidade de *La Quebrada*, no interior desértico argentino. No entanto, a morte inesperada da *Colla* (Samantha Sosa) finda a paz e impulsiona à revelações de segredos das grandes personalidades locais.

Na produção argentina, o trágico falecimento funciona como um fio condutor narrativo que desencadeia temáticas históricas sociais de importantes reflexões, dentre as quais esta resenha propõe a análise dos seguintes pontos: a objetificação feminina em seus diferentes modos, com base nas personagens Mecha Carrera, Pipa e as indígenas Samantha Sosa e Luna; os matizes da abordagem policial: a relação poder financeiro e as leis, com base na conduta do personagem Comissário Mollino; e as barreiras enfrentadas pelo povo indígena nos confrontos policiais, a partir do personagem Rufino e a investigação sobre a morte de Sosa.

Sobre o primeiro ponto, a objetificação feminina em seus diferentes modos, o filme expõe distintas perspectivas que convergem em um mesmo vértice: ser mulher em uma sociedade machista. Alejandro Montiel vincula a temática a dois fatores agravantes:

---

<sup>1</sup> Graduandas em Letras Espanhol/Português pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FL-UFRJ). Email: beatrizlima@letras.ufrj.br ; sabrinamoraesantonio@letras.ufrj.br

a raça e a classe. No início do filme, as collas, Luna e Samantha, sofrem violências explicitamente vinculadas à sexualidade. A ausência de luz e a trilha sonora constroem o suspense na cena, ao mesmo tempo que os corpos estendidos representam a vulnerabilidade. Enquanto Luna sofre assédio por parte do oficial Pérez durante a detenção de Nahuel Mamani, o líder Colla, Sosa é vítima do oficial Márquez, que fala, diante de seu cadáver: “*A Sami era linda. Que pena. Perdemos as melhores*”. De modo velado, observa-se a objetificação relacionada à subordinação diante da figura masculina e/ou hierárquica que constitui o enredo de Mecha Carrera. Primeiro, a imposição do casamento que está sujeito ao interesse econômico e político das duas famílias, como menciona Agustín Oregón, seu noivo: “*Mercedes, eu volto depois de cinco meses para anunciar nosso noivado porque meu pai pediu e você pediu*”. Segundo, a posição dos personagens nas cenas que, em maior parte, a figura feminina está submetida à masculina, como se identifica na festa em que Mecha está sentada e seu noivo de pé; no entanto, quando posicionados em igualdade, a personagem adota um comportamento submisso, como nos diálogos com Cruz, seu irmão. Outro recurso cênico é a linguagem corporal, em destaque a postura e o contato visual. Durante a abordagem policial, conforme a agressividade da ação, Pipa desvia o olhar do oficial Márquez ao ser ameaçada: “*E eu não vou ser tão gentil quanto agora quando for te buscar (...) essa sua carinha branca e seus olhinhos de puta não vão te salvar*”. Essa cena demonstra a vulnerabilidade feminina, ainda que a mesma pertença socialmente a uma posição de privilégio.

Referente à segunda reflexão, os matizes da abordagem policial: a relação poder financeiro e as leis, Montiel trata a temática por meio da hierarquia e da luminosidade, ao relacioná-las com a ação policial e o mistério da narrativa. Hierarquicamente, Mollino ocupa a posição intermediária, atuando como marionete das figuras influentes de La Quebrada. De um lado está Rómulo Oregón — o político da província e superior do Comissário, e do outro, o poder e seus sentimentos por Etelvina Carrena — dona da mineradora; ao mesmo tempo que Mollino é uma figura de autoridade na polícia e na cidade, assim, estrutura-se a luminosidade e o mistério. As ações policiais até determinado ponto do roteiro dividem-se em encontros diurnos e respeitosos, dirigidas a classe alta e brancos, como a devolução do colar da família Carrera; a reunião com o político — que evidencia sua subordinação; e a conversa com Cruz Carrera em que ao

jovem é negado registro de seu testemunho. Em contraposição, está a detenção e agressão de Nahuel Mamani, a abordagem do oficial à Pipa, mencionada no parágrafo anterior, e a invasão a casa da mesma, realizadas por subordinados e a noite — tendo um caráter agressivo e ilegal. Conforme a revelação dos segredos, a luminosidade deixa de separar os comportamentos e a violência torna-se explícita a luz do dia e direcionada às minorias: os indígenas, as mulheres e as crianças.

A respeito da última reflexão, que são as barreiras enfrentadas pelo povo indígena nos confrontos policiais, o longa-metragem expõe a invisibilidade do povo originário vista no embranquecimento local para apresentar casos velados de discriminação e perseguição. No filme, percebe-se que as manifestações oriundas do povo indígena, sejam elas públicas ou não, tem como resposta policial a violência verbal e/ou física, como a morte de Sami, a jovem indígena. Como já mencionado, o acontecimento foi o propulsor do enredo e explicitou a conduta policial e a má contribuição para a resolução do caso, reforçando os estereótipos sobre a polícia, tendo em vista o único policial que se importou com o caso foi Rufino, o qual a identidade indígena assim como a vítima. Embora possua um cargo público, a relação identitária influencia no comportamento dos companheiros de corporação e no ambiente hostil instaurado por ocupar um espaço majoritariamente branco, por meio de piadas, ofensas e não reconhecimento de sua autoridade e capacidade investigativa. Desse modo, há uma dualidade entre brancos e indígenas que constrói e impacta na compreensão da sociedade argentina no filme. E para tal, utilizou-se a sombra para representar a invisibilidade e o medo, além da relutância frente ao contato com os brancos, como o silêncio, os intermediários — o agente Rufino e a tia da Pipa, bem como as reuniões escondidas. Aspectos que denunciam os casos velados sofridos pelo povo que se tornou uma minoria, pela perda da identificação da população em se autodeclarar indígena e pelo modo de embranquecimento e apagamento sofrido no país.

Tendo em vista os três pontos analisados, queremos problematizar algumas questões finais relacionando-as ao contexto extra ficcional. Primeiramente, seria a atitude do Cruz Carrera com a indígena Samantha Sosa. A sedução do mundo material e o envolvimento com Sosa, que se agrava por sua idade, 16 anos, desencadeia violências até depois da sua morte. Esse cenário faz-se presente na sociedade brasileira — principalmente no que se refere à mulher negra e a tendência de responsabilizar a vítima

pelo ato criminoso —. Segundo a pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 52,2% das mulheres negras sofrem assédio e que uma a cada quatro mulheres maiores de 15 anos sofrem algum tipo de violência. Com isso, a antropóloga Lélia Gonzalez em *Primavera para rosas negras* fala: “*Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’.*” Como menciona a ativista, a cultura da objetificação é fruto da colonização que resiste até a atualidade e inflige a liberdade e a segurança feminina.

Quanto à conduta da polícia, toda a corporação é corrupta, com exceção de Rufino Jeréz, o detetive indígena. No filme, observa-se a relação de dois pesos e duas medidas na aplicação da lei, com base no personagem Cruz Carrera e Nahuel Mamani. Do mesmo modo, acontece com a polícia na maior parte do mundo. No Brasil, situações como a de Cruz são mais frequentes do que se imagina, seja por não fichar o crime, seja pela liberação por “carteirada” — utilizar a influência de cargos e familiares para livrar-se do delito. Em contraposição, levantamento da Defensoria Pública mostra que nas prisões injusta por reconhecimento fotográfico 83% dos presos são jovens negros, dados que demonstram que mais do que ter evidências, que a cor é um fator determinante para considerar um cidadão em suspeito ou não. Sendo, então, fatos conectados à ideologia da civilidade e do selvagerismo que justificavam a barbárie europeia nos territórios americanos.

No que se refere às barreiras enfrentadas pelo povo indígena, é evidente a exclusão do povo originário no processo identitário argentino, o que demonstra o embranquecimento do país que perpetua na atualidade. Na produção cinematográfica, fica evidente a discrepância entre brancos e indígenas referente ao tratamento e o papel social exercido, o que expõe a baixa aceitação da cultura indígena — que é a base latina. Segundo o último censo de 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), 2,4% da população se auto reconhece como indígena ou como descendente, dado este que demonstra a resistência e a forte presença desse povo mesmo que em regiões mais distantes das províncias (INDEC, 2010). Logo, o filme funciona como o espelho da realidade.

Portanto, pode-se afirmar que o filme cumpre seu papel de suspense policial, visto a presença das características desse gênero: a morte, o mistério, a perseguição e a revelação do crime. De fato, vale destacar a cinematografia, principalmente na captação das imagens que evidenciam a beleza natural da região, e a contribuição da trilha sonora na construção do suspense nas cenas, no entanto, seria interessante dispor da musicalidade local e de composições com instrumentos indígenas.

Na trama, os personagens e suas motivações não são aprofundadas, o que gera um estranhamento sobre as atitudes e os acontecimentos. Por certo, é imprescindível refletir sobre as temáticas abordadas, principalmente sobre a vulnerabilidade feminina e o povo originário — que na produção configuram-se como ambientação da narrativa e não efetivamente o enredo, o que resulta na história de uma mulher branca em uma cidade colla sem atentar para a cultura local. Tampouco, explicita-se a punição legal sobre os crimes e a situação sobre a disputa das terras indígenas exploradas pela mineradora — tema que permeou toda a história.

Logo, conclui-se essa análise com os seguintes questionamentos: Até quando no cinema utilizará a objetificação e a erotização feminina como recurso atrativo e para a popularização da produção? Qual é o limite entre o realismo e a reprodução do machismo estrutural? Independência *versus* Superproteção: qual a justificativa para o amadurecimento precoce feminino e infantilização masculina, conforme o tratamento recebido por Samantha de 16 anos e por Cruz Carrera? Como reparar a dívida histórica existente na Argentina com seu povo originário?

#### REFERÊNCIAS:

1. BUENO, Samira. et al. Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição - 2021.
2. RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. Apresentação para Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções, Diálogos. de Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
3. INDEC: Instituto Nacional de Estadística y Censos. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135>
4. SANTANA, Igor. Relatórios apontam falhas em prisões após reconhecimento fotográfico. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/11088-Relatorios-apontam-falhas-em-priso-es-apos-reconhecimento-fotografico>>

Tradução

**O Duplo Sentido da Pena:  
complexos emocionais e concepção de punição no modelo penitenciário da  
APAC<sup>1</sup>**

Johana Pardo  
Maria Claudia Coelho<sup>2</sup>

**Introdução**

Este artigo examina a gramática emocional presente na concepção e cumprimento de sentenças no modelo penitenciário da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Tem por foco a análise do complexo formado pela empatia, pela compaixão e pela culpa, tomado aqui como via de acesso para a compreensão da concepção de punição presente no método APAC.

Em sua construção teórica, o texto articula conceitos e perspectivas provenientes da sociologia e da antropologia das emoções. São dois os pilares principais: a) a abordagem da sociologia interacionista, com sua ênfase no trabalho realizado pelas emoções em favor da coesão social e da conformidade individual às normas sociais; e b) a importância de se analisar o trabalho micropolítico realizado pela conjugação de sentimentos, naquilo a que podemos nos referir como “complexos emocionais”, conforme apontam Rezende e Coelho (1990). Esses posicionamentos, assim como análises especificamente dirigidas para os sentimentos da empatia, da compaixão e da culpa, estão expostos de maneira mais detida na primeira seção do texto.

A metodologia empregada conjuga observação participante em uma unidade prisional do método APAC, situada no estado de Minas Gerais, Brasil, com entrevistas em profundidade realizadas com funcionários, voluntários e recuperandos desta mesma unidade prisional. A filosofia do método APAC, as características específicas da unidade onde foi realizada a pesquisa e alguns aspectos metodológicos

A terceira seção traz a análise dos dados e está dividida em duas partes. Na

---

<sup>1</sup> Uma versão deste texto em espanhol foi publicada na revista *Etnografías Contemporáneas*, ano 4, número 7, ano 2018.

<sup>2</sup> Este artigo é dedicado à pesquisadora e amiga Thais Lemos Duarte (*in memoriam*) pela sua imensa contribuição nos campos de estudo da violência, criminalidade, justiça criminal e pelo seu papel como ativista na causa prisional.

primeira, examinamos as diversas interpretações formuladas por funcionários, voluntários e recuperandos acerca das causas que teriam levado os presidiários a cometer crimes, tendo como eixo principal o tema da *(ir) responsabilidade pelo infortúnio*; na segunda, discutimos, com base na observação participante de um evento integrante do método APAC – a “Jornada de Libertação em Cristo” –, a presença e o papel desempenhado, nesse método prisional, daquilo a que nos referimos como *performances de introjeção da culpa*.

Da análise emerge uma conjugação entre três sentimentos: a empatia e a compaixão, que teriam como condição de possibilidade a formulação daquelas interpretações da causalidade dos crimes capazes de eximir os recuperandos da responsabilidade por seu sofrimento; e a culpa, sentimento cuja demonstração autêntica atestaria a sujeição às normas sociais “personificadas” na obediência às regras do sistema prisional apaqueano. Nas considerações finais, discutimos a relação entre este complexo emocional e a concepção de punição do método apaqueano.

### **1. “Complexos Emocionais”: empatia, compaixão e culpa**

O foco deste texto, conforme já anunciado, é o escrutínio da gramática emocional que rege a experiência prisional apaqueana. Essa gramática é baseada na articulação entre três sentimentos: a empatia, a compaixão e a culpa.

Esta seção traz algumas ideias centrais de textos que abordam esses sentimentos específicos. Entretanto, há uma temática central que cabe ressaltar de início: a importância de se dar atenção à forma como sentimentos específicos podem se conjugar, formando “complexos emocionais”. Em outro lugar (REZENDE, COELHO, 2010), discutimos de forma mais detalhada essa perspectiva analítica, com base nas articulações entre a humilhação e a ira (KATZ, 2013), aqui retomadas como ferramenta conceitual para exame dos dados, ou entre o amor e o ciúme em sua relação com as formas do casamento, discutida a partir do trabalho de Abu-Lughod (1993). Outros exemplos poderiam ser acionados, como as relações entre o ódio, o medo e a coragem (GAY, 1995) ou entre a covardia e a coragem (MILLER, 2000).

O sentimento de empatia, no contexto aqui analisado de humanização dos presídios, parece ser uma condição necessária para a produção de compaixão; contudo,

como veremos adiante, não há uma relação necessária entre conhecer os estados interiores dos outros e a emergência do sentimento da compaixão.

O primeiro ponto a assinalar é que a palavra “empatia” nunca foi enunciada pelos membros da APAC durante o trabalho de campo. Logo, o conceito de “empatia” é utilizado aqui como uma categoria de análise para designar estados emocionais para com os outros que tentam entender o sofrimento e as experiências alheias ou colocar-se no lugar do próximo.

Autores como Douglas Hollan e Jason Throop (2008) afirmam que a empatia implica um grau de sintonia emocional com o outro e se diferencia da simpatia, que está relacionada com identidade para com o outro. A empatia, então, implica entender por que alguém está pensando ou sentindo, a maneira como está fazendo isso e não só o que está fazendo. De igual forma, Groark (2008) usa o termo percepção empática para explicar como se dão os processos reais e fantasiosos do entendimento de estados interiores dos outros. Laurence (2009), por sua parte, mostra como a palavra empatia derivou da noção de simpatia, que no século XVII se referia não só a afinidades entre pessoas, mas também entre coisas, com uma aplicação metafórica sobre ressonância (vibração simpática), o que implica efeito cooperativo. A empatia estaria também relacionada com uma noção homeopática conhecida como *like curing like* (semelhante cura semelhante) e, no contexto psiquiátrico, é considerado um elemento chave na psicoterapia bem-sucedida, referindo-se ao esforço em acompanhar a experiência do outro e à escuta próxima.

A atenção dada nesse texto à “compaixão” é fortemente baseada no trabalho de Clark (1997) sobre as regras do “dar e receber” compaixão nos Estados Unidos contemporâneos. De orientação interacionista, Clark se ancora fortemente na noção de “regras de sentimento” para mapear a gramática da compaixão, identificando dois pontos centrais que tomaremos aqui como eixos analíticos.

O primeiro deles é a questão da *responsabilidade do sujeito pelo próprio infortúnio*. Na análise da autora, a interpretação acerca das causas do sofrimento orienta o compadecer-se: assim, se o sujeito é considerado vítima inocente de um sofrimento que não estava a seu alcance evitar, ele é digno de receber compaixão. Se, por outro lado, a interpretação da causalidade do sofrimento implica a imputação de responsabilidade àquele que sofre, seu direito a receber compaixão (com tudo o que isso pode acarretar de

formas variadas de apoio) diminui consideravelmente.

O segundo ponto essencial para nossa análise é a capacidade micropolítica da compaixão. Para Clark, a compaixão concorreria para o estabelecimento e para a reiteração das formas da organização social, evidenciando/contribuindo tanto para reforçar fronteiras nós-outros quanto para demarcar relações hierárquicas e de poder, inferiorizando aquele que é alvo da compaixão.

O tema da coesão social é central, como já mencionado, nos estudos interacionistas sobre as emoções, situando-se lado a lado com a questão da introjeção e aquiescência com as normas sociais. Thomas Scheff (1990) elabora uma “teoria da vergonha”, em que sugere ser esse o sentimento que “cimenta” a adesão do sujeito às normas sociais, introduzindo assim a atenção para a dimensão subjetiva da conformidade às normas sociais que afirmam estar ausente no arcabouço teórico durkheimiano.

A vergonha, contudo, não é o único sentimento capaz de realizar esse “trabalho subjetivo” de conformidade às regras. Na introdução a um dossiê resultante de um simpósio voltado para a análise da vergonha e da culpa, Levy (1983) discute a trajetória das análises desses sentimentos nas ciências sociais, apontando que os estudos tradicionais consideravam que as emoções geralmente associadas à modelagem da pessoa, se essa é “considerada como um controle da ação e do pensamento por meio de emoções poderosas que ajudavam a garantir a conformidade às normas sociais eram (...), primariamente, a ‘vergonha’ e a ‘culpa’” (p. 128, tradução nossa). A introdução avança na avaliação da importância de se complexificar a associação entre vergonha-público e culpa-privado, sugerindo que os estudos comparativos entre culturas apontariam para a particularidade ocidental dessa dicotomia, bem como para a natureza filigranada daquilo que se considera “público” ou “privado”.

O autor reconhece, contudo, a universalidade da tensão entre os aspectos privados do *self* e a pessoa pública. E afirma, em uma síntese particularmente fecunda para aquilo que discutiremos a seguir:

A “vergonha” (...) parece de fato sugerir um aspecto central das emoções sentidas por toda parte diante da violação dos padrões da apresentação pública adequada. Considerada de maneira positiva (como timidez, sensibilidade social, modéstia), a “vergonha” ou sentimentos próximos são virtudes. A culpa, por outro lado, parece implicar causar danos a alguém ou a alguma coisa por meio de ações ou pensamentos (ou pela falta deles) e convida ao revide e à reparação protetora. Como diz Lebra, ‘no caso da vergonha, os outros são

visualizados como audiência ou espectadores, enquanto no caso da culpa aparecem como vítimas ou como aqueles que sofreram por causa das ações de alguém'. Os dois sentimentos, cada qual da sua maneira, ajudam a motivar uma apresentação pública e uma organização de si adequadas, e variam segundo os diferentes tipos de situações e de organização das comunidades. (LEVY, 1983, p. 131)

## **2. Apontamentos Metodológicos: el método APAC e o trabalho de campo<sup>3</sup>**

A seguir, discutiremos aspectos de orden metodológico. En primer lugar, realizaremos una descripción del método APAC a partir de la revisión de la literatura del grupo y del centro de Manhuaçu. Por último, reflexionaremos sobre el posicionamiento de la investigadora durante el trabajo de campo.

### **2.1 Descrição do Objeto: Os Centros APAC**

Realizaremos a seguir uma descrição da APAC, entidade objeto desta pesquisa, a partir da literatura do grupo, principalmente dos textos “Cartilha APAC” e “A Execução Penal à Luz do Método APAC”. Legalmente, a APAC constitui uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria que, amparada pela Constituição Federal para atuar nos centros carcerários, tem seu Estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal. Serve como entidade colaboradora dos poderes judiciário e executivo na execução penal e no cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes aberto, semiaberto e fechado. Existem hoje 33 centros da APAC em funcionamento e 70 em fase de implantação no estado de Minas Gerais.

Diferenciando-se dos presídios comuns, a APAC possui uma estrutura de assistência nos âmbitos de assessoramento jurídico, espiritual, de saúde física e mental, prestada pela comunidade que é constituída por um corpo de voluntários, funcionários administrativos e familiares dos condenados. Os condenados são denominados “recuperandos”, sendo assim considerados como os responsáveis pela sua própria recuperação, assim como pela segurança e disciplina do presídio, onde não há presença de policiais, nem de agentes penitenciários.

---

<sup>3</sup> O trabalho de campo e as entrevistas foram realizados por Johana Pardo para sua tese de doutorado (Pardo, 2017). A tese foi dirigida por Maria Cláudia Coelho e defendida no “Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ)”.

A punição pressupõe um método de “recuperação”, que tem como valor intrínseco o trabalho árduo, a disciplina rígida e uma transformação da ordem espiritual, assim como o envolvimento da família do recuperando.

A APAC é filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), órgão encarregado de fiscalizar o seu funcionamento. Também faz parte de um programa maior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, chamado Novos Rumos, criado em 2001 (RESPONSABILIDADES, 2011), que possui outras linhas de atuação como o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) e o Projeto Começar de Novo (PCN), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que busca a colocação no mercado de trabalho dos ex-condenados.

## **2.2 Suas origens e expansão**

As APAC foram concebidas pelo advogado e professor paulista Mario Ottoboni, na época estudante de Direito, que junto com um grupo de amigos católicos, na cidade de São José dos Campos (SP), em 1972 criou um grupo pastoral chamado **Amando ao Próximo Amarás a Cristo**, que se propunha a amenizar os sofrimentos da população dos presídios desta cidade (em primeiro lugar, na Cadeia Pública de São José dos Campos e, dois anos depois de obter personalidade jurídica, no presídio Humaitá). O grupo pastoral era formado por 12 homens, que começaram a fazer visitas mensais com a finalidade de levar ajuda espiritual aos condenados. Contudo, anteriormente já existiam alguns movimentos isolados para ajuda aos prisioneiros, como ações de juízes que davam autorizações para trabalhar fora, assim como para passar as festas de fim de ano com a família, além das entidades privadas, denominadas patronatos, que ofereciam ajuda material nos presídios, em especial no Natal (NETO MARQUES, 2011).

Posteriormente, Mario Ottoboni e o Juiz das Execuções e Corregedor do presídio local, Silvio Neto Marques, iniciaram a elaboração do estatuto da entidade, dando ênfase às características espirituais, psicológicas e humanitárias do método. A partir de 1974, com a criação da entidade denominada “**Associação de Proteção e Assistência Carcerária**” começou-se a difundir o método entre algumas comarcas de São Paulo, Minas Gerais e Alagoas, dando-se início à formação de voluntariado, além da difusão em meios de comunicação impressos como as revistas *Veja* e *Família Cristã*. A APAC se consolidou legalmente pela Lei de Execução penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, sendo também classificada como “laboratório e modelo”. Neste momento, também se substituiu

na denominação Associação de Proteção e Assistência Carcerária a palavra Carcerária por Condenados, termo mais consonante com o espírito do programa, por requerimentos de normas internacionais, fato que facilitou também a afiliação à associação *Prison Fellowship International*. Contudo, após muitas discussões sobre o projeto de construção de um presídio modelo em São José dos Campos, não se encontrou apoio por parte do Governo do Estado de São Paulo (NETO MARQUES, 2011).

Em Minas Gerais, o método APAC encontrou melhor acolhida e expansão. Desta forma, no ano de 1985, no município de Itaúna, instalou-se o primeiro centro, que posteriormente se tornaria referência no tratamento humanizado das penas, visto o sucesso da metodologia “apaqueana”. Em 2001, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais elaborou o Projeto Novos Rumos com o objetivo de criar um programa de maior envergadura formulando políticas conjuntas de humanização das penas privativas de liberdade (RIBEIRO ZEFERINO, 2011).

A literatura do grupo, escrita por diferentes funcionários da APAC e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como juízes (as) e promotores (as), mostra que esse método tem a característica de tentar se diferenciar do sistema prisional comum, denunciando suas falhas e mazelas. Como opinião quase consensual considera-se que as prisões comuns não são locais adequados para a “redenção” dos sentenciados. Em contrapartida, na APAC afirma-se que há uma melhora em diversos aspectos como: serviços de saúde; a diminuição das taxas de fuga, apesar da segurança estar a cargo dos sentenciados, a reincidência, que segundo os textos é de apenas 15% contra os 70% que ocorre no regime comum; é um sistema mais barato, já que um sentenciado na APAC vale um terço do que custa numa cadeia comum; e, por fim, diferencia-se também por não haver condições de superlotação, pois as penas são cumpridas em cadeias de pequeno porte, com no máximo 200 pessoas, localizadas no local de origem do condenado ou residência de seus familiares. (REZENDE, SANTOS, 2011)

A APAC de Manhuaçu está localizada na zona rural na saída do município, é um novo polo inaugurado em 2012, goza de uma passagem natural muito agradável que pode ser vista de uma esplanada em regime semiaberto. Os regimes fechado e aberto também funcionam neste centro, que são separados espacialmente em andares. A APAC de Manhuaçu possui a estrutura física que o método pressupõe: no terceiro nível estão localizadas as assessorias jurídicas, a presidência, a recepção, além das salas de

psicologia, enfermagem, odontologia, tesouraria, secretaria escolar e sala de aula. Junto a esta zona administrativa encontra-se o regime fechado, onde existe uma sala de refeições que dispõe de uma televisão. Há também uma biblioteca, uma capela, uma oficina de carpintaria chamada "Laborterapia" e um campo de futebol. No entanto, este regime não tem vista para o exterior. No final do corredor encontram-se as celas. No semi-aberto fica a padaria que estava em fase de implantação, bem como a cozinha onde eram preparadas as refeições para todo o centro, tarefa atribuída aos recuperandos desse regime. Todo o centro estava sempre muito limpo, obrigação que também era realizada pelos próprios recuperandos.

### **2.3 Aproximações ao campo**

A entrada no polo APAC Manhuaçu se deu por intermédio de sua presidente, defensora pública do município.<sup>4</sup> O trabalho de campo foi realizado durante três semanas, no mês de janeiro de 2015. Desde o primeiro dia, foram realizadas entrevistas com a mediação da presidente, que solicitou à entrevistadora para não perguntar diretamente sobre o crime que a pessoa cometeu. No entanto, se a pesquisadora quisesse saber isso, ela poderia perguntar aos funcionários sobre isso.

Nos primeiros dias, a presidente e a gerente do centro perguntaram aos recuperandos se queriam fazer as entrevistas, nenhum deles recusou o pedido. No primeiro dia realizaram quatro entrevistas, no consultório do psicólogo. No entanto, essa facilidade para realizar as entrevistas, à primeira vista parecia ser uma vantagem, também mostrava algumas peculiaridades do ambiente prisional. Em outras situações, os pesquisadores geralmente demoram muito para solicitar uma entrevista, pois precisam primeiro conquistar a confiança das pessoas que voluntariamente aceitam falar. Já no contexto da APAC, a forma privilegiada pela qual a pesquisadora ingressou como familiar da presidente desse centro, colocou-a em uma relação assimétrica em relação aos entrevistados que foram, ainda que indiretamente, "coagidos" a conceder a entrevista.

A pesquisadora propôs aos funcionários dar aulas de espanhol aos recuperandos, já que eles haviam demonstrado interesse, iniciativa aceita pelos funcionários de imediato e foi chamada de "curso de verão". Depois das aulas, a pesquisadora perguntava aos

---

<sup>4</sup> A defensora pública é parente da pesquisadora Johana Pardo.

recuperandos que frequentavam as aulas se alguém queria dar entrevista e sempre havia dois ou três candidatos. Até o final do período de campo, eles não deveriam mais solicitar, pois eles mesmos lembraram que ainda não haviam sido entrevistados. Foram realizadas 18 entrevistas em regime fechado. Em contrapartida, no semiaberto, foram realizadas apenas cinco entrevistas. Neste espaço houve muitas conversas espontâneas. Também foram realizadas três entrevistas com familiares dos recuperandos e cinco com funcionários, num total de 31 entrevistas semi-estruturadas, que começavam por fazer perguntas gerais como local de origem, idade, estado civil, e depois a pergunta: “Você poderia me contar um pouco sobre sua história?” A partir dessa pergunta foi se tecendo um diálogo mais aberto, às vezes eles contavam sobre seus crimes, e sempre falavam de suas experiências no sistema comum, em contraste com a APAC. As entrevistas tiveram duração média aproximada de 45 minutos.

### **3. A Gramática Emocional da Experiência Prisional da APAC**

Conforme já anunciado, esta seção está subdividida em duas partes. Na primeira, examinamos as interpretações elaboradas por funcionários, voluntários e recuperandos a respeito das causas que teriam levado os presidiários a cometerem seus crimes, tendo como eixo o tema da responsabilidade do sujeito pelo próprio infortúnio. As interpretações examinadas incluem a “pobreza” como determinante da ação criminosa, o “descontrole emocional” e os “problemas mentais”, acionados predominantemente em associação com crimes específicos, em um esforço de atenuação da responsabilidade individual, a qual se constituiria em condição para merecimento de empatia/compaixão. Na segunda parte a atenção é voltada para aquilo a que chamamos *performances de introjeção da culpa*, processo essencial do método APAC na medida em que tomado como atestado de sujeição do indivíduo às normas sociais, sujeição essa entendida como indício crucial do sucesso da “recuperação” do preso.

#### **3.1. Empatia e Compaixão: o problema da responsabilidade pelo infortúnio**

Como vimos, os centros carcerários APAC nascem a partir da pastoral católica, que costumava fazer trabalhos de evangelização nos presídios e que se comoveu com as péssimas condições dos estabelecimentos nos quais se deviam cumprir as penas. O

sentimento de indignação a respeito das mazelas do sistema comum é um sentimento motivador da adesão à causa e também serve como forma de entender e se compadecer pelo sofrimento dos sentenciados. A experiência vicária é, então, um trabalho cognitivo e emocional que se realiza em todas as formas como se vivencia a empatia. No caso do depoimento de Sara, imaginar-se no lugar de mãe de um preso, sendo ela mesma mãe de três filhos, foi o momento descrito como um divisor de águas para o engajamento no trabalho da APAC:

... eu lembro que saí dali chorando, eu fui dormir duas horas da manhã. Eu me via como mãe... ver meu filho, eu tenho 3 filhos e uma neta, sou casada... e aí eu me via como mãe, ver meu filho naquela situação; eu ficava pensando nas mães que iam visitar os filhos naquela situação e ter que ir embora. E aquilo me machucou muito, eu falava assim: meu Deus, que angústia, é um caminho sem volta!

Dois outros depoimentos ilustram também de maneira muito eloquente a centralidade da empatia e da compaixão na gramática emocional que rege as relações entre funcionários e recuperandos na APAC:

Sabe aquela coisa que escutei do padre Zezinho uma vez: “se perguntar para você qual é gosto do chocolate, você não vai saber explicar, vai ter que provar do chocolate, não adianta ficar falando o chocolate é isso, não vai sair, o outro não vai entender, enquanto o outro não for lá e provar o que é o chocolate, o outro não vai entender”? A mesma coisa é a APAC; por mais que você explique que aqui é ser humano, que isso aqui são pessoas, são gente como a gente, que são filhos de Deus, que errou (sic), que eu também sou passível de erro, não vão entender, vão ter que vir aqui, colocar os pés aqui, sentir este clima, olhar nos olhos deles, conhecer a realidade deles, para poder gostar daqui; não precisa nem de gostar, mas pelo menos para entender. (Sara – funcionária)

Se compadecer pelo sofrimento de crianças ou idosos é fácil, agora por presos que matou ou estuprou, que muita gente acha que tem mesmo é que morrer, são poucos os que se compadecem. (comentário por parte de funcionários da APAC, Notas de Campo)

Na análise empreendida a seguir, buscamos responder a um conjunto de questões: o que recebem em troca os funcionários e voluntários quando oferecem empatia e compaixão a pessoas que quebraram as regras e que podem ser identificadas como as responsáveis pelos seus infortúnios? Que buscam os funcionários e voluntários ao oferecer seus sentimentos de empatia? Que relação estabelece a empatia com outros sentimentos, em particular com a compaixão e a culpa? Quais são os limites morais da empatia e da compaixão? Como os sentimentos de empatia e compaixão podem ser uma forma de controle moral?

O principal eixo condutor retoma aquela problemática fundamental apontada por Clark (1997): o papel das atribuições da responsabilidade pelo infortúnio na gramática da

compaixão. Na micropolítica da compaixão descrita pela autora, há uma espécie de “balança”, em que quanto maior a responsabilidade atribuída ao sujeito pelo próprio infortúnio, menor sua chance de ser considerado digno de merecer compaixão. Assim, compadecer-se com o sofrimento de condenados identificados como os responsáveis pelos próprios infortúnios não seria um sentimento amplamente compartilhado. Visamos, assim, entender quais são essas regras do sentimento que orientam a forma de olhar e entender o sofrimento dos presidiários e que trabalho faz o conhecimento empático neste processo de sensibilização. Como observação inicial, podemos ressaltar que o sentimento de empatia neste contexto de humanização dos presídios parece ser uma condição necessária para a produção de compaixão; contudo, como veremos adiante, não necessariamente conhecer os estados interiores dos outros assegura o sentimento da compaixão.

As entrevistas foram pautadas por uma regra informada já no início da pesquisa: na APAC não se fala de crime, não sendo possível perguntar sobre o crime que o recuperando cometera. Não havia, contudo, problema em escutar o relato se a pessoa quisesse falar por iniciativa própria. Embora fosse proibido perguntar, todos eles, recuperandos e funcionários, sabiam dos crimes cometidos.<sup>5</sup>

Durante as conversas com os funcionários e mesmo com os detentos, era recorrente o tema da importância de se entender o que levava o recuperando a cometer o crime. O fator “pobreza” era sempre ressaltado, sob o argumento de que a maioria das pessoas que estavam cumprindo pena vivia em condições econômicas precárias e que muitas delas tinham acesso pela primeira vez ao conforto que proporcionava a APAC, como cama, talheres, água quente, comida “gostosa”. A visão corrente era de que o contexto social e a ausência do Estado em proporcionar condições que permitissem outras escolhas eram os fatores que levavam as pessoas a cometer crimes, especialmente no tráfico de drogas, havendo inclusive o uso do termo “criminalização da pobreza” por parte dos funcionários para mostrar que a polícia cercava mais os pobres, o que acarretaria índices mais elevados de encarceramento de pessoas provenientes dos grupos sociais de menor poder aquisitivo.

---

<sup>5</sup> Esse é um traço ambivalente dessa proibição: embora a pergunta não fosse permitida, todos os membros do grupo conheciam em detalhe o crime cometido por cada um dos recuperandos.

Este argumento nos remete àquela “sociologização” do discurso de que fala Clark (1997) ao analisar as vertentes principais de explicação da responsabilidade individual pelo infortúnio. Assim, apontar a “pobreza” como uma causa que levaria estas pessoas a cometer crimes é um dos pilares de sustentação da gramática presente no grupo para sentir empatia, permitindo assim a compaixão, uma vez que, nessa linha de argumentação, os recuperandos são representados como vítimas de seu contexto social.

Essa impregnação do discurso apaqueano por uma visão sociológica do mundo nos remete a uma problemática mais ampla que vem gradualmente se constituindo, ela mesma, em objeto de reflexão das ciências sociais. Giddens (2003, 37) denomina este fenômeno como “dupla hermenêutica”, fazendo alusão à “interação interpretativa mútua entre ciência social e aquela cujas atividades constituem seu objeto de estudo”, argumentando que as teorias das ciências sociais não são alheias ao universo de significados e ação que analisam, e colaboram na construção de atividades e intuições dos mesmos sujeitos que são observados. Ressalta também que nem as teorias nem as investigações empíricas são monopólios dos cientistas sociais. Além disso, estas pesquisas e teorias podem ter consequências práticas e políticas que independem das decisões dos sociólogos sobre sua aplicação ou não às questões práticas.

Goldman (2009), em texto introdutório a um dossiê sobre os novos “movimentos culturais”, discute fenômeno semelhante, qual seja, a apropriação, pelos atores destes movimentos, de conceitos oriundos das ciências sociais. Assim, as categorias de análise passariam a integrar o universo analisado, exigindo, portanto, da teoria social, novos esforços capazes de preservar o potencial heurístico de suas categorias analíticas. Com base nessa percepção de que, no universo desses novos movimentos sociais os sociólogos e antropólogos estariam diante do desafio de pesquisar “observados que usam as mesmas categorias dos analistas”, Coelho e Durão (2012), analisam a relação entre moral e emoção no projeto de intervenção social do Grupo Cultural AfroReggae. As autoras discutem sobre como esse novo ator social que usa as mesmas categorias analíticas da antropologia, tais como “cultura” e “identidade”, parece desafiar a teoria antropológica a buscar modelos que deem conta de entender as experiências de indivíduos dotados de “subjetividade etnográfica” (CLIFFORD, 1998), ou seja, indivíduos capazes de olhar de maneira reflexiva para aquelas mesmas categorias que, segundo a teoria social clássica, os constituiriam e o determinariam.

Essa “migração” dos conceitos do registro analítico para o registro fenomênico nos conduz então à pergunta: em que medida estes saberes não trazem em seu bojo, eles mesmos, o poder de criação de mundos? Ou, traduzindo a pergunta para o universo da APAC: será que, apesar das boas intenções das explicações dos membros da APAC e do movimento pela humanização dos presídios, a doutrina apaqueana, ao explicar a motivação para cometer os crimes pelo viés da “determinação pela pobreza”, não estaria endossando aquilo mesmo que pretende combater, ou seja, colocar os pobres como potenciais criminosos? E retornando ao problema da empatia-compaixão nas interações apaqueanas: quais os efeitos emocionais e morais da apropriação destas categorias analíticas pelos sujeitos pesquisados como, no caso aqui presente, a criminalização da pobreza?

Esta mesma explicação que coloca o determinismo social como o porquê dos crimes, em especial no tráfico de drogas e como condição necessária para entender a experiência dos presos, paradoxalmente pode ser vista também como o limite moral do conhecimento empático. A interpretação de que o contexto social teria levado ao crime pode, num primeiro momento, fazer com que entre os funcionários, e às vezes entre eles mesmos, circule o sentimento de compaixão. Mas, ao mesmo tempo, existe outro sentimento na forma de enxergar e avaliar os outros: a desconfiança quanto a se realmente essa pessoa se “recuperou” ou, nas palavras do grupo, “se ao sair vai fazer tudo igual”.

Esse trabalho de “recuperação” que, nas palavras dos detentos, era chamado “mexer com o psicológico”, consiste numa série de práticas para a introjeção de culpa, especialmente por via da religião; a parábola do filho pródigo, por exemplo, era frequentemente repetida nos discursos dos membros do grupo. Por outro lado, a família também desempenhava um papel moralizante: o bom trato para com as famílias, e a possibilidade de participação dos parentes nas atividades do centro, serviam como forma de tentar convencê-los de que deveriam mudar, na linguagem do grupo, “para que suas famílias parassem de sofrer”. Era muito comum escutar comentários por parte de funcionários e recuperandos de que pagar a pena na APAC era mais difícil do que no presídio comum, por causa do “trabalho de recuperação”, razão pela qual alguns dos detentos não desejavam ir para lá.

Os recuperandos que tinham sido acusados de tráfico de drogas eram objeto de um sentimento de desconfiança maior a respeito da sua “redenção”, porque o contexto

social que os teria levado a cometer os crimes continuava presente e poderia novamente levar à “reincidência”; além disso, por muitos deles terem sido usuários de drogas, o vício poderia fazer com que eles perdessem o “controle de si” e reincidissem quando voltassem a seu contexto social. De igual forma, os recuperandos que, na maioria das vezes, davam sinais de não se enquadrar na disciplina e nas normas do centro eram precisamente os que tinham cometido o crime de tráfico de drogas. Entretanto, havia também vários casos que eram avaliados como “bem-sucedidos”: acusados de tráfico ou usuários de drogas que haviam cometido roubos, os quais, inclusive no regime fechado, faziam parte dos conselhos que fazem a segurança do presídio, podendo circular pelos escritórios. Estes casos eram exaltados pelos funcionários, que afirmavam se sentir muito felizes e orgulhosos de que seu trabalho “dera certo”. Havia uma afirmação a respeito enunciada repetidas vezes nas entrevistas: “A APAC é para todos, porém nem todos são para a APAC”.

As interações entre funcionários e recuperandos estão permeadas por um “espírito da dádiva”. Nesse sistema de trocas, os funcionários oferecem “dignidade” (chuveiro de água quente, comida “gostosa”, cama separada, oportunidade de trabalho), compreensão de suas experiências e empatia, enquanto os recuperandos deveriam retribuir com “bom comportamento”, ou seja, adequação às normas do lugar e, conseqüentemente, às regras da sociedade. Poderíamos, assim, afirmar que o recuperando que não retribui com o enquadramento às normas, impossibilita, neste contexto, o sentimento de empatia por ele e de compaixão por seu sofrimento, o que poderíamos considerar como *o limite da empatia*.

Desta forma, os voluntários e recuperandos esperam, em retribuição a seus esforços por se compadecer pelo sofrimento de pessoas que tiveram comportamento desviante, a sujeição às regras sociais. Vemos que, neste contexto, oferecer compaixão e empatia parece caminhar na mesma lógica da análise de Clark (1997) a respeito dos sentimentos suscitados pelos comportamentos desviantes. A oferta de compaixão contribui para o controle social, pois a pessoa que recebe a compaixão ganha distensão de seu papel cotidiano, o que pode promover conformidade com as regras e compromisso com o grupo. No contexto da APAC, os funcionários oferecem seus sentimentos de compaixão, o que faz com que os recuperandos se sintam sutilmente obrigados a retribuir por meio da aceitação e interiorização das regras do presídio e, posteriormente, das regras

da sociedade. Pelo menos em potencial, os funcionários esperam que com seu trabalho as pessoas que tiveram comportamento desviante possam se enquadrar nas normas cotidianas da vida social. Neste contexto, podemos dizer que oferecer empatia e compaixão tem um efeito de controle social ou, em outras palavras, que são sentimentos que contribuem para a pacificação do ambiente carcerário.

Em contraste com o tráfico de drogas, o crime de homicídio era interpretado como tendo menor possibilidade de reincidência, em especial quando era cometido pela primeira vez, aumentando ainda mais a confiança na recuperação. O conhecimento empático por via da experiência vicária por parte dos funcionários (e em alguns casos de recuperandos condenados por outros tipos de crimes), fazia-se presente na relação com os recuperandos acusados de homicídio, em um primeiro momento para imaginar como poderia ser “carregar a culpa”, em especial quando o ato tinha sido cometido no âmbito familiar, como mostra a seguinte entrevista:

*Sua preocupação era de ordem espiritual ou você tinha preocupação política de transformação?*

São as duas, porque uma está ligada a outra... as duas. Eu acho muito irônico, eu fico olhando as pessoas falando nas ruas “aconteceu isso, agora foi preso, ah que bom, foi feito a justiça!” Eles esquecem que ele vai continuar existindo atrás das grades e que ao sair, ele vai sair como? Isso é um retorno da sociedade. Ele vai sair melhor ou pior? Como é que ele vai sair melhor? Você sabe como é que ele é tratado lá dentro? Você sabe como é que ele vive lá dentro? Aí depois ele sai, ele faz os mesmos crimes, serviu para nada a prisão! Mas eles não sabem como foi que ele foi tratado, se deu condições de mudanças. Primeiro, o que levou ele a fazer isso, quem é ele, quem é a família, o que levou ele a cometer esse crime e quais são as condições para que sejam dadas essas mudanças? A justiça passa no momento que foi preso, aí que vai começar a justiça, porque tem que se cuidar, tem que tratar daquele que cometeu o erro. Ok! Colocar no espaço, tirar da sociedade, essa é a pena que ele levou, e daí, que vai fazer com isso? Vai jogar lá atrás e pronto? Daí se espera que saia um santo? Como? Eu lembro que, eu acho, eu já era apaqueana e não sabia, eu lembro que eu morava em Muriaé, essa cena nunca vai sair de minha cabeça! Eu sempre tinha essa coisa em minha cabeça: o que acontecia com eles depois que eles eram presos? Ou minto, o que levava eles a cometer o crime? Tinha sempre isso. Um dia eu estava assistindo o jornal, eu vi um noticiário, um rapaz que ele matou a avó cadeirante e a acompanhante dela. Eu vi a cena dele sendo preso, o rapaz novo, bonito! Ele não estava bonito, porque ele estava drogado. Pegaram, algemaram ele, colocaram atrás de carro, ele sentado: então a câmera gravou bem o rosto dele e aquele rosto dele até hoje eu não tiro de minha cabeça, o olhar dele perdido, algemado, totalmente drogado, o olhar perdido. Eu lembro que eu saí do quarto, eu saí para a cozinha, eu chorei muito, me comovi com ele, porque eu pensei: vó é uma coisa tão doce, vó é a parte mais materna que a gente tem e caramba, quando esse rapaz voltar a si e lembrar do que ele fez, que sofrimento que ele vai ter! Acho que a maior prisão vai ser essa para ele, que ele matou a avó, a avó deve ter sido tudo para ele, ele deve ter sido criado por ela, aquela doçura, aquela imagem doce, eterna de vó! Então eu fico imaginando como ele agiu ao voltar a si, que ele matou a avó e a acompanhante por conta de quê? Que ele deve ter pedido

dinheiro para ela, ela não deve ter dado, ou não tinha, aquela confusão e aquilo que acontece por aí; mas aquela cena nunca mais saiu de minha cabeça, porque eu fiquei preocupada, que ia ser dele depois, o que levou ele a fazer aquilo? Até hoje não sei o que foi desse rapaz, como está hoje, tá vivo? Aquilo me angustiou muito, porque a sociedade vai muito pela vítima, lógico, tem que ir mesmo! A vítima tem que ser cuidada, tem que ser zelada, é um sofrimento que não se repõe mais. E quem comete? A dor que leva, porque leva sim, leva essa dor sim pelo resto da vida! Um bem material ele pode repor, mas uma vida não! Então, essa dor ele vai levar pro resto da vida; e ninguém, por mais que queira, vai conseguir tirar isso dele. Aquilo me angustiou muito, então, eu acho que eu já era apaqueana e não sabia. (Sara, funcionária)

Essa mesma forma de olhar, imaginando o que significa carregar a culpa, assim como pensar sobre como tinham ficado os vínculos familiares após os atos, eram sentimentos que apareciam em relação a outros dois casos de homicídio: o primeiro fora catalogado como crime passional; no outro, a vítima fora o sogro. Especificamente no primeiro caso, as conversas com alguns funcionários giravam em torno de um esforço de imaginação sobre a dor que seria carregar a culpa de ter matado a mãe de seus filhos. No segundo caso, os funcionários relataram (pois o entrevistado só falara que a condenação era por homicídio) que o sogro constantemente humilhava o recuperando, pois era ele (o sogro) quem “botava a comida dentro de casa”; a esposa havia terminado o relacionamento, embora aparentemente quisesse reatar a relação, no que seria impedida pela família.

Esses dois crimes, contudo, eram explicados como momentos de “fraqueza” e de “descontrole emocional”. Imaginar que todo mundo tem momentos de “descontrole” era a via mais privilegiada para o entendimento do porquê dos crimes de homicídio. Estas duas pessoas eram tidas como recuperandos exemplares, disciplinados, membros do Conselho e, inclusive, estando ainda no regime fechado, tinham ganho por parte do juiz o benefício de trabalhar no fórum, o que geralmente só era outorgado no regime semiaberto. Como revela o seguinte depoimento: “Eu vim para aqui, não sou de dar problema, já vou fazer dois anos aqui, nunca levando ponto, nem de crachá, nem de nada, nem de errar a hora, tentar sempre ajudar, meu interesse é sempre ajudar” (Dimas, recuperando).

Vemos que o crime do homicídio parece se caracterizar por uma certa ambivalência. Em análise sobre os crimes passionais, Jimeno (2004) sugere que seriam interpretados como atos de excesso de amor, leitura que parece veicular a aceitação de uma ambiguidade presente na vida sentimental dos casais, supondo um trânsito entre o amor e o ódio. A autora sugere até mesmo uma certa romantização que, embora pareça

enaltecer o crime passional, pelo fato de colocá-lo como um ato poético, por outro lado o transforma, o patologiza, caracterizando-o como uma “doença do sentimento”. Estes esquemas, ao mesmo tempo que parecem desculpar, também fazem com que a sociedade considere o crime passional como um ato horrível e de muita crueldade. Haveria, assim, certa ambivalência na forma de entender o crime de homicídio em geral: ainda que “tirar uma vida” que “não se recupera”, conforme comentários de funcionários e recuperandos, seja avaliado como a pior transgressão cometida, e conseqüentemente o crime que gera maior culpa (por exemplo, em comparação com o tráfico de drogas), por outro lado os recuperandos que cometeram homicídios são vistos como os mais passíveis de recuperação, o que pode estar ligado ao alto grau de arrependimento.

Entretanto, sempre existe um limite para o conhecimento empático. Alguns funcionários comentaram sobre um episódio de crime passional em que o autor costumava contar seu crime como se fosse um “drama de telenovela”: em contraste com a mídia, que apresentara o fato evidenciando bastante crueldade, em sua versão ele se colocava no papel de sofredor. A categoria de *career sympathizer*, discutida por Clark, pode nos servir para explicar a impressão suscitada por pessoas que esperam e conseguem empatia de forma rotineira. A crítica velada a esse comportamento nos remete à ideia de que, embora o conhecimento empático dependa do quanto a pessoa objeto da empatia e da compaixão se permita ser compreendida, existiria, como em toda troca emocional, regras que determinam o quanto é apropriado se permitir ser objeto de compaixão, sendo seus excessos interpretados como uma quebra na gramática emocional. A constante publicização de seu crime e de seu sofrimento, nesse caso, equivaleria à quebra da regra relativa aos limites do “quantum” de compaixão que poderia ser solicitado e/ou aceito.

Por último, como é amplamente conhecido no sistema prisional, há um tipo de crime que poderíamos dizer que é o limite moral nos presídios do sistema comum: os crimes sexuais. Esses presos, na linguagem de alguns presídios, devem “pagar seguro”, ou seja, devem ficar numa cela afastados do convívio geral; do contrário, serão violentados ou mortos pelos outros. Na APAC não existem “seguros”: todos convivem no mesmo ambiente e o trabalho de criar condições para o conhecimento empático nestes casos deve ser feito em especial com os presos. Alguns funcionários e recuperandos, abordados em relação a esse tema, sempre respondiam com as mesmas frases: para Deus não existiriam “pecadinho” e “pecadão”, existiriam apenas pecados, e assim deveriam ser

considerados os erros de todas as pessoas que cumprem penas. Outro comentário frequente a respeito era de que na APAC “as pessoas cometeram crimes, não são os crimes, não são monstros, são seres humanos que cometeram erros”.

Durante as entrevistas, muitos afirmaram já ter batido em presos que tinham cometido crimes sexuais, mas que na APAC já não pensavam da mesma maneira. Não obstante, um deles afirmou que, desde que o problema não fosse com suas parentes, não tinha nada contra esses recuperandos em particular. As “regras do sentimento” apaquianas parecem, assim, suscitar dilemas nas experiências dos recuperandos, cuja anuência com as novas normas é, ao menos a princípio, parcial. Essa recusa da aceitação completa da nova regra equivaleria ao traçado de uma *fronteira moral*.

A maioria dos funcionários e recuperandos considerava os crimes sexuais como desvios mentais, entendendo que deveriam ter uma atenção diferenciada em centros psiquiátricos. A via mais comum para sentir empatia pelos acusados por este tipo de crime é, assim, sua classificação como “doentes mentais”. Retomamos, assim, o tema da responsabilidade do sujeito por seu infortúnio, em que o recuperando apaqueano é ora vítima de uma causalidade de natureza sociológica (a “pobreza”), ora de um descontrole emocional passageiro, ora ainda de uma condição psiquiátrica que o constitui, eximindo-o de responsabilidade por sua conduta e habilitando-o assim, por meio desse movimento, a merecer a compaixão.

### **3.2. Culpa: o atestado de sujeição à norma**

No cotidiano da APAC, existe uma ligação entre o sentimento de empatia/compaixão e a culpa. Observamos que, para que os funcionários e voluntários se compadeçam pelo sofrimento dos sentenciados, é necessário que demonstrem sentir culpa pelos erros cometidos. De fato, é um dos objetivos por parte dos voluntários, funcionários e entre os próprios recuperandos fazer um trabalho de introjeção de culpa.

Para explorar o lugar da culpa na gramática emocional do sistema prisional apaqueano, recorreremos agora a dados obtidos por meio da observação participante em um evento integrante do método APAC: a “Jornada de Libertação em Cristo”.

Esse evento é considerado como o último dos doze elementos do método APAC, como se encontra consignado num texto que serve de manual para sua preparação:

o ponto mais alto, o ápice do método APAC. Aliás, não se deve falar em método APAC sem a aplicação deste complemento fundamental, porque ele estabelece o marco divisor, o antes e o depois na vida do *jornadeiro*. As propostas desenvolvidas pelos expositores com base em temas adrede preparados, que envolvem a psicologia do preso e objetivam fazê-lo refletir sobre as benesses da vida e a misericórdia divina, propiciam, com certeza, uma introspeção, o reencontro consigo mesmo e a descoberta de valores. (OTTOBONI, FERREIRA, 2004, p.31)<sup>6</sup>

A edição da Jornada na qual foi realizada a observação participante ocorreu em outubro de 2015 na cidade de Santa Luzia. Ao chegar, a pesquisadora foi conduzida ao regime fechado, onde havia muitos recuperandos pelo pátio.<sup>7</sup> Era um lugar muito amplo, com um jardim muito bem arrumado, onde havia uma varanda com vista panorâmica da cidade. Lucas, o funcionário que havia feito a recepção da pesquisadora, prosseguiu com a apresentação ao gerente da APAC Santa Luzia. Este a encaminhou para um grupo de reflexão, pois uma palestra acabara de ser realizada. A dinâmica do encontro era semelhante àquela de outros retiros espirituais realizados pela Igreja católica: faziam-se cantos, orações, palestras, reuniões de grupo e intervalos para refeições. Ciclos com estas mesmas atividades se repetiam desde seis horas da manhã até dez horas da noite.

A palestra que havia acabado de ocorrer tinha como tema a vida de Santo Agostinho e Santa Mônica, sua mãe. Nas palavras dos detentos, este Santo “tinha aprontado muito na vida, mas conseguiu se transformar”. Também falaram sobre Santa Mônica, que tinha sofrido muito pelo mau comportamento de seu filho. O manual de preparação informa que o objetivo desta palestra é:

convencer os recuperandos de que Deus, em sua bondade, os convida o tempo todo a uma mudança de vida. Os grandes santos e santas foram pecadores. Deus não conta as vezes que caímos, mas sim, as que nos levantamos. Convencer o preso de que o homem pode mudar a qualquer momento, independentemente da falta que tenha cometido.

Durante a reflexão (dirigida por alguns voluntários, muitos deles ex-recuperandos), fazia-se uma oração antes de começar a discussão. Em seguida, lia-se algumas perguntas, tais como: “qual é o ideal que toda pessoa deve ter necessariamente?”,

---

<sup>6</sup> O texto “Parceiros da ressurreição” consiste num manual, com detalhadas instruções didáticas (construção de cartazes para as palestras, citações bíblicas específicas para cada momento, músicas, objetivos e conteúdos das palestras) de como realizar a Jornada de Libertação em Cristo e realizar o curso de aperfeiçoamento de método APAC.

<sup>7</sup> A “pesquisadora”, entendida como personagem desse relato, é sempre Johana Pardo, que realizou o trabalho de campo conforme já explicitado na seção sobre a metodologia empregada.

“como você vê o ser humano que gosta de viver como animal?” ou “a vida de Santa Mônica, mãe de Santo Agostinho, tem alguma semelhança com a de sua mãe?”.

Alguns recuperandos pareciam responder a essas perguntas segundo o direcionamento sugerido pela própria formulação. Por exemplo, no caso da pergunta sobre Santa Mônica, mãe de Santo Agostinho, eles afirmaram que efetivamente sim, ela se parecia com a mãe deles. Já outros, que pareciam não muito interessados, quando tinham que responder, falavam: “penso o mesmo que ele” (o colega anterior que tinha falado por mais tempo). Geralmente, os que acabavam falando mais eram os que dirigiam a conversa.

As palestras duravam mais de uma hora e eram, em sua maioria, feitas por membros das FBAC, muitos deles ex-recuperandos. Antes do início de cada palestra, cantavam-se três músicas com conteúdos religiosos, sendo as duas primeiras mais lentas e a última mais rápida, quando os companheiros deveriam se abraçar e dançar. Em seguida, realizava-se uma oração para dar início às palestras. Os palestrantes começavam com comentários sobre times de futebol, o que despertava uma onda de gritos por parte das torcidas em confronto. Também era comum fazer piadas, algumas delas relacionadas a afirmações da masculinidade.

Sobre os conteúdos das palestras, aquelas ministradas por membros da FBAC, sempre falavam de uma passagem bíblica, seguida pelo relato de experiências de vida, por parte dos palestrantes, que tratavam sobre dificuldades econômicas e problemas familiares enfrentados ao longo de suas vidas, e sobre o antes e o depois de sua conversão religiosa. Muitas também tinham como tema as visitas feitas a presídios de outras cidades do Brasil e do mundo, ressaltando as condições de precariedade destes centros prisionais. Quanto às apresentações dos padres e dos pastores, estas concerniam mais a passagens bíblicas e suas devidas interpretações e aplicações à vida, de maneira muito parecida com uma homilia.

Três palestras nos servirão como fontes de dados para a discussão que propomos aqui sobre as relações entre culpa e compaixão. A primeira foi a palestra feita por Pedro (um dos fundadores do método APAC) em sua primeira intervenção, na qual falou sobre sua história com as APAC. Com 21 anos de idade começara a trabalhar na APAC de São José dos Campos, tendo sido este praticamente seu único emprego, tendo já 32 anos

dedicados a esta causa. Fez até uma piada, afirmando que “cada um se diverte com alguma coisa e meu passatempo favorito é ajudar os presos”. Pedro afirma inclusive não ter filhos, pois se considera o pai de todos os recuperandos da APAC.

Em sua primeira palestra, ofereceu um panorama do sistema prisional no Brasil, comparando-o com uma panela de pressão que estaria prestes a explodir. Afirmou que no Brasil há mais de meio milhão de presos em situações deploráveis, afirmando que eles, os 120 presos que estavam ali, eram 120 privilegiados, pois acreditava que em nenhum lugar do mundo estava ocorrendo, naquele momento, o que acontecia ali. Perguntou em seguida ao público se tinham “deixado colegas para trás”, que gostariam que estivessem ali, e todos responderam que sim. Também contou a história de um preso muito velho, que fora transferido de uma cidade muito distante, não lhe tendo sido permitido que parasse em nenhum momento da viagem de 12 horas de duração. Quando chegaram, encontrava-se urinado e os agentes que o trouxeram afirmaram que tinham ordem de fazer a viagem daquela maneira, pois ele era considerado perigoso. Usou esta história para argumentar sobre como a sociedade os enxergava: como “perigosos”, como “monstros”.

Depois, comentou sobre suas experiências em presídios de outros países, enfatizando um presídio em Moçambique, no qual os réus ficavam em contêineres superlotados, com muitas doenças e famintos. Quando entrara no local, escutara os lamentos dos presos que, segundo a pessoa que lhe mostrava o recinto, eram gritos de fome. Havia apenas uma minúscula janela pela qual um preso conseguiu colocar seu dedo; Pedro o tocou com o seu, elevando uma oração ao céu, lembrança que o deixou com a voz embargada.

Estes relatos sobre o panorama dos sistemas prisionais brasileiro e internacional serviam para transmitir a ideia de que os sentenciados que cumpriam pena na APAC eram “privilegiados” por terem sido transferidos para lá, o que implicaria gratidão a Deus. Isso deveria se materializar em sua transformação a nível espiritual, em seu enquadramento às regras do local, assim como na mudança de seu comportamento considerado como desviante.

Mas qual seria a relação entre se sentir agradecido pelos privilégios recebidos e se enquadrar nos novos códigos de conduta? Simmel (1964), em texto em que discute o papel da gratidão na promoção da coesão social, afirma que todas as trocas humanas se

sustentam na entrega e equivalência, com os intercâmbios econômicos se baseando em prestações e contraprestações juridicamente reguladas. Não obstante, existem tipos de trocas onde a forma jurídica não intervém e a compensação não é explicitamente percebida como obrigatória. Nestes casos, a gratidão complementa a ordem jurídica, tecendo o vínculo de reciprocidade, e fazendo o papel de “memória moral da humanidade” (SIMMEL, 1964, 388). Haveria sempre um saldo devedor entre aqueles que participam da relação, o que daria à gratidão “um gosto de servidão”, pois “a expressão afetiva da aceitação de dívida” se encontraria marcada por uma hierarquia que colocaria a pessoa grata numa posição inferiorizada.

Encontraríamos aqui, portanto, uma chave conceitual para responder à pergunta acima: a adequação às regras de conduta impostas pelo método APAC seria uma forma de mostrar a sua gratidão a Deus, aos voluntários e funcionários dos centros. Teríamos, aqui, algo como uma “materialização” da troca estabelecida entre, de um lado, Deus-método APAC-funcionários e, de outro, os recuperandos, em que o sentir-se grato evidenciaria um reconhecimento da dívida implícita em toda aceitação de uma dádiva, sentimento esse que seria atestado pela sujeição às normas.

Cada palestra estendia-se por mais de uma hora, sendo dividida entre argumentações sobre o entendimento do porquê dos fatos que os tinham levado ao encarceramento e momentos nos quais se enfatizava a responsabilidade dos recuperandos pelos delitos cometidos. Esses momentos se assemelhavam a repreensões, nos quais o palestrante aumentava o tom da voz e tinha uma postura mais enérgica. Um exemplo desse tipo de fala: “todos os que estavam reunidos na sala tinham procurado cadeia não só para eles, mas também para suas famílias, sendo os culpáveis pelos vexames que suas mães, esposas e filhos tinham que passar para fazer a visita, sendo responsáveis também pela vergonha que significa ter um parente preso”. Os recuperandos seriam os únicos culpados por todo o sofrimento imposto a suas famílias. Pedro relatou ainda uma ocasião em que viu uma criancinha sendo submetida a uma revista, e que o menino de três anos, já tão acostumado à situação, sem que os guardas pedissem, já abaixava suas cuequinhas. Isto enfatizava de novo a responsabilidade deles.

Um terceiro exemplo foi uma história relatada a respeito de uma mulher adita ao crack. Este relato começou com uma exclamação sobre o quanto era difícil a recuperação dos traficantes, lembrando que, dos 120 jornadeiros que se encontravam no recinto, 75

eram traficantes. Esta mulher que Pedro conhecera em Alfenas tinha tido dois filhos, que também eram viciados nesta substância, o que fazia com que padecessem de convulsões, encontrando-se pelo resto de seus dias com este quadro devido à adição de sua mãe. A este respeito, o palestrante argumentou que era comum escutar entre os traficantes que eles nunca haviam batido na porta de ninguém para vender drogas. Então, ele agora lhes perguntava se esses dois meninos que sofriam convulsões haviam batido às suas portas para comprar drogas. Lembrou ainda outros filhos de viciados que passavam fome por causa deles, afirmando que eles eram os responsáveis por todas as famílias que haviam destruído, incluindo a sua própria. Afirmou ainda que considerava que nas APACs não estava se dando um verdadeiro arrependimento, uma vez que havia um pacto segundo o qual os recuperandos respeitariam as regras do local em troca de cumprir com mais conforto sua pena. Entretanto, suspeitava, por seus comportamentos e pelas reclamações recebidas por parte dos funcionários do centro, que não estavam realmente dispostos a mudar, estando apenas fingindo.

Estes momentos de exaltação do chamado para a responsabilidade por seus crimes poderiam ser interpretados como *performances de introjeção de culpa*, em especial quando dizem respeito às histórias sobre o tráfico de drogas. Visto que este, no contexto do crime, não constitui um delito que gera culpa, os palestrantes tentam, assim, transformar os códigos de moralidade do mundo do crime, mostrando razões para que os recuperandos sintam culpa, enfatizando os danos causados pelos seus comportamentos desviantes.

Entretanto, essas performances de introjeção de culpa não são destituídas de ambivalência, sendo possível identificar, nelas também, aquelas mesmas oscilações discutidas acima quanto à responsabilidade do sujeito por seu infortúnio. Essa ambivalência aparece nos momentos em que Pedro argumentava que, em geral, na APAC havia presos que não tinham sido amados, o que acarretaria uma distorção, a nível psicológico, da imagem de Deus como pai salvador em decorrência da figura negativa do pai, devido à possibilidade de que tivessem tido pais negligentes, alcoólatras ou drogados.

Um segundo momento etnograficamente rico foi a palestra proferida por Benedicto, que começou desenhando um quadro composto por quatro campos: o campo “L” (Livre – Trabalhador, Honesto), o campo “R” (Reincidente – Retornar ao sistema comum), o campo “C” (Continuam no mundo do crime) e o campo “M” (Mortos).

Benedicto explicou que existiam na APAC dois tipos de pessoas: os primeiros seriam os “homens de bem”, que por um acaso cometeram um deslize, um erro, e agora estão pagando. A APAC está feita também para que este tipo de homem “de família” possa pagar sua pena com dignidade. Contudo, também existiam aqueles que já nasceram criminosos, que “tinham o rótulo marcado na testa”, que eram “bandidos natos”, aqueles cujas famílias sequer haviam se surpreendido com sua prisão, mas que desejavam mudar de vida. No quadro, ele tentava mostrar o que acontecia com o futuro dos recuperandos. No primeiro grupo, segundo o palestrante, estavam aqueles homens que hoje se encontravam livres e que haviam decidido mudar o rumo de suas vidas. O que acontecera em suas vidas fora uma fatalidade; haviam pago sua pena e eram atualmente “trabalhadores honestos”. No segundo grupo estavam os reincidentes que, apesar das oportunidades dadas na APAC, não haviam seguido as normas do centro e tinham sido enviados de volta ao sistema comum. No terceiro grupo estavam os ex-recuperandos, que ao acabarem de cumprir a pena haviam cometido um novo delito; o último grupo era composto pelos que acabaram mortos. O palestrante perguntava, então, aos membros da plateia em qual grupo desejariam estar. Esta palestra, em especial, caracterizou-se por seu tom bastante focado na repreensão quanto à responsabilidade pelos crimes, e na falta de gratidão por parte dos recuperandos que, segundo Benedito, consideravam a APAC como um lugar para “pagar de boa”<sup>8</sup> a pena. Estes recuperandos estariam “só fingindo”, com a “prova” de seu fingimento sendo a falta de iniciativa para os labores encomendados. A repreensão era dirigida sobretudo àqueles que pareciam que simplesmente fingiam e não tinham um arrependimento “verdadeiro”.

A terceira palestra que desejamos mencionar foi proferida pelo funcionário da FBAC que chamaremos de William. Embora também seja um ex-recuperando, William não revelou o motivo pelo qual fora levado para a APAC. Na última parte de sua intervenção, relatou experiências de sua vida pessoal, contando que desde seu nascimento fora rejeitado por seu pai, que tentara jogá-lo em um rio pois acreditava que não era seu filho. Sua mãe, que fora agredida por seu pai, decidira deixar seus filhos com a avó, de forma que afirma ter tido uma infância de abandono e solidão, em que sofrera diferentes tipos de abusos e maus-tratos por parte de seus parentes. Este relato foi bastante rico do

---

<sup>8</sup> “Pagar de boa” é um termo nativo para designar as pessoas que desejam cumprir a pena com conforto, porém não realizam um verdadeiro arrependimento.

ponto de vista dos detalhes narrativos, além de ser também muito comovente. No final, William afirmou ter feito um trabalho de perdão com toda sua família, reunindo todos os seus parentes e contando-lhes tudo o que havia sucedido, pedindo, ao mesmo tempo, que tudo isto fosse perdoado e que continuassem sua vida familiar. Explicou que desde aquele dia tem uma relação cordial com estes parentes que o maltrataram durante a sua infância. Em seguida, pediu que todos abaixassem a cabeça; enquanto ao fundo se escutava uma música suave, pediu que se lembrassem de suas experiências de maus-tratos, mas que, ao mesmo tempo, tentassem perdoar essas pessoas que os haviam agredido e ofendido. Pediu também que orassem para pedir perdão às vítimas que haviam sido atingidas pelos crimes cometidos por eles. Após a oração, houve intervenções por parte de recuperandos que, a modo de testemunho, contavam com quem desejavam se desculpar. Houve também vários tipos de reconciliações entre recuperandos que haviam tido conflitos.

Ao sair do recinto, o jardim, assim como todo o centro, encontrava-se iluminado por velas. Pediu-se aos recuperandos que saíssem em fila por um caminho que também se encontrava iluminado da mesma forma. Ao chegar, havia um jantar com comida requintada e muitas frutas enfeitando o local. Também havia um cantor de música sertaneja, de forma que alguns dos recuperandos dançaram por aproximadamente meia hora. Foi um momento de euforia e descontração.

Em seguida, um dos organizadores pediu ao presidente desta APAC, a um professor universitário que estava presente e à pesquisadora que passássemos à frente, colocando-nos lado a lado. Os recuperandos deveriam fazer uma fila, de forma que nos iam abraçando e se organizando ao nosso lado para receber o abraço de seus colegas. Dessa forma, todos os presentes, mais de 130 pessoas, entre funcionários, recuperandos, voluntários e visitantes nos abraçamos mutuamente.

No último dia, fez-se uma celebração ecumênica com o padre e o pastor, onde o sacerdote fez as primeiras fases do ritual, que se assemelhava a uma missa católica, e o pastor realizou uma reflexão sobre o evangelho.

Para finalizar a jornada, a cada recuperando que esperava no recinto pela chegada de seus familiares foi dada uma rosa, oferecida com música de fundo. Foi um momento muito comovente, onde vários recuperandos, assim como funcionários, choravam. Os funcionários pediram a todos que déssemos um abraço naqueles que não tinham recebido

visita. Nesse momento acabou a jornada e os funcionários FBAC começaram a deixar o centro, enquanto os recuperandos recebiam suas visitas.

Vemos, assim, que as três palestras apresentadas oscilavam entre a compreensão das motivações que haviam levado aos crimes e os chamados à responsabilidade pelos delitos cometidos, aos quais nos referimos como *performances de introjeção de culpa*. Nessas passagens etnográficas, a responsabilidade pelo sofrimento padecido pelos recuperandos e seus parentes já não recai sobre o sistema penitenciário comum e suas deficiências, nem sobre as desigualdades econômicas geradas no seu contexto social, nem sobre suas famílias de origem disfuncionais, nem sobre descontroles provisórios ou sobre problemas psiquiátricos, todos eles apontados anteriormente como chaves interpretativas possíveis para a criação de empatia e compaixão. No trabalho de introjeção de culpa, observado em frases como “eles que procuraram cadeia para suas famílias, eles e só eles são os culpados pelos vexames que têm de passar seus parentes” (ideias expressas de diversas maneiras pelos palestrantes), *a responsabilidade pelo padecimento se desloca para os próprios condenados*.

#### **4. Considerações Finais: o duplo sentido da pena**

A análise realizada revelou a existência de dois momentos: de um lado, as chaves interpretativas das motivações dos crimes, com seu esforço para encontrar explicações que eximiriam, ao menos em parte, os recuperandos da responsabilidade por seu sofrimento; de outro, um ritual repleto de “performances de introjeção de culpa”, que fariam o trabalho oposto de suscitar no sujeito uma compreensão de seus atos e suas consequências como fruto de escolhas dotadas de autonomia.

Essa ambivalência coloca em cena uma gramática emocional particular, formada pela tríade empatia, compaixão e culpa. Resta uma questão: qual o trabalho que este complexo emocional faz na imposição e no cumprimento da pena, tal como concebida e aplicada no sistema prisional da APAC?

A atenção para com a dimensão micropolítica das emoções nos fornece um caminho para responder. Vimos que o ideal e a prática apaqueanos prescrevem um conjunto de condições necessárias para que se possa sentir compaixão e empatia em relação aos recuperandos, condições essas marcadas pelo esforço de compreensão das

razões que os levaram a cometer seus crimes em uma chave interpretativa capaz de, em alguma medida, atenuar o grau de responsabilidade do sujeito pelo ato que havia cometido. Assim, o crime de homicídio era entendido como um momento de fraqueza pelo qual todos poderiam passar; o tráfico e o roubo eram entendidos como consequência do contexto social; e os crimes sexuais eram relacionados a problemas mentais.

Não obstante, existia um limite para a concepção da empatia, traçado pela adequação às normas do centro, onde a culpa cumpria um papel importante, pois ser avaliado como um sujeito que sentia ou não um “verdadeiro arrependimento” fazia com que houvesse duas categorias para classificar os recuperandos: “compromissados” ou “omissos” (para usar a terminologia proposta por Ordoñez (2011)). Haveria, assim, uma dinâmica de intercâmbio emocional em que compaixão e empatia são trocados por culpa ou gratidão, sentimentos que, como vimos, atestam a introjeção e a adesão às normas sociais.

A associação entre sentir-se grato e submeter-se, proposta por Simmel (1964), nos conduz a um último aspecto importante relativo à análise da dimensão micropolítica da gramática emocional da APAC. Ora, a palavra *pena* em português tem alguns sentidos que compartilham uma mesma etimologia segundo o Dicionário Aurélio<sup>9</sup> (do grego *poiné* pelo latim *poena*): por um lado, pode ser um sinônimo de compaixão; por outro, significa punição ou castigo.

De um ponto de vista analítico, podemos então usar os dois sentidos desta palavra para refletir sobre as interações entre funcionários e recuperandos. Como visto, de acordo com Clark, a compaixão faz parte do conjunto de emoções que têm a capacidade micropolítica de demarcar *status*, sendo um sentimento assimétrico que, assim como no caso do sujeito grato, coloca a pessoa objeto da compaixão num lugar hierarquicamente inferior (CLARK, 1997).

A compaixão integra a motivação para afiliar-se dos voluntários e funcionários ao trabalho na APAC, e cria a expectativa de que os recuperandos se sintam obrigados a retribuir por meio da aceitação e interiorização das regras do presídio. A função da compaixão na dinâmica emocional típica da experiência prisional do método APAC poderia, assim, ser entendida à luz da sugestão de que a “pena”, aqui, carregaria uma

---

<sup>9</sup> Dicionário versão online: <https://dicionariodoaurelio.com/pena>. Acesso em fev. de 2017.

duplicidade de sentido. Pois, se o principal alvo da pena é o recuperando que sofre com a culpa e que se coloca em posição subordinada ao sentir-se grato, não poderíamos então entender a sujeição a ser objeto de *pena* (compaixão) como parte intrínseca da *pena* (punição)? Ou ainda: essa gramática emocional, em que a culpa faria com que o condenado aceitasse ser objeto de compaixão e se sentisse grato pela oportunidade de recuperação, não seria o atestado, no plano subjetivo, da sujeição do recuperando ao olhar normativo desse método prisional, evidenciando assim um *duplo sentido da pena*?

### **Referências Bibliográficas**

ABU-LUGHOD, Lila. **Writing Women's Worlds: Bedouin stories**. Berkeley: University of California Press, 1993.

ABU-LUGHOD, Lila. **Veiled Sentiments**. London: University of California Press.

ALVAREZ, Marcos; SALLA, Fernando; DÍAS, Camila. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo, **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

ANDRADE, Bruna. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Fábio. **Mercado de almas aflitas: crime, castigo e conversão religiosa**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2008.

BARBALET, Jack. Introduction: why emotions are crucial, **Sociological Review Monograph**. Oxford: Blackwell Publishing Limited, p. 1-9, 2002.

BASSANI, Fernanda. Amor bandido: Cartografia da mulher no universo prisional masculino. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 261-280, 2011.

BICCA, Alessandro. A honra na relação entre detentos crentes e não-crentes. **Debates do NER**, Porto Alegre, Ano 6, n. 8, p. 87-98, 2007.

BIONDE, Karina. **Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BITENCOURT, Alvaro, **Mulheres & sistema prisional: o sentido do Trabalho para que viveu e vive sob égide do cárcere**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), aculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRITTO, Mirella. **O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CAMARGO, Maria. **Terapia Penal e Sociedade**. Campina: Papyrus, 1984.

CARVALHO, Robson. **Os filhos evangélicos do novo caldeirão do diabo: a conversão religiosa na penitenciária de alcaçuz**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

CAVALCANTE, Valmir Tebúrcio. **Controle social e resistência: “fabricação” do cotidiano de uma instituição disciplinar para adolescentes infratores**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006

CLARK, Candace. **Misery and company: sympathy in everyday life**. London: University of Chicago Press, 1997.

CLIFFORD, James. Sobre a Automodelagem Etnográfica: Conrad e Malinowski. In: **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo: Crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/Iuperj, 1987.

COELHO, Maria Claudia; DURÃO, Susana. Introdução ou Como Fazer Coisas com Emoções, **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 44-60, 2017.

DUARTE, Thais. Amor, Fidelidade e Compaixão: “sucata” para os presos. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 06, p. 621 - 641, 2013.

DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Moral e emoção nos movimentos culturais: Estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae, **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, p. 899-935, 2012.

FERRAZ, Jacqueline. **Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GODÓI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOLDMAN, Márcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos ‘Novos Movimentos Culturais’., Ilha – **Revista de Antropologia**, v. 9, n. 1-2, p. 9-22, 2009.

GROARK, Kevin. Social Opacity and the Dynamics of Empathic In-Sight among the Tzotzil Maya of Chiapas. Mexico, **Ethos**, v. 36, Issue 4, p. 427–448, 2008.

HOLLAN, Douglas; THROOP, Jason. Whatever Happened to Empathy?: Introduction, **Ethos**, vol. 36, Issue 4, p. 385–40, 2008.

JIMENO, Myriam. **Crimen Pasional**: contribución a una antropología de las emociones. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004.

KATZ, Jack. Massacre Justo. In: COELHO, Maria Claudia (org.). **Estudos de interação**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 211-284, 2013.

KIRMAYER, Laurence. Empathy and Alterity in Cultural Psychiatry. **Ethos**, v. 36, Issue 4, p. 457-474, 2008.

LEVY, Robert I. "Introduction: self and emotion", **Ethos** v. 11, n. 3, p. 128-134, 1983.

LUTZ, Catherine. **Unnatural Emotions: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll & Their Challenge to Western Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (orgs.). **Language and the Politics of Emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.

NERI, Natasha. Quando jovens punem jovens: um olhar sobre a internação de adolescentes em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

OLIC, Maurice. Casa está na mão de quem? Hierarquia e relações de poder no interior de Unidades de Internação destinadas a jovens infratores. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, p. 1-352, 2009.

ORDOÑEZ, Laura. **É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método de gestão Carcerária APAC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OTTOBONI, Mário; FERREIRA, Valdeci. **Parceiros da Ressurreição**. São Paulo: Paulinas, 2004.

PAIXÃO, Antônio. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1987.

PARDO, Johana. **Paradoxos na humanização da punição: uma análise das gramáticas emocionais na APAC**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio Janeiro, 2017.

PARDO, Johana. Mapeando o campo dos presídios no Brasil. Niterói, **Confluências**, v. 17, p. 61-82, 2015.

RAMALHO, José. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

REZENDE, Luiz. Da Assistência Jurídica (Título II, capítulo II, seção IV, da LEP). In: SILVA, Jane Ribeiro (org.). **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, p. 85-92, 2011.

RIBEIRO ZEFERINO, Genilson. Da Assistência Material (Título II, capítulo II, seção II, da LEP). In: SILVA, Jane Ribeiro (org.). **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, p. 55-64, 2011.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, Richard; LEVINE, Robert (orgs.). **Culture Theory: essays on mind, self, and emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 137-157, 1984.

SCHEFF, Thomas. Shame and Conformity: the deference-emotion system. In: **Microsociology: discourse, emotion, and social structure**. Chicago and London: University of Chicago Press, p. 71-95, 1990.

SILVA, Anderson. **Participo que: desvelando a punição intramuros**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SIMMEL, Georg. Faithfulness and gratitude. In: WOLFF, Kurt (org.). **The sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press, 1964.

TAETS, Adriana. **Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades e agentes de segurança penitenciária femininas**". Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TURNER, Jonathan; STETS, Jan. **The Sociology of Emotions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Entrevista

*Entrevista realizada em 22/05/2023*

**Entrevistada: Ana Paula Mendes de Miranda<sup>1</sup>**

Entrevistadores: Hully Falcão, Marcos Veríssimo

Transcrição e edição: Hully Falcão e Dylla Neves



*Figura 1 Entrevista realizada no Paço Imperial - RJ*

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1993) e Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2002 - doutorado direto). Docente do ensino superior, desde 2000, e Professora do Departamento de Antropologia desde 2009 (Associada IV). Integra o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e é docente colaboradora do Mestrado Acadêmico em Justiça e Segurança, ambos da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1 D, desde 2023, e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ - 2021). É coordenadora do Ginga, grupo de pesquisa voltado a estudos sobre conflitos étnico-raciais-religiosos, ativismos e mobilizações no enfrentamento ao racismo religioso; pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC) da Universidade Federal Fluminense. Foi integrante da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia. Líder do diretório de pesquisa "Antropologia Política e Conflitos: pesquisas empíricas sobre burocracias, religiões e mobilizações sociais". Atualmente exerce os cargos de Coordenadora do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública e de Coordenadora do Ginga UFF. Na UFF atuou na gestão como Coordenadora do PPGA-UFF (2012 a 2014), Coordenadora do Stricto Sensu da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal Fluminense (2014-2017) e Assessora de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (AFiDE/UFF) (2017-2018). Realizou outras atividades de gestão em políticas públicas como Coordenadora Adjunta dos Programas Profissionais da área de Antropologia e Arqueologia, na CAPES (2018-2022); Coordenadora do Núcleo de Informações sobre Segurança e Violência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (2008-2009); Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública (2003-2008); Coordenadora do Grupo de Estudo "A violência na escola e a violência da escola" na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (2002). Tem experiência na área de Teoria Antropológica (Antropologia Jurídica e Antropologia Política), atuando principalmente em pesquisas sobre os temas: formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; gestão da informação em segurança pública; crimes, conflitos e percepções da violência; manifestações de intolerância religiosa e discriminação racial.

Hully: Boa tarde, Ana Paula! Obrigada por ter aceitado o convite do LABIAC e da Revista Campo Minado para dar essa entrevista! A Revista Campo Minado está na quinta edição e as atividades da revista estão inseridas nas atividades do LABIAC, que é o Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC). A ideia, desde a primeira edição, é entrevistar pessoas que tenham notoriedade, sejam conhecidas e reconhecidas como atuantes no campo da segurança pública e, como pesquisadores também. A gente já entrevistou o Pedro Heitor, o Luís Roberto Cardoso de Oliveira, a professora Lana Lage e, agora, você! Muito obrigada por ter aceitado o convite! Passo a palavra para o Veríssimo, para falar um pouquinho do LABIAC e como a ideia da revista surgiu.

Marcos Veríssimo: O LABIAC surgiu inicialmente da ideia de ser voltado para os estudantes do Tecnólogo em Segurança Pública da UFF<sup>2</sup> e, aí, a gente foi implementando várias ações e procurando incrementar uma agenda acadêmica nos polos regionais, que existem em escolas públicas e acabam muito pobre academicamente. E, durante a pandemia tivemos a ideia de fazer uma revista na qual a gente pudesse publicar os artigos dos pesquisadores da área - tanto os consagrados, quanto os iniciantes - e, também, dos estudantes do Tecnólogo. Uma das sessões da revista é essa de entrevista na qual a ideia é produzir uma memória sobre a pesquisa em segurança pública, ter essa sessão da revista, da Campo Minado, como um lugar de produção da memória sobre estudo de segurança pública e foi com esse espírito que a gente te chamou para poder contribuir com isso!

Hully: A gente queria que você falasse um pouco da sua trajetória acadêmica, como que foi a graduação e como foi sua inserção na vida acadêmica?

Ana Paula: Primeiro, gostaria de agradecer o convite! Eu me sinto muito honrada de dar essa entrevista! Parabéns pela revista, eu acompanho! É muito difícil começar qualquer trabalho, ainda mais no contexto da pandemia. Conseguir fazer coisas nesse momento que, de alguma maneira, todos ficaram paralisados, é sempre uma coisa importante de ressaltar! Bom, eu fiz Ciências Sociais na UFF. Quando eu fui fazer vestibular, na época eu não tinha muita clareza do que eu queria fazer, eu estava muito na dúvida entre fazer Jornalismo, que era uma coisa que eu pensava em fazer, ou fazer Ciências Sociais. Quando eu fiz a seleção, na hora de marcar, acabei botando Ciências Sociais achando que eu não tinha uma formação que daria para passar no vestibular, porque naquela época o

---

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense.

curso de Comunicação era muito concorrido como opção. Mas eu queria fazer Ciência Política. Antropologia jamais tinha passado pela minha cabeça! Eu sempre fui uma pessoa muito envolvida com política, minha vida é atravessada por política, então, fazer Ciência Política fazia muito sentido para mim.

Eu passei para a UFF no primeiro período, que foi uma surpresa, pois não achava que seria tão bem classificada, já que eu tinha feito Escola Normal<sup>3</sup>, o que me dava uma insegurança sobre a aprovação. Na época eu peguei ainda o vestibular que era unificado na Cesgranrio. Quando comecei a graduação eu trabalhava, já era professora. Eu dava aula na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, e era infernal sair da Tijuca e estudar em Niterói à noite. No primeiro semestre acabei pegando só duas disciplinas e detestei todas. Fiquei me perguntando se fazia sentido continuar e tranquei a matrícula. Só voltei um semestre depois. Quando voltei eu já tinha passado no concurso para prefeitura do Rio como professora e dei uma sorte porque eu estava trabalhando numa escola que é no Forte da Urca, então, era mais perto e era de manhã. Assim, eu saía de casa e ia trabalhar, almoçava no colégio, pegava um ônibus, descia na Praça XV (de Novembro). Ainda passava ônibus na Praça XV! Isso era em 1988.

Retomei o curso bastante desanimada, achava que as coisas não faziam nenhum sentido do ponto de vista da prática e isso sempre me incomodou muito. Nunca entendi muito teoria que não dá conta da realidade. Até que eu peguei uma disciplina com o Kant<sup>4</sup> de Lima, ele tinha voltado dos Estados Unidos há pouco tempo. A professora Glauca Maria Pontes Mouzinho<sup>5</sup> era minha colega, ela já estava na faculdade há mais tempo, mas a gente acabou fazendo uma disciplina junto e o Kant estava selecionando naquele

---

<sup>3</sup> Formação de ensino médio com o objetivo de formar professores para atuarem no magistério. O curso foi realizado no Colégio Estadual Julia Kubitschek.

<sup>4</sup> É Coordenador do INCT-InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, Coordenador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC/PROPI/UFF), Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (UVA), Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Mestrado em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor Titular Aposentado do Departamento de Antropologia e Professor Aposentado Adjunto do Departamento de Segurança Pública da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Professor Emérito da UFF, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências, Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo do Brasil, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A, Bolsista do Programa Cientistas do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> É professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas onde atua na linha Desenvolvimento, Ambiente, Políticas Públicas, Conflito e Cidadania. É pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT/InEAC), além de coordenar o Curso de Especialização em Organização e Gestão em Justiça Criminal e Segurança integrante da Rede Nacional de Altos Estudos da Senasp - MJ.

momento gente para trabalhar na pesquisa. Eu passei na seleção e comecei a trabalhar com o Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto<sup>6</sup>, a Glaucia Mouzinho e a Rosane Carreteiro no projeto: “Práticas Jurídicas e Práticas Acadêmicas: a Tradição Inquisitorial na Sociedade Brasileira em uma perspectiva comparada”, e começo a perceber que Antropologia podia ser interessante.

A mudança de interesse não teve muito a ver com o tema da pesquisa, mas com a possibilidade de trabalhar com pesquisa. Trabalhar a temática da Justiça e Segurança jamais tinha passado pela minha cabeça. Não era uma coisa, assim, que eu desejasse. Pelo contrário, eu nunca quis trabalhar com os projetos sobre polícia. Se vocês olharem os meus textos, não são os meus primeiros trabalhos. Eu vou trabalhar com o Kant para estudar o **cartório**<sup>7</sup>. A ideia do registro, pensar como a **burocracia** funciona, eram as coisas que me interessavam.

Ao longo da vida fui aprendendo que tudo que eu não queria, eu acabava fazendo. Então, era melhor eu parar de falar certas coisas, porque coisas que eu disse: “não quero trabalhar com estatísticas”, por exemplo, e eu passei bons anos da minha vida trabalhando com isso. Não falo mais das coisas que não gosto! Eu prefiro fazer o que eu gosto e fico calada, porque vai que eu falo e acontece! Foi assim que a gente começou esse trabalho, que não tinha muita gente e nenhuma estrutura.

Eu fui chamada na Secretaria de Educação para fazer parte de um projeto (Centro de Memória da Educação), que acabou virando o que hoje é o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro<sup>8</sup>, estou falando ainda da final da década de 1980, início da 1990. Meu trabalho era relacionado à produção de memória e documentação.

Mas o pessoal que trabalhava junto ao Kant tinha bolsa, éramos pouquíssimos privilegiados que tínhamos bolsa do CNPq. Eu lembro quando chegou o primeiro computador do ICHF<sup>9</sup>, o Kant olha para mim e para o Paulo Gabriel e diz: “vocês têm que aprender a usar esse negócio aí, nos Estados Unidos todo mundo usa. Vocês têm que

---

<sup>6</sup> É professor associado do Departamento de Antropologia e do PPGA da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM) da UFF.

<sup>7</sup> Ver: MIRANDA, A. P. M. Cartórios: onde a tradição tem registro público. Antropolítica (UFF), Niterói, v. 8, p. 59-75, 2000.

<sup>8</sup> É um espaço destinado à construção e preservação da memória da Educação no Município do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

aprender fazer”. Eu fiquei imaginando como a gente aprenderia, pois ninguém sabia usar! Apareceu um sujeito que sabia um pouco e deu umas aulas para nós dois e para um funcionário do ICHF, e foi assim que as pessoas foram aprendendo e as coisas foram acontecendo. Bora lá, temos a oportunidade, vamos fazer!

Durante meu período na graduação não tinha mestrado na UFF, só no Museu Nacional e na USP. Mas já tinha sido aprovado a criação do mestrado em Antropologia, só que eu estava grávida naquele ano (1994), então eu não fiz a seleção. O meu então marido tinha que fazer o doutorado e optou por ir para a USP. Por isso, fomos para São Paulo, como já estava lá, fui estudar na USP.

Sempre tentei conciliar a vida acadêmica com a minha vida pessoal, nunca deixei de fazer nada, mas sempre é uma sobrecarga para a mulher. Embora a USP<sup>10</sup> não tenha sido um lugar dos sonhos, foi um lugar bastante viável. Na época a FAPESP<sup>11</sup> tinha as condições de trabalho muito melhores do que as outras agências de fomento, então, eu conseguia ter dinheiro para vir fazer pesquisa no Rio de Janeiro, isso em 1997, 10 anos depois da graduação. Eu entrei para a UFF em 1987, terminei em 1992 [Bacharelado], 1993 [Licenciatura], entro na USP em 1997 e fico até 2002. Fiz o doutorado direto, não por uma escolha minha, na época foi uma decisão do programa. Foi o momento em que mudaram todas as regras da pós-graduação do país e tinha uma pressão por redução de prazos. Eles escolheram alguns alunos naquela época cujo tema eles achavam que eram temas que sustentavam tese. Assim, eu acabei fazendo a passagem do mestrado para o doutorado direto. Por isso não defendi a dissertação, depois me arrependi, pois dava para ter feito. A minha orientadora (Maria Lúcia Aparecida Montes<sup>12</sup>), que era uma pessoa maravilhosa, achou que o tema sustentava direto uma tese.

Hully: Muito obrigado Ana Paula! Então você entrou meio por acaso no tema de Segurança Pública. Pelo que eu entendi, a partir da Antropologia do Estado, e aí gostaria que você falasse um pouco mais dessa relação da Segurança Pública com a Antropologia do Estado

Ana Paula: Eu sempre quis pensar política e Estado. Quando eu fui trabalhar com as práticas de fiscalização da Receita Federal - que era o tema da minha dissertação e da

---

<sup>10</sup> Universidade de São Paulo.

<sup>11</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>12</sup> Foi Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

tese<sup>13</sup> - percebi que a Receita não deixa de ser um tipo de polícia, aliás, a definição de poder de polícia está no Código Tributário, que é um campo importante do Direito Administrativo, que é a coisa mais inquisitorial que existe no Brasil. O Direito Penal é muito duro, já que a pena de privação de liberdade tem consequências pesadas para as pessoas. O Direito Administrativo é inquisitorial na essência. Você está lutando contra o Estado, sinto muito, você já perdeu de lavada! Então, ao trabalhar com a Receita, já estava pensando ali uma série de situações, de procedimentos administrativos, que traziam toda uma discussão sobre as forças de opressão por vias burocráticas.

O primeiro contato mais direto com a segurança começa quando eu ainda estava fazendo doutorado e o Kant me escreve informando que tinha sido convidado para escrever um artigo para a BIB<sup>14</sup>. Ele chamou a mim e ao Michel Misse<sup>15</sup>, que foi uma das revisões feitas sobre a temática de Segurança, Justiça e Violência. Alguns artigos foram escritos antes por Alba Zaluar<sup>16</sup> e pelo Sergio Adorno<sup>17</sup>, teve depois o artigo da Jacqueline Muniz<sup>18</sup> com a Haydée Caruso<sup>19</sup> e todos acabaram virando referência. Nessa época o

---

<sup>13</sup> MIRANDA, A. P. M. Burocracia e Fiscalidade? Uma Análise das Práticas de Fiscalização e Cobrança de Impostos. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.

<sup>14</sup> Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Ver: LIMA, R. K. ; MISSE, M. ; MIRANDA, A. P. M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123, 2000.

<sup>15</sup> Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2000. Professor Visitante na Universidade de Chicago (2022). Professor Visitante, de 2019 e 2021 no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense. Professor Visitante na Universidade de la Frontera, Chile (2018). Visiting Scholar na Universidade do Texas em Austin (2017). Professor Visitante na Universidade de Lille, França (2009). Professor Titular de Sociologia aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador 1-B do CNPq. Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

<sup>16</sup> Passou em concurso para Prof. Livre Docente da UNICAMP e para Professor Titular em Antropologia Social da UERJ. Foi professora titular de Antropologia do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro onde fundou em 1997 e coordenou o Núcleo de Pesquisa em Violências (NUPEVI) com inúmeras pesquisas quantitativas e qualitativas no tema das violências doméstica, policial, urbana, vinculada ao tráfico de drogas. Aposentou-se em junho de 2012 e passou a atuar como professora visitante no IESP/ UERJ.

<sup>17</sup> Atualmente (desde 2004) é Professor Titular em Sociologia da FFLCH- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Coordenador Científico do Núcleo de Estudos da Violência - USP (1990-atual), Presidente da ANDHEP- Associação Nacional de Direitos Humanos

<sup>18</sup> Professora adjunta do Departamento de Segurança Pública e do Mestrado de Justiça e Segurança Pública (DSP), Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (IAC) da UFF. Professora do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social CECIERJ/UFF. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Conflitos e Sociedade - NECSO/DSP/IAC-UFF. Sócia fundadora da Rede de Policiais e Sociedade Civil da América Latina e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Integrante da Rede Fluminense de Pesquisadores sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos.

<sup>19</sup> Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

NUFEP<sup>20</sup> já existia e a Roberta Côrrea<sup>21</sup> veio trabalhar com a gente, ajudando a organizar a base de material que usamos para escrever esse artigo. Ali naquele momento talvez tenha sido o primeiro episódio em que eu me envolvo diretamente com esse tema.

Então, eu volto para o Rio em 2000, ainda não tinha terminado a tese, voltamos ao Rio de Janeiro com dois filhos e precisando de um emprego. O CESeC<sup>22</sup> tinha acabado de ser criado, a Julita Lemgruber<sup>23</sup> estava selecionando gente. Eu me candidato à vaga para trabalhar com a Jacqueline Muniz, que eu já conhecia, porque quando eu entrei na graduação a Jacqueline era da UFF, ela foi minha veterana. Mas a Julita decide que eu ia trabalhar no projeto com ela, sobre as Ouvidorias de Polícia no Brasil. Eu e a pesquisadora Sonia Duarte Travassos<sup>24</sup> fizemos todo trabalho de campo dos cinco estados<sup>25</sup>. Esse acaba sendo o primeiro trabalho específico em que estou direto trabalhando com a polícia e, na sequência, quando a Rosinha<sup>26</sup> é eleita, o Jorge da Silva<sup>27</sup> é convidado a trabalhar no ISP<sup>28</sup> e que pede ao Kant indicação de alguém para a coordenação do grupo de pesquisa, e o Kant me indicou. A princípio, eu não quis aceitar, mas daquelas coisas da vida que você não quer e acaba fazendo, eu acabo assumindo o grupo de pesquisa por onde já tinha passado Jacqueline Muniz e Michel Misse. Naquele momento, Jacqueline já estava no Governo Federal, ela me chamou também para ir com ela para Brasília, mas eu não tinha como conciliar tudo isso com dois filhos pequenos. Fiz a escolha de ficar no Rio, era

---

<sup>20</sup> Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense

<sup>21</sup> Doutora em Antropologia (PPGA-UFF). Integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), coordenado pelo prof. Dr. Roberto Kant de Lima.

<sup>22</sup> Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

<sup>23</sup> Atualmente é coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e membro do conselho diretor do International Drug Policy Consortium (IDPC). Foi diretora do Departamento do Sistema Penitenciário, ouvidora de polícia do Estado do Rio de Janeiro e membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça.

<sup>24</sup> Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde 1995.

<sup>25</sup> Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

<sup>26</sup> Rosinha Garotinho, Governadora do Rio de Janeiro de 2003 a 2007.

<sup>27</sup> Jorge da Silva foi um importante pesquisador, antropólogo e coronel da Polícia Militar. De acordo com a descrição de seu Lattes, temos o seguinte: Pós-Doutorado na Universidade de Buenos Aires / Equipe de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Letras (2006). Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (2005); mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (1998); mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense / Instituto de Letras (1972); graduação em Direito e em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1970 e 1972, respectivamente); Todos os cursos regulares do oficialato da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, corporação em que chegou ao último posto, o de coronel, e em que ocupou altas funções. Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ (aposentado), onde foi coordenador executivo da Coordenação Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas em Ordem Pública, Polícia e Direitos Humanos.

<sup>28</sup> Instituto de Segurança Pública (ISP).

2003, já tinha defendido a tese em 2002 e, tal como acontece hoje, uma ilustre doutora desempregada.

As questões da conjuntura fizeram com que o trabalho no ISP crescesse de um jeito que eu não imaginava. Porque na época que a Rosinha era governadora ela enfrentou uma série de conflitos na segurança pública, o que fez com que Garotinho virasse secretário de segurança em abril de 2003. A gente já estava no ISP há alguns meses fazendo nada, não havia dados. Jacqueline e Michel fizeram um grande trabalho, mas dentro da lógica “faz e desfaz”, o trabalho que eles tinham feito tinha sido todo perdido. E é quando ele [Garotinho] chama o Jorge da Silva e pergunta o que era preciso para fazer o ISP funcionar. Ele responde que precisava de computador, gente especializada para trabalhar e precisava que os dados chegassem, porque a polícia não repassava o banco de dados. Garotinho falou para o Jorge que sabia como a polícia funcionava e ia fazer acontecer. No dia seguinte estava lá quase tudo que foi solicitado.

Uma das coisas que a gente fez, que eu acho que é um marco no trabalho, não foi só no processo de produção dos dados internamente e discutir uma política de gestão da informação, porque a gente fez isso, não era só pegar e produzir uma interpretação, mas a gente discutiu como é que essa política se institucionalizaria e aí o fato de a Jacqueline estar na SENASP<sup>29</sup> naquele momento fez toda a diferença, pois isso não era coisa somente do Rio de Janeiro, era uma questão nacional e ela transforma isso também numa política nacional, vinculando o envio de recursos à existência desses dados organizados, então, as coisas se casaram. Teve a estratégia de pensar também uma política de divulgação. O ISP teve um papel fundamental com os boletins que a gente produziu, os dossiês que a gente inventou, como o Dossiê Mulher<sup>30</sup> e uma série de publicações que nós fizemos na época, junto como uma ação de divulgação por meio de entrevistas coletivas.

Uma coisa que a gente conseguiu articular também, do ponto de vista de política, é que eu precisava de equipe para trabalhar e o estado não podia contratar. Foi negociado com a FAPERJ<sup>31</sup>, que passou a fazer descentralização financeira e pagando bolsa eu consegui contratar gente. Coincidiu também com um dinheiro que existia, doado pela

---

<sup>29</sup> Secretaria Nacional de Segurança Pública.

<sup>30</sup> Publicado pela primeira vez em dezembro de 2005, foi organizado por Ana Paula Mendes de Miranda, Andréia Soares Pinto e Lana Lage. Fez parte do Programa de Qualificação Estatística, que também incluía o Dossiê Criança e Adolescente, o Dossiê da Pessoa Idosa, dentre outros.

<sup>31</sup> Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

União Europeia, que rodava há muito tempo no Brasil e ninguém conseguia executar. Naquele momento houve uma conjuntura política na qual a Secretaria Nacional de Direitos Humanos bancou fazer um convênio e conseguimos fazer um conjunto de projetos com esses recursos, no campo da formação policial e nos Conselhos Comunitários de Segurança.

Diria que existiu um ambiente propício para fazer as coisas no campo da organização de dados. E isso não tem nada a ver com a avaliação sobre o que foi o governo Rosinha Garotinho na área de segurança e a formação de milícias. Isso é muito importante, porque quando a gente fala de política pública, no senso comum, a gente tende a pensar na lógica da ambiguidade - uma coisa ou outra – acontece que não é assim que a política pública funciona. Prevalece é a lógica da ambivalência, as duas coisas estavam valendo ao mesmo tempo. Num mesmo governo há coisas que são absolutamente reprováveis e outras que são fundamentais acontecendo. Isso é muito difícil quando a gente está lidando com a política da vida real, porque óbvio que é muito mais fácil ficar “cancelando” as pessoas por uma dimensão simplista da história. Na vida real, a concreta produção da política e a possibilidade de transformar qualquer realidade passa por engolir sapo, abacaxi, pepino e seguir fazendo. Eu ouvi barbaridades no governo e coisas até piores na universidade, nem por isso desisti...

A gente conseguiu construir uma equipe, que é um ponto muito importante, pois não dá para trabalhar com esse tema individualmente, que eu acho que também é um mérito do Kant na construção de todo o trabalho dele, sempre construiu equipes. Isoladamente com este assunto [segurança pública] você vai acabar virando um mártir.

Hully: Muito bom, Ana! Você trouxe várias questões muito importantes para pensar uma ação de política pública do âmbito da segurança pública e como se dá também a política da vida cotidiana nessas instituições. Como a revista está destinada a um grande público de graduandos, queria que você falasse um pouco mais sobre como foi a sua pesquisa no ISP e como foi sua pesquisa também no doutorado. E aí aproveitando o gancho para falar um pouco sobre a lógica cartorial, pois você é uma das grandes pesquisadoras do tema.

Ana Paula: A “Escola Castro Faria” de formação ensinava que tinha que partir do concreto para, a partir de então, pensar alguma coisa. A minha grande decepção com a Ciência Política foi isso, que era a teoria sem nenhum vínculo com a realidade. Eu diria que toda ciência é política. A gente teve o Kant como orientador num momento em que ele tinha tempo para orientar as pessoas, porque ter tempo para fazer trabalho de campo do jeito que tem que ser feito, dá trabalho. É o desafio de estar no lugar, é construir relação com as pessoas. O ponto do sucesso do trabalho do ISP tinha a ver exatamente com isso, porque mesmo quando os policiais discordavam de mim, eu questionava o funcionamento e demonstrava que sabia como tudo funcionava, pois estava etnografando os processos de produção de dados e mostrava como aquela realidade era. Os fatos são totalmente interpenetrados pelos cenários, pelas pessoas. A história faz parte desse processo. Você não trabalha com política sem pensar a história e sem pensar nos jogos políticos, todos os projetos que a gente fez no ISP, mesmo sendo projetos que tinham caráter de aplicabilidade, como o projeto sobre o conselho de segurança, os projetos na área da produção de dados, da formação policial tudo foi embasado num trabalho de uma pesquisa, formada por meio de um diálogo horizontal. A gente se sentava com os policiais discutia tudo. Tinham umas coisas engraçadas, não era só aborrecimento... Esse episódio, eu acho que ele é muito importante como demarcador de tudo que a gente conseguiu fazer. Quando a gente fez o primeiro evento para começar a produção e divulgação de dados, eu era a coordenadora e Jorge o presidente e tinha como vice-presidente do ISP um outro coronel. E aí eles montaram um grande café da manhã para os delegados e para os coronéis, para fazer apresentação do projeto. Depois de quinze dias ia ter um outro evento para os policiais que iriam trabalhar nessa ação e, quando eu fui tratar desse segundo evento, informaram que não ia ter café da manhã, só um “biscoitinho”, pois não havia dinheiro. Eu avisei que se não houvesse café da manhã igual, não haveria evento. Assim foi feito, pois cancelei o evento e a notícia correu a polícia. De que uma garota desafiou o coronel porque não tinha café da manhã igual ao primeiro evento. Fizeram queixa de mim ao Jorge, mas ele concordou que tinha que ter o café da manhã “igualzinho” ao primeiro. E assim foi. O que chegou de policial me perguntando se eu realmente tinha desafiado o coronel... Para mim foi uma coisa bem simples, era preciso demonstrar que tratávamos todos da mesma maneira, era um sinal de que não estávamos de brincadeira.

De novo volta para o empírico. O detalhe não é um mero pormenor, quem faz Antropologia sabe disso. O detalhe é o que faz toda a diferença. É no detalhe que a gente transforma as coisas.

No projeto que eu fiz sobre homicídios no ISP, teve um estudante que trabalhou com a gente, que também trabalhou no NUFEP. Um dia eu percebi que aquele menino estava em sofrimento muito profundo ao ler aquelas coisas. Foi aí que eu descobri que um parente dele havia sido assassinado, e aí intervi, sugeri que ele fosse trabalhar com outro tema. É um limite que quando eu comecei a estudar ninguém nunca falou disso comigo. Hoje eu acho que a gente fala mais. É uma dimensão da ética que não é muito falada, aí lembro do seu trabalho<sup>32</sup>, Hully, porque hoje toda discussão sobre a ética é só sobre as formalidades e umas coisas que não levam muito a lugar nenhum. A cartorialidade é a produção de poder sobre o outro a partir dos registros burocráticos. Eu comecei a pesquisa sobre cartórios, mas na verdade eu só fui entender efetivamente o que era esse poder cartorial estudando a Receita, porque a Receita é o lugar onde isso acontece<sup>33</sup> como demonstração de uma longa tradição de funcionamento do legalismo formalístico que revela nossa forma de governar como um domínio patrimonial-burocrático, segundo o qual os indivíduos são desprovidos de iniciativa e de direitos.

No caso do imposto de renda e o seu simbolismo, em outros impostos isso tem outro sentido, tem muito casal que o marido ou a mulher não sabem o que o cônjuge declara no imposto de renda. Mas o Estado sabe. É nesse poder que eu estou pensando. O fiscal tem todos os controles sobre você, não existe a possibilidade de erro, eles podem errar, você não pode errar nunca. Tem multa, tem sanções, e tem o arbítrio, que no caso da Receita, toda a discussão que eu faço sobre a ideia de “sócio do estado”, que é uma coisa que até hoje eles se ressentem e que os outros fiscos, alguns fiscos municipais e alguns estaduais ainda mantém, que é a participação das multas. É uma relação de sociedade, que obviamente leva ao fabrico das multas. A cada operação o sujeito ganhava um apartamento. Isso coloca um sujeito que tem um poder maior do que o do Estado, pois esse Estado impessoal não existe.

---

<sup>32</sup> "Burocracia da ética": uma análise antropológica sobre a regulação da prática da pesquisa científica no Brasil, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense, 2019.

<sup>33</sup> MIRANDA, A. P. M. Fisco e cartórios: exemplos de burocracia à brasileira. In: Souza Lima, Antonio Carlos de. (Org.). Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. 1ed. Rio de Janeiro / Brasília: Contra Capa / LACED / Associação Brasileira de Antropologia, 2012, v. , p. 276-285.

A dimensão do poder cartorial está nos registros, no poder da escrita. Com toda tradição ibérica e o processo de produção da colonização, é o poder de instaurar a verdade e essa verdade produzia os seus efeitos, que eu e Maria Pita chamamos de *estatalidade*<sup>34</sup>. O Estado é uma ficção dos filósofos, Radcliffe Brown<sup>35</sup> tinha razão, mas ela é uma ficção que produz efeitos. Se eu leio um livro de ficção, aquilo pode não produzir nenhum efeito em mim, mas o Estado é uma ficção que produz efeitos, quando pode ou não casar? Pode ou não comprar aquilo? Pode ou não ficar livre? Quem pode ir? E quem pode fazer certas coisas? Essa dimensão que a etnografia permite explicitar. Na verdade, ela não está contando novidade nenhuma, mas a gente está demonstrando aquilo que os outros fingem que não existe. A pesquisa tem esse poder de demonstração, opinião a gente dá no botequim. Se bem que a gente também fala de ciências no botequim! Já fazemos isso muito antes desse negócio dos ingleses inventaram e virar essa grife do *Pint of Science*<sup>36</sup>.

Hully: Muito obrigado, Ana Paula! Essas duas perguntas se complementam: como você chegou nos estudos sobre intolerância religiosa, estudos raciais, e como esses dois temas - a intolerância religiosa e os estudos raciais - se vinculam à segurança pública.

Ana Paula: Eu cheguei até esse tema através da Segurança Pública. Eu tinha acabado uma pesquisa sobre homicídios, trabalhava na Universidade Cândido Mendes, já tinha saído do ISP e tinha finalizado essa pesquisa sobre homicídios<sup>37</sup> e trabalhava com o Ubiratan de Oliveira Ângelo<sup>38</sup>, ex-comandante da Polícia Militar. Estávamos em uma reunião na Cândido, na época estava sendo discutido a criação de um bacharelado em Segurança Pública, a gente estava junto nesse projeto, o Kant também estava fazendo essa mesma discussão, como bem sabemos, e eu até participei de algumas reuniões no ICHF como professora de outra universidade, tentando mostrar que esse debate já existia. Aí o

---

<sup>34</sup> Ver MIRANDA, A. P. M. DE; PITA, M. V. Rotinas burocráticas e linguagens do estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 59-81, out. 2011.

<sup>35</sup> Foi um antropólogo e etnógrafo britânico. Ver RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1970. Preface. In: FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). African Political Systems Oxford: Oxford University..

<sup>36</sup> Maior festival de divulgação científica em bares e restaurantes do mundo

<sup>37</sup> Ver MIRANDA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. B. ; PAES, V. F. . A reinvenção da 'Cartorialização': análise do trabalho policial em registros de ocorrência e inquéritos policiais em 'Delegacias Legais' referentes a homicídios dolosos na cidade do Rio de Janeiro. Segurança, Justiça e Cidadania, v. 4, p. 119-152, 2010.

<sup>38</sup> Oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro

Ubiratan, que era uma figura muito irônica, virou para mim e falou para irmos numa reunião que eu ia “gostar” porque antropólogos adoram uma confusão, que teria muitos “macumbeiros” falando que os terreiros estavam sendo atacados. Chegando na Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR), e ele estava coberto de razão, eu adorei aquele lugar, não queria continuar trabalhando diretamente com as polícias, estava de fato interessada em procurar outros assuntos para pesquisar. O Ivanir dos Santos, o interlocutor da CCIR sempre diz que na época nenhum pesquisador olhava essa perseguição aos terreiros. Quando comecei ninguém estava olhando para isso.

Eu tinha acabado de ganhar um projeto do CNPq<sup>39</sup>, e a gente fez o primeiro levantamento dos casos envolvendo o que se chamava de intolerância religiosa. Fizemos isso nas delegacias, pesquisamos no judiciário e começamos a acompanhar os processos e tentando entender o que isso significava na cena política e como isso se diferenciava e, se diferencia até hoje, de outras dimensões que envolvem o racismo, porque a intolerância religiosa envolvendo terreiros é uma dimensão do racismo, certamente que sim. Mas do ponto de vista de uma discussão teórica, a intolerância é um fenômeno que pode atingir qualquer religião e o que acontece com os terreiros é muito específico! Não é igual ao que acontece com os outros grupos religiosos, é uma intencionalidade de ataque por uma única e exclusiva razão: é africano, é do demônio e tem que destruir...

É muito diferente dos conflitos que envolvem as disputas entre católicos e evangélicos. Talvez seja equivalente a pensar no conflito entre judeus e muçulmanos, pois ali também se apresenta uma ideia de destruição também. Não estou fazendo hierarquia de valor, só estou pensando no fenômeno como tal. Não existe isso na intolerância contra os terreiros, eles são constantemente atacados e não podem reagir, pois afinal eles são do demônio. E aí eu comecei a olhar isso e trabalhar como a bibliografia que era absolutamente nova, porque eu nunca havia trabalhado com isso.

Debruçada na bibliografia fui vendo quão preconceituosa também era a literatura antropológica, que vinha com uma ideia de que os terreiros não se organizavam, quando na verdade os terreiros apanham de todos os lados, o tempo todo. E aí eu começo a fazer um trabalho que, de fato, se diferencia dos trabalhos que foram feitos nesse campo, porque eu não vou pela abordagem da antropologia da religião tradicional, então, não estou discutindo culto, eu não estou discutindo a competição de quem é mais puro em uma

---

<sup>39</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

disputa por legitimação. A minha discussão segue sendo política. Começamos a inventariar uma série de situações que eram típicas do século XVIII e XIX, que não tinha cabimento de continuar acontecendo. Comecei a me envolver com as pessoas, me envolver com a militância, e não era nada diferente do que eu já fazia na minha vida. Então, assim, o fato de eu ser uma mulher branca, claro que tem questões nesse universo, é evidente, mas as pessoas sempre entenderam que, primeiro, para terreiros eu não sou uma branca qualquer, porque eu tenho um cargo dentro da religião. Eu não chego me apresentando desse jeito, pois não chego com o argumento de autoridade, mas quando perguntam, sim, eu sou ekedi<sup>40</sup>, então, eu não sou ninguém de fora. E, a partir dessa dimensão eu comecei a trabalhar e pensar uma antropologia enredada, que não é uma antropologia engajada. Qual é a diferença? O engajamento ele é sempre de fora para dentro – “eu preciso que você se engaje na minha luta, vocês não são de dentro, e eu preciso do apoio de vocês”. Já o enredamento, ele conta com as pessoas que já fazem parte daquele cenário de diferentes maneiras. Eu faço parte como ekedi, mas eu faço parte também como pesquisadora e faço parte também como militante, então, eu sou de dentro. Agora, tem de dentro mais de dentro do que outros? Evidente. Se eu fosse uma mulher preta, seria mais de dentro, mas essa dimensão permite com que eu não discuta certas situações, pois eu não estou competindo com ninguém nesse sentido. Isso recoloca algumas discussões sobre o lugar da militância na pesquisa.

Fechando sobre a entrada nesses temas, em resumo, eu estava cansada de trabalhar com certos assuntos e eu queria de alguma maneira me divertir fazendo pesquisa, porque terreiro é muito divertido. Terreiro é festa, tem comida, as pessoas estão contando para você coisas muito tristes, muito duras, mas estão reinventando a sua vida. Pensar a dimensão da transformação também é muito interessante para ver como é que a pessoa reconstrói a parte desse cenário. Como a última pesquisa que eu trabalhei foi com homicídio, e nessa pesquisa a gente já via os efeitos da milícia, lembro-me claramente disso.

Era muito “desesperançador” aquele trabalho. Trabalhar junto aos terreiros, mesmo vendo coisas tão duras, você consegue continuar com um trabalho de esperançar<sup>41</sup> junto a universidade. A questão do movimento das cotas, que transforma a universidade

---

<sup>40</sup> Posição no interior da hierarquia de algumas matrizes da religião do Candomblé.

<sup>41</sup> Esperançar para Paulo Freire é construir a transformação, o que se diferencia da ideia de uma esperança que se associa a ideia de espera.

em realidade para esse universo de estudantes é muito importante. Teve um momento desse percurso com os terreiros que eu só tinha estudantes negros, o que acaba sendo um desafio também, afinal, o racismo está em mim, que sou uma mulher branca. Não tem essa de não ser racista, todos nós somos. Como falam, a sociedade é racista, o racismo é estrutural, portanto, a universidade é racista, mas estamos tentando fazer alguma coisa diferente, e essa temática possibilitou fazer essa estratégia. Quando eu começo a pesquisar fora do Rio foi também uma escolha política, que teve a ver com as minhas funções de gestão na UFF, pois na época estava trabalhando na pró-reitoria. Eu comecei a perceber que se não inventasse um jeito de sair dali eu não ia conseguir pesquisar. Porque eu não conseguia ir a nenhuma atividade daqui, pois eu estava engolida pelas atividades administrativas, primeiro, pela própria UFF, depois pela CAPES e não conseguia mais ter tempo para a pesquisa. E eu nunca aceitei a possibilidade de trabalhar só com o material empírico que meus alunos fazem, não estou criticando quem faz, mas eu não consigo fazer, pois se a pesquisa é a parte que eu mais gosto dessa carreira, eu me recuso a renunciar a ela. Se eu tenho que fazer várias coisas que eu detesto, não vou renunciar à pesquisa. Já ouvi de colegas: “ah você gosta de burocracia”, não gosto. Só não dá para viver no Brasil e não se meter com esse tema tão “desqualificado”, como alguns pensam. Fazer burocracia é parte da vida de um professor, de um pesquisador. Você pode apenas ser professor, e não precisar se envolver, e tudo bem. Mas quando você está em uma carreira de pesquisa a burocracia é inerente. Não é um tripé (pesquisa/ensino/extensão), é um quadripé (pesquisa/ensino/extensão e gestão).

Aí eu começo a pesquisar em Maceió para me obrigar a sair do Rio, porque eu estando lá ninguém poderia atrapalhar, pois eu estava fazendo trabalho de campo para o projeto e tinha que prestar conta. Agora, por que Maceió? Maceió aconteceu o Quebra de Xangô, maior destruição de terreiro da história do Brasil e que quase ninguém sabe disso. Quando eu descobri isso, fiquei chocada porque a minha família é de Maceió e eu conheço muito da história política daquele lugar. No dia que eu descobri o trabalho do Ulisses Rafael<sup>42</sup>, que é professor na Federal de Sergipe, eu fiquei muito chocada e lembro que

---

<sup>42</sup> Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFS). Ver RAFAEL, Ulisses Neves. Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: EDUFAL, 2012.

cheguei a conversar com meu pai e ele falou que isso tinha acontecido mesmo e indicou um texto do Arthur Ramos<sup>43</sup>.

Depois de um tempo conheci o Ilzver de Matos<sup>44</sup>, e aí começou o projeto também em Aracaju e eu fui vendo que sair do eixo do Rio era fundamental porque era preciso pensar o que acontece em terreiros de outros lugares. O que a gente pretende fazer no projeto “Política de terreiros”<sup>45</sup>, é tentar dar conta de todas as capitais. Essa é a meta, até, então, acho que já conseguimos ir a oito capitais. O que importa na pesquisa empírica é pensar que os ataques aos terreiros estão acontecendo em muitos lugares, mas não é tudo a mesma coisa. Belém é uma capital que teve uma série de assassinatos de pais de santo e que tinha também a ver com homofobia, mas só saiu nos jornais locais. Esses cenários diferenciados desembocam numa discussão sobre Segurança Pública, porque a gente volta a falar sobre direitos. E aí eu retorno também para a discussão sobre a produção de dados, pois as polícias não registram nem racismo em situação de flagrante, o que dirá casos de racismo religioso. Então, os dados não são produzidos pela polícia, pois ela seguirá se recusando a registrar. O racismo é a maior coleção de “casos isolados” da história da humanidade. Quem conhece o cotidiano do racismo sabe que é todo dia, toda hora a mesma coisa. O que eu tenho tentado trabalhar na discussão teórica, que bastava um caso para conseguirmos pensar uma política pública que não seja apenas acumulativa. Até porque acumulativa não dá em nada, já temos muitos homicídios de homens negros no Brasil e ninguém faz nada! Quando a gente vê como as vítimas ficam destruídas é pesado. É muito pesado porque você está mexendo em uma coisa que é fundante na vida da pessoa. Também é importante reconhecer que o Estado é o principal violador de direitos no Brasil, de diferentes maneiras, com tons mais pastéis ou mais intensos em determinados lugares, em determinados contextos, mas ele não garante nada.

Agora a gente precisa defender a função do Estado. A gente precisa defender que ele tem que fazer diferente. Por que que a militância toda defende que tem que ir lá registrar? Ninguém acredita que a polícia vai tratar ninguém direito! O povo sabe disso, ele não é ingênuo não. Acontece que se abrir mão dessa ficção, o que que tem de opção

---

<sup>43</sup> Arthur Ramos (1903-1949) foi um dos principais antropólogos brasileiros do século XX, tendo sido um dos principais agentes na institucionalização das ciências sociais no Brasil.

<sup>44</sup> Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe (2023 - atual). Bolsista de Pós-doutorado Sênior CNPq (2022 - atual).

<sup>45</sup> MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A 'Política dos Terreiros' Contra o Racismo Religioso e as Políticas 'Cristofascistas'. Debates do Ner, v. 40, p. 1-27, 2021.

no lugar? Nada melhor. Essa ainda pode proteger alguém, então, bora brincar com essa enquanto é essa que se tem. Evidente que se deseja outra coisa, deseja-se uma sociedade sem nada desses conflitos.

Hully: Você pode falar um pouco mais sobre o GINGA<sup>46</sup> e como foi receber o Prêmio Marielle Franco? Inclusive, vinculando a essa antropologia enredada.

Ana Paula: O grupo de pesquisa já existia<sup>47</sup>, mas eu resistia muito a criar um núcleo porque já tem o NUFEP, já tem o NEPEAC<sup>48</sup>, parecia uma competição entre nós mesmos, não fazia sentido fazer um negócio desse. Então, eu tinha lá o meu grupo trabalhando, mas eu botava oficialmente como NUFEP ou NEPEAC. Quando vem a ideia de criar o GINGA, tem a ver com o desdobramento já das pesquisas que estou fazendo desde 2008, numa relação com as militâncias e uma demanda que esses movimentos trazem para a universidade é a falta de devolutiva, o que estamos devolvendo? A gente devolvevia muita coisa, mas pelo lugar de visibilidade onde os “macumbeiros” que estão reunidos, não era só uma discussão do racismo, mas de tudo que envolve a demonização dos terreiros e a possibilidade de articular e desmontar um preconceito muito grande que tem em relação aos terreiros.

Outro dia eu estava conversando com uma pessoa que é do meu terreiro, e é professor de Educação Física, e ele estava contando que um amigo dele se surpreendeu quando soube quantas pessoas tinham mestrado ou doutorado no terreiro dele, a pessoa não conseguia acreditar que aquilo fosse verdade. Mas é muito comum, todo mundo acha que é um monte de ignorante. Já me perguntaram, já me fizeram essa pergunta, como é que eu, uma pessoa tão estudada, como fui parar nesse negócio de macumba. Eu acho absolutamente razoável que as pessoas não entendam, porque se a gente consegue esconder o racismo em outras circunstâncias, quando se trata de terreiro, não esconde. É o “tá amarrado em nome de Jesus”, o “chuta que é macumba”. Então, é hora que a pessoa

---

<sup>46</sup> O GINGA-UFF é um grupo de pesquisa voltado a realizar pesquisas sobre os conflitos de natureza étnico-racial-religiosa

<sup>47</sup> "Antropologia Política e Conflitos: pesquisas empíricas sobre burocracias, religiões e mobilizações sociais".

<sup>48</sup> Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos

não consegue disfarçar! O racismo cordial vai disfarçando um monte de coisa, mas a reação diante dos terreiros não se disfarça.

Eu estou insistindo no termo macumba pelo duplo sentido dessa palavra. Macumbeiro pode chamar alguém de macumbeiro, mas os outros não podem, senão vira ofensa. A nossa estratégia é problematizar o racismo dirigido aos terreiros. A gente começou a tentar inverter a presença dos signos macumbeiros como ofensivos para tentar fazer disso uma outra coisa, tentar demarcar esse lugar, como um lugar aonde a gente vai para discutir política pública. E, aí, o GINGA surgiu para isso. E GINGA não é uma sigla, o GINGA é um conceito, que tem a ver com a ideia de movimento, com a ideia do movimento da dança, da política, do movimento da ginga da capoeira e sobre como você vai produzir outra forma de fazer política. Ele surge com este objetivo de pautar uma discussão sobre políticas públicas de questões que são específicas, por exemplo, está garantido na lei o direito à isenção tributária para qualquer templo religioso como as igrejas católicas, evangélicas, entre outras, conseguem, porque tem um aparato judicial. Já os terreiros não conseguem. E por que não conseguem? Basta legalizar os terreiros? Não. As histórias normalmente são em torno de a casa ser posse de uma pessoa que já morreu, tendo a posse do local legalmente precária, ninguém fez um inventário, já morreram vários herdeiros e normalmente a situação jurídica daquela propriedade é frágil. É uma propriedade privada de uso coletivo, cujo cenário as pessoas não têm dinheiro para resolver a situação juridicamente. Essa é praticamente a regra das situações dos terreiros. Existe meia dúzia de terreiros que são maiores e conseguem ter uma contribuição maior, mas a maior parte deles está excluído. Então tem que fazer inventário? Não! Você tem que mudar a legislação e o jeito de olhar isso! Não é impossível. Salvador fez. Salvador criou uma outra legislação para garantir a isenção de IPTU para os terreiros, exatamente porque identificou que terreiros estavam excluídos da regra.

Aqui, essa sala que estamos fazendo essa entrevista, seria um ótimo lugar, aqui seria um Ariaxé, que seria um lugar necessário onde você planta a base do fundamento do terreiro. Esse desenho no chão é um exemplo ótimo. Esse chão aqui a gente podia dizer que seria um fundamento de Ariaxé, você tem um marco que está plantado no chão, o fundamento do terreiro é plantado no chão, o axé é plantado no chão. Você vai a partir de elementos da tradição exigir que o Estado mude a sua forma de lidar com esses povos tradicionais. Então, o GINGA surgiu para isso.



*Ariaxé seria o ponto dentral do chão*

*Local da entrevista, no Paço Imperial*

A mesma coisa acontece com os atabaques. Eles não são meros instrumentos musicais, eles são alimentados. Eles são também forças. O couro que você usa é o couro de algum sacrifício animal. Você sacrificou o animal, você vai tratar aquele couro de forma específica, e é aquele couro que vai fazer parte do ritual, você dá comida, alimenta aquele atabaque. Quando o policial entra e carrega para fora do terreiro, ele viola todo o processo sagrado. Depois não é só colocar no lugar, vai ter que passar por todo um processo de consagração novamente.

Uma das coisas mais violentas que eu já vi na vida, que os evangélicos que fazem e não veem mal nenhum, que é quando o terreiro está tocando e ficam do lado de fora um grupo de oração exorcizando o terreiro. Eu já vi isso acontecer muitas vezes. É uma violência simbólica imensa. É um desrespeito cívico com o outro.

Voltando à questão da militância, essa relação com a militância não é uma relação de imposição, é uma relação de fato dialógica. Esse é um projeto que tem sido financiado com emendas parlamentares, de parlamentares que estão envolvidos com a temática. A gente trabalhou com o David Miranda<sup>49</sup>, que foi uma perda absoluta, a gente trabalha com a Talíria Petrone<sup>50</sup>, a gente trabalha com a Renata Souza<sup>51</sup>.

A gente também trabalha com outros parlamentares de outras linhas ideológicas, mas que também financiaram emendas e a gente estava lá discutindo com o mandato o que significam políticas públicas para terreiros. Quando fomos à Brasília foi para conversar com parlamentares, porque faz parte do projeto discutir sobre as políticas públicas. Eu participei da CPI sobre intolerância religiosa na ALERJ. Participei de todas as sessões, de todas as reuniões, fazia reunião fechada com os deputados para conversar e explicar certas coisas, coisas que não deviam ser ditas em público, porque uma das coisas que a gente está insistindo e que precisa ser repensada, é como você expõe excessivamente a vítima. Como você revitimiza a vítima. Para aquele caso ter reconhecimento, você explora aquela vítima até não poder mais. Não é possível que a gente continue fazendo isso assim. Essa gente vai continuar sofrendo, já não bastou ser vítima uma vez, ela vai continuar sendo revitimizada. Então, o que a gente pretende é pensar e discutir outras formas. Qual é a solução é evidente que eu não sei. A ideia do enredamento é descaracterizar esse lugar da universidade engajada, que ela é a líder. Eu não sou protagonista de nada! Canso de mandar gente no meu lugar que entende mais sobre determinados assuntos do que eu. Eu só sou a coordenadora do grupo.

E aí não é a discussão do lugar de fala no sentido pejorativo, que acabou se perdendo, que acaba desqualificando a ideia de lugar de fala. É de fato pensar que o pensamento é produzido coletivamente. As experiências são pessoais, mas elas não são intransferíveis. Elas podem ser compartilhadas e transformadas. Se a universidade diz que aqui é o lugar da inclusão, tem um grupo que está aqui e está excluído, pois viveu escondido a vida inteira, porque não podiam aparecer e se manifestar, e esse grupo quer aparecer, ser visto. As pessoas que estão na universidade e são de terreiro não estão reivindicando que a universidade faça o ato religioso, mas o mínimo de respeito a

---

<sup>49</sup> David Michael dos Santos Miranda foi um jornalista, estrategista de marketing e político brasileiro, filiado ao Partido Democrático Trabalhista. Foi deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro

<sup>50</sup> Deputada Federal pelo PSOL-RJ.

<sup>51</sup> Deputada Estadual e Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher pelo PSOL.

determinadas coisas, sim. E, do ponto de vista do espaço público, terá de dar conta de rediscutir os ritos.

A lógica de que mal não faz, que é a narrativa que justifica a presença dos crucifixos e a presença de símbolos religiosos cristãos no espaço público. Só não lembram que isso é o processo de dominação colonial. Pensar uma antropologia enredada para a gente, significa pensar de fato como você produz articulação de redes e como é que você produz mobilizações políticas que não sejam só para visibilidade, porque o que o terreiro ensina é que muitas vezes a briga política é no silêncio. O que sobreviveu à destruição em Alagoas aconteceu no silêncio, porque a Quebra de Xangô produziu um cenário inigualável na história que foi um culto sem atabaque e sem palma. Porque se você tocasse o atabaque e batesse palma, os vizinhos podiam te denunciar, então, se desenvolveu uma nova forma de ritual para sobreviver.

O Leonardo Vieira<sup>52</sup>, em sua dissertação de mestrado feita em Sergipe, também fala de estratégias de silenciamento que não são apenas de imposição, mas são silenciamentos de resistência, é sobre pensar quem tem menos poder. Quando um antropólogo escreve que os terreiros não se organizam, é que a pessoa olha a Marcha para Jesus e espera que a Caminhada de Combate à intolerância tenha o mesmo poder! Como? Você está diante de escalas completamente diferentes! Você tem um projeto de dominação com um dinheiro internacional ou com a extrema-direita ali, e do outro lado tem macumbeiro periférico, sem dinheiro. Juntar meia dúzia de pessoas é gente para caramba! A lavagem da escadaria [da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro], que está no nosso documentário do “Os Caminhos de Xangô”<sup>53</sup>, onde aparece poucas pessoas, é preciso entender o contexto. Era uma segunda-feira, dia de semana, mas as poucas pessoas eram bastante representativas, ali estavam os terreiros mais tradicionais do Rio. Aquele evento foi extremamente significativo do ponto de vista do terreiro. Não é a quantidade só que demanda a dimensão de política pública. A discussão sobre direitos é o oposto do que o Bolsonaro dizia, que é o governo da maioria, não é! Você tem que garantir exatamente a minoria, tem que garantir exatamente que esse unzinho aqui, que ele tem o direito de

---

<sup>52</sup> Integra como pesquisador o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos-INCT/Ineac-UFF. Membro aspirante da Associação Brasileira de Antropologia. Integra como pesquisador o Diretório de Pesquisa Antropologia Política e Conflitos: pesquisas empíricas sobre burocracias, religiões e mobilizações sociais. Membro do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA.

<sup>53</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=scl05ZjTx6o>.

existir. Então pensar o enredamento passa pela questão de como é que a Universidade pode ser um território neutro onde esses grupos, que muitas vezes têm dificuldade de sentar juntos por conta das suas disputas, dentro da universidade eles podem sentar juntos e discutir as coisas. Então, o enredamento da Antropologia deixa de ser colonial, como foi muitas vezes, para ser a possibilidade de pagar essa dívida histórica. Dentro do processo de dominação colonial a antropologia tem muitas dívidas em relação ao racismo. A gente está devendo, a gente tem que pagar e, pagar no sentido de analisar como a gente pode trabalhar para transformar essa realidade. Pensar uma militância que evidentemente passa por essas redes.

E aí o prêmio Marielle Franco foi uma gratíssima surpresa, uma honra, de verdade, porque eu recebi esse prêmio junto com a mãe da Marielle. Foi a primeira versão desse prêmio. E o prêmio de uma mulher que eu conheci, que eu fiz campanha, e que era uma figura incrível e que foi assassinada de uma maneira brutal. Então, eu fiquei muito honrada, pois é o reconhecimento de um trabalho de muito tempo.

A gente ganhou também o prêmio Abril Verde, que foi uma homenagem para o GINGA, que é novinho e já ganhou um reconhecimento de pessoas bastante distintas. Sou uma pessoa que me posiciono de um modo muito contundente, não fico em cima do muro. Política é questão de escolher um lado e, nesse caso, para mim é muito claro, o que é ir pelo lado fascista ou não. É diferente, novamente, dessa ideia de engajamento. Mas quando a gente pensa o que é ser mulher na vida acadêmica, então, não tem como descolar isso. A quantidade de coisas que ouvi ao longo da vida, não só ouvi, como fui submetida a diversos assédios. É um enredamento. Não tem um momento em que eu descole isso da minha identidade, porque o engajamento eu posso estar engajada hoje e amanhã não estar mais engajada.

A gente na academia tem muita dificuldade de lidar com esse tempo da política. Na academia as coisas são muito lentas e isso me incomoda. Eu gosto de coisa rápida, quero resultado, quero transformar. A universidade precisa ser mais rápida. A ciência pode ser mais ágil no sentido da relação com as demandas sociais.

Essas novas gerações não dão conta de certas coisas, e acho que estão certas de não aguentar. Coisas que, certamente, eu e você [Hully], tivemos que aguentar do ponto de vista de gênero mesmo. Você teve que lidar com situações, que todas nós mulheres precisamos lidar, e para nós é infinitamente pior, e principalmente trabalhando com temas

que trabalhei, que não eram exatamente “femininos”, porque tem isso. Mas é muito significativo que você tenha muitas mulheres importantes nesse campo, e eu não posso deixar de pensar nelas, como a Jacqueline Muniz, a Glaucia Mouzinho, a Haydée Caruso, a Luciane Patrício, mulheres que estão próximas da gente, que fizeram e tocaram muitas coisas na política e que todas de alguma maneira são filhas da UFF. Então, acho muito significativo. Sim, temos vários homens que também trabalham nisso com a gente, mas as mulheres não são hábeis em fazer sua autopromoção. Por isso, prefiro terminar falando só das mulheres.

Hully. Perfeito, Ana. Muito obrigada, obrigada mesmo! Muito bom!